

RELATÓRIO & CONTAS

31 DEZEMBRO
2018

ÍNDICE

PARTE I	3
RELATÓRIO DE GESTÃO	
PARTE II	49
RELATÓRIO GOVERNO DA SOCIEDADE	
PARTE III	139
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
PARTE IV	295
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	

RELATÓRIO & CONTAS

PARTE I

RELATÓRIO DE GESTÃO

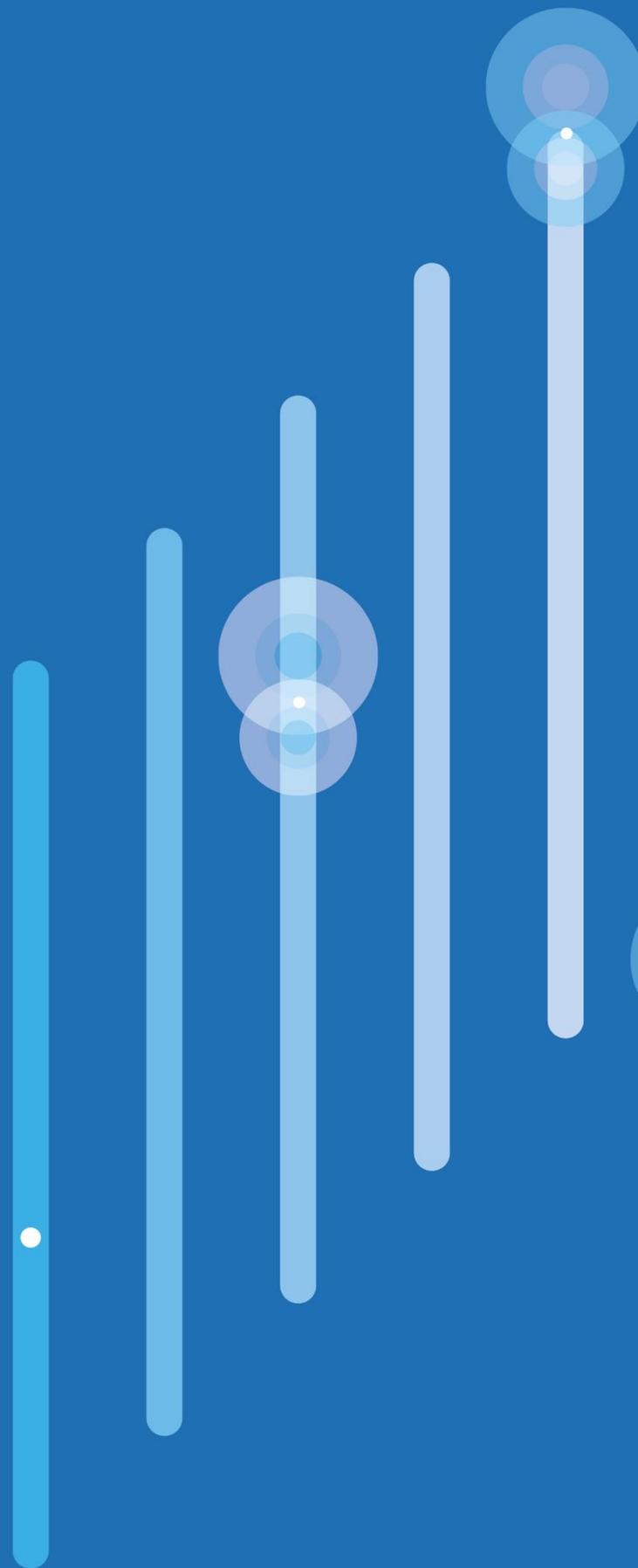
31 Dezembro
2018



ÍNDICE

1	9
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
2	12
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	
3	14
A SONAE CAPITAL	
4	16
ESTRATÉGIA CORPORATIVA	
5	22
MERCADO DE CAPITAIS	
6	25
O ANO DE 2018	
7	38
PERSPECTIVAS	
8	39
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	
9	40
OUTRAS INFORMAÇÕES	
10	42
ANEXO	

PARTE I
**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
31 Dezembro
2018





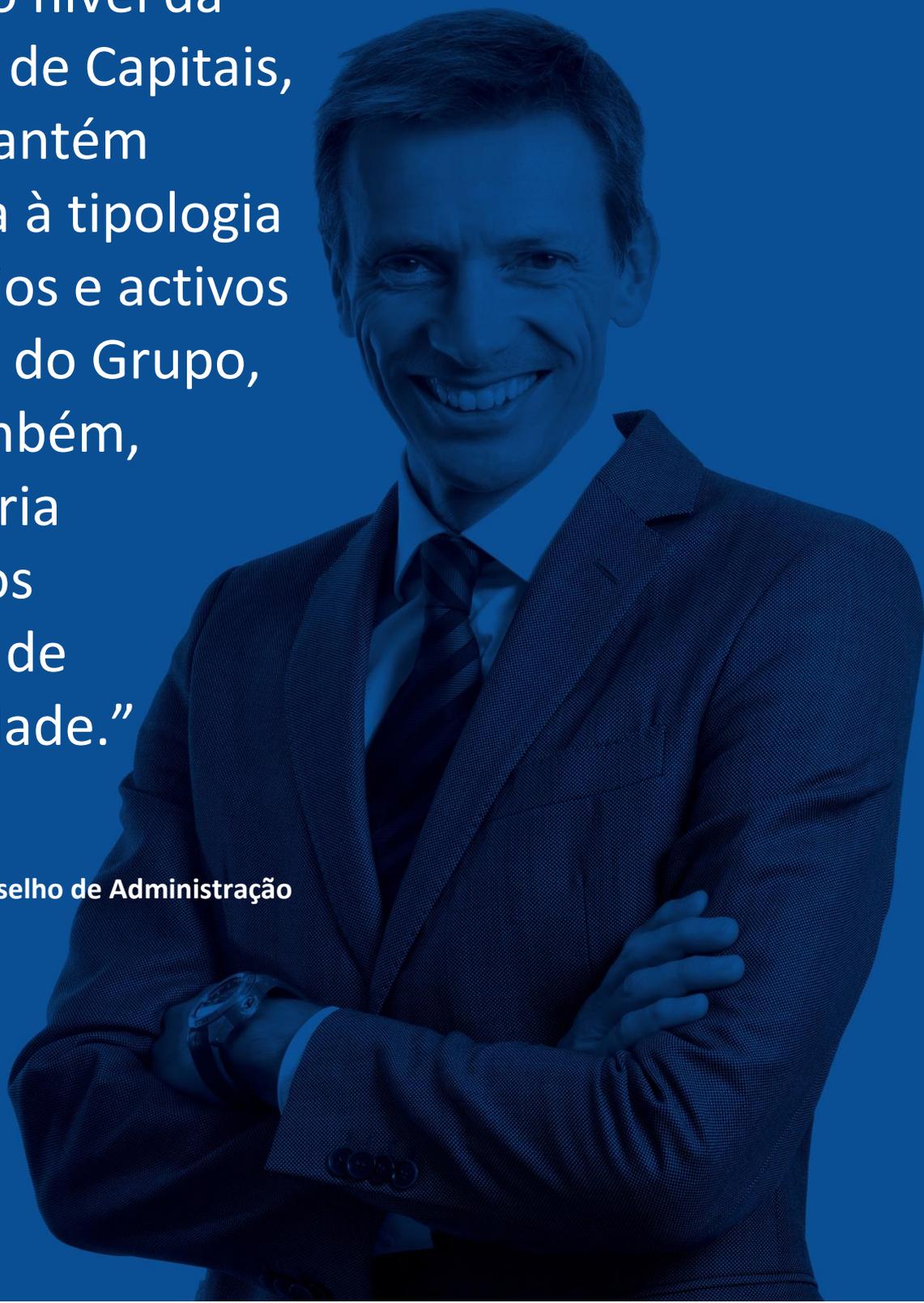
“A nova Sonae Capital herda, necessariamente, os valores e princípios que têm sido a base estrutural dos negócios que conduzo e que conduzi no passado.”

“Esta história não é só minha. É de todos aqueles que acreditam neste projecto e que comigo partilham a vontade de o fazer crescer...”

Belmiro Mendes de Azevedo
(Carta do Fundador, 2007)

“A crescente sustentabilidade das nossas operações continua a ser visível, não só, ao nível da Estrutura de Capitais, que se mantém adequada à tipologia de negócios e activos em posse do Grupo, como também, na melhoria dos nossos objetivos de rentabilidade.”

Paulo Azevedo
Presidente do Conselho de Administração



1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao longo do ano de 2018, continuámos a implementar a estratégia delineada através de: (i) foco no investimento nas áreas de negócio com planos de criação de valor já aprovados e cujo valor acrescentado é visível nos seus resultados; (ii) melhoria da posição competitiva e rentabilidade dos negócios ainda com performance insuficiente; e, (iii) identificação e materialização de novas áreas de negócio, potenciadoras de crescimento futuro. Paralelamente, prosseguimos a venda de activos imobiliários em posse do Grupo, que cumpre o objectivo de financiar os planos de investimento dos nossos negócios e das opções de crescimento futuro.

A crescente sustentabilidade das nossas operações continua a ser visível, não só, ao nível da Estrutura de Capitais, que se mantém adequada à tipologia de negócios e activos em posse do Grupo, como também, na melhoria dos nossos objetivos de rentabilidade. Em 2018, o EBITDA das Unidades de Negócio da Sonae Capital continuou a crescer e alcançou 20,6 milhões de euros, um crescimento de mais de 18% face a 2017. Adicionalmente, e mais importante para a sustentabilidade do Grupo no médio-longo prazo, o ano de 2018, tal como o de 2017, voltou a ser de forte investimento. Investimos, em 2018, 32,6M€ (1,2x o valor do EBITDA alcançado em 2018), após termos investido 61,6M€ em 2017.

Este investimento foi canalizado, sobretudo, para os negócios com planos de criação de valor já aprovados e, designadamente, em que já possuímos uma equipa com provas demonstradas, com conhecimento profundo do sector onde opera, e acima de tudo, com resultados visíveis ao nível da rentabilidade. Neste âmbito, investimos 15M€ no nosso segmento de Energia, dando passos sustentados no sentido da internacionalização, com a instalação de uma pequena equipa no México, país de grandes oportunidades na nossa tecnologia preferencial, a Cogeração. No negócio de Fitness, em que a tão ambicionada posição de liderança de mercado está prestes a ser alcançada, investimos 12,6M€, já incluindo a aquisição da cadeia *Pump*, cuja integração no nosso portefólio de negócios foi um sucesso.

Nos negócios de Hotelaria e Refrigeração & AVAC, todos os esforços têm sido, sobretudo, focados na melhoria operacional, uma vez que a rentabilidade de ambos os negócios ainda se encontra em patamares insuficientes. Ainda assim, durante o ano, alcançámos progressos relevantes: em Hotelaria, conseguimos o importante objectivo de “breakeven” ao nível do Ebitda e, ao mesmo tempo, continuámos a apostar na abertura de algumas unidades, por forma a mitigar o efeito de escala de que o segmento ainda padece. Neste contexto, a concessão do emblemático edifício da Estação Ferroviária de Santa Apolónia, ou a aquisição da exploração do Aqualuz Lagos, já em 2019, são passos significativos. Tal como em 2018, continuaremos empenhados, em 2019, em melhorar a rentabilidade do segmento de Refrigeração & AVAC. Já nas operações de Tróia, estamos inteiramente focados no compromisso de elevar a experiência de cliente para níveis de excelência.

No que diz respeito à concretização das nossas opções futuras de crescimento, nomeadamente, no novo negócio de Engenharia Industrial, que materializa o anunciado “*investment theme*” – Exportação de Engenharia Portuguesa, 2018 foi totalmente dedicado aos esforços de *turnaround* da nossa primeira aquisição neste sector. As dificuldades têm sido substancialmente superiores ao antecipado, mas após termos conseguido estabilizar uma equipa de gestão completa, estamos confiantes de que a Adira irá registar, a curto e médio prazo, uma actividade operacional e, principalmente,

comercial, em linha com o valor que lhe reconhecemos. Sabemos do seu potencial e estamos certos de que o caminho que temos vindo a trilhar, de dotar a empresa dos recursos financeiros e humanos necessários, não deixará de resultar em melhorias significativas no seu desempenho.

A alienação de Activos Imobiliários é um dos eixos fulcrais da nossa estratégia e desempenha um papel fundamental na materialização da mesma. Em 2018, ultrapassámos largamente os valores do ano anterior, com o montante global de venda de Activos Imobiliários (incluindo CPCVs e Reservas em carteira) a situar-se em 86,6 M€. Destaco, pela sua importância, a alienação do loteamento EFANOR, por 30 M€ e o CPCV da UNOP3, por 20M€, para o desenvolvimento de mais um projeto distintivo, na Península de Tróia.

Ainda em relação a esta área de negócio, gostaria de partilhar que, no final do ano, procedemos à actualização do valor do nosso portefólio de activos imobiliários através da entidade independente Cushman & Wakefield. Foi com satisfação que constatámos que foi confirmado o valor global do nosso portefólio, o que vem reafirmar o valor intrínseco nos nossos Ativos e que traz, naturalmente, boas perspectivas para esta actividade nos próximos anos.

O *cash flow* gerado em 2018 pelas actividades imobiliárias e as expectativas de evolução futura permitem cumprir o triplo objectivo de financiar o crescimento das Unidade de Negócio de elevado potencial de geração de valor, de manter uma estrutura de capital robusta e adequada à tipologia de negócios e activos em posse do Grupo, e de propor à Assembleia Geral uma distribuição de dividendos que representa um dos melhores *yields* da bolsa portuguesa.

Antes de terminar, gostaria de dar duas notas que me encham, de igual medida, de orgulho. A primeira tem a ver com o facto de reportarmos, pela primeira vez, um relatório de sustentabilidade da Sonae Capital. Conseguimos, finalmente, tornar este reporte numa realidade, ao agregar de forma sistematizada e autoexplicativa a informação necessária para divulgar o retrato económico, social e ambiental sobre o nosso Grupo e as nossas áreas de negócio. Este tema continuará, sem dúvida alguma, a ser uma das nossas preocupações nos anos vindouros. Definiremos os eixos de atuação prioritários e comunicaremos amplamente os nossos objetivos de melhoria para todos eles.

A segunda nota consiste em anunciar que, pouco depois de começarmos o ano de 2019, alcançámos a fasquia dos 1.500 Colaboradores. Somos, de forma cada vez mais expressiva, uma empresa em crescimento e, para isso, teremos que continuar a atrair e desenvolver cada vez mais talento para que tenhamos a capacidade de transcender desafios cada vez mais ambiciosos.

E é precisamente com uma palavra de apreço e de agradecimento para eles, os nossos Colaboradores, com que gostaria de terminar esta mensagem: só com a sua dedicação e empenho é que foi possível alcançar estes resultados em 2018. Aproveito, também, para estender este agradecimento a todos os membros dos nossos Órgãos Sociais e Parceiros, nos quais incluo Clientes, Fornecedores, Sócios e Financiadores.

Paulo Azevedo

Presidente do Conselho de Administração

“Não temos dúvidas de que os desafios continuarão a ser grandes, mas também é certo que sabemos o caminho a percorrer para os superar.”

Miguel Gil Mata
Presidente da Comissão Executiva



2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Os resultados que hoje divulgamos encerram um ano em que, graças ao esforço de todos os elementos que fazem parte do universo da Sonae Capital, lográmos concretizar vários marcos da nossa estratégia corporativa. Hoje podemos afirmar que somos uma empresa de maior dimensão e com um portefólio de negócios mais consolidado. O Volume de Negócios das nossas Unidades de Negócio continuou a crescer e concluímos o ano de 2018 com 183,5 milhões de euros, 16,3% acima de 2017, e com um EBITDA de 20,6 milhões de euros, o que corresponde a uma subida de 18,6% face ao ano transacto.

A unidade de Activos Imobiliários, fulcral para o financiamento da nossa estratégia corporativa, continuou a apresentar uma performance em linha com o esperado. Em 2018, destaca-se a venda, por 30 milhões de euros, de um dos activos emblemáticos do portefólio da Sonae Capital, o Loteamento EFANOR, para além dos CPCVs da Unop 3, em Tróia, e do Edifício Metrópolis, na área metropolitana do Porto. Já ao nível das Unidades Turísticas Residenciais, em Tróia, completámos, em 2018, 38 escrituras de compra e venda, no valor de 14,7 milhões de euros (às quais acrescem 5 escrituras, no valor de 2,3M€, já no início de 2019), num ritmo de vendas que não alcançávamos desde 2014.

Registamos com satisfação que os nossos negócios, ainda que com naturais diferenças de ritmo e de ambição, continuam numa lógica contínua de crescimento. Na Energia, 2018 foi o ano em que estabelecemos as fundações para explorar um novo mercado, o México, essencialmente por via da tecnologia de cogeração, em que detemos know-how e experiência relevantes. No Fitness, integrámos com sucesso as aquisições do Pump e Lagoas Park, ao mesmo tempo que abrimos três novos Clubes, atingindo, no final do ano, as 3 dezenas de clubes. Em Hotelaria, ganhámos a concessão para abrir uma nova unidade no icónico edifício da Estação Ferroviária de Santa Apolónia, o que permitirá iniciar a nossa actividade em Lisboa, que consideramos um destino de inegável potencial. No segmento de Refrigeração & AVAC, continuámos a melhorar a rentabilidade e sustentabilidade da operação.

Na Adira, o ano de 2018 foi marcado por um conjunto de profundas transformações de cariz operacional e estrutural, em todas as áreas da empresa. Não obstante o inevitável impacto na rentabilidade operacional, num horizonte de curto prazo, estas transformações visam dotar a Adira dos recursos e processos necessários para colocar a actividade em patamares muito superiores, tanto em volume como em rentabilidade, em linha com o potencial que, reafirmamos, a companhia encerra.

Estamos certos de que, com uma dívida líquida de 119,8 milhões de euros no final de 2018, mantemos uma estrutura de capital adequada para a tipologia de negócios e activos detidos pelo Grupo, mesmo após a distribuição de dividendos, em Maio, no valor de 15 milhões de euros e o investimento realizado, no valor de 32,6 milhões de euros – essencial para o caminho de crescimento que pretendemos trilhar.

Não temos dúvidas de que os desafios continuarão a ser grandes, mas também é certo que sabemos o caminho a percorrer para os superar. Ambicionamos um negócio de Energia de maior dimensão, que cresça também fora de Portugal, e um negócio de Fitness líder de mercado. Estamos confiantes de que o negócio de Hotelaria conseguirá capturar, em todas as suas localizações, o potencial que o sector oferece, e desejamos um negócio de Refrigeração &

Parte I

Relatório de Gestão

AVAC mais rentável, não deixando de referir a operação em Tróia, que pretendemos que se destaque, cada vez mais, como um destino de excelência. Por fim, estamos determinados em criar todas as condições para que a Adira demonstre o seu potencial intrínseco e possa cumprir, na plenitude, o seu papel de embrião de uma nova área de actividade da Sonae Capital.

Tendo em conta os resultados que comunicamos hoje, em que saliento o resultado líquido positivo das operações correntes, e as tendências de evolução que se vão evidenciando, parece-me que 2019 só pode ser encarado com optimismo.

Miguel Gil Mata

Presidente da Comissão Executiva

3. A SONAE CAPITAL



Unidades de Negócio

B2B, Business-to-Business

Refrigeração & AVAC

Player especializado em engenharia de refrigeração, ar condicionado e building efficiency

Energia

Player focado na promoção, detenção e operação de soluções integradas de otimização energética, contribuindo para um paradigma sustentável de energia

Engenharia Industrial (ADIRA)

Referência em soluções de metal forming inovadoras, customizadas e de valor acrescentado para os seus clientes

B2C, Business-to-Consumer

Fitness

Operador de cadeia de *Health Clubs*, focado na actividade física, saúde e bem-estar

Hotelaria

Gestor de unidades hoteleiras reconhecidas pelo seu serviço de excelência

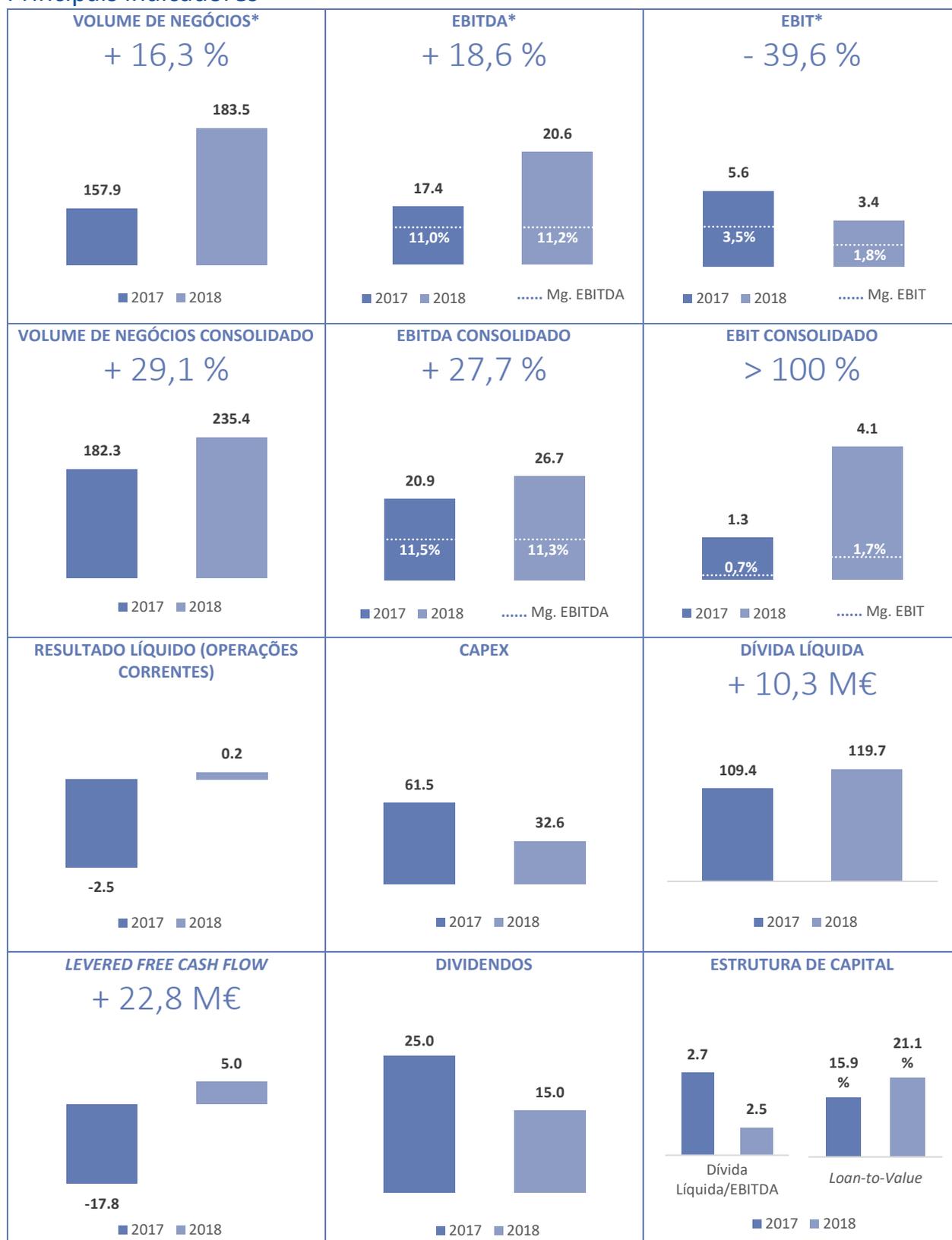
Tróia Operações

Desenvolvimento e gestão do Troia Resort, destacando-se pela oferta diversificada de serviços de qualidade e pela promoção de experiências inesquecíveis

Activos Imobiliários

Ativos Imobiliários destinados ao financiamento da estratégia corporativa do Grupo

Principais indicadores



*Unidades de Negócio.

4. ESTRATÉGIA CORPORATIVA

O propósito estratégico da Sonae Capital consiste em identificar novas oportunidades de negócio em segmentos com elevado potencial de crescimento e dotá-las de recursos que potenciem o crescimento até que se tornem auto-sustentáveis, assegurando uma eficiente alocação de capital

4.1 OS VALORES DA SONAE CAPITAL

A Sonae Capital possui uma forte cultura corporativa, assente em sólidos valores.

Ética e Confiança

Temos como compromisso fundamental a criação de valor económico baseado em princípios de ética e desenvolvimento sustentável, num horizonte de longo prazo, assente em relações de confiança com as nossas partes interessadas.

As pessoas no centro do nosso sucesso

Promovemos o desenvolvimento das capacidades e competências de cada um através dos desafios constantes, da predisposição para a mudança e do trabalho em equipa. Acreditamos que tudo isto, suportado numa cultura interna que promove a meritocracia, são factores cruciais para a atracção, retenção e desenvolvimento de Colaboradores de elevada capacidade e potencial.

Ambição

É a nossa força orientadora corporizada no contínuo estabelecimento de metas que, mantendo constante a atitude resiliente e corajosa da organização, estimulam e desafiam as nossas competências e acrescentam valor aos nossos clientes.

Inovação

Está na essência e na origem dos nossos negócios. Quebramos de forma sistemática com o convencional e temos a capacidade de surpreender o mercado. Acreditamos que a aprendizagem também se faz pelo erro e pelos insucessos, estando conscientes, no entanto, da importância de saber balancear este factor dentro dos padrões regulares de risco.

Responsabilidade social

Temos um sentido de responsabilidade social ativo de contribuição para a melhoria da sociedade em que nos inserimos, com forte preocupação ambiental e de desenvolvimento do conhecimento humano.

Frugalidade e eficiência

Valorizamos a eficiência e a competição saudável, procurando otimizar a utilização dos nossos recursos e maximizar o seu retorno.

Cooperação e independência

Adoptamos uma posição de independência e autonomia em relação aos poderes central e local, mas sempre com abertura e predisposição para cooperar com os Governos e Autarquias, com o objectivo de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social.

Cooperação e independência

Adoptamos uma posição de independência e autonomia em relação aos poderes central e local, mas sempre com abertura e predisposição para cooperar com as Autarquias e Governos, com o objetivo de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social.

4.2 PILARES ESTRATÉGICOS

A implementação da estratégia corporativa da Sonae Capital materializa-se através de 3 pilares estratégicos:



Venda de Activos Imobiliários

A Sonae Capital detém um portefólio de Activos Imobiliários cujo propósito é financiar novas oportunidades de investimento e potenciar o crescimento do portefólio de negócios. No final de 2018, de acordo com a avaliação efectuada pela *Cushman & Wakefield*, o portefólio de activos da Sonae Capital encontrava-se avaliado em 353,8M€ (incluindo o Fundo WTC, cujo valor de mercado se situava em 71,2M€ na mesma data).

Troia Resort

A Península de Tróia é uma linha arenosa com cerca de 25 quilómetros de comprimento e encontra-se localizada entre o Oceano Atlântico, o Estuário do Sado e a Serra da Arrábida. A cerca de 60 quilómetros de Lisboa, a Península destaca-se pelo enquadramento paisagístico e valor ambiental.

Parte I

Relatório de Gestão

A Sonae Capital detém para venda, na Península de Tróia, Unidades Turísticas Residenciais já desenvolvidas e, ainda, lotes para construção. Ao longo de 2018, a Sonae Capital procedeu à escritura de venda de 38 unidades residenciais, no valor total de 14,7M€.

Do total de 546 Unidades Turísticas Residenciais desenvolvidas, o número de unidades disponíveis para venda no final de 2018 situava-se em 84 (descontando as Reservas e CPCVs em carteira).



Imagem 1: Atlantic Villa, Ocean Villa e Apartamentos Ácala.

Também em 2018, a Sonae Capital procedeu ao Contrato de Promessa de Compra e Venda da UNOP 3 (Unidade Operacional 3), pelo valor de 20M€.

A Sonae Capital possui, ainda, para venda, as Unidades Operacionais 1 e 4 (Unop 1 e Unop 4, respectivamente).

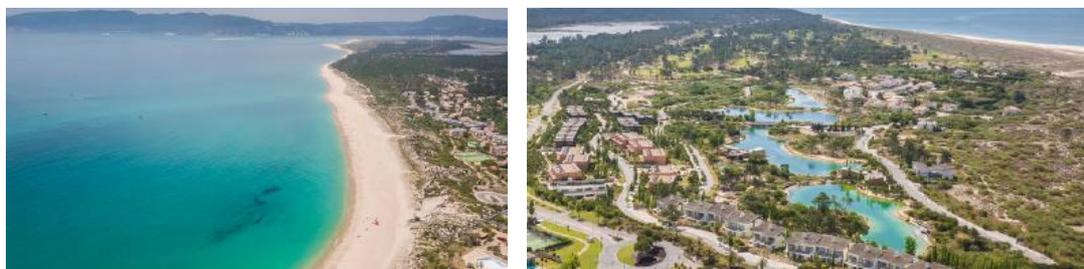


Imagem 2: Península de Tróia.

Outros Activos

Este portefólio inclui activos com diferentes estádios de licenciamento e construção, incluindo lotes de terreno com e sem viabilidade construtiva, unidades residenciais, projectos de construção residencial, turísticos e comerciais, hotéis, escritórios, edifícios fabris e espaços comerciais. A totalidade dos activos encontra-se localizada em Portugal, com ampla dispersão geográfica.

Em 2018, a unidade de Outros Activos realizou escrituras no valor de 35,7M€. Este bloco inclui a venda do Loteamento Efanor, localizado em Matosinhos, pelo valor de 30M€. Para além de constituir um dos activos de maior valor no portefólio de activos imobiliários da Sonae Capital, o Loteamento Efanor era, dada a sua relevância em termos históricos, um activo emblemático.

No final de 2018, existiam ainda CPCVs assinados sobre um conjunto de activos, no montante global de 10,6M€.

Crescimento dos nossos negócios: orgânico e por aquisição

Fitness

No negócio de Fitness, pretendemos crescer para liderar o mercado de prestação de serviços de actividade física. Neste âmbito, foi adoptada uma estratégia multi-segmento, que visa consolidar a presença no segmento Lifestyle, com a marca *Pump*, no segmento Mainstream, com a marca *Solinca* e no segmento Premium, com a marca *ONE*.

Dando cumprimento a um forte plano de expansão, o negócio de Fitness tem crescido de forma assinalável ao longo dos últimos anos, quer organicamente, quer através de aquisição. No início de 2018, completou-se a aquisição da cadeira *Pump*, com oito clubes, sete dos quais na região de Lisboa e um na região do Algarve, permitindo rapidamente marcar presença no segmento Lifestyle. Já no segmento Premium, o procedeu-se à aquisição do Clube Lagoas Park, actualmente o primeiro clube da marca *ONE*.

No final de 2018, o número total de clubes em operação situava-se em 30 clubes.



Imagem 3: Pump, Solinca e ONE, as três marcas do negócio de Fitness.



Imagem 4: Clubes Solinca Estádio do Dragão, Pump Saldanha e ONE Lagoas.

Hotelaria

No negócio de Hotelaria, pretendemos beneficiar da tendência positiva que o sector do turismo experiencia em Portugal, encontrando soluções de crescimento não orgânico que melhorem a posição competitiva.

Actualmente, o negócio de Hotelaria da Sonae Capital conta com 6 unidades Hoteleiras em exploração, das quais três no Porto (Porto Palácio Hotel, The House Ribeira Hotel e The Artist Porto Hotel & Bistro), duas em Tróia (Aqualuz Tróia e Tróia Residence) e, desde o início de 2019, uma unidade no Algarve (Aqualuz Lagos).

Já no início de 2019, o negócio obteve a subconcessão para instalação e exploração de uma unidade hoteleira no edifício da Estação Ferroviária de Santa Apolónia, em Lisboa. Esta oportunidade, para além de permitir iniciar presença na cidade de Lisboa – o maior destino turístico de Portugal, - permite aumentar o equilíbrio da oferta entre destinos de cidade e praia.



Imagem 5: The House Ribeira Hotel, The Artist Porto Hotel & Bistro e Aqualuz Tróia.

Energia

A criação do negócio de Energia tirou partido da experiência e *know-how* existente no desenvolvimento de centrais de produção de energia, no Grupo Sonae, que remonta ao início da década de 80. O objectivo foi transformar um conjunto de activos e competências, incorporadas em diversas operações do Grupo, num negócio dedicado: a CapWatt.

Actualmente, a CapWatt detém e opera 67 MW: 9 centrais de cogeração com 45 MW, 14 centrais fotovoltaicas com 16 MW, 1 central a biogás com 1 MW e 1 parque eólico com 5 MW. A *cogeração*, *core business*, é uma forma eficiente de produção simultânea de energia eléctrica e calor útil a partir de uma única fonte de combustível. Considerada como uma das mais importantes tecnologias de promoção da eficiência energética, a produção em cogeração promove a eliminação de perdas na transmissão e distribuição de energia eléctrica, resultando em menor consumo de energia primária e numa redução da emissão de gases de efeito de estufa.

No final de 2017, foi anunciado o investimento numa central termoeléctrica de cogeração alimentada a biomassa florestal com potência eléctrica de 10MW, na unidade industrial da Sonae Arauco em Mangualde. Este investimento enquadra-se na estratégia de longo prazo da Sonae Capital para o negócio Energia e, em particular, no reforço e desenvolvimento da tecnologia de cogeração. O montante global de investimento, já parcialmente realizado, ascende a 50M€, sendo o início da operação previsto para o início de 2020.

Em paralelo, demos os primeiros passos para entrarmos num novo mercado, o México, essencialmente por via da tecnologia de cogeração.

Em 2018, o Volume de Negócio totalizou 52,6M€ no negócio de Energia, o que representa um crescimento de 16,2% face ao ano anterior. Já o EBITDA situou-se em 15,1M€, correspondendo a uma margem de 28,8%.

4.3 GOVERNO DA SOCIEDADE

A Sonae Capital é uma *holding* de investimento que gere um portefólio de negócios. O nosso modelo de *parenting* pretende-se ágil e ajustado ao nível de maturidade, robustez e ciclo de vida de cada Unidade de Negócio. Cada Unidade de Negócio possui, assim, uma equipa de Gestão dedicada, com total foco e responsabilidade, sempre privilegiando um desenvolvimento sustentado, de longo-prazo, e garantindo alinhamento com as *guidelines*, princípios de gestão e, acima de tudo, cultura e valor do Grupo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Sonae Capital é composto por sete Administradores, cumprindo um nível de equilíbrio entre funções Executivas e Não Executivas adequado aos interesses e natureza da sociedade. Possui, igualmente, três membros Não Executivos Independentes, assegurando a devida função de acompanhamento e supervisão.

O Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e políticas gerais da Sonae Capital, delegando na Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Presidente do Conselho de Administração
Primeira nomeação: Março 2015

Álvaro Carmona e Costa Portela
Vice Presidente do Conselho de Administração, Não Executivo
Primeira nomeação: Março 2011

Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata
Presidente da Comissão Executiva
Primeira Nomeação: Abril 2016

Ivone Pinho Teixeira
Membro da Comissão Executiva, CFO
Primeira Nomeação: Março 2013

Francisco de La Fuente Sánchez
Membro do Conselho de Administração, Não Executivo
Primeira nomeação: Abril 2008

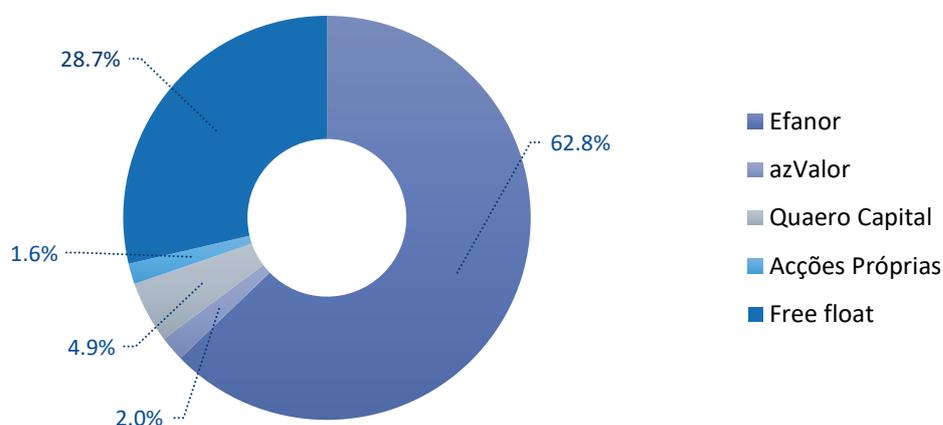
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Membro do Conselho de Administração, Não Executivo
Primeira nomeação: Março 2011

Paulo José Jubilado Soares de Pinho
Membro do Conselho de Administração, Não Executivo
Primeira nomeação: Abril 2008

5. MERCADO DE CAPITALAIS

A admissão à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon das acções representativas do capital social da Sonae Capital ocorreu em 28 de Janeiro de 2008. A Sonae Capital possui uma base accionista estável e comprometida, que favorece o desenvolvimento, a implementação e execução de uma estratégia focada na criação de valor económico e social.

Estrutura accionista | 31 Dez. 2018



Informação genérica sobre a acção

Sonae Capital

Nome	Sonae Capital, SGPS, S.A.
Entidade emitente	Sonae Capital, SGPS, S.A.
Data de admissão	28 Janeiro 2008
Capital social, €	250.000.000
Quantidade admitida	250.000.000 acções

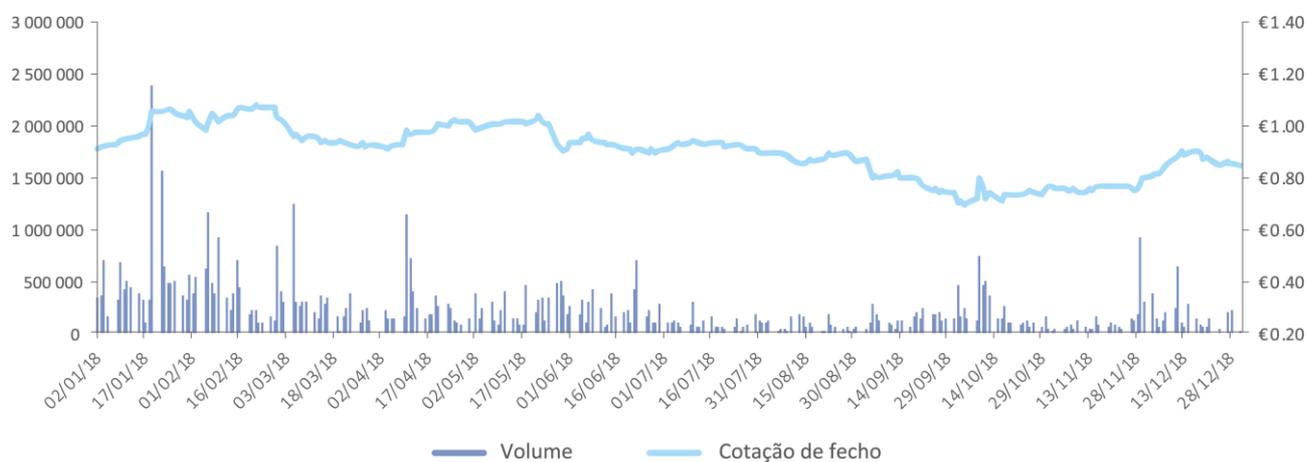
Código ISIN	PTSNP0AE0008
NYSE Euronext	SONC
Reuters	SONAC LS
Bloomberg	SONC.PL

A tabela seguinte sintetiza a informação mais relevante relativa à negociação das acções da Sonae Capital na Euronext Lisbon:

Resumo desempenho bolsista		
Euronext Lisbon	2018	2017
Cotação de fecho, €	0,849	0,748
Cotação máxima, €	1,076	0,999
Cotação mínima, €	0,696	0,681
Volume médio transaccionado	234.603	375.775
Capitalização bolsista, M€ (31.12)	212,3	187,0

Durante o ano de 2018, a cotação das acções Sonae Capital desvalorizou 3,6%, fechando o ano nos 0,849 euros. Este desempenho foi superior ao registado pelo índice de referência da Bolsa Portuguesa (PSI20), o qual desvalorizou 13,8% no mesmo período. Já o *total shareholder return* da Sonae Capital situou-se em 2,5% em 2018.

O gráfico seguinte evidencia o desempenho da acção da Sonae Capital ao longo de 2018:



As principais comunicações, durante o ano de 2018, com um potencial impacto na cotação das ações da Sonae Capital, foram as seguintes:

12 Janeiro

Informação sobre a conclusão da aquisição da About, SGPS, S.A., accionista de oito Clubes de Fitness sob a insígnia *Pump*.

2 Março

Divulgação de resultados consolidados do exercício de 2017.

Parte I

Relatório de Gestão

3 Maio

Divulgação sobre deliberações tomadas na Assembleia Geral Anual de Accionistas de 3 de Maio de 2018. Informação sobre eleição de Órgãos Sociais para novo mandato (2018-2020) e sobre designação de titulares de diversos cargos.

15 Maio

Informação sobre pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2017.

22 Maio

Divulgação de resultados consolidados do primeiro trimestre de 2018.

28 Junho

Informação sobre assinatura de contrato de promessa de compra e venda da UNOP3, em Tróia.

17 Julho

Informação sobre comunicado recebido da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., e consequente alteração na Comissão Executiva: pedido de dispensa do cargo de Presidente da Comissão Executiva da Dr.ª Cláudia Azevedo e eleição do Eng.º Miguel Gil Mata para o mesmo cargo.

27 Julho

Divulgação de resultados consolidados do primeiro semestre de 2018.

8 Novembro

Divulgação de resultados consolidados dos primeiros nove meses de 2018.

15 Novembro

Informação sobre venda da totalidade do capital e direitos de voto da sociedade Prédios Privados – Imobiliária, S.A., detentora do Loteamento Efanor.

Remuneração Accionista				
Euronext Lisbon	2015	2016	2017	2018
Dividendos (M€)	15	25	15	18,5
Dividendo por acção (€)	0,06	0,10	0,06	0,074*
Cotação de fecho ano	0,510	0,748	0,887	0,849
Dividend Yield (%)	11,8%	13,4%	6,8%	8,7%
Total Shareholder Return (%)	95,4%	58,4%	32,0%	2,5%

* Dividendo sujeito a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

A Sonae Capital iniciou, em 2015, uma prática de remuneração accionista sob a forma de distribuição de dividendos. Ao longo dos últimos três anos, foram distribuídos dividendos no valor global de 55 milhões de euros, o que equivalente a 0,22 euros por acção. A remuneração accionista tem estado indexada à actividade de monetização de Activos Imobiliários, desde que salvaguardada a manutenção de uma estrutura de capital adequada à tipologia de negócios e de activos em posse do Grupo.

6. O ANO DE 2018

SONAE CAPITAL DÁ IMPORTANTES PASSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA CORPORATIVA em 2018

- Reforço da posição competitiva e robustez das Unidades de Negócio, com crescimentos assinaláveis no Volume de Negócios (+16,3%) e EBITDA (+18,6%):
 - Negócio de Energia a aumentar o Volume de Negócios e o EBITDA em 16,2% e 6,5%, respectivamente, beneficiando das operações de cogeração e renováveis;
 - Negócio de Fitness a cumprir a execução do seu plano de crescimento, a registar um aumento no Volume de Negócios de +55,4% e a mais do que duplicar o EBITDA, atingindo uma margem de 12,5%, +4,8pp acima de 2017;
 - Negócio de Hotelaria a registar um nível positivo de EBITDA (54 mil euros). De assinalar o crescimento do RevPAR de 4,5% em 2018, com o contributo positivo da totalidade das Unidade Hoteleiras em operação no Porto;
 - Negócio de Refrigeração & AVAC a registar uma margem EBITDA de 4,5%, +1,6pp acima de 2017; e
 - Negócio de Engenharia Industrial – Adira - com EBITDA negativo, de 1,8M€, consequência do processo transformacional em curso.
- Unidade de Activos Imobiliários a cumprir o papel de financiador da estratégia corporativa:
 - Troia Resort: (i) realização, em 2018, de 38 escrituras de Unidades Turísticas Residenciais, correspondentes a 14,7M€, à qual acrescem, à data de hoje, 5 escrituras, no valor de 2,3M€, e 12 contratos em Reserva ou CPCV, no montante global de 5,8M€; e, (ii) tal como previamente reportado, concretização do CPCV da UNOP 3, em Tróia, no valor de 20M€ (ainda não relevado nos resultados de 2018);
 - Outros Activos Imobiliários: CPCVs em carteira de 10,6M€, a crescer às escrituras já realizadas, no montante de 35,7M€ (onde se inclui o Loteamento EFANOR, no valor de 30M€).
- Estrutura de Capital sob controlo e adequada à tipologia de negócios e activos detidos pelo Grupo: Dívida Líquida / EBITDA de 2,5x e LTV de 21,1%.
 - Dívida Líquida de 119,8M€, 10,4M€ acima do valor registado no final de 2017, em resultado: (i) do pagamento de dividendos, em Maio, no valor de 15M€; e (ii) do nível positivo de *Free Cash Flow (levered)* de 5M€ incluindo: (a) o pagamento, no 2T18, da última tranche relativa às aquisições realizadas em 2017 no segmento de Energia, no valor de 9M€; e, (b) o investimento realizado, no valor de 32,6M€, onde se inclui a aquisição da cadeia de Fitness *Pump*, o Clube *Lagoas Park* e o investimento em curso na central de cogeração em Mangualde, alimentada a Biomassa, no negócio de Energia.
- Melhoria operacional registada na maioria dos negócios visível ao nível do Resultado Líquido das Operações Correntes, no valor de 0,2M€ em 2018, não obstante o crescimento significativo verificada na rubrica de Amortizações.

6.1. PERSPECTIVA CONSOLIDADA

Demonstração de Resultados Consolidados			
Milhões de Euros	FY 2018	FY 2017	Δ 18/17
Volume de Negócios			
Unidades de Negócio	183,53	157,85	+16,3%
Energia	52,55	45,22	+16,2%
Engenharia Industrial	11,91	4,27	>100%
Fitness	36,12	23,25	+55,4%
Hotelaria	23,84	22,96	+3,8%
Refrigeração & AVAC	47,70	51,24	-6,9%
Troia Resort - Operações	11,41	10,92	+4,6%
Activos Imobiliários	59,63	32,12	+85,6%
Troia Resort	18,54	15,46	+19,9%
Outros Activos Imobiliários	41,09	16,65	>100%
Eliminações & Ajustamentos	-7,79	-7,64	-2,0%
Volume de Negócios Consolidado	235,37	182,33	+29,1%
Outros Proveitos Operacionais	5,01	5,08	-1,5%
Total Proveitos Operacionais	240,38	187,42	+28,3%
EBITDA			
Unidades de Negócio	20,64	17,41	+18,6%
Energia	15,12	14,19	+6,5%
Engenharia Industrial	-1,83	-0,59	<-100%
Fitness	4,50	1,79	>100%
Hotelaria	0,05	-0,26	-
Refrigeração & AVAC	2,15	1,48	+45,1%
Troia Resort - Operações	0,64	0,80	-19,7%
Activos Imobiliários	8,48	6,52	+30,0%
Troia Resort	0,57	2,37	-75,8%
Outros Activos Imobiliários	7,91	4,16	+90,3%
Eliminações & Ajustamentos	-2,46	-3,05	+19,2%
EBITDA Consolidado	26,66	20,88	+27,7%
Gastos de Depreciação e Amortização	24,38	19,44	+25,4%
Provisões e Perdas por Imparidade	-2,01	-0,18	<-100%
Gastos/Rendimentos não recorrentes (1)	0,18	0,35	-48,8%
EBIT			
Unidades de Negócio	3,35	5,55	-39,6%
Activos Imobiliários	5,77	1,03	>100%
Eliminações & Ajustamentos	-5,02	-5,31	+5,4%
EBIT Consolidado	4,11	1,26	>100%
Resultados Financeiros	-3,82	-4,25	+10,0%
Resultados Investimentos e Empresas Associadas	0,73	2,41	-69,8%
EBT	1,01	-0,58	-
Impostos	-0,81	-1,90	+57,7%
Resultado Líquido - Operações Correntes	0,21	-2,48	-
Resultado Líquido - Operações Descontinuadas	-3,47	-2,92	-18,8%
Resultado Líquido	-3,26	-5,40	+39,7%
Atribuível a Accionistas da Empresa-Mãe	-3,86	-6,51	+40,7%
Atribuível a Interesses sem Controlo	0,60	1,11	-45,7%

(1) Gastos de reestruturação e rendimentos extraordinários nas operações continuadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- O Volume de Negócios das Unidades de Negócio situou-se em 183,5M€, registando um incremento de 16,3% face ao ano de 2017. No mesmo período, o Volume de Negócios consolidado totalizou 235,4M€, o que representa um aumento de 29,1% em relação ao ano anterior. De registar que o Volume de Negócios beneficiou tanto do desempenho das Unidades de Negócio, como da Unidade de Activos Imobiliários.
 - O EBITDA das Unidades de Negócio cresceu para 20,6M€, 18,6% acima de 2017, equivalente a uma margem de 11,2%. O EBITDA consolidado cresceu 27,7%, para 26,7M€, gerando uma margem de 11,3%.
 - O Resultado Líquido das Operações Correntes situou-se num valor positivo de 0,2M€, representando uma melhoria de 2,8M€ face ao ano de 2017. Esta evolução beneficiou:
 - (i) do maior nível de EBITDA Consolidado, no valor de 5,8M€;
 - (ii) da reversão de imparidades relacionadas com os Activos Imobiliários da Sonae Capital. A avaliação efectuada pela Cushman & Wakefield em 2018 veio confirmar o valor intrínseco do nosso portefólio de Activos Imobiliários, pelo que foram revertidas imparidades relacionadas com os mesmos;
 - (iii) do menor nível de Custos não Recorrentes. Em 2018, foram registados Custos não Recorrentes no montante de 0,2M€, devidos a reestruturação de pessoal e uma imparidade relativa a um negócio realizado através da RACE Brasil, parcialmente compensados por proveitos não recorrentes referentes a indemnizações de seguros recebidas na Energia, pelas operações Ferreira e Alrota (anteriormente denominadas Ventos da Serra e Lusobrisa), relacionados com a paragem dos Parques, em 2018.
- Não obstante:
- (iv) o maior nível de Amortizações (+4,9M€), em função, sobretudo, das aquisições ocorridas no segmento de Energia e Fitness;
 - (v) quando comparado com o ano anterior, pelo reconhecimento, no 1S17, de *Badwill* no valor de 1,8M€ relativo às operações adquiridas no segmento de Energia.
- Em Operações Descontinuadas, salienta-se, tal como divulgado nos trimestres anteriores, o reconhecimento de um custo não recorrente de 3,5M€, fruto da estimativa mais recente sobre o montante total das potenciais contingências de fecho das operações da RACE no Brasil e Moçambique;
 - Em função do Resultado Líquido das Operações Correntes e das Operações Descontinuadas, o Resultado Líquido Consolidado registou, em 2018, uma melhoria de 2,1M€ face ao ano anterior, para um valor negativo de 3,3M€;
 - No 4T18, o Resultado Líquido foi positivo em 3,2M€, aumentando 9,0M€ face ao mesmo trimestre do ano homólogo.

ESTRUTURA DE CAPITAL

Investimento / Estrutura de Capitais/Rácios			
Milhões de Euros	Dez 2018	Dez 2017	Δ 18/17
Capital Investido Líquido	387,81	400,74	-3,2%
Activo Fixo	328,98	322,63	+2,0%
Investimentos Não Correntes (net)	20,12	8,64	>100%
Fundo Maneio	43,66	71,85	-39,2%
Investimento Bruto Período	32,62	61,62	-47,1%
% Activo Fixo	9,9%	19,1%	-9,2 pp
Dívida Líquida	119,78	109,37	+9,5%
% Capital Investido Líquido	30,9%	27,3%	+3,6 pp
Debt to Equity	44,7%	37,5%	+7,2 pp
Rácios de Estrutura de Capital			
Loan to Value (Activos Imobiliários)	21,1%	15,9%	+5,2 pp
Net Debt/EBITDA (base recorrente)	2,49x	2,67x	(0,2x)

- O Investimento Bruto de 2018 situou-se em 32,6M€, consequência, sobretudo, dos investimentos na aquisição da cadeia de Fitness PUMP (no valor de 8,4M€), na aquisição do Clube Lagoas Park (0,26M€), assim como do investimento, em curso, no projecto de desenvolvimento de uma central de cogeração alimentada a Biomassa (no valor de 13,2M€), no segmento de Energia.
- Em 2018, o *Free Cash Flow (levered)* foi positivo em 5,0M€, impactado: (i) por 21,5M€ de Cashflow das Operações das Unidades de Negócio; (ii) por recebimentos de vendas de Activos Imobiliários no montante de 36,8M€; e (iii) por investimentos de 41,7M€, incluindo, no 2T18, uma tranche final de 9M€, relativa às aquisições realizadas em 2017 no segmento de Energia e da aquisição do Pump no início do ano (8,4M€). Adicionalmente, incluindo os dividendos pagos em Maio de 2018, no valor de 15M€, a Dívida Líquida registou um incremento de 10,41M€ para 119,8M€.
- Mantivemos uma estrutura de capital adequada à tipologia de negócios e activos em posse do Grupo, com o rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA de 2,5x e LTV de 21,1%.
- O Capital Investido Líquido diminuiu de 400,7M€, no final de 2017, para 387,8M€, no final de 2018, motivado, sobretudo, pela actividade de venda de Activos Imobiliários.
- Em resultado da evolução da Dívida Líquida e do Capital Próprio, o rácio de *Debt to Equity* atingiu 44,7%, +7,2pp acima do final do ano de 2017.

BALANÇO CONSOLIDADO

Balço Consolidado			
Milhões de Euros	Dez 2018	Dez 2017	Δ 18/17
Total Activo	501,93	516,13	-2,8%
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	276,96	275,25	+0,6%
Goodwill	52,02	47,38	+9,8%
Investimentos Não Correntes	2,29	2,00	+14,9%
Outros Activos Não Correntes	35,20	34,38	+2,4%
Inventários	63,26	94,40	-33,0%
Clientes e Outros Activos Correntes	63,96	53,00	+20,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	7,56	7,31	+3,4%
Activos detidos para venda	0,67	2,42	-72,3%
Total Capital Próprio	268,03	291,37	-8,0%
Capital Próprio atribuível a Accionistas da Empresa-Mãe	258,59	280,45	-7,8%
Capital Próprio atribuível a interesses sem controlo	9,44	10,92	-13,5%
Total Passivo	233,90	224,76	+4,1%
Total Passivo Não Corrente	76,80	116,20	-33,9%
Empréstimos Não Correntes	59,43	88,47	-32,8%
Passivos por Impostos Diferidos	12,98	21,64	-40,0%
Outros Passivos Não Correntes	4,39	6,10	-27,9%
Total Passivo Corrente	157,10	108,55	+44,7%
Empréstimos Correntes	67,91	28,21	>100%
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	83,57	75,55	+10,6%
Passivos associados a Activos detidos para venda	5,62	4,79	+17,2%
Total Capital Próprio e Passivo	501,93	516,13	-2,8%

6.2. UNIDADES DE NEGÓCIO

ENERGIA

Demonstração Resultados Consolidados - Energia			
Milhões de Euros	FY 2018	FY 2017	Δ 18/17
Total Proveitos Operacionais	55,14	46,60	+18,3%
Volume de Negócios	52,55	45,22	+16,2%
Outros Proveitos Operacionais	2,59	1,38	+87,7%
Total Custos Operacionais	-40,03	-32,41	-23,5%
Custo das Vendas	-28,03	-23,18	-20,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	-6,93	-5,09	-36,1%
Custos Pessoal	-2,95	-2,64	-11,9%
Outros Custos Operacionais	-2,12	-1,50	-40,9%
EBITDA	15,12	14,19	+6,5%
Margem EBITDA (% Vol. Negócios)	28,8%	31,4%	-2,6 pp
EBIT	5,22	7,23	-27,8%
Margem EBIT (% Vol. Negócios)	9,9%	16,0%	-6,0 pp
Capex	15,00	38,99	-61,5%
EBITDA-Capex	0,12	-24,80	-
Capacidade Total (MW)	69,5	65,5	+6,1%
Detida & Operada	66,3	62,3	+6,4%
Operada (não consolidada)	3,2	3,2	

- O negócio de Energia encerrou o ano de 2018 com um Volume de Negócios de 52,6M€, 16,2% acima de 2017. As operações adquiridas em 2017 continuaram a ser bastante relevantes para o desempenho deste segmento, com um contributo de 10,6M€ no ano de 2018 (+5,5M€ acima de 2017) que, apesar de positivo, se situou aquém do que seria um valor normalizado destas operações, em virtude da menor disponibilidade do recurso (solar e eólico) no ano de 2018.
- O EBITDA totalizou 15,1M€, registando um crescimento de 6,5% e beneficiando do contributo das operações adquiridas, no valor de 6,7M€ (+2,7M€ acima de 2017). A margem EBITDA situou-se em 28,8%, diminuindo face à margem de 31,4% verificada em 2017, devido: (i) à operação de cogeração, em virtude da subida significativa dos preços das licenças de CO2; e, (ii) à operação de renováveis, em consequência da menor disponibilidade dos recurso solar e eólico no período.
- O EBIT registou um decréscimo de 27,8%, para 5,2M€. Tal foi resultado de um aumento no nível de Amortizações e Depreciações de 48,6%, em função, principalmente, das operações adquiridas durante 2017, acrescido do impacto acima referido, relacionado com a menor disponibilidade do recurso.
- O CAPEX ascendeu a 15,0M€, motivado, sobretudo, pelo desenvolvimento em curso da nova central termoelectrica de cogeração alimentada a biomassa florestal, no valor de 13,2M€. Tal como anunciado, a entrada em operação desta central de cogeração encontra-se prevista para o início de 2020.
- À data, a quase totalidade de projectos em exploração do segmento de Energia opera em regime de mercado regulado. O primeiro projecto a transitar para regime de mercado livre corresponde a 10MW (energia solar), o que ocorrerá no início do segundo semestre de 2021.

ENGENHARIA INDUSTRIAL

Demonstração Resultados Consolidados - Engenharia Industrial			
Milhões de Euros	FY 2018	FY 2017	Δ 18/17
Total Proveitos Operacionais	12,65	4,37	-
Volume de Negócios	11,91	4,27	-
Outros Proveitos Operacionais	0,74	0,10	-
Total Custos Operacionais	-14,48	-4,96	-
Custo das Vendas	-8,18	-2,90	-
Fornecimentos e Serviços Externos	-1,86	-0,69	-
Custos Pessoal	-3,67	-1,24	-
Outros Custos Operacionais	-0,76	-0,13	-
EBITDA	-1,83	-0,59	-
Margem EBITDA (% Vol. Negócios)	-15,3%	-13,8%	-1,5 pp
EBIT	-3,09	-0,99	-
Margem EBIT (% Vol. Negócios)	-25,9%	-23,2%	-2,7 pp
Capex	1,10	16,20	-
EBITDA-Capex	-2,92	-16,79	-

- O segmento de Engenharia Industrial integra a Adira, cuja aquisição foi formalizada em Julho de 2017. Ao longo do ano de 2018, o nosso principal objectivo tem sido ao nível da concepção e construção de uma estrutura de recursos adequados e suficientes para a concretização da estratégia de crescimento desenhada. Este processo tem sido mais moroso do que inicialmente previsto, estando, neste momento, a ser relançado um processo transformacional da área comercial, de pós-venda e acompanhamento de satisfação dos clientes.
- Os resultados de 2018 encontram-se, tal como antecipado, impactados pelo processo de reestruturação em curso, contribuindo para os resultados consolidados com 11,9M€, ao nível do Volume de Negócios, e 1,8M€ negativos, ao nível do EBITDA.
- Numa vertente mais operacional, e ainda não visível ao nível do resultado, o número de máquinas produzidas continuou a evoluir positivamente, totalizando 157 em 2018, contando com um contributo de 36 máquinas no 4T18. Verifica-se também um melhor acompanhamento de um conjunto de indicadores operacionais, como o prazo de entrega das máquinas, o tempo de resposta a clientes de assistência pós-venda, ou o número de não conformidades do produto.

FITNESS

Demonstração Resultados Consolidados - Fitness			
Milhões de Euros	FY 2018	FY 2017	Δ 18/17
Total Proveitos Operacionais	36,42	23,62	+54,2%
Volume de Negócios	36,12	23,25	+55,4%
Outros Proveitos Operacionais	0,30	0,38	-19,9%
Total Custos Operacionais	-31,92	-21,84	-46,2%
Custo das Vendas	-0,25	-0,14	-76,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	-18,89	-13,12	-44,0%
Custos Pessoal	-11,03	-7,34	-50,3%
Outros Custos Operacionais	-1,74	-1,24	-40,8%
EBITDA	4,50	1,79	>100%
Margem EBITDA (% Vol. Negócios)	12,5%	7,7%	+4,8 pp
EBIT	1,04	0,06	>100%
Margem EBIT (% Vol. Negócios)	2,9%	0,2%	+2,6 pp
Capex	12,62	3,23	>100%
EBITDA-Capex	-8,12	-1,45	<-100%
# Clubes em Operação	30	19	+11

- No segmento de Fitness, o ano de 2018 destacou-se tanto numa vertente operacional como financeira. O número médio de sócios activos continuou a evoluir positivamente e ascendeu a 85.637. Face ao ano de 2017, o número médio de sócios activos aumentou 69% (ao qual corresponde um aumento de 16% se considerarmos o universo Solinca). No mesmo período, o Volume de Negócios cresceu 55,4%, para 36,1M€, beneficiando do contributo do Pump, no valor de 7,2M€. Relativamente às mensalidades médias, é de destacar que estas aumentaram 7% numa base comparável.
- O negócio de Fitness encerrou o ano de 2018 com 30 Clubes em operação: 20 Clubes Solinca, 9 Clubes Pump e 1 Clube ONE. Com o objectivo de cumprir uma estratégia multi-segmento, pretendemos, ao longo dos próximos exercícios, dar continuidade ao plano de expansão em curso, aumentando o número de Clubes em cada segmento.
- O EBITDA situou-se em 4,5M€, mais do que duplicando face ao valor de 1,8M€ registado no ano de 2017. A margem EBITDA totalizou 12,5%, 4,8pp acima do período homólogo.
- O EBIT totalizou 1,0M€, um valor que compara com 0,1M€ no ano de 2017. Tal como referido anteriormente, o EBIT do negócio de Fitness encontra-se, em 2018, negativamente impactado pelo registo de uma imparidade de aproximadamente 0,3M€, relativa à descontinuação da operação de Crossfit, em Cascais, cuja rentabilidade não estava a corresponder às expectativas.

HOTELARIA

Demonstração Resultados Consolidados - Hotelaria			
Milhões de Euros	FY 2018	FY 2017	Δ 18/17
Total Proveitos Operacionais	24,28	23,52	+3,2%
Volume de Negócios	23,84	22,96	+3,8%
Outros Proveitos Operacionais	0,44	0,56	-20,1%
Total Custos Operacionais	-24,22	-23,78	-1,8%
Custo das Vendas	-3,26	-3,02	-7,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	-13,17	-13,27	+0,8%
Custos Pessoal	-7,08	-6,70	-5,7%
Outros Custos Operacionais	-0,71	-0,79	+9,8%
EBITDA	0,05	-0,26	-
Margem EBITDA (% Vol. Negócios)	0,2%	-1,2%	+1,4 pp
EBIT	-0,39	-0,65	+39,2%
Margem EBIT (% Vol. Negócios)	-1,6%	-2,8%	+1,2 pp
Capex	1,28	0,84	+53,4%
EBITDA-Capex	-1,23	-1,10	-11,7%
# Unidades/Operações	5	5	

- No segmento de Hotelaria, em 2018, o RevPar consolidado aumentou 4,5%, beneficiando do contributo positivo da totalidade das unidades hoteleiras no Porto (Porto Palácio Hotel, The Artist e The House Ribeira) e do Aqualuz Tróia. Em particular, o desempenho do Porto Palácio Hotel evoluiu de forma significativa, o que se traduziu num aumento do RevPar próximo de 15% em 2018, situando-se acima dos principais referenciais de mercado.
- O Volume de Negócios aumentou 3,8% face ao ano de 2017, totalizando 23,8M€. No mesmo período, o EBITDA evoluiu para um nível positivo, perfazendo 54 mil euros, um marco histórico para o negócio. De salientar que todas as operações na cidade do Porto registaram EBITDA positivo, estando o principal desafio de rentabilidade centrado no Aqualuz Tróia.
- O EBITDAR do segmento de Hotelaria ascendeu a 6,8M€, o que representa uma melhoria de 5,0% face ao valor registado no período homólogo do ano anterior, registando uma margem EBITDAR de 28,5%, um crescimento de 0,4pp face a 2017.
- O CAPEX totalizou 1,3M€ em 2018, o que representa uma subida face ao valor de 0,8M€ registado em 2017, devido, essencialmente, ao projecto de renovação do Porto Palácio Hotel.

REFRIGERAÇÃO & AVAC

Demonstração Resultados Consolidados - Refrigeração & AVAC			
Milhões de Euros	FY 2018	FY 2017	Δ 18/17
Total Proveitos Operacionais	47,88	51,36	-6,8%
Volume de Negócios	47,70	51,24	-6,9%
Outros Proveitos Operacionais	0,18	0,12	+51,2%
Total Custos Operacionais	-45,72	-49,88	+8,3%
Custo das Vendas	-31,51	-34,81	+9,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	-4,94	-5,41	+8,7%
Custos Pessoal	-8,89	-8,43	-5,5%
Outros Custos Operacionais	-0,39	-1,23	+68,5%
EBITDA	2,15	1,48	+45,1%
Margem EBITDA (% Vol. Negócios)	4,5%	2,9%	+1,6 pp
EBIT	1,64	0,89	+83,7%
Margem EBIT (% Vol. Negócios)	3,4%	1,7%	+1,7 pp
Capex	0,14	0,10	+40,8%
EBITDA-Capex	2,01	1,38	+45,4%

- O Volume de Negócios do negócio de Refrigeração & AVAC registou 47,7M€ em 2018, 6,9% abaixo do ano anterior. Tal é resultado de uma menor actividade de AVAC e, em menor escala, de Refrigeração, em virtude da recalendarização de algumas obras para 2019. A redução da actividade de AVAC é resultado da nossa estratégia para o negócio, que se consubstancia em privilegiar obras de maior valor e complexidade, onde o aporte de valor do nosso *know how* é melhor percebido.
- O EBITDA situou-se em 2,2M€ em 2018, um aumento de 45,1% face a 2017, impulsionado por um crescimento de 64,5% no 4T18, característico desta área de negócio. Esta evolução é resultado de um maior enfoque em Refrigeração, beneficiado, ainda, de uma melhoria em AVAC, relacionada com uma exposição superior a obras de maior rentabilidade.
- De notar que o volume de contratos em carteira, no final de Dezembro de 2018, totalizava 18,0M€, fazendo antever níveis de actividade favoráveis para os primeiros meses de 2019.
- O EBIT situou-se em 1,6M€, 83,7% acima de 2017, em virtude do registo de uma imparidade relativa a um negócio realizado através da RACE Brasil, tal como divulgado no 1T18.

TROIA RESORT – OPERAÇÕES

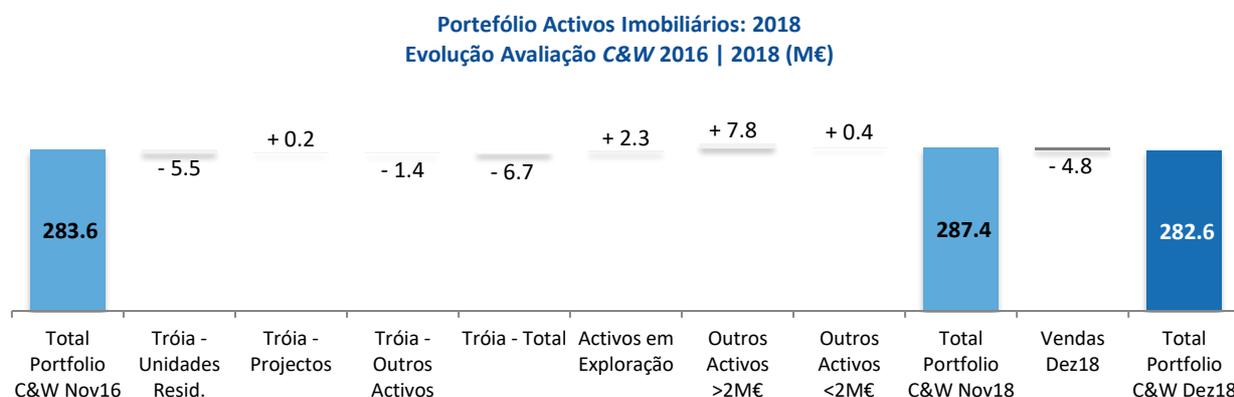
Demonstração Resultados Consolidados - Troia Resort - Operações			
Milhões de Euros	FY 2018	FY 2017	Δ 18/17
Total Proveitos Operacionais	12,27	11,70	+4,9%
Volume de Negócios	11,41	10,92	+4,6%
Outros Proveitos Operacionais	0,85	0,78	+9,1%
Total Custos Operacionais	-11,66	-10,90	-7,0%
Custo das Vendas	-1,56	-1,44	-8,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	-5,86	-4,93	-18,9%
Custos Pessoal	-3,47	-3,65	+5,1%
Outros Custos Operacionais	-0,78	-0,88	+11,7%
EBITDA	0,64	0,80	-19,7%
Margem EBITDA (% Vol. Negócios)	5,6%	7,3%	-1,7 pp
EBIT	-1,07	-0,99	-8,6%
Margem EBIT (% Vol. Negócios)	-9,4%	-9,1%	-0,3 pp
Capex	0,38	0,62	-39,2%
EBITDA-Capex	0,26	0,18	+48,9%

- As operações do Troia Resort incluem, para além do transporte fluvial Atlantic Ferries, operações como a Marina de Tróia e o Tróia Market.
- O Volume de Negócios das operações do Troia Resort totalizou 11,4M€ em 2018, 4,6% acima do ano anterior. O EBITDA situou-se em 0,6M€, descendo face ao valor de 0,8M€ registado em 2017 decorrente de custos com estudos relacionados com o reposicionamento de Tróia que, acreditamos, conduzirão a níveis de rentabilidade para patamares superiores e, acima de tudo, elevará a experiência de cliente, no Resort, para níveis de excelência.
- O CAPEX manteve-se em níveis controlados, devendo-se, em essência, a investimentos de renovação e melhorias na operação do transporte fluvial e da Marina de Tróia.

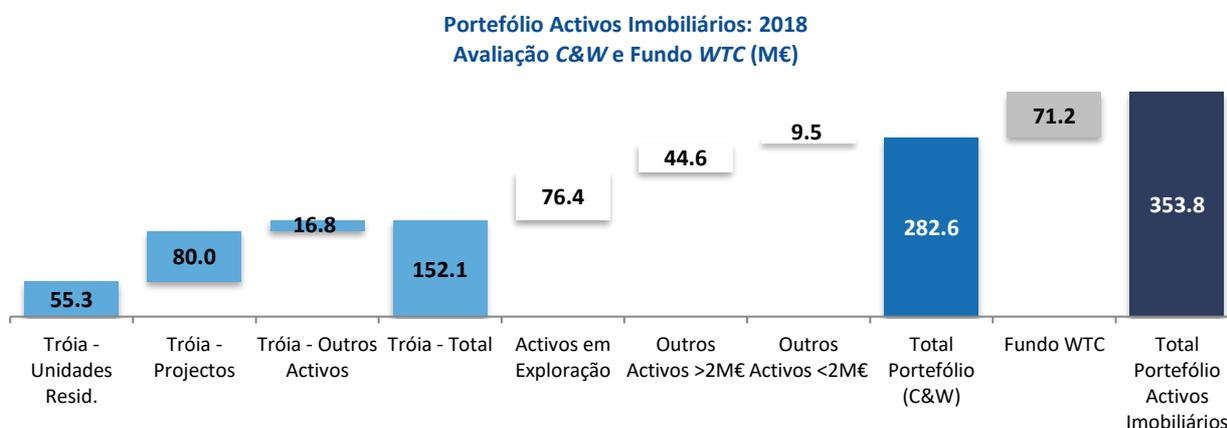
6.3. ACTIVOS IMOBILIÁRIOS

A Sonae Capital detém um portefólio de activos imobiliários que compreende activos em diferentes estádios de licenciamento e construção, incluindo lotes de terreno com e sem viabilidade construtiva, unidades residenciais, projectos de construção residencial, turísticos e comerciais, escritórios, edifícios fabris e espaços comerciais, com elevada dispersão geográfica.

De acordo com o nosso compromisso em fornecer ao mercado informação financeira completa e fidedigna, procedemos, de dois em dois anos, à actualização da avaliação do património imobiliário com o apoio da entidade de referência *Cushman & Wakefield*. De acordo com a avaliação efectuada em 30 de Novembro de 2018, o valor global do portefólio ascendia a 287,4M€, o que compara com 283,6M€, em 30 de Novembro de 2016.



Em 31 de Dezembro de 2018, o bloco de activos imobiliários do Grupo Sonae Capital ascendia a 353,8M€, incluindo, não só, uma parcela de activos avaliada pela *Cushman & Wakefield* em 282,6M€, mas também, os activos em posse do Fundo WTC, cujo valor de mercado se situava, na mesma data, em 71,2M€. A 31 de Dezembro de 2018, o capital empregue neste bloco de activos imobiliários, excluindo Unidades Turísticas Residenciais em Tróia e o Fundo WTC, ascendia a 145,6M€.



TROIA RESORT

Este segmento inclui, na Península de Tróia, Unidades Turísticas Residenciais já desenvolvidas e, ainda, lotes para construção. Do total de 546 Unidades Turísticas Residenciais desenvolvidas, o número de unidades disponíveis para venda à data deste reporte era de 84 (descontando as reservas e CPCVs em carteira).

Em 2018, o Volume de Negócios registado ascendeu a 18,5M€, 19,9% acima do ano anterior, fruto dos seguintes contributos:

- Realização de 38 escrituras de Unidades Turísticas Residenciais, correspondentes a 14,7M€, o que compara com 29 escrituras em 2017, no valor de 11,7M€. Das 38 escrituras realizadas, 19 foram ao abrigo do produto com rendimento garantido.
- Rendas relativas à exploração dos activos detidos (Hotéis, Tróia Shopping, Parques de estacionamento, Unidades Turísticas em exploração), no valor de 2,7M€, mantendo-se em linha com o valor registado no ano anterior.

Até à data deste relatório, foram realizadas 5 escrituras adicionais (no valor global de 2,3M€), encontrando-se, ainda, em stock 12 contratos de Promessa de Compra e Venda e Reservas, no montante total de 5,8M€. De notar que o Contrato de Promessa de Compra e Venda da Unidade Operacional 3 (UNOP 3), assinado no 2T18, no valor de 20M€, não se encontra, ainda, reflectido nos resultados, sendo expectável que tal deva ocorrer nos próximos meses.

OUTROS ACTIVOS

A Unidade de Outros Activos Imobiliários registou um Volume de Negócios de 41,1M€. Este valor inclui a remuneração dos Activos sob exploração e, ainda, o valor de escrituras realizadas em 2018, no montante global de 35,7M€. Neste bloco, inclui-se a escritura do Loteamento EFANOR, em Matosinhos, um dos activos de maior valor no portefólio e, ainda, o Lote 11, na Quinta das Sedas, em Matosinhos.

Em carteira, à data deste relatório, existem ainda CPCVs assinados sobre um conjunto de activos, no montante global de 10,6M€, fornecendo boas perspectivas assim que as respectivas escrituras se concretizem. Neste conjunto de activos, destaca-se o CPCV do Edifício Metrópolis, em Matosinhos.

7. PERSPECTIVAS

No decorrer do ano de 2019, daremos continuidade ao plano de monetização de Activos Imobiliários da Sonae Capital, um dos aspectos fundamentais para a efectiva implementação da Estratégia Corporativa.

No negócio de Energia, continuaremos focados num percurso de crescimento, o que implicará reforçar a nossa operação de cogeração, quer explorando eventuais oportunidades no mercado Português, quer explorando novas geografias, nomeadamente o México. Pretendemos, em 2019, concluir o investimento em curso na central de cogeração alimentada a biomassa, em Mangualde, que, em velocidade cruzeiro, irá garantir um fluxo considerável e estável de cashflow.

No negócio de Fitness, e focados no objectivo de liderar o mercado, daremos continuidade ao nosso plano de expansão, seguindo uma estratégia multi-segmento através das marcas Pump, Solinca e ONE. Para tal, pretendemos não só abrir novos Clubes, como explorar novas oportunidades de aquisição.

No negócio de Hotelaria, e com a integração da exploração do Aqualuz Suite Hotel Lagos, arrancamos o ano de 2019 com seis unidades hoteleiras em exploração. Detemos, ainda, a concessão para uma nova unidade na Estação Ferroviária de Santa Apolónia, em Lisboa, cuja obra terá início em 2019 e que consideramos possuir um potencial extremamente elevado. Estamos a criar um portefólio mais equilibrado e, sobretudo, com mais escala, para encarar os próximos exercícios com níveis de rentabilidade sustentadamente em terreno positivo. Continuaremos a acompanhar as dinâmicas próprias deste mercado, tanto ao nível das variáveis de preço e procura, como de potenciais movimentos de consolidação.

No negócio de Refrigeração & AVAC, com a devida adequação à natureza e maturidade do negócio, focar-nos-emos em melhorar o perfil de rentabilidade, mantendo sempre atenção na evolução do sector.

Por fim, no negócio de Engenharia Industrial, a Adira deverá concluir, ao longo do ano, o processo transformacional em curso, muito alavancado na definição e implementação de uma estratégia comercial adequada, condição necessária para a obtenção de resultados em linha com as nossas ambições. É nossa expectativa que 2020 possa já ser um ano em velocidade de cruzeiro, com a empresa totalmente redesenhada.

No futuro, dando seguimento à nossa Estratégia Corporativa, continuaremos a investir na criação de um cluster de empresas de base tecnológica, com forte vocação exportadora e alavancadas nas competências da engenharia portuguesa.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em face dos resultados e *cash-flow* gerado no exercício e das perspectivas da continuada alienação de Activos Imobiliários em curso, o Conselho de Administração da Sonae Capital aprovou uma proposta de distribuição aos accionistas de um dividendo bruto de 18,5 milhões de euros. Este dividendo decorrerá da aplicação de resultados do exercício e da distribuição de Reservas Livres, correspondentes a um dividendo líquido de 0,074 euros por acção.

Do dividendo global de 18,5 milhões de euros, excluir-se-á o montante do dividendo que caberia às acções que, à data da distribuição do mesmo, sejam detidas pela própria sociedade ou por sociedades suas dependentes, que deverá continuar a ser afecto a Reservas Livres.

Esta proposta está sujeita a aprovação final na Assembleia Geral de Accionistas.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES

9.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

O resultado líquido da Sonae Capital, SGPS, SA, empresa holding do Grupo, foi positivo em 5.294.899 euros. O resultado compara com o valor de 5.589.342 euros do ano anterior, tendo sido negativamente impactado por uma perda de 2M€ nos resultados relativos a investimentos, pese embora o menor nível de impostos, no valor de 1,5M€.

No resultado do exercício encontra-se já reflectido o montante de 194.999 euros destinado à remuneração variável dos administradores executivos e do pessoal, na modalidade de distribuição de lucros do exercício, nos termos do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos e sob proposta da Comissão de Vencimentos a quem compete a concretização da política de remuneração aprovada na Assembleia Geral de 3 de Maio de 2018.

9.2 ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante 2018, a Sociedade alienou 675.810 acções pelo montante global de 627.152€ (preço médio de referência de 0,928€ por acção) em resultado da distribuição de acções pelos colaboradores conforme o disposto nos Planos de Remuneração Variável de Médio Prazo. Com referência a 31 de Dezembro de 2018, a Sonae Capital detinha 4.107.623 acções próprias, representativas de 1,643% do seu capital social.

9.3 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2018, os Administradores Não Executivos aportaram contributos significativos na discussão das diferentes opções estratégicas, mantendo, como em anos anteriores, contacto próximo com os directores corporativos e com as equipas de gestão. Durante o ano em apreço, os Administradores Não Executivos desempenharam de forma efectiva as suas funções enquanto membros do Conselho de Administração e membros da Comissão de Auditoria e Finanças e da Comissão de Nomeação e Remunerações.

No ponto 29 do Relatório sobre o Governo da Sociedade é possível encontrar informação adicional relativa ao funcionamento das Comissões supra referidas, complementando a informação relativa à actividade dos Administradores Não Executivos descrita neste ponto do relatório.

9.4 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 21 de Janeiro de 2019, a Sonae Capital informou sobre a adjudicação, à sua participada The House Ribeira Hotel – Exploração Hoteleira, S.A., a subconcessão para instalação e exploração de uma Unidade Hoteleira no Edifício da Estação Ferroviária de Santa Apolónia, em Lisboa, no âmbito do concurso lançado pelo IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.. O período da subconcessão ascende a trinta e cinco anos, encontrando-se os dois primeiros anos isentos do pagamento de rendas. A abertura desta unidade encontra-se prevista para o primeiro semestre de 2021.

Em 6 de Fevereiro de 2019, a Sonae Capital informou que, na sequência da manifestação de intenção de venda pela sociedade Efanor Investimentos, SGPS, S.A., adquiriu, pelo valor de 1 euro, a sociedade Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda, à sociedade Efanor Investimentos, SGPS, S.A.. A sociedade Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda detém a exploração do Hotel “Aqualuz Suite Hotel Lagos”. Esta transacção teve efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2019.

9.5 AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece a todos os stakeholders da Sonae Capital o apoio e confiança demonstrada ao longo de todo o ano, salientando a cooperação e acompanhamento por parte do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Aos nossos colaboradores, agradecemos o sentido de compromisso, o seu inequívoco contributo para a expressiva melhoria dos resultados operacionais e o esforço partilhado na prossecução das metas traçadas.

Reafirmamos que continuamos a acreditar estarem cada vez mais firmes as bases para o crescimento sólido do Grupo, acreditando no sucesso e sustentabilidade da estratégia definida.

Maia, 1 de Março de 2019

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela
Membro do Conselho de Administração

Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata
Presidente da Comissão Executiva, CEO

Ivone Pinho Teixeira
Membro da Comissão Executiva, CFO

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Membro do Conselho de Administração

Francisco de La Fuente Sánchez
Membro do Conselho de Administração

Paulo José Jubilado Soares de Pinho
Membro do Conselho de Administração

10. ANEXO

10.1 DECLARAÇÃO

Nos termos do Artigo 245, parágrafo 1, c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, dos activos e passivos, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae Capital, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente os principais eventos ocorridos no exercício de 2018 e os seus impactos, quando aplicáveis, a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Capital, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e inclui uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 1 de Março de 2019

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela
Membro do Conselho de Administração

Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata
Presidente da Comissão Executiva, CEO

Ivone Pinho Teixeira
Membro da Comissão Executiva, CFO

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Membro do Conselho de Administração

Francisco de La Fuente Sánchez
Membro do Conselho de Administração

Paulo José Jubilado Soares de Pinho
Membro do Conselho de Administração

10.2 ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E ARTIGO 14º Nº7 DO REGULAMENTO DA CMVM Nº5/2008

Divulgação do nº de acções e outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização ou por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transacções efectuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise:

Artigo 447º							
	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018
		Quant.	Valor médio, €	Quant.	Valor médio, €		
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**)							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Minoritário	
Migracom, SA (2)						Dominante	
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Minoritário	
Linhacom, SA (3)						Dominante	
Sonae Capital, SGPS, SA	29.03.2018	168 718	0,928				449 213
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (**)							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Minoritário	
Sonae Capital, SGPS, SA							838 862
Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata (*) (***)							
Sonae Capital, SGPS, SA	29.03.2018	159 604	0,928				980 330
Ivone Maria Pinho Teixeira da Silva (*) (***)							
Sonae Capital, SGPS, SA	29.03.2018	167 525	0,928				277 595
Álvaro Carmona e Costa Portela (*)							
Sonae Capital, SGPS, SA							24 942
Obrigações Sonae Capital/2014-2019							1
Paulo José Jubilado Soares de Pinho (*)							
Sonae Capital, SGPS, SA							12 650
Pessoa estreitamente relacionada (a)							8 125

Artigo 447º						
Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2018
	Quant.	Valor médio, €	Quant.	Valor médio, €		
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae Capital, SGPS, SA						88 859 200
Pareuro, BV					Dominante	
(2) Migracom, SA						
Sonae Capital, SGPS, SA						161 250
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA					Minoritário	
(3) Linhacom, SA						
Sonae Capital, SGPS, SA						43 912
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA					Minoritário	
(4) Pareuro, BV						
Sonae Capital, SGPS, SA						66 600 000
(5) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA						
Sonae Capital, SGPS, SA						513 160
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae Capital, SGPS, SA						88 859 200
Pareuro, BV					Dominante	
(2) Migracom, SA						
Sonae Capital, SGPS, SA						161 250
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA					Minoritário	

(*) Administrador da Sonae Capital, SGPS, SA;

(**) Administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante);

(***) Acções adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo;

(a) Artigo 248º B, nº4, al. b) - pertencentes à Change Partners, SCR, SA, da qual é Membro do Conselho de Administração.

10.3 ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Número de acções detidas por accionistas com mais de 10%, 33% ou 50% do Capital Social da Sonae Capital, SGPS, SA:

Artigo 448º	
Número de acções a 31.12.2018	
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)	
Sonae Capital, SGPS, SA	88 859 200
Pareuro, BV	Dominada
Pareuro, BV	
Sonae Capital, SGPS, SA	66 600 000

(1) A Efanor Investimentos, SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de Novembro de 2017, de ter um accionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

10.4 PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Accionistas que detêm mais de 2% do Capital Social da Sonae Capital, SGPS, SA, dando cumprimento ao disposto no n.º 1, alínea b) do Artigo 8º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM:

Participações Qualificadas			
Accionista	Nº de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.			
Detidas Directamente	88 859 200	35.544%	36.137%
Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor)	66 600 000	26.640%	27.085%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	838 862	0.336%	0.341%
Através de Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	449 213	0.180%	0.183%
Através da Linhacom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	43 912	0.018%	0.018%
Através da Migracom, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	161 250	0.065%	0.066%
Total Imputável	156 952 437	62.781%	63.830%
Quaero Capital			
	12 322 845	4.929%	5.011%
Total Imputável	12 322 845	4.929%	5.011%
AZValor Asset Management, SGIIC, SA			
	5 011 941	2.005%	2.038%
Total Imputável	5 011 941	2.005%	2.038%

NOTAS METODOLÓGICAS

A informação consolidada contida neste comunicado é auditada e está baseada em Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

Com o objectivo de continuar a fornecer a melhor informação financeira relativa, não só, ao Consolidado Sonae Capital, como também, de cada um dos segmentos de negócio, e alinhando com as melhores práticas de mercado, as operações internacionais (Moçambique e Brasil) do segmento de Refrigeração & AVAC, são consideradas como activos detidos para venda e, portanto, o seu contributo para os resultados consolidados é relevado como operações descontinuadas.

GLOSSÁRIO

AVAC

Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado

Cash Flow Operacional

EBITDA - Investimento Bruto (CAPEX)

CPCV

Contrato de Promessa de Compra e Venda

Dívida Líquida

Empréstimos Não Correntes + Empréstimos Correntes – Caixa e Equivalentes de Caixa – Investimentos Correntes

EBITDA

Resultados Operacionais (EBIT) + Amortizações e Depreciações + Provisões e Perdas por Imparidade + Perdas por Imparidade de Activos Imobiliários em Existências (incluídas em Custo das Mercadorias Vendidas) – Reversão de Perdas por Imparidade e Provisões (incluídas em Outros Proveitos Operacionais)

EBITDAR

EBITDA + Rendas de Edifícios

Investimento Bruto

Investimento em Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Loan to Value

Endividamento Líquido dos Activos Imobiliários / Valorização dos Activos Imobiliários

Rácio de Gearing: Debt to Equity

Endividamento Líquido / Capitais Próprios

RevPAR

Receita por Quarto Disponível

sonaecapital.pt

RELATÓRIO & CONTAS

PARTE II

**GOVERNO
SOCIEDADE**

31 dezembro
2018

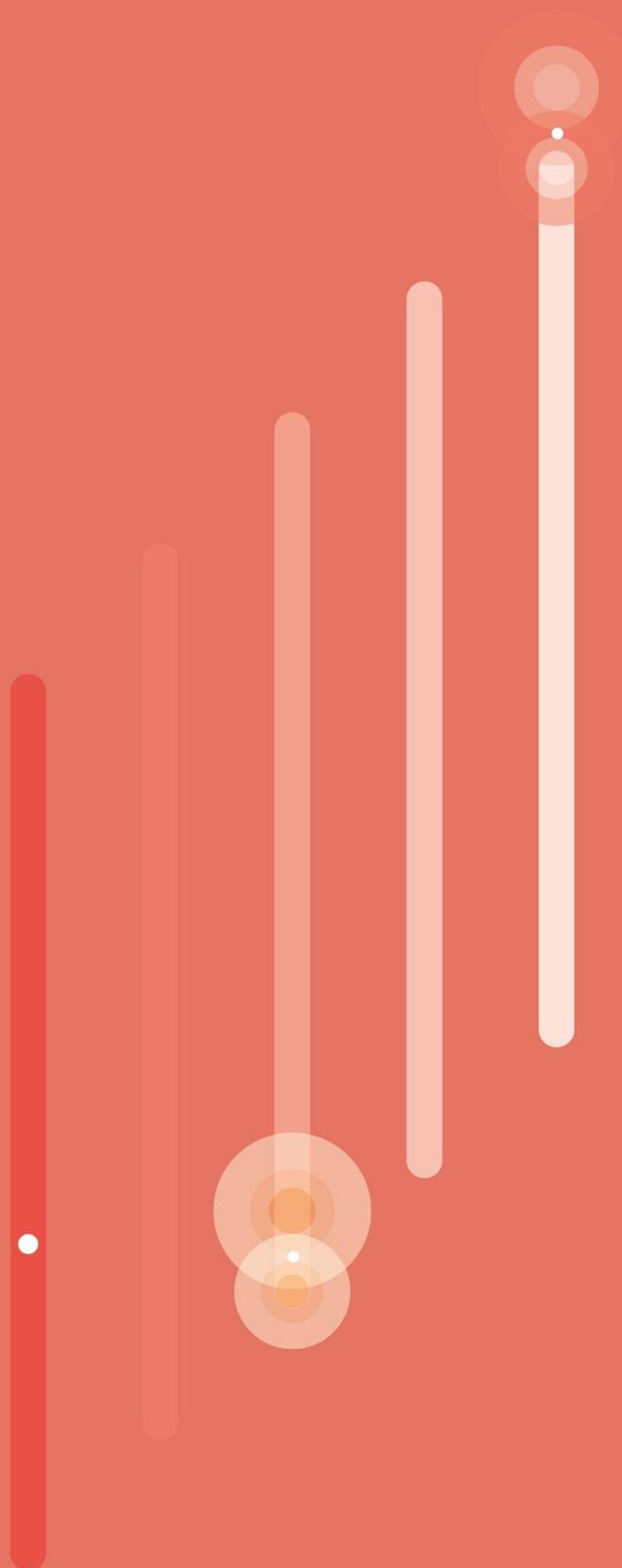


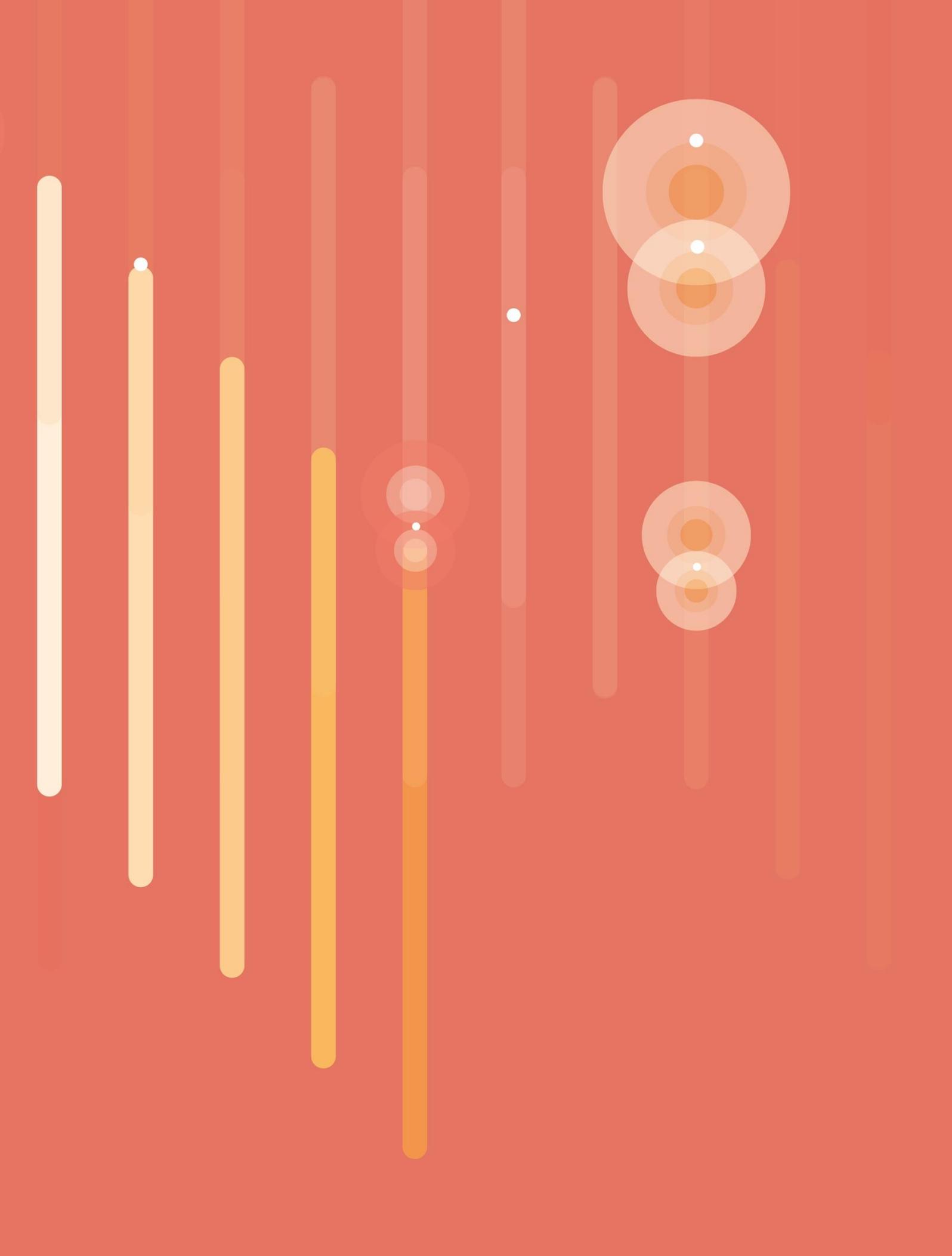


ÍNDICE

1	53
INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	
2	109
AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	
3	125
ANEXO AO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	

PARTE II
**GOVERNO
SOCIEDADE**
31 dezembro
2018





1. INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACCIONISTA

I. Estrutura de Capital

1. Estrutura do Capital Social

O capital social da Sonae Capital, SGPS, SA, (doravante abreviadamente designada por “Sociedade” ou “Sonae Capital”) é de 250.000.000 euros, integralmente subscrito e realizado, está dividido em 250.000.000 acções ordinárias, escriturais e nominativas, cada uma com o valor nominal de 1 euro.

A totalidade das acções da Sonae Capital está admitida à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das acções

As acções da Sociedade não têm qualquer restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade, nem existem accionistas titulares de direitos especiais. Deste modo, as acções são livremente transmissíveis de acordo com as normas legais aplicáveis.

3. Acções Próprias

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, a Sociedade detinha 4.107.623 acções próprias, representativas de 1,643% do capital social, correspondentes a igual percentagem de direitos de voto.

4. Impacto da alteração de controlo accionista da Sociedade em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sociedade que contenham cláusulas com o objectivo de constituir medidas defensivas à alteração de controlo accionista em caso de ofertas públicas de aquisição.

Nos mesmos termos, a Sociedade não aprovou qualquer disposição estatutária ou regras ou normas com vista a impedir o sucesso de ofertas públicas de aquisição.

5. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo accionista

Durante o exercício de 2018 não foram adoptadas quaisquer medidas defensivas.

A maioria do capital social da Sociedade é imputada a um único accionista, sendo que igualmente não existe qualquer norma estatutária que preveja a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

Parte II

Governo Sociedade

6. Acordos parassociais

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objecto a Sociedade.

II. Participações Sociais e obrigações detidas

7. Participações qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2018 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, os accionistas que, de acordo com o artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, têm uma participação qualificada representativa de, pelo menos, 2% do capital social da Sonae Capital, são os seguintes:

Participações Qualificadas				
Accionista	Nº de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto	
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.				
Detidas Directamente	88 859 200	35.544%	36.137%	
Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor)	66 600 000	26.640%	27.085%	
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	838 862	0.336%	0.341%	
Através de Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor)	449 213	0.180%	0.183%	
Através da Linhacom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	43 912	0.018%	0.018%	
Através da Migracom, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	161 250	0.065%	0.066%	
Total Imputável	156 952 437	62.781%	63.830%	
Quaero Capital				
Total Imputável	12 322 845	4.929%	5.011%	
AZValor Asset Management, SGIIC, SA				
Total Imputável	5 011 941	2.005%	2.038%	

¹ A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de Novembro de 2017, de ter um accionista de controlo nos termos e para os efeitos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

8. Número de acções e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentada nos termos do n.º5 do Artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais

As acções e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização na Sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, directamente ou através de pessoas relacionadas, encontram-se

Parte II

Governo Sociedade

divulgadas em anexo ao relatório anual de gestão nos termos exigidos pelo artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

A competência anteriormente atribuída pelos Estatutos da Sociedade ao Conselho de Administração da Sociedade para deliberar operações de aumento de capital cessou a sua vigência em Dezembro de 2012, pelo que, a partir daquela data, tal competência reside exclusivamente na Assembleia Geral de Accionistas nos termos legalmente previstos.

10. Relações de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

No âmbito das actividades comerciais dos negócios que compõem o portfólio da Sonae Capital, existem um conjunto de relações de natureza comercial entre a Sociedade e as suas Subsidiárias e titulares, ou sociedades por si detidas, de participações qualificadas.

As referidas transacções fazem parte da actividade regular de cada uma das sociedades e são efectuadas respeitando as normais práticas e condições de mercado. Adicionalmente, quando envolvendo partes relacionadas, estas transacções são escrutinadas e, quando significativas, aprovadas em antecipação pelo Conselho Fiscal.

Durante o ano de 2018, não foram realizados negócios ou transacções comerciais significativas entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas na sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respectivo mandato

As Assembleias Gerais de Accionistas são conduzidas pela Mesa da Assembleia Geral, cujos membros são eleitos pelos Accionistas para um mandato de três anos, coincidente com o mandato dos demais órgãos sociais.

Os membros que integram o actual mandato foram eleitos, em segundo mandato, por deliberação da Assembleia Geral Anual de 3 de Maio de 2018, para o corrente mandato 2018-2020.

- Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão (Presidente);
- Maria da Conceição Henriques Fernandes Cabaços (Secretária).

b) Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

O capital social da Sociedade é representado, na sua totalidade, por uma única categoria de acções, ordinárias, correspondendo a cada acção um voto, não existindo quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto.

Para participação dos accionistas na Assembleia Geral apenas deverão ser cumpridas as regras legais aplicáveis que determinam a “Data de Registo” como momento relevante para a comprovação da qualidade de accionista e do

Parte II

Governo Sociedade

exercício dos correspondentes direitos de participação e votação em Assembleia Geral, bem como o regime de participação e votação dos accionistas que, a título profissional, detenham acções em nome próprio, mas por conta de clientes.

Os accionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral mediante apresentação de documento de representação escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue até ao início dos trabalhos, que indique o nome e domicílio do representante e a data da reunião. Tal comunicação também pode ser efectuada por correio electrónico de acordo com as instruções constantes do aviso convocatório.

Um accionista pode designar diferentes representantes relativamente às acções detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto e da votação em sentido diverso permitida aos accionistas a título profissional.

A Sociedade disponibiliza, dentro dos prazos legais, informação adequada - convocatória das assembleias gerais, formas de exercício do voto e procedimentos a adoptar para o exercício do voto por correspondência, electrónico ou por representação, bem como minuta de carta de representação, todos em língua portuguesa e inglesa, na sua página na Internet (www.sonaecapital.pt) no sentido de assegurar, promover e incentivar a participação dos accionistas nas assembleias gerais, directamente ou através de representantes.

Para além do sítio da Sociedade na Internet, a referida documentação é ainda disponibilizada aos accionistas, para consulta, na sede da sociedade, durante o horário de expediente, bem como no Sistema de Divulgação de Informação da CMVM (www.cmvm.pt), a partir da data de divulgação da convocatória.

Os accionistas podem votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral, podendo o voto ser efectuada por via electrónica. A sua forma é definida na convocatória da Assembleia Geral, sendo disponibilizado em <http://sonaecapital.pt/pt/governo-societario/assembleia-geral-de-accionistas> um formulário destinado à solicitação dos elementos técnicos necessários para o seu exercício.

A Sociedade disponibiliza igualmente aos accionistas minutas do boletim de voto por correspondência em língua portuguesa e inglesa na sua página na Internet (www.sonaecapital.pt), em simultâneo com a divulgação da convocatória da Assembleia Geral, bem como a correspondente documentação preparatória relativa aos diversos pontos da Ordem de Trabalhos, nas línguas portuguesa e inglesa.

A Sociedade não adoptou qualquer mecanismo que provoque o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e do direito de voto de cada acção.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquela se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Artigo 20

Não existe qualquer limitação no número de votos que pode ser detido ou exercido por um único accionista ou grupo de accionistas.

14. Deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, excepto se a lei dispuser diversamente.

II. Administração e Supervisão

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adoptado

A Sociedade adopta um modelo de governo monista (composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas), previsto nos artigos 278º, n.º 1, alínea a) e 413º, n.º 1, alínea b), ambos do Código das Sociedades Comerciais, complementada por uma delegação de poderes de gestão na Comissão Executiva.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, por praticar todos os actos de administração relativos ao objecto social, por determinar a orientação estratégica da Sociedade, bem como proceder à designação e supervisão geral da actuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por ele constituídas.

O Conselho de Administração considera que o modelo de governo adoptado se demonstra adequado ao exercício das competências de cada um dos órgãos sociais, assegurando, de forma equilibrada, quer a sua independência, quer o funcionamento do respectivo interface. Adicionalmente, as comissões especializadas, adstritas a matérias de grande relevância, maximizam a qualidade e performance do órgão de administração, reforçando a qualidade do seu processo decisório.

A Comissão Executiva exerce os poderes que lhe foram delegados pelo Conselho de Administração em matéria de gestão corrente da Sociedade e dos serviços corporativos.

Os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

Os detalhes da estrutura adoptada, os órgãos que a compõem e correspondentes funções e responsabilidades são apresentados nos números seguintes.

16. Regras Estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e os Estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Accionistas.

Os Estatutos preveem que um administrador possa ser eleito individualmente se existirem propostas subscritas por accionistas que possuam, isoladamente ou em conjunto com outros accionistas, acções representativas de entre dez a vinte por cento do capital social (administrador eleito ao abrigo da regra das minorias). O mesmo accionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada proposta deve conter, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para o mesmo cargo a preencher. Se forem apresentadas várias propostas subscritas por diferentes accionistas ou grupos de accionistas, a votação incidirá sobre o conjunto das propostas.

Encontra-se ainda estabelecido estatutariamente que, em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer um dos seus membros, que não o administrador eleito ao abrigo da regra das minorias, o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos accionistas na primeira Assembleia Geral que se realizar a seguir à cooptação. Em caso de falta definitiva de um Administrador eleito de acordo com as regras explanadas no parágrafo anterior, proceder-se-á a eleição através da realização de uma Assembleia Geral.

No âmbito do exercício do poder de cooptação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação e Remunerações é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de administrador com o perfil adequado ao exercício das funções de administração, de acordo com os critérios e valores definidos pela Sociedade e incluídos no seu Código de Conduta e Política de Diversidade.

Considerar-se-á que um administrador incorre em falta definitiva, quando o mesmo faltar a duas reuniões seguidas ou interpoladas, sem apresentar justificação que seja aceite pelo Conselho de Administração.

A Sociedade tem integral convicção de que a adequação do órgão de administração às funções que lhes são cometidas é essencial para assegurar uma composição adequada dos interesses de todos os seus *stakeholders* e resulta facilitada por meio de soluções criativas resultantes da combinação de perspectivas e backgrounds diferentes, tal como consta da sua Política de Diversidade. Nesta senda, tem a Sociedade como essencial que na selecção dos membros dos referidos órgãos, os accionistas aprovem propostas de eleição de órgãos sociais que assentam em critérios de diversidade, de modo a procurar que os mesmos reúnam uma maior amplitude de conhecimentos, competências, experiências e valores. Por forma a dar ainda mais visibilidade a estes princípios exorta a Sociedade, no seu Código de Conduta, os accionistas a fundamentarem devidamente as suas propostas de eleição, fazendo corresponder as concretas características dos membros indicados para os órgãos sociais, aos critérios de selecção que divulgou.

É demonstrativo desta convicção quer o cumprimento pela Sociedade do regime da representação equilibrada entre homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização nas sociedades cotadas em bolsa, ainda antes da publicação da Lei n.º 62/2017 em 1 de Agosto de 2017, quer os princípios que norteiam a Comissão de Nomeação e Remunerações aquando do cumprimento das funções relativas à identificação de candidatos *supra* mencionada quer no Código de Conduta, que se encontra disponível para consulta no seu website - www.sonaecapital.pt e abrange todo o perímetro do Grupo Sona Capital. Estas competências privilegiam sobretudo i) a qualificação profissional paralelamente com a renovação da composição dos órgãos sociais de modo a garantir uma compatibilização entre a senioridade e a necessidade de diversificação de percursos profissionais, no sentido de evitar uma lógica monolítica de pensamento de grupo; ii) a diversidade de género; iii) a diversidade de conhecimentos e a iv) diversidade etária, não havendo uma visão restritiva quanto aos limites de idade para o exercício de funções sociais.

17. Composição do Conselho de Administração

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de três anos, podendo os seus membros ser reeleitos uma ou mais vezes. O actual mandato do Conselho de Administração corresponde ao triénio 2018-2020. É o Conselho de Administração que, nos termos dos Estatutos, elege o seu Presidente.

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, o Conselho de Administração era composto por sete membros, dois membros executivos e cinco membros não executivos, dos quais três são independentes.

Os actuais membros do Conselho de Administração que foram eleitos para o mandato 2018-2020 constam da tabela seguinte:

Nome	Primeira nomeação	Data de termo de mandato
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Março 2015	31 Dezembro 2020
Álvaro Carmona e Costa Portela*	Março 2011	31 Dezembro 2020
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Março 2011	31 Dezembro 2020
Francisco de La Fuente Sánchez	Abril 2008	31 Dezembro 2020
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	Abril 2008	31 Dezembro 2020
Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata	Abril 2016	31 Dezembro 2020
Ivone Maria Pinho Teixeira da Silva	Março 2013	31 Dezembro 2020

* Coordenador nomeado entre os administradores independentes, nos termos do Artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração.

18. Distinção entre membros executivos e não executivos

Nome	Cargo
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente - Não Executivo
Álvaro Carmona e Costa Portela	Vice-Presidente - Não Executivo (Independente)
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Não Executivo*
Francisco de La Fuente Sánchez	Não Executivo (Independente)
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	Não Executivo (Independente)
Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata	Presidente da Comissão Executiva
Ivone Maria Pinho Teixeira da Silva	Executivo

* A partir de 17 de Julho de 2018, data em que a Dra. Cláudia de Azevedo renunciou ao cargo de Presidente da Comissão Executiva.

A proposta de nomeação dos membros do Conselho de Administração teve em conta a política de diversidade da Sociedade e os requisitos impostos na lei, sendo que quanto aos membros não executivos, estes foram nomeados tendo ainda por base o seu prestígio nos domínios dos negócios, finanças, académico e consultadoria, com o objectivo de reforçar as competências do Conselho de Administração, nomeadamente no que concerne à estratégia de configuração do portfólio de negócios e ao plano financeiro anual, bem como à revisão dos mesmos.

Os membros não executivos do Conselho de Administração Álvaro Carmona e Costa Portela, Francisco de La Fuente Sánchez e Paulo José Jubilado Soares de Pinho, são considerados independentes de acordo com o critério de independência estabelecido no ponto 18.1 do Anexo I do Regulamento n.º 4/2013 da CMVM e da recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

Os Administradores Não Executivos Independentes têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

A composição actual do Conselho de Administração, especialmente no que se refere ao número de Administradores Não Executivos Independentes (3 num total de 7 membros) assegura o grau de supervisão necessário às actividades desenvolvidas pelos Administradores Executivos, tendo em conta o modelo de governo adoptado, a dimensão da sociedade e o respectivo *free float*. O Relatório de Gestão inclui um capítulo com a descrição das actividades desenvolvidas pelos membros Não Executivos do Conselho de Administração.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho de Administração estão detalhados neste relatório no Anexo I.

20. Relações familiares, profissionais e comerciais significativas de membros do Conselho de Administração com accionistas a quem seja imputável participação qualificada

O Presidente do Conselho de Administração, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo e a administradora Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, são accionistas e membros do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., pessoa colectiva a quem é imputado o controlo da maioria dos direitos de voto nesta Sociedade.

Parte II

Governo Sociedade

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer outras relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, entre accionistas titulares das participações qualificadas superiores a 2% dos direitos de voto e os membros do Conselho de Administração.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade



De acordo com a estrutura actual de Governo da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável pelas decisões de carácter estratégico ao nível do portefólio de negócios e da sua implementação.

O Conselho de Administração delega, nos termos estabelecidos no Contrato de Sociedade, na Comissão Executiva os poderes para a gestão corrente, regulando o seu funcionamento e o modo como esta Comissão exercerá os poderes que lhe foram cometidos.

Não são passíveis de delegação os seguintes poderes do Conselho de Administração, tendo sido todos os demais delegados:

- Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- Cooptação de Administradores;

- Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- Aprovação do Relatório e Contas Anuais a submeter à aprovação da Assembleia Geral, bem como dos relatórios e contas semestrais e trimestrais e dos resultados a divulgar ao mercado;
- Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela Sociedade;
- Deliberação de mudança de sede ou de aumento de capital;
- Deliberação sobre projectos de fusão, cisão ou transformação da Sociedade ou que envolvam sociedades do Grupo, salvo se, nestes casos, tais operações consubstanciarem meras reestruturações internas enquadradas nos objectivos gerais e princípios fundamentais aprovados;
- Aprovação, sobre proposta da Comissão Executiva, da estratégia de configuração do portfólio de negócios e do plano financeiro daí resultante, incluindo extensões ou reduções importantes da actividade ou da organização interna da Sociedade ou do Grupo;
- Aprovação, sobre proposta da Comissão Executiva, dos planos de actividades, orçamentos, planos de investimentos e planos financeiros anuais da Sociedade, bem como de quaisquer alterações substanciais e com impactos relevantes sobre os mesmos;
- Deliberação, nos termos legais e estatutários, sobre a emissão de obrigações e papel comercial e a contratação de empréstimos no mercado financeiro nacional e estrangeiro, por uma ou mais vezes, quando envolvam valores que excedam 10 milhões de euros por contrato ou emissão e afectem pelo mesmo montante a dívida consolidada da Sociedade;
- Aprovação das principais políticas da sociedade;
- Definição das políticas de recursos humanos aplicável a quadros de topo (nível G3 e superior) em áreas que não sejam da competência da Assembleia Geral ou da Comissão de Vencimentos.

O Centro Corporativo assume uma função instrumental de apoio à Comissão Executiva e Conselho de Administração no âmbito da definição e controlo da execução das estratégias, das políticas e objectivos definidos. Composto por funções soberanas e funções partilhadas, que abaixo se descrevem, tem o objectivo de prestar serviços de carácter transversal a todas as empresas do Grupo:

- Finanças Corporativas;
- Direcção Legal;
- Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo;
- Recursos Humanos Corporativos;
- Desenvolvimento de Portfólio;
- Auditoria Interna;
- Gestão de Risco;
- Sistemas de Informação;
- Direcção Financeira;
- IOW e Inovação.

A função de Finanças Corporativas é definir e implementar estratégias e políticas de gestão financeira, garantindo uma visão integrada e transversal das necessidades do Grupo, bem como assegurar o relacionamento com os mercados de capitais, de dívida e bancários. É também responsável pela gestão dos riscos financeiros do Grupo e pela elaboração e acompanhamento do plano financeiro do Grupo.

A área Legal presta apoio jurídico em todos os domínios, garantindo a defesa dos interesses do Grupo e promovendo de forma integrada e transversal a estratégia definida pelo Conselho de Administração, sendo responsável pela

Parte II

Governo Sociedade

monitorização da conformidade jurídica, gestão de contencioso, secretariado societário e gestão dos riscos legais do Grupo.

O Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo tem como função apoiar no desenvolvimento estratégico do Grupo e na definição de políticas de informação de gestão e assegurar o reporte de informação consolidada ao nível interno. Esta função integra o Gabinete de Relações com Investidores que tem como principais responsabilidades o reporte de informação para o mercado, assegurando o permanente contacto com investidores, accionistas e analistas.

Os Recursos Humanos Corporativos têm como responsabilidade a definição e implementação de estratégia e políticas de recursos humanos do Grupo bem como planeamento e gestão de talento e carreiras dos gestores de topo, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração e Comissão de Remunerações.

O Desenvolvimento de portfólio, incluindo Fusões & Aquisições, tem como missão apoiar o Conselho de Administração da Sonae Capital em projectos de crescimento orgânico e na gestão dos negócios do Grupo, bem como nos projectos de optimização do portfólio, incluindo a análise e negociação de oportunidades de investimento e desinvestimento.

A função de Auditoria Interna define e executa as actividades de Auditoria Interna avaliando de forma sistemática e independente as actividades do Grupo com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e de controlo interno.

A função de Gestão de Risco apoia o Conselho de Administração na identificação, modelização e acompanhamento dos riscos do Grupo com o objectivo de garantir o seu controlo e mitigação, bem como possibilitar a inclusão da dimensão do risco nas decisões estratégicas e operacionais.

A função de Sistemas de Informação tem como responsabilidade assegurar o alinhamento dos Sistemas de Informação com a estratégica do Grupo, criando valor através da disponibilização de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação dos processos.

As funções soberanas reportam à Comissão Executiva da Sonae Capital.

Quanto às Funções Partilhadas, a Direcção Financeira, coordenada por um director ao nível do Centro Corporativo, tem como missão:

- a optimização dos fluxos financeiros do Grupo através da gestão eficiente das entidades externas, nomeadamente clientes, fornecedores e bancos;
- a garantia de um modelo de gestão contabilística, que garanta a integridade e disponibilidade da informação contabilística, financeira e da situação patrimonial de toda a organização através de um sistema integrado;
- a coordenação das actividades de gestão administrativa de recursos humanos, garantindo o alinhamento com os negócios.

A actual organização do Centro Corporativo da Sonae Capital prevê, ainda, a existência da função de IOW – *Improving our Work* e Inovação, que tem como responsabilidade, por um lado, promover uma cultura e prática comum de melhoria contínua, no âmbito do modelo IOW, transversal a todas as empresas do Grupo e, por outro lado, promover, facilitar e acelerar projectos integrados de inovação entre as diferentes áreas, com o objectivo de aumentar a competitividade do Grupo. Paralelamente, tem também como responsabilidade identificar, promover, avaliar e explorar oportunidades de financiamento de projectos, através de incentivos e subsídios, enquadrados no contexto das actividades desenvolvidas pelas diferentes empresas do Grupo, de forma a potenciar o desempenho de cada negócio.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

Parte II

Governo Sociedade

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração encontra-se disponíveis para consulta na página na Internet da Sociedade (<http://www.sonaecapital.pt>) (separador Governo Societário, secção Regulamentos).

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas

Os Estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração deve reunir pelo menos uma vez por trimestre e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois Administradores o convoquem, bem como que as reuniões se podem realizar-se através de meios telemáticos, nos termos previstos na lei. Durante o ano de 2018, o Conselho de Administração reuniu 8 vezes e a respectiva assiduidade, pessoal ou por meios telemáticos, foi a seguinte:

Nome	Assiduidade (%)
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	100%
Álvaro Carmona e Costa Portela	100%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	100%
Francisco de La Fuente Sánchez	100%
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	100%
Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata	100%
Ivone Maria Pinho Teixeira da Silva	100%

A preparação e funcionamento das reuniões são assegurados pelo Secretário do Conselho de Administração que, adicionalmente, se encarrega de manter registo de todas as deliberações nas actas das reuniões e de enviar as agendas das reuniões com as ordens de trabalhos e respectivos documentos de suporte, com, pelo menos, cinco dias de antecedência, sempre com um fim-de-semana de permissão, da data da reunião.

24. Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos accionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos accionistas na Assembleia Geral.

Por outro lado, os membros não executivos, no âmbito da sua função de supervisão, acompanham o desempenho em especial dos administradores executivos.

A Comissão de Nomeação e Remunerações, integralmente composta por administradores não executivos, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de remunerações. Para o exercício destas funções, estas comissões podem ser coadjuvadas por consultores internacionais de reputada competência. A independência dos consultores é garantida quer pela autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e credibilidade reconhecida pelo mercado.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Parte II

Governo Sociedade

A avaliação de desempenho dos administradores executivos assenta em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de performance objectivo fixados para cada período e alinhados com a estratégia global do crescimento e do desempenho positivo dos negócios.

Os referidos indicadores são constituídos pelos KPIs (*Key Performance Indicators*) de negócio, económicos e financeiros, subdivididos em KPIs colectivos, departamentais e pessoais. Os KPIs colectivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sociedade.

Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, e aferem o contributo específico do administrador no desempenho do negócio. Os KPIs pessoais incluem indicadores objectivos e subjectivos e destinam-se a aferir o cumprimento dos deveres e compromissos individualmente assumidos pelo administrador executivo. Informação adicional pode ser consultada nos pontos 71 a 75 infra.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

A listagem de cargos exercidos pelos administradores da Sociedade e outras actividades relevantes encontra-se no Anexo I. Cada um dos membros do Conselho de Administração demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respectivos trabalhos.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os Regulamentos de funcionamento

As Comissões criadas pelo Conselho de Administração são a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações.

No exercício das suas funções como membros do Conselho de Administração e das Comissões constituídas pelo Conselho, deve ser dado cumprimento ao Código de Conduta da Sociedade, aos procedimentos adoptados em matéria de transacções com partes relacionadas e aos procedimentos adoptados em matéria de conflitos de interesses.

O funcionamento das diversas Comissões encontra-se estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração, disponível para consulta na página na Internet da Sociedade: <http://www.sonaecapital.pt> (separador Governo Societário, secção Regulamentos).

28. Composição da Comissão Executiva

Nome	Cargo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Presidente da Comissão Executiva até 17 de Julho de 2018
Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata	Presidente da Comissão Executiva desde 17 de Julho de 2018 *
Ivone Maria Pinho Teixeira da Silva	CFO

* Na sequência da renúncia da Dr.ª Maria Cláudia Teixeira de Azevedo ao cargo a 17 de Julho de 2018.

29. Indicação das competências de cada uma das Comissões criadas e síntese das actividades desenvolvidas no exercício dessas competências

Comissão Executiva

A Comissão Executiva tem competência para deliberar sobre todos os assuntos que tenham sido delegados pelo Conselho de Administração ou relacionados com a gestão corrente da Sociedade, seguindo as linhas de orientação estratégicas definidas pelo Conselho de Administração e ao abrigo da referida delegação de poderes.

Nos termos da política estabelecida, os membros da Comissão Executiva, partilham responsabilidades em mais do que um pelouro, sendo a alocação dessas responsabilidades efectuada em função do perfil e da experiência de cada membro.

A Comissão Executiva da Sociedade reúne mensalmente e todas as vezes que o Presidente da Comissão Executiva ou a maioria dos seus membros a convoquem, por escrito, com pelo menos 3 dias de antecedência. Sem prejuízo dos contactos regulares estabelecidos entre os membros da Comissão Executiva nos períodos entre reuniões, durante o ano de 2018, tiveram lugar 12 reuniões.

A Comissão Executiva só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos pelos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

Podem participar nas reuniões da Comissão Executiva colaboradores do Centro Corporativo, a solicitação de um dos Administradores Executivos, para suporte e opinião sobre determinados assuntos.

O funcionamento da Comissão Executiva e outros aspectos logísticos são assegurados pelo Secretário da Comissão (que também secretaria o Conselho de Administração e o BAFC), sendo este ainda responsável pelo registo das deliberações nas actas das reuniões e por providenciar aos membros da Comissão Executiva a ordem de trabalhos e respectivos documentos de suporte das reuniões, com pelo menos três dias úteis de antecedência da data da respectiva reunião. O facto de o Secretário daqueles os órgãos ser o mesmo, assegura o adequado fluxo de informação entre os mesmos, permite a distribuição atempada da informação e minimiza eventuais problemas de interpretação de pedidos de esclarecimento, contribuindo para a maior eficiência e eficácia do processo.

Durante o ano de 2018, a Comissão Executiva enviou para conhecimento as agendas e as actas aprovadas das respectivas reuniões aos Administradores Não Executivos e aos membros do Conselho Fiscal. Os membros da Comissão Executiva prestam em tempo útil e de forma adequada, as informações que lhe sejam solicitadas por outros membros dos órgãos sociais.

Comissão de Auditoria e Finanças

A Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC – *Board Audit and Finance Committee*) funciona com base nos termos aprovados pelo Conselho de Administração.

O BAFC é composto por membros escolhidos de entre os membros do Conselho de Administração.

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, o BAFC é composto pelos Administradores Não Executivos Independentes, Francisco de La Fuente Sánchez (Presidente) e Paulo José Jubilado Soares de Pinho.

Compete ao BAFC:

- rever as demonstrações financeiras anuais e intercalares e os documentos de divulgação de resultados e relatar as suas conclusões ao Conselho de Administração, em suporte ao processo de aprovação de contas pelo Conselho de Administração;

- aconselhar o Conselho de Administração sobre os seus relatórios para os accionistas e os mercados financeiros, a serem incluídos nas demonstrações financeiras anuais e semestrais a Sociedade, assim como também nas divulgações de resultados trimestrais;
- aconselhar o Conselho de Administração, integrando a avaliação e sugestões formuladas pelo Conselho Fiscal, sobre a adequação e qualidade da informação fornecida pela Comissão Executiva, e os sistemas e normas de controlo interno aplicados pela Sociedade;
- acompanhar a actividade da auditoria interna em sintonia com os planos validados pelo Conselho Fiscal, e formular conclusões a serem dirigidas ao Conselho de Administração;
- avaliar os procedimentos operacionais de forma a garantir a monitorização do controlo interno, a gestão eficiente dos riscos, a tempestiva circulação de informação e a fiabilidade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, e formular conclusões a serem dirigidas ao Conselho de Administração;
- assegurar o fluxo de informação com o Conselho Fiscal e processar as solicitações dirigidas por aquele ao Conselho de Administração;
- zelar pela observância das políticas de Governo Corporativo adoptadas pela Sociedade, e pela observância das normas e práticas de relato financeiro;
- acompanhar os rácios financeiros formais e informais divulgados sobre a Sociedade, incluindo relatórios publicados por agencias de rating:
- emitir parecer sobre transacções de relevância significativa realizadas pela Sociedade com partes relacionadas.

O BAFC reúne com o Revisor Oficial de Contas da Sociedade e a equipa de Auditoria Interna.

Em matéria de assunção de riscos e respectivo controlo remete-se para capítulo III do presente relatório.

O BAFC deve reunir pelo menos cinco vezes por ano, previamente à publicação dos resultados anuais, e trimestrais, e sempre que o seu Presidente, o Conselho de Administração ou a Comissão Executiva a convoquem, sendo sempre convocada reunião para análise do orçamento anual da Sociedade e plano financeiro de negócios do Grupo.

O Secretário do BAFC, que é o mesmo do Conselho de Administração e das demais Comissões, com excepção do BNRC - *Board Nomination and Remunerations Committee*, distribui a ordem de trabalhos e respectivos documentos suporte aos membros da Comissão com pelo menos cinco dias de antecedência, com um fim-de-semana de permeio, da data da reunião, para além de assegurar o registo das deliberações tomadas nas actas das reuniões.

As actas das reuniões são distribuídas a todos os membros do Conselho de Administração. No ano de 2018 o BAFC reuniu 5 vezes.

Comissão de Nomeação e Remunerações

A Comissão de Nomeação e Remunerações (BNRC - *Board Nomination and Remunerations Committee*) é composta pelo Presidente do Conselho de Administração, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, o Vice-Presidente Álvaro Carmona e Costa Portela e Francisco de La Fuente Sánchez, estes dois últimos Administradores Não Executivo Independentes.

Os seus membros foram nomeados por um período de três anos (2018-2020).

O BNRC reúne ordinariamente uma vez por ano, preferencialmente no período anterior ao das reuniões anuais da Comissão de Vencimentos, e sempre que o seu Presidente ou o Conselho de Administração a convoque.

O BNRC funciona em conformidade com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração competindo-lhe:

- identificar potenciais candidatos com perfil para o desempenho de funções de administrador (em particular quando o Conselho de Administração exerce a sua função de cooptação de membros), preparando informação geral relativa a planos de substituição, planos de contingência e gestão de talentos, em geral para os membros

do Conselho de Administração bem como para outros dirigentes, através de processos de selecção transparentes, que incluam mecanismos efectivos de identificação de potenciais candidatos tendo em conta as exigências da função, o mérito, a diversidade adequada para a sociedade, designadamente de género.

- apresentar, ao Conselho de Administração, opinião fundamentada no que respeita à proposta da Comissão Executiva relativa à política de remuneração e compensação dos membros do Conselho de Administração das restantes Sociedades do Grupo Sonae Capital, a ser submetida ao Conselho de Administração e a ser posteriormente enviada pelo Conselho de Administração à consideração da Comissão de Vencimentos, na qualidade de proposta a ser apresentada, por esta última, na Assembleia Geral Anual de Accionistas;
- receber, analisar e apresentar, de acordo com o procedimento interno aprovado, as propostas de remuneração dos membros do Conselho de Administração e de outros órgãos da Sociedade, a serem aprovadas por decisão da Comissão de Vencimentos. Todas as propostas deverão estar em conformidade com os termos estabelecidos na política de remuneração e compensação;
- supervisionar as decisões tomadas pela Comissão Executiva relativas à remuneração dos membros executivos que reportam diretamente à Comissão Executiva;
- aconselhar o Conselho de Administração relativamente a divulgações antecipadas levadas a cabo pelos membros do Conselho de Administração relativas à aceitação de diretores externos, e outras pessoas que exerçam cargos e actividades significativas, em cumprimento do disposto na Política de Conflito de Interesses da Sociedade.

O BNRC tem à sua disposição a possibilidade de recurso a serviços de entidades externas especializadas, cuja independência, idoneidade e competência, são reconhecidas pelo mercado.

Conforme resulta do supra exposto, os membros das Comissões constituídas são também membros do Conselho de Administração, informam sumariamente em cada reunião do Conselho, os restantes membros sobre os factos relevantes relativos à execução das suas atribuições.

O Presidente do Conselho de Administração e das Comissões constituídas, bem como o Administrador Sénior Independente, asseguram, atempada e adequadamente, o fluxo da informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, agilizando, nomeadamente, de modo não limitativo, os necessários recursos para disponibilização das convocatórias, actas e documentação de suporte das decisões tomadas.

III. Fiscalização

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adoptado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

31. Composição do Conselho Fiscal

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal deve ser composto por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três membros e um máximo de cinco, sendo este número fixado pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal terá ainda um ou dois membros suplentes, se for constituído por três ou mais membros, respectivamente.

Parte II

Governo Sociedade

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos para mandatos de três anos, conjuntamente com os membros dos restantes órgãos sociais, sendo aplicável à sua designação, tal como à dos demais órgãos sociais, os princípios e critérios, constantes da Política de Diversidade da Sociedade e ao seu Código de Conduta.

O Conselho Fiscal designa o seu Presidente, se a Assembleia Geral não o fizer.

Caso o Presidente cesse funções antes do termo do seu mandato, os restantes membros devem escolher entre si quem desempenhe essas funções até ao final do mandato. Os membros suplentes devem substituir os membros efectivos impossibilitados de desempenhar as suas funções ou que a elas tenha renunciado, devendo permanecer como membro efectivo até à próxima Assembleia Geral, que nomeará novos membros para preencher os lugares vagos. No caso em que não existam membros suplentes, a Assembleia Geral deverá nomear novos membros.

Mais cumpre referir que, nas designações para órgãos de administração e fiscalização, efectuadas em 2018 se aplicou, na íntegra, a política de diversidade.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal considerados independentes

Os membros designados para o mandato em curso (triénio 2018-2020) e que se encontram em funções são:

Nome	Cargo	Primeira nomeação
António Monteiro de Magalhães	Presidente	Março 2015
Manuel Heleno Sismeiro	Vogal	Abril 2009
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	Vogal	Maior 2018
Ana Isabel Príncipe dos Santos da Silva Lourenço	Suplente	Maior 2018

Com excepção de Manuel Heleno Sismeiro, todos os demais membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais e cumprem com todas as regras de incompatibilidade mencionadas no n.º 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais. A perda de independência de Manuel Heleno Sismeiro decorre do facto de ter sido reeleito por mais de dois mandatos. A Sociedade privilegia as qualificações profissionais do Presidente do Conselho Fiscal, que contribuem de forma bastante positiva no funcionamento do órgão e entende que as mesmas justificam a manutenção do mesmo no cargo, pese embora a referida perda de independência.

Os membros do Conselho Fiscal têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

O Revisor Oficial de Contas (ROC) será abordado nos pontos 39 a 41 infra.

33. Qualificações Profissionais

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal estão detalhados neste documento no Anexo I.

b) Funcionamento

34. Local onde pode ser consultado o regulamento de funcionamento

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt) (separador Governo Societário, secção Regulamentos).

35. Reuniões do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez cada trimestre. Em 2018 realizaram-se 6 reuniões formais deste órgão e a respectiva taxa de assiduidade, pessoal ou por meio de representação, foi a seguinte:

Nome	Assiduidade (%)
António Monteiro de Magalhães	100%
Manuel Heleno Sismeiro	100%
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	100%

As deliberações do Conselho Fiscal são aprovadas por maioria simples e são sempre lavradas actas.

36. Disponibilidade de cada um dos membros com descrição de cargos exercidos em outras empresas, dentro e fora do Grupo e demais actividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho Fiscal

Cada um dos membros do Conselho Fiscal demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respectivos trabalhos.

A informação relativa a outros cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal, suas qualificações e experiência profissional está disponível nos *curriculae vitae* incluídos no Anexo I.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços adicionais de auditoria a prestar pelo Auditor.

O Conselho Fiscal prepara, na primeira reunião de cada exercício, um plano e cronograma de trabalhos para esse ano, no qual fica previsto, entre outros, a coordenação e supervisão dos trabalhos do Auditor que engloba as seguintes actividades:

- Aprovação do plano anual de actividades do Auditor;
- Acompanhamento dos trabalhos e discussão das conclusões do trabalho de auditoria e revisão às contas;
- Fiscalização da independência do Auditor;
- Reunião conjunta com a Comissão de Auditoria e Finanças para revisão dos temas relacionados com Auditoria Interna e Externa;
- Análise das prestações de serviços diversas dos serviços de auditoria em cumprimento da Recomendação VII.2.1 do Código de Governo das Sociedades, do IPCG e da legislação em vigor aplicável.

Na apreciação dos critérios que suportaram a contratação de trabalhos adicionais ao Auditor, o Conselho Fiscal verificou a presença das seguintes salvaguardas:

- que a contratação de serviços adicionais não afectou a independência do Auditor;
- que os serviços adicionais, devidamente enquadrados, não constituíam serviços proibidos nos termos do nº 8 do artigo 77º da Lei n.º 140/2015;
- que os eventuais serviços adicionais foram prestados com elevada qualidade, e autonomia, bem como com independência relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- que se encontrem reunidos os necessários factores de garantia de independência e isenção;
- que o sistema de qualidade aplicado pela PricewaterhouseCoopers (controlo interno), de acordo com a informação por esta prestada, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae Capital e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência;
- que os serviços prestados observaram os termos estabelecidos pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

38. Outras funções do Órgão de Fiscalização

Além das competências descritas no ponto anterior, ao Conselho Fiscal compete, entre outras:

- Fiscalizar a administração da Sociedade;
- Vigiar pela observância da lei, do contrato de Sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar, anualmente, relatório sobre a sua acção fiscalizadora dirigido aos accionistas, nele incluindo a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, eventuais constrangimentos detectados e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades, apresentadas por accionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;

- Representar a Sociedade junto do Revisor Oficial de Contas e propor à Assembleia Geral a sua nomeação e destituição, proceder à avaliação da actividade desempenhada, zelando para que sejam asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da Sociedade e o primordial destinatário dos relatórios do Revisor Oficial de Contas,
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar a existência e manutenção da independência do Revisor Oficial de Contas;
- Aprovar a prestação de serviços de auditoria, bem como os serviços adicionais aos de auditoria a prestar pelo Revisor Oficial de Contas, ou de quaisquer entidades que com este se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, e aprovar a respectiva remuneração;
- Emitir parecer específico e fundamentado que sustente a eventual decisão de não rotação do Revisor Oficial de Contas, ponderando as condições de independência do Auditor naquela circunstância e as vantagens e custos da sua substituição;
- Supervisionar a actividade desenvolvida pela auditoria interna;
- Emitir parecer prévio relativamente a qualquer transacção que a sociedade estabeleça com accionistas titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários (accionistas de referência), que envolva valor superior a 10 milhões de euros.
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do Código de Governo societário adoptado pela Sociedade.

Para o desempenho das funções, atrás indicadas, o Conselho Fiscal:

- Estabelece, na primeira reunião de cada exercício, o seu plano de actividade anual;
- Obtém da Administração, nomeadamente através da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua actividade, designadamente à evolução operacional e financeira da Sociedade, às alterações de composição do seu portfólio, termos das operações realizadas, conteúdo das deliberações tomadas pelo Conselho e pelas respectivas Comissões, incluindo designadamente, o acesso a convocatórias, actas e à documentação de suporte das decisões tomadas;
- Aprecia e acompanha, ao longo do exercício, os planos de actividade das auditorias interna e externa e transmite ao Conselho de Administração as suas recomendações;
- Acompanha o sistema interno de gestão de risco e controlo interno, emite as suas directrizes e recomendações e elabora anualmente um relatório de apreciação e recomendações dirigido à Administração;
- Recebe do Conselho de Administração, com uma antecedência mínima de dois dias sobre a data da sua reunião, os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e os respectivos relatórios, analisando, designadamente, as principais variações, as transacções relevantes e os correspondentes procedimentos contabilísticos, e do Revisor Oficial de Contas a sua certificação sobre os documentos de prestação de contas, e emite as suas apreciações e deliberações;
- Fiscaliza e aprova a divulgação da informação financeira da sua competência, nomeadamente o envio para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a colocação no endereço electrónico da sociedade das demonstrações financeiras e anúncios de resultados;
- Regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, promovendo, conforme for adequado, as necessárias diligências junto da Administração, da auditoria interna e/ou externa e sobre as mesmas elabora o seu relatório;
- Presta conhecimento à Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenha efectuado e do resultado das mesmas;

- Assiste às Assembleias Gerais, bem como às reuniões do Conselho de Administração para que seja convocado ou em que se apreciem as contas do exercício;
- Efectua, anualmente, uma auto-avaliação da sua actividade e desempenho, podendo incluir a revisão deste regulamento, tendo em vista o desenvolvimento e implementação de melhorias no seu funcionamento;
- Procura assegurar, em interacção com o Conselho de Administração e Comissões constituídas por este último, a existência efectiva de um fluxo de informação atempado e adequado ao correcto exercício de competências e de deveres de cada um dos órgãos sociais;
- Desenvolve os demais deveres de vigilância que lhe são impostos por lei ou pelo Código de Governo Societário adoptado pela Sociedade

No suporte à actividade do Conselho Fiscal, a Sociedade coloca à disposição os meios humanos e técnicos necessários para a organização das reuniões, preparação de agendas, actas e documentação suporte e a distribuição atempada dos mesmos. Adicionalmente, nessas reuniões estão presentes os interlocutores internos considerados relevantes para os temas em discussão, para exposição e esclarecimento das questões levantadas pelo Conselho Fiscal. Os pontos da ordem de trabalhos dessas reuniões dedicados aos temas relacionados com a Auditoria desenrolam-se, por opção do Conselho Fiscal, sem a presença de colaboradores da Sociedade.

O Conselho Fiscal representa a Sociedade junto do Auditor e propõe à Assembleia Geral a sua nomeação, bem como a sua destituição, procedendo igualmente à avaliação da actividade por aquele desempenhada, zelando para que lhe sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.

O Conselho Fiscal elabora anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora relativo ao exercício, incluindo uma avaliação anual sobre o Revisor Oficial de Contas, e emite parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras consolidadas e individuais e relatório sobre o Governo da Sociedade apresentados pelo Conselho de Administração, de forma a serem respeitados os prazos legais de divulgação à data estabelecida para a realização da Assembleia Geral anual. O relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora está incluído nos relatórios e contas disponibilizados na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como competências fundamentais:

- Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- Sempre que julgar conveniente e através de meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de activos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito;
- Verificar a exactidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na Certificação Legal de Contas e no Relatório de Auditoria;
- Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adoptados pela Sociedade resultam na correta valorização dos activos e dos resultados;
- Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e realizar todos os procedimentos estipulados pela lei;
- Verificar a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos termos, no âmbito e dentro dos limites das suas competências legais e procedimentais;
- Atestar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.

IV. Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade para o triénio 2018-2020 é PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, representada por António Joaquim Brochado Correia ou por Joaquim Miguel de Azevedo Barroso.

40. Permanência de Funções

O Revisor Oficial de Contas está no seu quarto mandato, tendo sido reeleito para o presente mandato, sob proposta do Conselho Fiscal, na Assembleia Geral de 3 de Maio de 2018, nos termos que seguidamente se explanarão. A Sociedade tem como revisor de contas em quase todas as sociedades participadas o mesmo revisor desde 2011.

41. Outros serviços prestados à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas presta adicionalmente, à Sociedade, serviços de Auditoria conforme descrito nos pontos infra.

V. Auditor

42. Identificação

O Auditor da Sociedade, designado para os termos do artigo 8º do Código de Valores Mobiliários, é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, registada sob o nº 9077 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia ou por Joaquim Miguel de Azevedo Barroso.

No ano de 2018 o representante do Revisor Oficial de Contas da Sociedade foi António Joaquim Brochado Correia.

43. Permanência de Funções

O Auditor foi eleito em Assembleia Geral de Accionistas sob proposta do Conselho Fiscal, pela primeira vez em 2011, para o biénio 2011-2012 e está no seu quarto mandato

O sócio que o representa exerce funções junto da Sociedade desde 3 de Maio de 2018.

44. Política e periodicidade da rotação do Auditor e do respectivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa

O Auditor encontra-se no quarto mandato.

O actual sócio do Revisor Oficial de Contas da Sociedade - a PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., doravante apenas “PWC” - responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas foi eleito, pela primeira vez, em 2018, para o mandato 2018-2020, em cumprimento do disposto quanto às regras de rotação do sócio Revisor Oficial de Contas que representa o Auditor neste mandato.

O artigo 54.º, n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, determina que em entidades de interesse público, o período máximo do exercício de funções de revisão legal das contas pela sociedade de revisores oficiais de contas é de 2 ou 3 mandatos, consoante sejam, respectivamente, de quatro ou 3 anos, sem prejuízo de o n.º 4 do artigo 54º do EOROC estipular a possibilidade de o período máximo de

exercício de funções do revisor oficial de contas na mesma entidade ser excepcionalmente prorrogado até um máximo de 10 anos, desde que tal prorrogação seja aprovada pelo órgão competente, na circunstância a Assembleia Geral, sob proposta fundamentada do órgão de fiscalização.

O Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto na al. f) do n.º 3 do artigo 3º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 e no artigo 16º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 e da sua própria política, organizou um processo de seleção alargado, isento de qualquer influência externa, e livre de qualquer cláusula contratual do tipo referido no n.º 6 do mencionado dispositivo legal. Foram considerados os custos associados à substituição do Auditor da Sociedade que, embora de mais difícil mensuração, assumem um papel preponderante nesta matéria, como sejam os associados ao período de integração de um novo Auditor no repositório da informação e na organização dos negócios da Sociedade dadas as características do portfólio e à sua natureza diversificada e complexa.

Entendeu-se que a postecipação da substituição do Auditor pelo período adicional permitido por lei, quando todos os demais requisitos e elementos de seleção e avaliação apontavam para a sua manutenção em funções, permitem a eliminação desses custos sem que seja comprometida a finalidade legal.

Tendo em conta tudo quanto antecede, nomeadamente o facto de o Conselho Fiscal considerar ser aquela que melhor resposta dará às necessidades da Sociedade, foi proposta à Assembleia Geral a eleição da PWC para o cargo de Auditor, para o próximo mandato (2018-2020) proposta que foi aprovada na Assembleia Geral de 3 de Maio de 2018, com o enquadramento *supra* referido.

45. Avaliação do Auditor

De acordo com o modelo de governo da Sociedade, a eleição ou a destituição do Revisor Oficial de Contas é deliberada em Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Fiscal.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal supervisiona a actuação do Auditor e a execução dos trabalhos ao longo de cada exercício, pondera e aprova os trabalhos adicionais por aquele a prestar e procede, anualmente, a uma avaliação global do Auditor, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

46. Trabalhos Adicionais

Os serviços de consultadoria fiscal e os outros serviços (essencialmente na área de consultoria de gestão) foram prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, de forma a assegurar a independência do Auditor. A Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal analisaram o âmbito dos outros serviços e aprovaram os mesmos, considerando que estes não punham em causa a independência dos Auditores.

Os serviços prestados pelo Auditor, diversos dos serviços de auditoria, foram previamente aprovados pelo Conselho Fiscal dentro dos princípios recomendados. A percentagem dos referidos serviços no total dos serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC (PwC) à Sociedade ascende 3,7% e equivale a 5.424 euros, situando-se abaixo da proporção de 30% da média total de honorários recebidos, nos últimos três exercícios, por referência ao período estabelecido no n.º 1 do artigo 77º da Lei n.º 140/2015 de 7 de Setembro. Face aos montantes em causa, dentro dos limites recomendados, e ao facto dos serviços serem prestados por uma equipa totalmente diferente da entidade que presta serviços de auditoria, encontra-se assegurada a independência e imparcialidade do Auditor.

O Auditor comunicou ao Conselho Fiscal da Sociedade todos os serviços distintos de auditoria prestados à mesma, sem prejuízo de tais serviços estarem sujeitos à aprovação prévia deste último através da comunicação anual referida na al. b) do n.º 6 do artigo 24º da Lei n.º 148/2015 de 9 de Setembro.

Parte II

Governo Sociedade

No âmbito da sua actuação, o Auditor verificou a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, assim como a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno, não tendo sido identificadas deficiências materiais que devessem ser reportadas ao Conselho Fiscal da Sociedade.

47. Remuneração anual

Durante o ano de 2018, a remuneração total paga ao Auditor Externo da Sociedade foi de 145.312 euros, correspondendo aos seguintes serviços:

Serviços	Total 2018	%	Sonae Capital SGPS	%	Outras entidades do Grupo	%
Auditoria e Revisão Legal de Contas ¹⁾	139 888	96.27%	11 475	100.00%	128 413	95.95%
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade ²⁾	4 044	2.78%	0	0.00%	4 044	3.02%
Consultoria fiscal ²⁾	0		0	0.00%	0	0.00%
Outros Serviços ²⁾	1 380	0.95%	0	0.00%	1 380	1.03%

1) Honorários atribuídos para o ano;

2) Montantes facturados.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis às alterações estatutárias

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo-se a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação.

Para o funcionamento da Assembleia Geral em primeira convocatória, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado na Assembleia Geral.

II. Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades

A Sociedade implementou um procedimento afecto à comunicação de irregularidades que tem como objectivo a resposta dos órgãos competentes da Sociedade às irregularidades que lhes venham a ser relatadas, a Política e Procedimentos para a Comunicação de Irregularidades na Sociedade. No âmbito desta Política Irregularidades definem-se como factos que violem ou prejudiquem gravemente:

- O cumprimento de princípios legais, regulamentares e deontológicos pelos membros dos órgãos sociais e colaboradores da Sonae Capital ou de sociedades por esta dominada, no exercício dos seus cargos profissionais;
- O património da Sociedade e das sociedades por esta dominada, bem como o património dos clientes, accionistas, fornecedores e parceiros comerciais da Sociedade ou de qualquer sociedade por esta dominada;
- As boas práticas de gestão e a imagem ou reputação da Sociedade ou qualquer sociedade por esta dominada.

Os traços fundamentais da política de comunicação de irregularidades actualmente em vigor na Sociedade são:

- Instituição de procedimentos para a comunicação de irregularidades, nomeadamente a disponibilização de uma *mailbox* com acesso exclusivo pelo Presidente do Conselho Fiscal, a par da recepção via postal, que garantam a todos os colaboradores, accionistas ou *stakeholders* que as participações, comunicações ou denúncias de irregularidades chegam de forma inviolável ao destinatário. Pese embora exista a necessidade da identificação explícita e inequívoca do denunciante, a sua identidade deverá ser mantida confidencial e apenas do conhecimento do Presidente do Conselho Fiscal, sempre que assim seja solicitado na participação ou denúncia.
- Após comunicação ou tomada de conhecimento de uma potencial situação de irregularidade assegurar um processo de averiguação rigoroso e imparcial, através do acesso do Conselho Fiscal a toda a documentação relevante que deva ser disponibilizada pela Sociedade para o processo de investigação de irregularidades e prevenir o acesso ao processo de averiguação de toda e qualquer pessoa que, ainda que indirectamente, possa ter conflito de interesses com o desfecho do processo de averiguação.
- O tratamento de irregularidades, nomeadamente o tratamento célere e eficaz das referidas comunicações, a implementação de medidas correctivas, quando necessárias, e informação ao denunciante do desfecho do processo.
- A comunicação pelo Conselho Fiscal aos órgãos sociais da Sociedade ou de sociedades por aquela dominada, sempre que necessário, de proposta tendente à adopção das medidas consideradas necessárias para suprir as irregularidades investigadas.
- Impedir a existência de represálias que potencialmente decorram da denúncia efectuada, desde que fique comprovada a inexistência de má-fé ou participação em qualquer irregularidade por parte do denunciante.

De acordo com as melhores práticas de governo societário a Política de Comunicação de Irregularidades da Sociedade, da qual as principais características estão supra descritas, está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt) e abrange todo o perímetro do Grupo Sonae Capital.

Durante 2018, o Conselho Fiscal não recebeu, através dos meios definidos para o efeito, quaisquer comunicações versando sobre matérias sob a alçada desta política.

Igualmente, no que respeita comunicações de irregularidades dos membros dos órgãos e comissões societárias no desempenho das suas funções, nos termos do Artigo 10.º do Regulamento do Conselho de Administração, os membros devem, por referência ao artigo 8.º do mesmo regulamento, informar pontualmente o respectivo órgão ou comissão que integrem sobre factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social, sendo que o membro que declare estar em conflito de interesses, não interferirá no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.

III. Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Gestão de Risco é uma das componentes centrais da cultura do Grupo Sonae Capital e um pilar do Governo da Sociedade, está presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, nos diferentes níveis da organização.

A Sonae Capital atribui primordial importância à implementação de princípios de controlo interno e de gestão de risco adequados às actividades desenvolvidas pelo Grupo. A visibilidade face ao mercado, a exposição e diversificação dos riscos dos negócios e a crescente velocidade de transmissão da informação, tornam fundamental a adopção destes princípios numa lógica de criação de valor e de afirmação ética e de responsabilidade social.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor accionista, através (i) da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afectar os objectivos do portfólio e das empresas da Sonae Capital, (ii) da prevenção da ocorrência de erros e irregularidades e da minimização das suas consequências e (iii) da maximização do desempenho da organização e da fiabilidade da sua informação, numa perspectiva de continuidade dos negócios. Destaca-se como uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que, materializada em planos e sistemas coordenados de gestão e controlo, contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios através de um maior conhecimento das incertezas e ameaças e de uma gestão e controlo mais efectiva dos riscos que podem afectar as organizações.

A Gestão de Risco encontra-se inerente a todos os processos de gestão e é assumida como uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores do Grupo. Estes constituem um elemento fundamental de uma conservadora cultura de gestão de risco que se pretende transversal a todas as actividades e níveis hierárquicos da empresa.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objectivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades, promovendo e apoiando a integração da Gestão de Risco no processo de planeamento e controlo de gestão das respectivas empresas.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal.

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela actividade de Auditoria Externa.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organigrama, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade

Órgãos e Comissões responsáveis pela Gestão de Risco e Controlo Interno

- Conselho de Administração
- Comissão Executiva
- Comissão de Auditoria e Finanças
- Auditoria Externa
- Auditoria Interna
- Gestão de Risco
- Centro Corporativo

Parte II

Governo Sociedade

O Conselho de Administração é o responsável máximo pelo processo de Gestão de Risco. Compete ao Conselho de Administração a definição e aprovação das políticas de gestão de risco do Grupo.

Compete à Comissão Executiva, a avaliação permanente dos riscos do Grupo, a aprovação das medidas/planos de acção, modelos e mecanismos de avaliação, controlo e mitigação desses riscos.

A Comissão de Auditoria e Finanças informa o Conselho de Administração sobre a adequação da informação interna fornecida pela Comissão Executiva e dos sistemas e princípios de controlo interno e quanto ao cumprimento das melhores práticas em termos de Governo da Sociedade (*Corporate Governance*).

Adicionalmente, a Comissão de Auditoria e Finanças apoia o Conselho Fiscal na nomeação do Auditor bem como na definição do âmbito e da remuneração do seu trabalho e reporta ao Conselho de Administração sobre a qualidade e independência do Auditor Interno e deverá ser consultada pela gestão relativamente à nomeação do responsável pela Auditoria Interna.

A Auditoria Externa avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma o sistema de controlo interno estabelecido para este efeito pela Sonae Capital.

A Auditoria Interna, actuando como órgão independente de aconselhamento interno, identifica e avalia a eficácia e eficiência da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos das empresas. A sua actividade é reportada e acompanhada em sede da Comissão de Auditoria e Finanças, sendo também reportada ao Conselho Fiscal.

No que respeita à inter-relação entre os dois órgãos de Auditoria, a Comissão de Auditoria e Finanças revê o âmbito do trabalho de Auditoria Interna e a sua relação com o âmbito do trabalho do Auditor e analisa com este e com o responsável pela Auditoria Interna os seus relatórios sobre a revisão da informação financeira anual e sobre a revisão do controlo interno reportando as suas conclusões ao Conselho de Administração. Estes relatórios são emitidos para o Conselho Fiscal e para a Comissão de Auditoria e Finanças em simultâneo.

Por sua vez, a Gestão de Risco promove a execução dos procedimentos e a divulgação interna das melhores práticas, sendo responsável por coordenar todo o processo de gestão do risco do Grupo Sonae Capital, colaborando com os gestores de risco de cada unidade de negócio nas actividades decorrentes do processo de gestão do risco e garantindo continuamente a eficiência e eficácia do processo.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A Gestão de Risco, integrada no Centro Corporativo, reporta à Comissão Executiva, e promove, coordena, facilita e apoia o desenvolvimento dos processos de Gestão de Risco, promovendo a inclusão da dimensão do risco nas decisões estratégicas e operacionais. Esta função e a função de Auditoria Interna são coordenadas por directores, ao nível do Centro Corporativo da Sonae Capital sendo as suas actividades reportadas e acompanhadas em sede da Comissão de Auditoria e Finanças do seu Conselho de Administração.

À semelhança do que ocorre com as funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco, a função de gestão de riscos financeiros e jurídicos são também coordenadas por dois directores, ao nível do Centro Corporativo da Sonae Capital e as suas actividades são reportadas e acompanhadas em sede da Comissão de Auditoria e Finanças, sendo também reportada ao Conselho Fiscal.

Ao nível de cada segmento de negócio existem Pivots de Gestão de Risco, coordenados pela função de Gestão de Risco do Grupo, que trabalham junto dos *owners* de cada risco, no sentido de garantir a implementação dos planos de acção determinados, e a actualização permanente na matriz de riscos de cada segmento.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da actividade

53.1 Riscos Transversais

Riscos Conjunturais: A actividade desenvolvida pelo Grupo Sonae Capital está condicionada pela conjuntura macroeconómica e pelos perfis dos segmentos de negócio onde actua. Tendo em conta que grande parte da actividade das suas participadas é actualmente desenvolvida em Portugal, a Sonae Capital está exposta à situação da economia portuguesa, a qual, por sua vez, é muito condicionada pela evolução da situação da Zona do Euro.

A actividade, os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira, as perspectivas futuras da Sonae Capital ou a sua capacidade para atingir os seus objectivos podem ser potencialmente afectados negativamente por uma evolução negativa da situação económica em Portugal ou na Zona Euro.

O Grupo Sonae Capital tem em curso várias iniciativas com o objectivo de mitigar este risco, quer através da internacionalização dos negócios, quer através de um controlo rígido de custos, ou apresentando soluções inovadoras e diferenciadoras de acordo com o perfil dos mercados onde actua.

Riscos Concorrenciais: Para além do Grupo Sonae Capital desenvolver um vasto leque de actividades inseridas em vários sectores de actividade e consequentemente exposto a ciclos económicos diversificados, como a Promoção Turística, a Hotelaria, o Fitness, a Energia, a Refrigeração e AVAC, a Engenharia Industrial e os Activos Imobiliários, vários destes sectores são ainda muito competitivos, mediante a intervenção de empresas nacionais e internacionais, pelo que as entidades participadas pela Sonae Capital estão expostas a forte concorrência. A capacidade das entidades participadas pela Sonae Capital se posicionarem de forma adequada nos sectores e mercados nos quais actuam poderá ter um significativo impacto nos negócios da Sonae Capital ou nos resultados das suas actividades.

O Grupo Sonae Capital acompanha regularmente o comportamento dos mercados onde actua, procurando a todo o momento antecipar alterações e/ou novas tendências de mercado, por forma a oferecer aos seus clientes uma proposta inovadora e diferenciadora.

Riscos Financeiros: A Sonae Capital está exposta a um conjunto diversificado de riscos de natureza financeira, nomeadamente riscos de taxa de juro, cambial (riscos de transacção e translação), liquidez e a flutuações nos mercados de capitais e dívida, de crédito (especialmente relevante em cenários de recessão económica) e exposição a preços de matérias-primas.

A política de gestão de riscos financeiros da Sonae Capital visa minimizar os efeitos adversos potenciais decorrentes da volatilidade dos mercados financeiros e, com esse fim em vista, um conjunto coerente de sistemas e processos estão implementados na Sonae Capital permitindo a atempada identificação, monitorização e gestão por parte da função de Finanças Corporativas.

A volatilidade dos mercados financeiros tem levado a que o risco de liquidez, risco de crédito e as flutuações nos mercados de capitais e de dívida assumam lugar de destaque nas prioridades das empresas pelo impacto potencial na continuidade e no desenvolvimento dos negócios. De facto, o desenvolvimento dos negócios de algumas filiais da Sonae Capital poderá exigir o reforço do investimento da Sonae Capital nessas filiais, ou a Sonae Capital poderá vir a pretender expandir os seus negócios através de crescimento orgânico ou de eventuais aquisições e a continuidade dos negócios exige a manutenção de reservas de liquidez apropriadas para fazer face à actividade das sociedades. O reforço do investimento e a manutenção de reservas de liquidez poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A Sonae Capital não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos nas condições pretendidas, o que

pode provocar alterações ou diferimentos nos objectivos ou planos operacionais de desenvolvimento dos negócios, condicionando o sucesso dos objectivos estratégicos delineados.

Neste contexto, os sistemas e processos de gestão de riscos financeiros acima referidos, centralizados no centro corporativo da Sociedade, estão estabelecidos de forma a mitigar esses riscos assegurando a gestão de liquidez através:

- do planeamento financeiro de curto, médio e longo prazo baseados em modelos previsionais de *cash flow*;
- instrumentos de controlo de tesouraria e fundo de maneo;
- rigorosa gestão de crédito a clientes, e acompanhamento da evolução do risco;
- diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- ajustamento do perfil de maturidade da dívida ao perfil de geração de cash flow e planos de investimento;
- manutenção de um nível adequado de liquidez através da contratação com bancos de relacionamento de linhas de apoio a tesouraria.

A Sonae Capital não contrata derivados ou outros instrumentos financeiros, com excepção dos estritamente relacionados com a cobertura dos riscos decorrentes das suas actividades operacionais e respectivo financiamento. A política de Gestão de Risco da Sociedade e do Grupo impede a utilização de instrumentos financeiros derivados para fins diversos da estrita cobertura desses riscos.

Riscos Legais, Fiscais e Regulatórios: A Sonae Capital e as suas participadas estão sujeitas a extensa regulamentação, frequentemente complexa, em resultado das actividades desenvolvidas e o seu cumprimento apresenta investimento em termos de tempo e de outros recursos, dispondo, para o efeito, de aconselhamento legal e fiscal. De facto, a Sonae Capital e os seus negócios dispõem de uma função legal e fiscal permanentemente dedicada à respectiva actividade, a qual funciona em articulação com as demais funções soberanas e de negócio, de forma a assegurar, preventivamente, a protecção dos interesses da Sonae Capital no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como a aplicação das boas práticas.

A assessoria legal e fiscal é igualmente apoiada, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, seleccionados de entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência. Todavia, a Sonae Capital e as suas participadas podem vir a ser afectadas por alterações legais e fiscais em Portugal, na União Europeia e em outros países onde desenvolve as suas actividades. A Sonae Capital não controla essas alterações, nem alterações de interpretação das leis por parte de qualquer autoridade. Eventuais alterações na legislação Portuguesa, na União Europeia ou nos países onde a Sonae Capital desenvolve as suas actividades, poderão condicionar a condução nos negócios da Sonae Capital ou das suas participadas e, conseqüentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objectivos estratégicos.

Riscos de Sistemas de Informação: Os sistemas de informação da Sonae Capital caracterizam-se por serem abrangentes, multifacetados e distribuídos. Do ponto de vista da segurança da informação têm sido desenvolvidas várias acções de mitigação do risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e da integridade dos dados de negócio, nomeadamente a realização de backups off-site, implementação de sistemas de alta-disponibilidade, redundância da infra-estrutura de rede, verificação e controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações, gestão de acessos e perfis e reforço dos mecanismos de protecção do perímetro da rede de dados. De forma recorrente, a função de Auditoria Interna realiza auditorias nos vários domínios: aplicações, servidores e redes, com o objectivo de identificar e corrigir potenciais vulnerabilidades que possam ter um impacto negativo no negócio assim como assegurar a protecção da confidencialidade, disponibilidade e integridade da informação.

Na sequência da auditoria realizada aos processos de gestão e governação no âmbito dos sistemas de informação, tendo como referência a *framework Cobit V5*, desenvolveu-se um projecto em Segurança de Informação com vista a endereçar

Parte II

Governo Sociedade

as recomendações da avaliação de auditoria bem como delinear estratégias e planos de intervenção para proteger a informação e os sistemas de informação da Sonae Capital. Este projecto culminará com o desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Segurança de Informação assente em políticas, normas e procedimentos, baseado na gestão de risco da segurança de informação e suportado por processos específicos com responsáveis inequivocamente identificados e qualificados.

Riscos de Pessoas: A capacidade da Sonae Capital para implementar com sucesso as estratégias delineadas depende da capacidade em recrutar e manter os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos da Sonae Capital estar orientada para atingir estes objectivos, não é possível garantir que no futuro não existam limitações nesta área.

Riscos de Saúde Pública: A Sonae Capital reconhece que a Saúde constitui um pilar essencial para o desenvolvimento sustentado dos seus negócios, aspeto diferenciador e motor de todo o seu sucesso.

A avaliação de riscos e a definição de medidas que minimizem esses riscos, em conjunto com as unidades de negócio, são realizadas continuamente, nomeadamente através da formação de colaboradores, da relação próxima aos colaboradores nos locais de trabalho e da realização de auditorias.

A Sonae Capital, consciente que o seu maior ativo são as pessoas, enquanto colaboradores e clientes, tem como compromisso a prevenção da propagação de doenças e a melhoria do ambiente de controlo interno dos sistemas e equipamentos implicados de suporte à actividade dos seus negócios. Este é um pilar fundamental de motivação, sustentabilidade e crescimento.

A este respeito merece especial destaque os procedimentos e planos de prevenção e controlo implementados na generalidade dos segmentos de negócio para mitigação do risco da doença dos Legionários.

Riscos Seguráveis: No que respeita à transferência dos riscos seguráveis (técnicos e operacionais), as empresas do Grupo procedem à contratação de coberturas prosseguindo um objectivo de racionalização pela correcta adequação da estrutura financeira aos valores dos capitais em risco, tendo por base as permanentes mudanças nos negócios abrangidos. Noutra dimensão, esta arquitectura foi melhorada pela optimização do programa de seguros ao nível das coberturas e retenções, coerentes com cada negócio, assegurando, internamente, uma efectiva gestão de seguros.

53.2 Riscos da Sociedades

A Sonae Capital, enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), desenvolve directa e indirectamente actividades de gestão sobre as suas participadas, pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash flows* gerados pelas suas participadas. A Sonae Capital depende, assim, da distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash flows* gerados por essas sociedades. A capacidade das sociedades participadas disponibilizarem/repagarem fundos à Sonae Capital dependerá, em parte, da sua capacidade de gerarem *cash flows* positivos no âmbito das suas actividades operacionais, bem como do enquadramento estatutário, legal e fiscal aplicável à distribuição de dividendos e outras formas de entrega/devolução de fundos aos seus accionistas.

53.3 Riscos das Filiais

O portfólio da Sonae Capital integra um conjunto de negócios diversificado, pelo que alguns dos principais riscos aos quais as suas filiais estão expostas poderão ser sectoriais. Os principais riscos estão identificados *infra*.

53.3.1 Tróia Operações

- a. As actividades desenvolvidas pelo TROIA RESORT estão sujeitas aos ciclos económicos e dependem do crescimento da actividade turística e imobiliária em Portugal. Assim, as operações turísticas deste negócio dependem da procura turística, a qual se encontra associada à evolução da economia, quer nacional quer internacional. Eventuais evoluções negativas da economia em Portugal ou nos principais países emissores de turistas para o mercado Português poderão ter um impacto negativo no desempenho da sua actividade, devido a uma redução no número de turistas.
- b. As actividades desenvolvidas pela Atlantic Ferries e pela Marina de Tróia estão sujeitas aos termos e prazos referidos nos contratos de concessão celebrados: (i) a Atlantic Ferries celebrou com a APSS (Associação dos Portos de Setúbal e Sesimbra), em 2005, o contrato de concessão do serviço público de transporte fluvial de passageiros, veículos ligeiros e pesados e de mercadorias entre Setúbal e a Península de Tróia. A concessão tem um prazo de 15 anos prorrogável por períodos sucessivos de 5 anos, se ambas as partes acordarem nesse sentido; (ii) a Marina de Tróia celebrou, também com a APSS, em 2001, o contrato de concessão da exploração da Marina de Tróia, por um prazo de 50 anos. Qualquer eventual incumprimento das obrigações contratuais poderá implicar riscos significativos para a actividade e impacto nos resultados destas empresas.
- c. Este negócio poderá ainda estar sujeito a sazonalidade, pelo que condições climatéricas anormalmente adversas, durante esses períodos, poderão afectar negativamente o nível de actividade e os resultados operacionais.

53.3.2 Hotelaria

- a. A actividade deste negócio depende da procura turística, a qual se encontra associada à evolução da economia, quer nacional quer internacional. Eventuais evoluções negativas da economia em Portugal ou nos principais países emissores de turistas para o mercado Português, poderão ter um impacto negativo no desempenho da sua actividade devido a uma redução no número de turistas.
- b. Esta actividade está também sujeita a oscilações de procura relacionadas com eventuais desastres naturais, bem como com factores de ordem social ou política que possam ter impacto no fluxo de turistas, e consequentemente, nas taxas de ocupação.
- c. A actividade hoteleira está sujeita à fiscalização da Direcção Geral do Turismo e ao cumprimento da legislação específica sobre esta matéria.
- d. A actividade hoteleira poderá depender da intensidade concorrencial – regional e global – do destino turístico em que se encontra. Fruto do crescimento da procura, da massificação do transporte aéreo e do aparecimento de novos destinos, a competição entre destinos turísticos é cada vez mais agressiva. No entanto, além da localização, a Sonae Capital considera que o grau de notoriedade da marca e a qualidade dos seus empreendimentos, nomeadamente no que respeita às actividades complementares oferecidas (restauração, golfe e outras actividades de lazer), constituem vantagens competitivas importantes neste sector.
- e. A possibilidade de existirem riscos de saúde pública, no desenvolvimento da actividade de restauração que ponham em causa a saúde dos clientes nas respectivas instalações, poderá implicar que as sociedades que integram este segmento sejam responsabilizadas neste domínio, o que pode ter um efeito adverso sobre os resultados, situação financeira e reputação das mesmas. O negócio procura mitigar os eventuais riscos para o negócio da restauração e outros, decorrentes de situações que possam significar riscos para a saúde pública. A este respeito salienta-se:
- a implementação e consolidação de um programa de auditorias de qualidade e segurança alimentar às cozinhas e postos de venda incluídos nas unidades hoteleiras, bem como a todos os postos de restauração explorados com destaque para o levantamento e reporte das principais conclusões à empresa e orientação para a tomada de acções correctivas. Este programa de auditorias tem como objectivo verificar de forma sistemática o cumprimento das normas

legais e das regras internas de segurança alimentar. A actividade hoteleira utiliza ferramentas como o HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Points*) definido no “Codex Alimentarius” – Anexo a CAC/RCP 1-1969, Rev. 4 (2003), cumprindo com os requisitos nele especificados, assim como com a legislação em vigor, designadamente com o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios.

- a implementação, desde 2015, de um conjunto de boas práticas na prevenção e controlo da doença dos legionários de acordo com as recomendações feitas pela Direção Geral de Saúde para redução do risco relativo a esta doença em hotéis e empreendimentos turísticos. O risco de desenvolvimento desta doença é mitigado através da aplicação cuidada de um conjunto de medidas que visam a desinfecção térmica e/ou química das águas e a execução de um programa de inspecção, de limpeza e de manutenção periódicas dos sistemas e dos equipamentos implicados.

53.3.3 Fitness

No sector do lazer, nomeadamente no negócio de Fitness, onde o Grupo Sonae Capital actua através das marcas Solinca, Pump e ONE (*health clubs*), os riscos mais relevantes são os seguintes:

a. A actividade de lazer (*health clubs*) poderá ser afectada pela evolução da economia, nomeadamente, pela diminuição do grau de confiança dos consumidores e consequente impacto no rendimento disponível das famílias.

b. A entrada de novos concorrentes, oportunidades de consolidação no mercado, reposicionamento dos actuais concorrentes ou as acções que eles possam levar a cabo para conquistar novos mercados ou aumentar a quota de mercado (guerras de preços, actividade promocional, introdução de novos conceitos, inovações) poderá colocar em causa a quota de mercado pretendida e a estratégia do negócio. A resposta a uma concorrência acrescida poderá obrigar à diminuição dos preços praticados ou à aplicação de descontos promocionais, o que poderá ter impacto nos resultados da sociedade.

De forma a minimizar este risco, o negócio de Fitness efectua constante *benchmarking* das acções da sua concorrência e investe em novos formatos e produtos/serviços, ou na melhoria dos existentes, de forma a oferecer aos seus clientes uma proposta sempre inovadora.

c. A disponibilização de serviços, equipamentos e infra-estruturas que não estejam em conformidade com os níveis de qualidade e alteração das necessidades exigidas pelos clientes poderá expor a empresa a reclamações, dificultar a captação e fidelização de clientes bem como impactar negativamente na sua imagem e reputação.

Os consumidores alteram frequentemente as suas preferências e expectativas, o que exige uma contínua adaptação e optimização da oferta e dos conceitos de negócio. A dificuldade ou incapacidade em antecipar, compreender e/ou satisfazer as variações frequentes das necessidades e expectativas dos clientes, pode reflectir-se em dificuldades na sua fidelização a médio prazo.

Para antecipar tendências de mercado e do consumidor, o negócio de Fitness analisa regularmente informação relativa ao comportamento, satisfação e lealdade dos seus clientes através da realização de inquéritos de satisfação mensais (*Net Promoter Score*). A introdução de novos conceitos, produtos e/ou serviços é sempre testada em pilotos antes de ser generalizada a todos os clubes. Adicionalmente, aloca parte significativa do seu orçamento anual à renovação de equipamentos e instalações por forma a garantir a atractividade e a acompanhar os desafios impostos pelo mercado.

d. O negócio de Fitness poderá ser responsabilizado na eventualidade de ocorrerem acidentes ou situações imprevistas por actividade física desadequada que afectem a vida, saúde ou integridade física das pessoas, o que poderá implicar um efeito adverso na sua reputação e com consequência nos seus resultados.

O negócio de Fitness tem em curso várias iniciativas com o objectivo de mitigar este risco, nomeadamente, a obrigatoriedade do cliente de realizar um questionário de avaliação médica no momento da sua inscrição, a oferta de

avaliação física inicial a todos os clientes e incentivo à sua realização, a formação em suporte básico de vida a todos os colaboradores bem como a existência de seguros de acidentes de trabalho, de danos patrimoniais e de responsabilidade civil.

e. O negócio de Fitness poderá ser responsabilizado na eventualidade de existirem riscos de saúde pública no desenvolvimento da actividade que ponham em causa a saúde dos clientes nas respectivas instalações, o que poderá implicar um efeito adverso na sua reputação e com consequência nos seus resultados. A este respeito importa salientar o risco da doença dos legionários em locais de formação de aerossóis, tais como, chuveiros, bacias de spas (jacuzzi), banhos turcos e saunas.

Encontra-se em vigor, desde 2012, um conjunto de iniciativas aplicável em todos os *health clubs*, com o objectivo de mitigar o risco da doença dos legionários, as quais visam a desinfecção térmica e/ou química das águas e a execução de um programa de inspecção, de limpeza e de manutenção periódicas dos sistemas e dos equipamentos implicados.

f. As alterações legislativas (ex.: fiscais, legais, laborais, concorrenciais, entre outros) podem ameaçar as estratégias específicas definidas pelo negócio de Fitness no desenvolvimento das suas actividades, implicar alterações contratuais com os principais *stakeholders* ou ditar o incremento dos seus custos económicos.

53.3.4 Refrigeração & AVAC

As actividades relacionadas com Refrigeração & AVAC, que operam através da marca RACE, têm riscos específicos, na sua maioria, relacionados com a concorrência de outras empresas a actuar nos mesmos mercados e com a evolução da economia. Os riscos mais relevantes estão relacionados com:

a. a conjuntura macroeconómica e os perfis dos mercados onde actua. Os produtos desenvolvidos pelo negócio têm natureza de bens duráveis, destinados maioritariamente ao sector imobiliário e de grande distribuição alimentar. Deste modo, a actividade operacional do negócio é cíclica, estando positivamente correlacionada com os ciclos da economia em geral e, em particular, com a evolução dos referidos sectores. Nesta medida, o negócio pode ser negativamente afectado por períodos de recessão económica, em particular, pela deterioração do nível de investimento privado. A disponibilidade de crédito na economia, pelo impacto potencial que tem no mercado imobiliário, também é relevante para o negócio. A RACE, através das suas subsidiárias*, está directamente presente em Portugal, Brasil e Moçambique, onde produz e vende. Estes mercados apresentam perfis macroeconómicos, políticos e sociais distintos e, como tal, vêm registando padrões diferentes de reacção à crise económica e financeira mundial. De facto, o ritmo a que os diversos mercados saírem da crise actual está dependente de variáveis que o Grupo não controla. De igual modo, a eventual ocorrência de tensões políticas e/ou sociais em qualquer dos mercados poderá ter impactos materiais nas operações e na situação financeira do negócio que não é possível estimar.

Tendo em conta o enquadramento de mercado em Portugal, o desenvolvimento deste segmento assenta, portanto, no crescimento da componente internacional, via exportações, pelo que a evolução da economia mundial, riscos específicos dos países seleccionados e a capacidade de conquistar novos mercados poderão vir a ter um impacto na actividade deste segmento.

b. O negócio do Grupo encontra-se geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em três continentes diferentes, existindo, por isso, transacções e saldos em reais e meticais.

As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se, assim, expostas a risco de câmbio de translação (risco relativo ao valor do capital investido em subsidiárias de fora da Zona Euro) e as subsidiárias encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio de transacção (risco associado às transacções comerciais efectuadas em divisa diferente do Euro). O risco de transacção emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os *cash flows* das empresas do Grupo são largamente denominados nas respectivas divisas locais. Isto é válido

independentemente da natureza dos *cash flows*, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de *hedging* natural, reduzindo o risco de transacção do Grupo. Em linha com este princípio, as subsidiárias do Grupo apenas contratam dívida financeira denominada na respectiva divisa local. Por seu lado, o risco de conversão monetária (translação) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos activos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas.

Tendo em vista a minimização de efeitos potencialmente adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, para além de uma política de gestão de risco cambial, e da implementação de mecanismos de controlo para a identificação e determinação da exposição, o Grupo utiliza por vezes instrumentos derivados para efeitos de cobertura deste risco.

* As operações internacionais do segmento de Refrigeração & AVAC, passaram a ser consideradas como activos detidos para venda e, portanto, o seu contributo para os resultados consolidados é relevado como operações descontinuadas.

53.3.5 Energia

O negócio de Energia, que opera através da marca CapWatt, foca a sua actividade essencialmente no desenvolvimento e gestão de projectos de cogeração. A cogeração é uma forma de racionalizar o consumo de energia, dado que a produção de energia eléctrica a partir da energia libertada aquando da combustão, é sinónimo de um aproveitamento mais eficiente do combustível utilizado - gás natural na maioria dos projectos da Sonae Capital. Numa central de cogeração há uma redução no consumo de combustível, comparativamente ao que sucede na produção das mesmas quantidades de energia térmica e eléctrica, em separado.

Embora este tipo de produção de energia eléctrica seja uma alternativa mais eficiente e “amiga do ambiente”, comporta, ainda assim, alguns riscos específicos que poderão ter impacto nos resultados das empresas. Os riscos mais relevantes são os seguintes:

a. Os projectos de cogeração utilizam, na maior parte dos casos, o gás natural como fonte primária na produção combinada de energia eléctrica e térmica, pelo que o preço de compra desta matéria-prima tem um peso significativo na estrutura de custos variáveis. Consequentemente, a volatilidade do preço de compra do gás natural, normalmente indexado ao preço do petróleo nos mercados internacionais e ao câmbio euro/dólar, poderá traduzir-se em impactos significativos nos resultados e margem da empresa.

Importa, no entanto, referir que o tarifário de venda de energia eléctrica pelas unidades de cogeração encontra-se regulamentado e igualmente indexado à evolução do preço do petróleo nos mercados internacionais e ao câmbio euro/dólar, o que, por si só, permite reduzir significativamente a exposição a este risco. Em particular, a tarifa de venda de energia eléctrica definida pela Portaria 58/2002, regime remuneratório aplicável à generalidade das unidades de cogeração, e o preço de compra de gás natural apresentam uma elevada correlação, conferindo um nível considerável de *hedging* natural ao nível da margem bruta.

Contudo, o Decreto-Lei n.º 23/2010 e a Portaria n.º 140/2012 estabeleceram um novo regime remuneratório para a cogeração em Portugal, aplicável às novas unidades de cogeração, o qual implicou a perda do *hedging* natural até então existente, dado que a elasticidade dos preços a variações unitárias dos indexantes é, agora, totalmente distinta. O preço de compra de gás natural apresenta uma sensibilidade significativamente superior à tarifa de venda de energia eléctrica, o que se traduz num risco acrescido de exposição à volatilidade do preço de compra de gás natural. A relevância deste tema será cada vez maior à medida que as instalações de cogeração transitarem para este novo regime remuneratório.

Como forma de mitigar este risco, a CapWatt monitoriza regularmente a evolução do preço do gás natural, bem como a sua tendência de evolução futura, avaliando a todo o momento a atractividade da cobertura deste risco por via de

fixação do preço de compra do gás natural a prazo, quer junto do fornecedor, quer através de instrumentos financeiros derivados.

Adicionalmente, as unidades de cogeração com potência terminal nominal superior a 20MW encontram-se abrangidas pelo regime de comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE).

A reforma do CELE para o período pós 2020 introduziu um conjunto de alterações e reformas com vista a reduzir o excedente de licenças de emissão no mercado e melhorar a resiliência do sistema a choques futuros, contribuindo para uma subida significativa do preço das licenças em mercado. A quantidade total de licenças de emissão é determinada a nível comunitário, mas agora sujeita a um factor de redução linear de 2,2% (em vez de 1,74% no actual período de cumprimento). O leilão continua a ser regra principal para atribuição de licenças de emissão, mantendo-se marginalmente a atribuição gratuita, feita por aplicação de *benchmarks* definidos a nível comunitário. A atribuição gratuita de licenças obedece a uma tendência decrescente ao longo dos anos, tendo em vista a sua extinção.

As unidades de cogeração abrangidas por este regime terão necessidades crescentes de recurso ao mercado para adquirir licenças de CO₂, encontrando-se expostas às oscilações do seu preço.

b. A redução do consumo de energia térmica e o incumprimento por parte do hospedeiro das cláusulas contratuais definidas, tais como exclusividade, *take-or-pay*, entre outras, pode impactar as receitas do negócio, por via da diminuição do prémio da tarifa eléctrica ou, em último caso, por perda do estatuto legal de cogedor.

c. A aposta e concentração do negócio na actividade de cogeração, ao invés de outras formas de energia alternativas poderá aumentar o risco da empresa a factores externos e de perfis de consumo.

De forma a minimizar este risco, o Grupo Sonae Capital estabeleceu um plano de crescimento para este segmento de negócio que prevê o investimento em energias renováveis, bem como a internacionalização do negócio com vista à diversificação tecnológica e geográfica do seu portfólio.

d. As unidades de cogeração contêm sistemas de suporte à actividade, que podem ser associados ao desenvolvimento da bactéria *Legionella*. Entre eles, destacam-se as torres de arrefecimento, condensadores evaporativos e sistemas de climatização. Requerem especial atenção os locais paradas, tabuleiros e bacias que possam ter águas com temperaturas entre os 35º e os 50º graus. Como forma de mitigar este risco, encontram-se implementadas as seguintes medidas de prevenção: implementação de planos de manutenção de acordo com recomendações de fabricantes, melhores práticas e condições locais; doseamento de biocidas para garantir as reservas acima dos valores considerados necessários para o não desenvolvimento de colónias de bactérias; verificação, calibração e ajuste de equipamentos de doseamento de tratamento de água com periodicidade mensal; análise e controlo da qualidade da água com periodicidade mensal; análise periódica de presença de *Legionella*; e limpeza periódica dos principais equipamentos (torres de refrigeração). Neste âmbito, a CapWatt está a otimizar as medidas implementadas nas instalações com o objectivo de melhorar todo o processo de prevenção e controlo, procurando minimizar o risco de ser identificada, numa possível acção inspectiva, a presença de bactéria da *Legionella*.

No que respeita à produção de Energia a partir de fontes de energia renováveis, encontram-se identificados os seguintes riscos específicos:

e. O sector da produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis encontra-se regulamentado do ponto de vista tarifário, pelo que eventuais flutuações tarifárias futuras poderão traduzir-se em impactos significativos nos resultados e margem da empresa.

f. A quantidade de energia produzida encontra-se dependente da disponibilidade do recurso, pelo que uma disponibilidade inferior ao inicialmente estimado poderá impactar no volume de negócios e rentabilidade dos projectos. Além disso, um dos maiores desafios que se coloca à utilização dos recursos renováveis relaciona-se com a sua

intermitência pois nem sempre as condições climatéricas (força do vento, radiação solar, etc.) são propícias quando a electricidade é necessária face à impossibilidade ou elevado custo do seu armazenamento.

De forma a minimizar este risco, o Grupo Sonae Capital promove, no âmbito do processo de *due diligence* técnica que leva a cabo em cada um dos seus projectos, a realização de um estudo exaustivo do recurso com vista à definição de diferentes cenários e consequente avaliação da viabilidade económica e financeira dos projectos.

O negócio de Energia comporta ainda, independentemente da fonte de energia primária utilizada, os seguintes riscos de carácter mais genérico:

g. A produção de energia em regime especial em Portugal tem as tarifas pré-definidas pelo Estado Português, como modo de incentivar formas alternativas de produção de energia eléctrica mais eficientes e ambientalmente menos poluentes. Consequentemente, os riscos quanto ao preço de venda da energia eléctrica são actualmente reduzidos. Não obstante a energia eléctrica ser vendida ao preço definido pelo Estado Português por um período alargado de tempo, a rentabilidade das operações depende da estabilidade no curto, médio e longo prazo das políticas e de regimes regulatórios que apoiam o desenvolvimento da eficiência energética.

Eventuais alterações governamentais futuras à política energética poderão revelar-se um risco para os projectos futuros e para a viabilidade do desenvolvimento do negócio no longo prazo.

h. A produção de energia está sujeita à fiscalização da Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), entidades responsáveis pela regulação do sector eléctrico em Portugal, e ao cumprimento da legislação específica sobre esta matéria. Qualquer eventual alteração deste vasto enquadramento jurídico actual aplicável ao sector, poderá implicar riscos importantes para a actividade deste segmento.

i. A ocorrência de situações extraordinárias, tais como incêndios, intempéries e/ou acidentes, podem ameaçar a capacidade da empresa em manter as operações, fornecer serviços essenciais ou cobrir os custos operacionais.

De forma a minimizar este risco, o Grupo Sonae Capital conduz auditorias regulares de prevenção e segurança às instalações e equipamentos e procede à revisão periódica e adequação dos planos de coberturas dos seguros de danos patrimoniais, perdas de exploração e de responsabilidade civil em vigor.

j. A ausência ou inadequada manutenção de equipamentos, ou a falta de controlo dos níveis de serviço dos fornecedores (equipamentos, manutenção e *spare parts*) que não assegurem a funcionalidade, segurança e conformidade adequadas, pode conduzir à ineficiência dos processos ou provocar danos significativos nos equipamentos. Adicionalmente, a não utilização de recursos de forma adequada, ao menor custo e com o maior rendimento pode impactar na rentabilidade de cada projecto e ameaçar a sua viabilidade.

k. O plano de crescimento acima referido pressupõe investimentos adicionais, cujas condições de realização poderão estar condicionadas pelo enquadramento financeiro, nível actual de endividamento do Grupo e pela evolução da sua actividade e das suas participadas. A Sonae Capital não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos nas condições pretendidas, o que pode provocar alterações ou diferimentos nos objectivos ou comprometer a capacidade de crescimento do negócio.

53.3.6 Engenharia Industrial

A Sonae Capital adquiriu em 2017 a ADIRA, uma empresa de base portuguesa, que se dedica ao desenvolvimento, concepção, fabrico, produção e comercialização de máquinas-ferramentas, com a maioria da sua actividade destinada ao mercado externo.

A actividade desenvolvida pela ADIRA comporta riscos específicos que poderão ter impacto nos resultados da empresa. Os riscos mais relevantes são os seguintes:

a. As alterações na conjuntura macroeconómica global podem condicionar a actividade da empresa ou gerar impactos negativos nos seus resultados.

A ADIRA procura, a todo o momento, mitigar este risco pela diversificação dos mercados de destino das suas exportações, estando presente em cerca de 40 mercados, os quais contribuem com mais de 50% para o seu volume de negócios. Estes mercados apresentam perfis macroeconómicos, políticos e sociais distintos e, como tal, vêm registando padrões diferentes de reação a crises económica e financeira a nível mundial.

b. A posição competitiva da empresa enfrenta ameaças de novos concorrentes e de acções de concorrentes existentes no mercado. A empresa acompanha activamente a inovação tecnológica no sector e tem procurado ser um elemento diferenciador no mercado, particularmente com a tecnologia aditiva e a desmaterialização de máquinas, não antevendo qualquer mudança disruptiva no sector que possa ameaçar a sua posição competitiva.

c. As máquinas-ferramentas produzidas pela ADIRA destinam-se maioritariamente ao sector de fabricação de produtos metálicos, mais concretamente os sectores da metalomecânica e da construção metálica. Deste modo, a sua actividade operacional está positivamente correlacionada com os ciclos da economia em geral e, em particular, com a evolução dos referidos sectores. Nesta medida, o negócio pode ser negativamente afectado por períodos de recessão económica, em particular, pela deterioração do nível de investimento privado no aumento ou renovação tecnológica da capacidade produtiva dos seus clientes.

d. A empresa está exposta a regulamentação específica decorrente da sua actividade/sector, nomeadamente à Diretiva Máquinas/Certificação CE, a qual tem como objectivo regulamentar a colocação no mercado e a entrada em serviço de novas máquinas. Não são expectáveis alterações nas leis e regulamentos ou reclamações de litígio que resultem em uma redução na capacidade da empresa para realizar negócios de forma eficiente.

De forma a minimizar este risco, a ADIRA dispõe de aconselhamento legal externo que lhe permite garantir a conformidade com as leis e regulamentações actuais e consequentemente evitar sanções, multas e penalidades que possam ameaçar a reputação da empresa, oportunidades de negócios e potencial de expansão.

e. A ADIRA integra no seu processo produtivo a chapa de aço, cujo preço evolui em função do preço do aço nos mercados internacionais. O custo de aquisição desta matéria-prima tem um peso significativo na estrutura de custos variáveis. Consequentemente, a volatilidade do preço de compra de chapa de aço, poderá traduzir-se em impactos significativos nos resultados e margem da empresa. De forma a minimizar este risco, a ADIRA monitoriza de perto a evolução do preço do aço nos mercados internacionais e dispõe de uma base diversificada de fornecedores, junto dos quais procura negociar o melhor preço.

53.3.7 Activos Imobiliários

O Grupo Sonae Capital detém um portfólio imobiliário diversificado, cuja orientação estratégica consiste na sua alienação, ainda que condicionada a um preço considerado aceitável. Todavia, ainda que a orientação estratégica actual consista na sua alienação, a Sonae Capital não pode garantir a sua concretização, nem o prazo em que aquela venha a ocorrer, sobretudo se não vierem a surgir propostas de aquisição consideradas adequadas. Este portfólio imobiliário compreende activos muito diversos, com diferentes estádios de licenciamento e construção, incluindo lotes de terreno com e sem viabilidade construtiva, unidades residenciais, projectos de construção, escritórios, edifícios fabris e espaços comerciais e com grande dispersão geográfica. A perda de liquidez dos activos do portfólio e/ou dificuldades de colocação destes activos no mercado poderão condicionar a capacidade de crescimento dos negócios e o cumprimento dos objectivos estratégicos.

Relativamente aos activos Imobiliários localizados no TROIA RESORT:

- a. O sucesso da comercialização de empreendimentos turísticos depende da conjuntura do sector imobiliário em Portugal e nos principais países de origem dos investidores estrangeiros, à data da colocação no mercado (na medida em que uma parte significativa da oferta turística é promovida no mercado externo), bem como da estabilidade dos incentivos governamentais ao investimento directo estrangeiro. As novas regras para atribuição de vistos de residência a estrangeiros que queiram investir em Portugal, ao abrigo das Autorizações de Residência para Investimento (ARI), também conhecidas como vistos '*gold*', provocou um abrandamento da dinâmica deste segmento de mercado. Assim, um enquadramento menos favorável do que o esperado poderá impactar o negócio, nomeadamente quanto aos preços de venda e prazos de colocação.
- b. A actividade desenvolvida pelos Resorts, enquanto operador do sector turístico está sujeita à fiscalização da Direcção Geral do Turismo e ao cumprimento da legislação específica sobre esta matéria. Um enquadramento diferente do esperado poderá pôr em causa as actuais expectativas sobre o negócio, nomeadamente, quanto aos preços de venda e prazos de colocação, com impacto potencialmente negativo sobre a situação financeira deste negócio.
- c. Na Península de Tróia, a actividade de promoção imobiliária turística poderá ser afectada pela eventual concorrência de outros empreendimentos, em especial do litoral Alentejano, Algarve e Sul de Espanha. Contudo, a Sonae Capital considera que o projecto do TROIA RESORT está a ser desenvolvido numa área onde a biodiversidade e o património existentes são considerados factores de diferenciação do projecto, podendo ser capitalizado em novos serviços e produtos turísticos com impacto positivo no seu desenvolvimento.
- d. Para além do potencial impacto referido na alínea anterior, a promoção imobiliária turística poderá ainda ser afectada por eventuais alterações nos instrumentos territoriais aplicáveis ao território nacional e mais propriamente na península de Tróia, pese embora o permanente acompanhamento que a Sonae Capital, através das suas participadas, tem feito destes temas junto das entidades competentes.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae Capital, tendo como objectivo identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os negócios da Sonae Capital enfrentam na prossecução dos seus objectivos de criação de valor.

A gestão e monitorização pela Sonae Capital dos seus principais riscos, é implementada através de diferentes abordagens e agentes, entre as quais:

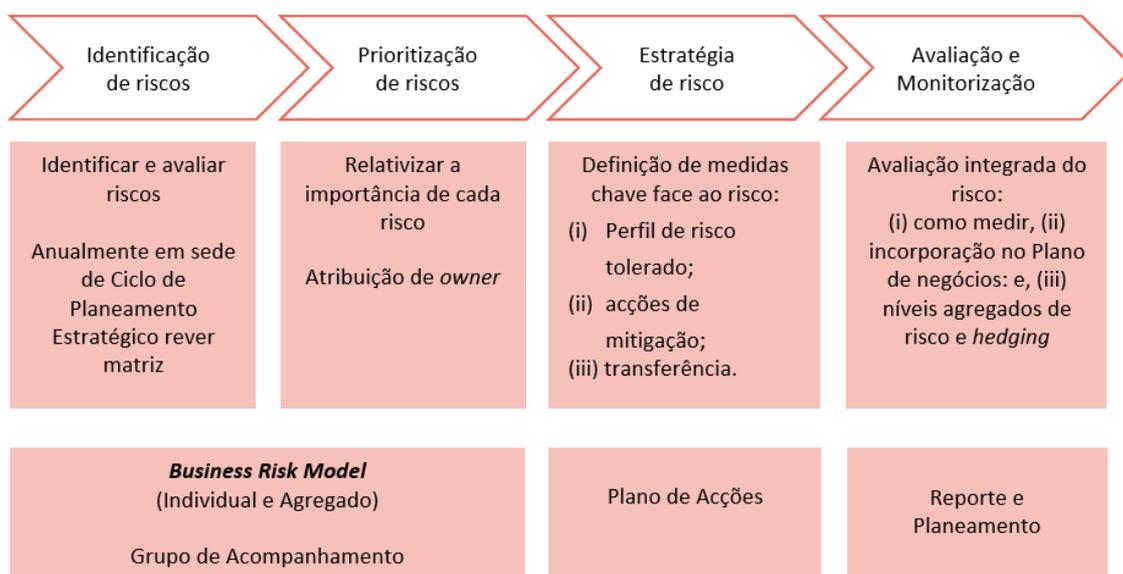
Políticas e procedimentos de Controlo Interno definidos a nível central e ao nível dos próprios negócios, visando garantir:

- Uma correcta segregação de funções e deveres;
- Definições de autoridade e de responsabilidade;
- A salvaguarda dos activos do Grupo;
- O controlo, a legalidade e a regularidade das operações;
- A execução dos planos e políticas, superiormente definidos;
- A integridade e exactidão dos registos contabilísticos;
- A eficácia da gestão e a qualidade da informação produzida.

Regularmente são realizadas auditorias pela equipa de Auditoria Interna visando garantir o permanente cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos.

Processo de Gestão de Risco apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base o padrão *Internacional Enterprise Risk Management – Integrated Framework* do *COSO (The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)*, que compreende, nomeadamente:

- Definição do enfoque de gestão de risco (dicionário de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum);
- Identificação e sistematização dos riscos que podem afectar a organização e cada segmento, e a nomeação de *owners* do risco (colaborador com a responsabilidade de monitorizar a sua evolução);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos e indicadores para medição desses mesmos riscos;
- Avaliação das estratégias de gestão de risco (p. ex., aceitar, evitar, mitigar, transferir);
- Desenvolvimento e implementação de planos de acção de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções dos negócios;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de acções e da evolução dos riscos



Tal processo compreende as seguintes rotinas:

- (i) No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portfólio e de cada unidade de negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;
- (ii) No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais;
- (iii) Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projectos de mudança da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;

- (iv) No que diz respeito aos riscos de segurança dos activos físicos e das pessoas (riscos “técnico-operacionais”), são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis;
- (v) A gestão dos riscos financeiros é efectuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Sociedade e dos negócios, centralizada no Centro Corporativo cuja actividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças da Sonae e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração;
- (vi) A gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efectuada e monitorizada no âmbito da função legal e fiscal no Centro Corporativo;
- (vii) A Auditoria Interna desenvolve planos anuais de trabalhos que compreendem as auditorias aos processos críticos de negócio, auditorias de conformidade, auditorias financeiras e auditorias de sistemas de informação.

Acções implementadas em 2018

De acordo com as metodologias definidas e implementadas em exercícios anteriores, os processos de gestão de risco mantêm-se integrados com os processos de planeamento e controlo de gestão dos negócios, desde a fase de reflexão estratégica até à fase de planeamento operativo, tendo as acções de gestão de risco sido incluídas nos planos de actividade e de recursos das unidades de negócio e das unidades funcionais, e monitorizadas ao longo do exercício.

Em 2018, as actividades de *Enterprise Wide Risk Management* focaram-se, sobretudo, na monitorização dos progressos na implementação dos planos de acção e na avaliação dos seus impactos nas percepções de risco, tendo-se dado seguimento ao ciclo anual de *Enterprise Wide Risk Management*, que tem por base as actividades a seguir descritas:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Set-up/revisão da função de gestão de risco		Exercício anual de gestão de risco			Monitorização e acompanhamento			Revisão do exercício anual			
Conselho de Administração (CA)	Revisão do alinhamento da gestão de risco com a estratégia da Sonae Capital Definição/actualização da estrutura de <i>governance</i>		Análise do impacto de decisões na gestão do risco			Monitorização dos riscos significativos e do perfil de risco geral da Sonae Capital			Aprovação dos novos perfis de risco (se aplicável)			
Comissão Executiva	Definição dos mecanismos de reporte periódico de risco pelas áreas de negócio		Aprovação do perfil de risco da Sonae Capital a nível corporativo e de cada um dos negócios			Definição e revisão do apetite ao risco definido a nível corporativo e dos negócios Aprovação das acções de mitigação definidas			Aprovação dos novos portefólios de risco (se aplicável)			
Corporate Risk Manager	Divulgação/comunicação interna das políticas, procedimentos e <i>milestones</i> da gestão de risco da Sonae Capital		Agregação e hierarquização dos riscos a tratar Apoio ao CA na uniformização e priorização dos riscos dos vários negócios Proposta do perfil de risco da Sonae Capital			Acompanhamento dos KRI's da Sonae Capital (corporativo e negócios) Acompanhamento das acções de mitigação da Sonae Capital (corporativo e negócios)			Elaboração de ponto de situação dos KRI's e acções de mitigação do Grupo Apresentação ao CA do ponto de situação			
Business Unit Risk Manager			Avaliação dos riscos do negócio e definição dos perfis e fichas de risco e das estratégias de resposta			Actualização dos KRI's Reporte mensal de KRI's e acções			Análise dos riscos actuais e identificação de novos riscos críticos Actualização de fichas de risco			

A Direcção de Gestão de Risco continuou a dar suporte à gestão de risco nos principais projetos da organização.

No decurso de 2018 demos continuidade à implementação do programa de adequação do Grupo às normas constantes do Regulamento Geral de Protecção de Dados, aprovado em maio de 2016 e aplicável a partir de 25 de maio de 2018.

A Sonae Capital estimula a formação contínua e a adopção das melhores metodologias e práticas internacionais nas áreas de Gestão de Risco e Auditoria Interna. Nesse sentido, o Grupo apoia a frequência de um programa de formação e actualização de conhecimentos que inclui a certificação profissional internacional em Auditoria Interna promovida pelo IIA – *The Institute of Internal Auditors* – o *Certified Internal Auditor* (CIA). Os membros da equipa de Auditoria Interna obtiveram esta certificação profissional.

A **Auditoria Externa** avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma o sistema de controlo interno estabelecido para este efeito pela Sonae Capital e que se materializa na clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores e na realização de diversos procedimentos de validação ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

A **Comissão de Auditoria e Finanças** procede à análise dos riscos da Sociedade, dos modelos e mecanismos de controlo de risco adoptados e das medidas de mitigação tomadas pela Comissão Executiva, avaliando a adequabilidade das mesmas e propondo ao Conselho de Administração eventuais necessidades de alteração da política de gestão de risco da Sociedade.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae Capital, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objectivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objectivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adoptados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida, quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores, quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objectivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras, constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável que as transacções são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transacções são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente

aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos actualizados de activos e que o registo dos activos é verificado face aos activos existentes, sendo adoptadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;

- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respectivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pela função central de Contabilidade, Fiscalidade e Reporting, que garantem o controlo do registo das transacções dos processos de negócio e dos saldos das contas de activos, passivos e capitais próprios;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela função central de Contabilidade, Fiscalidade e Reporting;
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Revisor Oficial de Contas também revê o conteúdo deste relatório e a sua conformidade com a informação financeira de suporte;
- O Relatório de Governo da Sociedade é preparado pelo Departamento Legal, conjuntamente com o departamento de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O conjunto de documentos que constituem o relatório semestral e anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Capital. Depois da aprovação, o conjunto de documentos de contas anuais é enviado ao Auditor, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa;
- O Revisor Oficial de Contas executa uma auditoria anual das contas individuais e consolidadas. A realização destes exames, efectuados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tem como objectivo obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte dos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras. São também avaliadas as estimativas e juízos efectuados pelo Conselho de Administração. A adequação das políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação consistente e divulgação são também alvo de verificação;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas apresenta, directamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efectuado à informação financeira;
- Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre as causas de risco que podem afectar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciam-se as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e transacções com partes relacionadas – Os saldos e transacções mais significativos com partes relacionadas são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Estas estão associadas sobretudo a actividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efectuados a preços de mercado.

Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esse serviço e elementos para contacto

O Gabinete de Relação com Investidores é responsável por gerir a relação entre a Sonae Capital e a comunidade financeira - actuais e potenciais investidores, analistas e autoridades reguladoras do mercado - com o propósito de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação à empresa, através do fornecimento de informação relevante, atualizada e fidedigna.

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a Sonae Capital tem como regra informar, de forma imediata, os seus accionistas e o mercado em geral sobre os factos relevantes da sua atividade, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo confirmado a sua prática ao longo dos anos.

O Gabinete de Direção de Relação com Investidores prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a cotação das ações da Sonae Capital. Adicionalmente e quando solicitado, fornece esclarecimentos sobre as atividades da empresa, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

No sentido de garantir uma comunicação eficaz com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação fornecida, o Gabinete de Relação com Investidores realiza roadshows nos centros financeiros mais relevantes e participa em conferências. Em paralelo, o Gabinete de Relação com Investidores promove o acesso de investidores e analistas aos Administradores Executivos da Sonae Capital, na forma de sessões individuais ou audioconferências.

A informação é tornada pública através da publicação no Sistema de Difusão da Informação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt) e na página na Internet da Sociedade (www.sonaecapital.pt).

O Gabinete de Relações com Investidores pode ser contactado através de telefone (+351 22 010 79 03), fax (+351 22 010 79 35), e-mail (ir@sonaecapital.pt) ou via postal (Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia). O Director do Gabinete de Relações com Investidores é Nuno Parreiro, que pode ser contactado através dos mesmos meios.

Parte II

Governo Sociedade

57. Representante para as relações com o Mercado de Capitais

A representante para as Relações com o Mercado de Capitais é Anabela Nogueira de Matos, que pode ser contactada através de telefone (+351 22 010 79 25), fax (+351 22 010 79 35) e e-mail (anm@sonaecapital.pt).

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

O Gabinete de Relação com Investidores recebeu, em 2018, um número de pedidos de informação normal tendo em consideração a dimensão da Sociedade no mercado de capitais.

A Sonae Capital, SGPS, SA, através do Gabinete de Relação com Investidores, mantém o contacto permanente com os seus accionistas e analistas através de informação sempre actualizada. Adicionalmente, por solicitação, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes das actividades da Sociedade, entretanto divulgados nos termos da lei. Todas as informações solicitadas por parte dos investidores são analisadas e respondidas com a maior celeridade possível, via e-mail, carta postal, ou telefone, conforme se revele mais adequado.

V. Sítio da Internet

59. Endereço

A Sonae Capital tem disponível uma página na Internet para a divulgação da informação sobre a Sociedade. O endereço da página é: <http://www.sonaecapital.pt>.

60. Local onde se encontra a informação mencionada no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais

Informação específica pode ser consultada no seguinte endereço electrónico:
<http://www.sonaecapital.pt/pt/governo-societario/identificacao-da-sociedade>

61. Local onde se encontram divulgados os estatutos, e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Informação específica pode ser consultada nos seguintes endereços electrónicos:
<http://www.sonaecapital.pt/pt/governo-societario/estatutos>
<http://www.sonaecapital.pt/pt/governo-societario/regulamentos>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, funções e meios de acesso

Informação específica pode ser consultada nos seguintes endereços electrónicos:
<http://www.sonaecapital.pt/pt/governo-societario/orgaos-de-governacao>
<http://www.sonaecapital.pt/pt/sonae-capital/contactos>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário dos eventos societários

Informação específica pode ser consultada no endereço electrónico:
<http://www.sonaecapital.pt/pt/investidores/informacao-financeira>

Parte II

Governo Sociedade

<http://www.sonaecapital.pt/pt/investidores/calendario-de-eventos-societarios>

<http://www.sonaecapital.pt/pt/investidores/calendario-financeiro>

64. Local onde são divulgados a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Informação específica pode ser consultada no endereço electrónico:

<http://www.sonaecapital.pt/pt/governo-societario/assembleia-geral-de-accionistas>

65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Informação específica pode ser consultada no endereço electrónico:

<http://www.sonaecapital.pt/pt/governo-societario/assembleia-geral-de-accionistas>

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da Sociedade

Com base na política de remunerações e outras compensações aprovadas pelos accionistas em Assembleia Geral, a Comissão de Vencimentos da Sonae Capital é responsável pela aprovação da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

No que diz respeito à remuneração dos Administradores Executivos, a Comissão de Nomeação e Remunerações colabora com a Comissão de Vencimentos apresentando-lhe propostas previamente à tomada das suas deliberações.

Pelo menos um membro da Comissão de Vencimentos está, ainda, presente na Assembleias Geral Anual e em quaisquer outras em que a ordem de trabalhos inclua assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e Comissões da Sociedade, estando ainda disponível para comparecer caso a sua presença seja sido requerida por qualquer accionista.

II. Comissão de Remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou colectivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

O Conselho de Administração designou a Comissão de Nomeação e Remunerações (BNRC – *Board Nomination and Remunerations Committee*) para o mandato de 2018-2020.

O BNRC é composto pelo Presidente do Conselho de Administração Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, pelo Vice-Presidente Álvaro Carmona e Costa Portela e pelo Administrador Francisco de La Fuente Sánchez.

A Comissão de Nomeação e Remunerações, integralmente composta por Administradores não Executivos, a maioria independente, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências.

Os membros da Comissão de Vencimentos – Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo e Dr. José Fernando Oliveira de Almeida Corte Real, são independentes relativamente ao órgão de administração, com a explicação contida no parágrafo seguinte.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração e membro não executivo deste órgão, integra a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleito para essas funções pela Assembleia Geral de Accionistas. A sua participação na Comissão de Vencimentos corresponde à representação do interesse accionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de Presidente do Conselho de Administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, este membro abstém-se em discussão ou deliberação em que exista, ou possa existir, conflito de interesses.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Nomeação e Remunerações estão espelhadas nos *curriculae vitae* disponíveis no Anexo I ao presente documento e permitem-lhes exercer as suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo cada um as adequadas competências para o exercício das suas funções.

III. Estrutura de Remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

69.1 Princípios

A política de remuneração dos órgãos estatutários da Sociedade é aprovada pelos accionistas em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 3 de Maio de 2018, dando continuidade à política já anteriormente prosseguida de forma consistente, aprovou a Política de Remuneração e Compensação em vigor, em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

As propostas de remuneração dos membros dos órgãos estatutários são formuladas, tendo em consideração:

- Comparação geral do mercado;
- Práticas de empresas comparáveis, incluindo outras unidades de negócio da Sonae Capital que apresentem situações comparáveis;
- A responsabilidade individual e a avaliação do desempenho de cada Administrador Executivo;
- Estabelecimento de remuneração exclusivamente fixa para os membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Administradores não Executivos;

Assim, a política de remuneração constitui um instrumento formal que promove o alinhamento entre a equipa de gestão e os interesses dos accionistas, na medida em que o conjunto das componentes remuneratórias, se encontra destacada a parte variável, cujo valor depende do desempenho individuais e do desempenho da Sonae Capital. Desta forma, incentiva-se uma gestão orientada para os interesses de longo prazo da empresa e a adopção de comportamentos de ponderação dos riscos assumidos.

A política de remuneração incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e colectivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objectivo é ainda assegurado pelo facto de cada *Key Performance Indicator* (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo.

A política de remuneração dos órgãos estatutários da Sociedade é aprovada pelos accionistas em Assembleia Geral. A Comissão de Vencimentos é responsável pela apresentação da proposta da política de remuneração e pela aprovação das remunerações do Conselho de Administração, incluindo membros executivo e não executivos, e demais órgãos da Sonae Capital. Os membros da Comissão de Vencimentos são eleitos em Assembleia Geral, cabendo a este órgão a fixação da respectiva remuneração.

A Comissão de Nomeação e Remunerações apoia a Comissão de Vencimentos na fixação da remuneração dos Administradores Executivos, apresentando-lhe propostas de remuneração sustentadas em informação relevante solicitadas pela Comissão de Vencimentos.

No âmbito dos princípios que regem o governo societário, foram definidos princípios orientadores da política de remuneração.

Características da política de remunerações:

Competitividade:

A Política é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados em Portugal e mercados europeus, servindo actualmente de referente os estudos de mercado da *Mercer e HayGroup*.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais são fixados e periodicamente revistos em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos órgãos sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros factores, o perfil e currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do órgão social em questão e do próprio membro, e o grau de correlação directa entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a média dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon.

Orientação para o desempenho:

A Política prevê a atribuição de prémios calculados em função do grau de sucesso da Sociedade. A componente variável da remuneração encontra-se estruturada de maneira a estabelecer uma ligação entre os prémios atribuídos e o grau de desempenho, quer individual quer colectivo. Em caso de não concretização de objectivos pré-definidos, medidos através de KPIs de negócio e individuais, será reduzido, total ou parcialmente, o valor de incentivos de curto e médio prazo.

Alinhamento com interesses accionistas:

Parte do prémio variável dos Administradores Executivos, é diferida por um período de 3 anos, sendo o valor condicionado pela evolução da cotação das acções. Desta forma, é assegurado um alinhamento do administrador com os interesses do accionista e com o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade do negócio.

Transparência:

Todos os aspectos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente, interna e externamente, através da publicação de documentação no sítio da Sociedade na internet. Este processo de comunicação contribui para promover a equidade e independência.

Razoabilidade:

A Política pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses da Sociedade, o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais e a necessidade de retenção de talento.

A Política de Remuneração e Compensação aplicável aos órgãos sociais e aos dirigentes da Sociedade adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações da CMVM.

A Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 3 de Maio de 2018, dando continuidade à política já anteriormente prosseguida de forma consistente, aprovou a Política de Remuneração e Compensação em vigor, a qual é norteada pelos seguintes princípios gerais:

- Não atribuição de compensações aos administradores, ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respectivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria;
- Não consagração de qualquer sistema de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes;
- Ponderação, na aplicação da Política de Remuneração, do exercício de funções em sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade.

69.2 Competitividade da política remuneratória

O pacote remuneratório atribuído a Administradores Executivos é definido por comparação com o mercado, utilizando para o efeito estudos de mercado sobre pacotes remuneratórios de quadros de topo em Portugal e na Europa, procurando-se que, para situações comparáveis de mercado, a remuneração fixa se situe no valor mediano de mercado e a remuneração total próxima do terceiro quartil de mercado.

Qual é o nosso universo comparável/empresas pares?

- Na Sonae Capital, a política remuneratória é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados para Portugal e mercados europeus. Actualmente, servem de referência os estudos de mercado da *Mercer e HayGroup*.
- Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a média dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o PSI-20.

69.3 Controlo dos Riscos relativos a remunerações

A Sonae Capital procede anualmente a uma revisão da política remuneratória como parte do processo de gestão de risco, com vista a certificar-se que a política remuneratória se encontra em total conformidade com o perfil de risco desejado. Relativamente ao ano de 2018, não foram detectadas práticas de pagamento que coloquem riscos relevantes à Sonae Capital.

Parte II

Governo Sociedade

No desenho da política retributiva foi tida em consideração a necessidade de controlo de comportamentos que impliquem assunção de riscos excessivos, atribuindo uma relevância, mas simultaneamente equilibrada, à componente variável, vinculando desta forma a remuneração individual ao desempenho colectivo.

Na Sonae Capital existem procedimentos de controlo interno relativamente à política retributiva, com o objectivo de identificar potenciais riscos colocados pela própria política retributiva.

Por um lado, a estrutura de remuneração variável encontra-se desenhada de tal forma que desincentiva comportamentos de risco, na medida em que esta remuneração variável para além de ter montantes máximo, se encontra ligada à avaliação de desempenho. A existência de KPI's objectivos permite que este método funcione como um mecanismo de controlo eficiente.

Por outro lado, a política da Sonae Capital não permite a celebração de contratos que visem minimizar a razão de ser do plano de Prémio Variável de Médio Prazo. Tal restrição inclui a celebração de transacções com o objectivo de eliminar ou mitigar o risco de variação do valor de acções.

69.4 Procedimentos de aprovação da política remuneratória

A Comissão de Nomeação e Remunerações submete à consideração da Comissão de Vencimentos propostas de remuneração dos administradores nos termos do procedimento interno aprovado.

70. Estruturação da Remuneração dos Administradores

70.1 Administradores Executivos

A remuneração fixa dos Administradores Executivos é definida em função do nível de responsabilidade do Conselho de Administração e é objecto de revisão anual.

De acordo com a política remuneratória da Sonae Capital, além da remuneração fixa, os Administradores Executivos participam de um plano de incentivos, também designado por prémio variável.

O prémio variável é atribuído no primeiro trimestre do ano seguinte àquele que diz respeito e vinculado ao desempenho do ano anterior, visando orientar e recompensar a administração executiva pelo cumprimento de objectivos pré-determinados. Subdivide-se em duas parcelas:

- a) Prémio Variável Curto Prazo (PVCP), pago em numerário, através de participação nos lucros ou não, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo, todavia, e a critério da Comissão de Vencimentos, ser pago, no mesmo prazo, em acções, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo;
- b) Prémio Variável Médio Prazo (PVMP), pago após um diferimento adicional pelo período de 3 anos e no ano subsequente ao termo deste último.

As várias componentes da remuneração anual podem ser facilmente compreendidas na seguinte tabela:

Nome	Componentes	Descrição	Objectivo	Posicionamento no mercado
------	-------------	-----------	-----------	---------------------------

Parte II

Governo Sociedade

Nome	Componentes	Descrição	Objectivo	Posicionamento no mercado
Fixa	Vencimento base	Vencimento anual (em Portugal o vencimento fixo anual é pago em 14 prestações mensais)	Adequação ao estatuto e responsabilidade do Administrador	Mediana
	Prémio variável de curto prazo (PVCP)	Prémio de desempenho pago no primeiro semestre do ano seguinte, depois do apuramento dos resultados do exercício	Visa assegurar competitividade do pacote remuneratório e ligação da remuneração aos objectivos da empresa	Terceiro quartil
Variável	Prémio variável de médio prazo (PVMP)	Compensação diferida por 3 anos, sendo o montante apurado dependente da evolução da cotação das acções		Terceiro quartil

O pagamento em numerário do prémio variável pode ser efectuado por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstos na Lei e nos Estatutos da Sociedade.

Não existe, actualmente, qualquer plano de atribuição de opções para aquisição de acções.

70.2 Administradores Não Executivos

A remuneração dos Administradores Não Executivos é estabelecida em função de dados do mercado, segundo os seguintes princípios: (1) atribuição de uma remuneração fixa (2) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

71. Componente variável da remuneração dos Administradores Executivos

O Prémio variável tem natureza discricionária e, dado que a atribuição do respectivo valor está dependente da consecução de objectivos, o seu pagamento não se encontra garantido. O prémio variável é determinado anualmente, variando o valor do objectivo pré-definido entre os 30% e 60% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objectivo do prémio variável).

A componente variável da remuneração é aferida por avaliação da performance de um conjunto de indicadores de desempenho referentes aos diversos negócios com cariz essencialmente económico e financeiro – “*Key Performance Indicators of Business Activity*” (Business KPI's). O conteúdo dos indicadores de desempenho, e o seu peso específico na determinação da remuneração efectiva, asseguram o alinhamento dos Administradores Executivos com os objectivos estratégicos definidos e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a actividade social.

O valor de cada prémio tem como limite mínimo 0% e máximo 140% do objectivo previamente definido.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração

O pagamento de pelo menos 50% da componente variável da remuneração referente ao exercício a que respeita é diferido por um período de 3 anos, num total de quatro anos, nos termos descritos no ponto anterior 70.1 (Prémio Variável de Médio Prazo).

73. Critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em acções

Características do Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP)

O PVMP é uma das componentes da Política Retributiva da Sonae Capital. Esta componente distingue-se das restantes por ter um carácter restrito e voluntário, cuja atribuição é condicionada às regras de elegibilidade estabelecidas para o efeito.

O PVMP proporciona aos aderentes a possibilidade de partilharem com os accionistas o valor criado, pela sua intervenção directa na definição da estratégia e na gestão dos negócios, na justa medida do resultado da avaliação anual do seu desempenho.

Enquadramento do PVMP

Constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os objectivos da organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a percepção da importância da sua performance para o sucesso da Sonae Capital, com expressão na capitalização bolsista do título.

Critério de Elegibilidade

São elegíveis para atribuição de plano do PVMP os Administradores Executivos da Sociedade e das suas dominadas. De acordo com a política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração são igualmente elegíveis para atribuição do PVMP os colaboradores, a quem, por via dessa política, seja aplicável o Plano.

Participantes	Valor de referência do prémio variável de médio prazo (% da remuneração variável total objectivo)
Administradores Executivos da Sociedade	Pelo menos 50%
Administradores Executivos Negócios	Pelo menos 50%
Colaboradores	Termos a definir pelo Conselho de Administração de cada Sociedade

Duração do Plano

O PVMP contempla um período de quatro anos, considerando o ano a que diz respeito e o período de diferimento de três anos.

Valor de referência do PVMP

O PVMP é valorizado à data de atribuição a preços representativos da cotação do título, no mercado de acções em Portugal, considerando-se para o efeito o valor mais favorável correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia-Geral ou a cotação média (considerando-se para o efeito da determinação da cotação média, a cotação de fecho nos 30 dias de negociação anterior à data de realização da Assembleia Geral).

Aos membros abrangidos é atribuído o direito à aquisição de um número de acções determinado pelo quociente entre o valor do prémio variável de médio prazo atribuído e o valor de cotação à data da atribuição apurado nos termos do parágrafo anterior. No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição

de dividendos, alteração do valor nominal das acções ou de alteração do capital social da Sociedade ou qualquer outra modificação na estrutura do capital da sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de acções cujo direito de aquisição tenha sido atribuído será ajustado para um número equivalente tendo em conta o efeito das referidas alterações.

Na linha da afirmação de uma política de reforço do alinhamento dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da Sociedade, a Comissão de Vencimentos poderá, a seu livre critério, graduar o percentual de desconto conferido aos administradores executivos na aquisição de acções, determinando uma comparticipação na aquisição das acções a suportar por aqueles em montante correspondente a uma percentagem do valor de cotação das acções, com o limite máximo de 5% do seu valor de cotação à data da transmissão dos títulos. Os demais colaboradores a quem tenha sido atribuído aquele direito adquirem as acções nos termos das condições estabelecidas pelo Conselho de Administração de cada Sociedade.

Entrega pela Sociedade

No momento do exercício do direito de aquisição de acções atribuído no âmbito do PVMP, a Sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das acções, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respectivo exercício.

Vencimento do PVMP

O direito de aquisição das acções atribuídas pelo PVMP vence-se decorrido o período de diferimento.

Condições para o Exercício do Direito

O direito ao exercício do direito de aquisição das acções atribuídas no termo do Plano caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e Sociedade antes de decorrido o período de três anos subsequente à sua atribuição, sem prejuízo do disposto nos parágrafos seguintes.

O direito manter-se-á em vigor no caso incapacidade permanente ou morte do membro, sendo, neste caso, o pagamento efectuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respectivo vencimento.

Em caso de reforma do administrador o direito atribuído poderá ser exercido na respectiva data de vencimento. Para garantia de efectividade e transparência dos objectivos da Política de Remuneração e Compensação foi estabelecido que os administradores executivos da sociedade:

- não devem celebrar contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade;
- não devem alienar, até ao termo do seu mandato, as acções da Sociedade a que tenham acedido por via da atribuição da remuneração variável até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas para suportar o pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

A Sociedade não estabeleceu qualquer remuneração variável em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os principais parâmetros e fundamentos do sistema de remuneração variável encontram-se descritos na política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 3 de Maio de 2018, disponível em www.sonaecapital.pt.

Parte II

Governo Sociedade

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

A Sociedade não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores.

IV. Divulgação de Remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos Órgãos de Administração, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Durante o ano de 2018, a remuneração e outras compensações pagas aos membros do Conselho de Administração, foram as seguintes:

Nome	Remuneração Fixa	Remuneração Variável Curto-Prazo ²	Prémio Desempenho Diferido ³	Total	Proporção Remuneração Fixa / Remuneração Variável
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	142 300	0	0	142 300	[100%, 0%]
Álvaro Carmona e Costa Portela	76 967	0	0	76 967	[100%, 0%]
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo ¹	101 182	52 533	52 533	206 248	[49%, 51%]
Francisco de La Fuente Sánchez	30 633	0	0	30 633	[100%, 0%]
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	30 633	0	0	30 633	[100%, 0%]
Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata	144 846	66 800	66 800	278 466	[52%, 48%]
Ivone Pinho Teixeira	143 890	61 200	61 200	266 290	[54%, 46%]
Total	670 450	180 533	180 533	1 031 517	[65%, 35%]

1 Assumiu funções Executivas, na qualidade de CEO, até ao dia 17 de Julho 2018. Após essa data, passou a exercer funções Não Executivas.

2 Valor pago em 2019, relativo ao desempenho de 2018.

3 Valor relativo ao desempenho de 2018.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Não foram pagos outros valores além dos descritos acima por sociedade em relação de domínio ou de grupo.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

O prémio variável dos administradores executivos foi atribuído de acordo com a avaliação de desempenho e a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de 3 de Maio de 2018, detalhada no antecedente ponto 71 e espelhada no quadro de remunerações constante do ponto 77 supra.

O prémio pago sob a forma de participação nos lucros está contido no Prémio Variável de Curto Prazo constante do quadro apresentado supra no ponto 77.

Parte II

Governo Sociedade

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não é devido nem foi pago pela Sociedade qualquer indemnização a ex-administrador executivo.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade

Durante o ano de 2018, os membros do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA auferiram a seguinte remuneração fixa (não tendo auferido outro tipo de remuneração):

Nome	Remuneração Fixa
António Monteiro de Magalhães	9 967
Manuel Heleno Sismeiro	7 967
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	6 700

A remuneração auferida pelo Revisor Oficial de Contas encontra-se já descrita no ponto 47 supra.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Assembleia Geral

Durante o ano de 2018, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu, a título de remuneração fixa, o valor de 5.000 euros.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administradores e sua relação com a componente variável da remuneração

A Política de Remunerações e Compensações aprovada na Assembleia Geral de Accionistas mantém o princípio de não contemplar atribuição de compensações aos administradores associadas à cessação de mandato, sem prejuízo da obrigação de cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade

Não existem quaisquer contratos individuais com administradores, no sentido de definir a metodologia de cálculo de eventuais compensações, em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções (*stock options*)

85. Identificação do plano e destinatários

O plano de atribuição de acções, com as condições definidas no ponto 73, integra a componente variável da remuneração, sendo seus destinatários os Administradores Executivos, bem ainda como colaboradores das empresas do Grupo, em termos a definir pelos respectivos Conselhos de Administração.

86. Caracterização do plano

A caracterização do plano de atribuição é feita nos pontos 71 a 73.

A política de remuneração e compensação de órgãos sociais, bem como o plano de atribuições de acções em vigor, foram aprovadas na Assembleia Geral Anual realizada em 3 de Maio de 2018, sob proposta da Comissão de Vencimentos em cumprimento do disposto no artigo 2º da Lei n.º 29/2009 de Junho e da Recomendação II.3.4 CMVM (2013).

A política de remuneração aprovada sob proposta da Comissão de Vencimentos, consignou o princípio de inalienabilidade das acções cedidas pelos Administradores Executivos da Sociedade por via do PVMP, nos termos constantes da Recomendação III.6 CMVM (2013).

As deliberações da Assembleia Geral Anual em apreço podem ser consultadas em

<http://www.sonaecapital.pt/pt/investidores/assembleias-gerais>.

Os planos do PVMP dos membros executivos do Conselho de Administração da Sonae Capital em curso em 2018 podem ser resumidos da seguinte forma:

Administrador*	Plano (Ano de Desempenho)	Data de Atribuição	Data de Vencimento	Valor Vencido e Liquidado em 2018	Cotação à data de atribuição	# Acções atribuídas	Valor dos Planos à data de atribuição	Valor dos Planos em Aberto a 31 de Dezembro de 2018
Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata	2014	mar/15	mar/18	140 707		-	0	0
	2015	mar/16	mar/19		0.572	113 061	64 671	95 989
	2016	mar/17	mar/20		0.827	88 135	72 888	74 827
	2017	mar/18	mar/21		0.961	67 351	64 724	57 181
	Total					268 547	202 283	227 996
Ivone Maria Pinho Teixeira da Silva	2014	mar/15	mar/18			-		0
	2015	mar/16	mar/19		0.572	124 140	71 008	105 395
	2016	mar/17	mar/20		0.827	88 135	72 888	74 827
	2017	mar/18	mar/21		0.961	68 792	66 109	58 404
	Total					281 067	210 005	238 626

* A 31 de Dezembro de 2018.

87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de acções (*stock options*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Durante o ano de 2018, a Sociedade não aprovou qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital, na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não existe qualquer mecanismo de controlo da participação dos trabalhadores no capital social da Sociedade.

E. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transacções com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24)

A Sociedade pauta a realização de transacções com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transacções são objecto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adopção voluntária de sistemas internos de *checks and balances*, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transacção em questão.

Em 2010, o Conselho Fiscal aprovou o regulamento sobre transacções da Sociedade com accionistas detentores de participações qualificadas (nos termos do artigo 16º e 20º do Código dos Valores Mobiliários) e suas partes relacionadas (definição do artigo 20º n.º 1 do Código do Valores Mobiliários), que define o nível relevante de transacções executadas a partir do qual a Comissão Executiva terá que notificar a Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal.

Tal regulamento, bem como o Regulamento do Conselho de Administração determinam que a Comissão Executiva notificará a Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal sobre qualquer transacção, em montante superior a 10 milhões de euros, a executar entre a Sociedade e quaisquer dos seus accionistas titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários (accionistas de referência).

Juntamente com a notificação para a realização da transacção, a Comissão Executiva deverá apresentar à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal os procedimentos adoptados para assegurar que a transacção é realizada em condições normais de mercado e que está salvaguardada de quaisquer potenciais conflitos de interesses. A Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal terão oito dias (prazo que poderá ser alargado se assim o exigir a complexidade da transacção em questão) para solicitar informação adicional necessária à emissão dos respectivos pareceres e, se julgado adequado, trocarem informação quanto às respectivas conclusões.

Adicionalmente, o Secretário da Comissão Executiva é responsável por reportar, numa base semestral, à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal: (i) transacções executadas entre a Sociedade e accionistas detentores de participações qualificadas que excedam um milhão de Euros e (ii) transacções executadas entre a Sociedade e pessoas relacionadas de accionistas detentores de participações qualificadas que excedam 20 mil de Euros e que sejam do seu conhecimento. O relatório deverá incluir todas as transacções concluídas, acima do valor referido, ainda que com carácter recorrente, bem como as que se encontrem em vias de conclusão se, relativamente a estas últimas, já se encontrar disponível a informação adequada.

Parte II

Governo Sociedade

Depois de obtida toda a informação relevante, o Conselho Fiscal emitirá o seu parecer sobre as transacções que lhe forem submetidas.

Em 2018, o Conselho Fiscal foi informado, regularmente, das transacções com partes relacionadas, tendo sido fornecida informação detalhada sempre que se justificou.

Durante o ano, não se registou a necessidade de, de acordo com o regulamento em vigor, obter quaisquer aprovações prévias.

90. Indicação das transacções que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Em conformidade com o exposto em 10, não existiram, durante o exercício de 2018, relações de natureza comercial, ou outra, significativa, entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade. Os negócios ou transacções com titulares de participações qualificadas ou de sociedades por si detidas, não significativas, fazem parte da actividade normal das filiais da Sonae Capital e são efectuadas seguindo as condições normais de mercado.

As transacções com o Revisor Oficial de Contas relativas a serviços diversos dos serviços de Auditoria foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e encontram-se discriminados no ponto 47 deste relatório.

As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo foram efectuadas em condições normais de mercado e fazem parte da actividade normal da Sociedade. No exercício de 2018, evidencia-se a venda do Lote 11, da Quinta das Sedas (em Matosinhos), ao Grupo Sonae Sierra, a preço e condições de mercado. Adicionalmente, o Conselho Fiscal foi informado sobre a proposta, analisada em Conselho de Administração, para a aquisição da operação hoteleira do Aqualuz Lagos à Efanor, pelo valor de um euro (o mesmo valor aquando da operação de venda em 2015). Apesar de não ser uma transacção que careça de aprovação específica, o Conselho Fiscal considerou que a proposta foi preparada cumprindo com os requisitos legais e nos melhores interesses da sociedade. A materialização desta aquisição ocorreu em 6 de Fevereiro de 2019.

Os montantes transaccionados e respectivos saldos são divulgados nas notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, como referido no ponto 92.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização, para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Artigo 20º do CVM

Os procedimentos e critérios estão já referidos no ponto 87 *supra*.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24 ou, alternativamente, reprodução dessa informação

Informação relevante sobre negócios com partes relacionadas pode ser consultada na nota 45 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 20 do Anexo às Contas Individuais da Sociedade, disponível no endereço electrónico da Sociedade www.sonaecapital.pt (separador investidores, secção relativa a Relatórios e Contas).

2. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adoptado

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013 de 1 de Agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações integradas no Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais relativas ao exercício social de 2018.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelo artigo 3º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, pelo artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e pelo Regulamento n.º 5/2008 da CMVM.

A Sociedade adoptou o Código de Governo das Sociedades publicado pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

A Sonae Capital está ainda sujeita a outras normas que foram adoptadas a nível interno, que relevam na estrutura do seu governo societário, nomeadamente normas internas de conduta e de transparência, em particular, o Código de Conduta, as regras sobre transacções de dirigentes, transacções com partes relacionadas e transacções com titulares de participação qualificada.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adoptado

A Sonae Capital tem vindo a promover a implementação e a adopção das melhores práticas de Corporate Governance, pautando a sua política por elevados padrões de conduta de ética e responsabilidade social.

Constitui objectivo do Conselho de Administração implementar uma gestão integrada e eficaz do Grupo, que permita a criação de valor pela Sociedade, promovendo e garantindo os legítimos interesses de Accionistas, colaboradores e *stakeholders*, sempre fomentando a transparência no relacionamento com os investidores e com o mercado.

Nesse sentido, fazemos notar que das sessenta recomendações constantes do novo Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance, a Sociedade adoptou na íntegra cinquenta e quatro, sendo que cinco não lhe são aplicáveis não tendo adoptado uma das recomendações pelas razões expostas *infra*, o que consubstancia um grau muito próximo da adopção plena e completa.

São seguidamente elencadas as recomendações incluídas no novo Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance, nos termos e para os efeitos do disposto na al. o) do n.º 1 do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários:

I. Parte Geral

I.1. Relação da sociedade com investidores e informação

I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos Acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 29, 38, 51, 55, 56, 59 A 65 DESTE RELATÓRIO

Nos termos do artigo 11º do Regulamento do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração e das Comissões constituídas, bem como o Administrador Sénior Independente, asseguraram, atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, agilizando, nomeadamente, de modo não limitativo, os necessários recursos para a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas.

Esta transmissão de informação é facilitada pela circunstância de o Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria e Finanças partilharem o mesmo Secretário, responsável pela preparação, produção e tratamento de toda a informação e documentação relativas a estes órgãos e comissões, bem como pela divulgação das mesmas, para os fins referidos no ponto anterior.

Quanto ao Conselho Fiscal, uma das suas competências é exactamente assegurar, em interação com o Conselho de Administração e Comissões constituídas por este último, a existência efectiva de um fluxo de informação atempado e adequado ao correcto exercício de competências e deveres de cada um dos órgãos sociais. Ainda nos termos do Regulamento do Conselho Fiscal este poderá participar nas reuniões do Conselho de Administração, quando considere conveniente e sempre que seja para o efeito convocado, devendo participar nas reuniões daquele órgão em que se apreciem as contas do exercício, podendo ainda solicitar qualquer informação de que necessite. Igualmente nos termos do mesmo regulamento, a Comissão de Auditoria e Finanças informará o Conselho Fiscal sobre os relatórios por si apresentados ao Conselho de Administração quanto à eficiência da estrutura de auditoria da Sociedade.

A Sociedade dispõe ainda de um Gabinete de Apoio ao Investidor que disponibiliza, aos investidores e à comunidade financeira, informação regular e relevante, assegurando-se o registo das interlocuções relevantes de forma otimizar a qualidade do seu desempenho, disponibilizando também toda a informação recomendada em versão portuguesa e versão inglesa no seu website – www.sonaecapital.pt.

I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho e para o equilíbrio na respetiva composição.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 16, 22, 24, 27 E 32 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade redigiu, aprovou e divulgou um Código de Conduta – que divulgou em versão portuguesa e versão inglesa no seu website, com a sua política de diversidade, tendo ainda, em cumprimento do artigo 245º-A n.º 1 r) e n.º 2 do Código dos valores Mobiliários, incluído uma descrição da mesma no relatório anual de gestão. A referida política elenca um conjunto de critérios muito rigorosos que privilegiam sobretudo i) a qualificação profissional paralelamente com a

Parte II

Governo Sociedade

renovação da composição dos órgãos sociais de modo a garantir uma compatibilização entre a senioridade e a necessidade de diversificação de percursos profissionais, no sentido de evitar uma lógica monolítica de pensamento de grupo; ii) a diversidade de género; iii) a diversidade de conhecimentos e a iv) diversidade etária, não havendo uma visão restritiva quanto aos limites de idade para o exercício de funções sociais.

Igualmente e, no que toca às competências da Comissão de Nomeação e Remunerações, atendendo a que lhe cabe identificar potenciais candidatos com perfil para o desempenho de funções de administrador (em particular quando o Conselho de Administração exerce a sua função de cooptação de membros), os processos de selecção utilizados por esta Comissão igualmente têm em consideração tanto as exigências da função e o mérito, como a diversidade adequada para a Sociedade, designadamente de género, tudo conforme também consta do Regulamento desta comissão.

I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respectivas reuniões.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 22, 27 E 29 DESTE RELATÓRIO

Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas da Sociedade dispõem de regulamentos próprios, nos quais estão definidas as suas competências, deveres, e funcionamento, sendo lavrado em ata o registo de cada uma das reuniões destes órgãos.

I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 61 DESTE RELATÓRIO

Todos os Regulamentos estão disponíveis em versão portuguesa e versão inglesa no website da Sociedade – www.sonaecapital.pt.

I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 62 DESTE RELATÓRIO

A composição dos órgãos de administração, de fiscalização e das comissões internas da Sociedade, bem como o número de reuniões anuais dos mesmos, encontra-se disponível em versão portuguesa e versão inglesa no website da Sociedade – www.sonaecapital.pt.

I.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de detecção e prevenção de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 38 E 49 DESTE RELATÓRIO

O Regulamento do Conselho Fiscal determina as competências deste órgão quanto aos mecanismos de detecção e prevenção de irregularidades, tendo a ainda a Sociedade implementada uma Política de Comunicação de Irregularidades que se encontra disponível para consulta no website da Sociedade - www.sonaecapital.pt e abrange todo o perímetro do Grupo Sonae Capital.

I.3. Relação entre órgãos da sociedade

I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 22 DESTE RELATÓRIO.

Vide ponto I.1.1 do presente capítulo.

I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 29, 37 E 38 DESTE RELATÓRIO

Vide ponto I.1.1 presente capítulo.

I.4. Conflitos de interesses

I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respectivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 27 e 49 DESTE RELATÓRIO

Nos termos do Artigo 10º do Regulamento do Conselho de Administração, os membros devem, por referência ao artigo 8º, informar pontualmente o respectivo órgão ou comissão que integrem sobre factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

I.4.2. Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 27 E 49 DESTE RELATÓRIO

Nos termos do Artigo 10.º do Regulamento do Conselho de Administração, os membros devem, por referência ao artigo 8º, informar pontualmente o respectivo órgão ou comissão que integrem sobre factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social. O membro que, nos termos do número anterior, declare estar em conflito de interesses, não interferirá no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.

I.5. Transações com partes relacionadas

I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a

Parte II

Governo Sociedade

aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 89 E 90 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade aprovou, no âmbito dos Regulamentos dos órgãos de administração e de fiscalização, sobre transacções da Sociedade com Accionistas detentores de participações qualificadas e suas partes relacionadas, tendo ainda em prática um procedimento interno formal, ambos com vista à obtenção de parecer do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e Finanças, previamente à realização pela Comissão Executiva de negócios com Accionistas titulares de participações qualificadas ou com entidades que com estes se encontrem numa relação de entre as elencadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, quando tais transacções envolvam um interesse superior a dez milhões de euros.

I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 89 DESTE RELATÓRIO

O Secretário da Comissão Executiva é responsável por reportar, numa base semestral, à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal (i) transacções executadas entre a Sociedade e Accionistas detentores de participações qualificadas que excedam um milhão de Euros e (ii) transacções executadas entre a Sociedade e pessoas relacionadas de Accionistas detentores de participações qualificadas que excedam vinte mil de Euros e que sejam do seu conhecimento.

II. Accionistas e Assembleia Geral

II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 12 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade incentiva os seus Accionistas à participação nas Assembleias Gerais, nomeadamente ao atribuir a cada acção um voto, ao não limitar o número de votos que podem ser detidos e exercidos por cada Accionista.

II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus Accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 12, 13 E 14 DESTE RELATÓRIO

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem quórum deliberativo superior ao legalmente previsto.

II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 12 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade coloca à disposição dos Accionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência por via postal ou por via eletrónica.

Adicionalmente, a Sociedade disponibiliza no seu site, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos-tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a realizar pelos

Parte II

Governo Sociedade

Accionistas para assegurar a sua presença na assembleia, bem como faculta um endereço electrónico para o esclarecimento de todas as dúvidas e destinado à recepção de todas as comunicações de participação na Assembleia Geral.

II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos Accionistas na assembleia por meios telemáticos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA

A participação dos Accionistas na Assembleia Geral por meios telemáticos encontra-se devidamente prevista nos Estatutos da Sociedade.

A Sociedade, todavia, nunca utilizou essa modalidade por considerar que direito de participação dos Accionistas na Assembleia não se encontra coartado, uma vez que coloca à disposição destes a possibilidade de poderem exercer o seu direito de voto quer por correspondência postal ou por via electrónica, nos termos explicitados no ponto anterior.

Mais se informa que mesmo o voto por meios electrónicos nunca foi utilizado, até à data, nem foi dirigido à Sociedade qualquer pedido para implementar o voto por meios telemáticos. Como tal, entende a Sociedade que os Accionistas privilegiam a presença física nas Assembleias Gerais, sendo ainda que foi considerado desproporcionado o custo de implementação dos meios telemáticos à luz do princípio descrito no princípio constante do ponto II.C.

II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros Accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos que podem ser emitidos por um acionista.

II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos Accionistas do desempenho dos administradores.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 4 E 84 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade não adopta unilateralmente políticas que tenham por efeito qualquer uma das restrições elencadas na recomendação. Os contratos celebrados pela Sociedade neste âmbito reflectem a defesa do interesse social tendo em vista a sustentabilidade dos negócios a longo prazo no enquadramento das condições de mercado.

III. Administração Não Executiva e Fiscalização

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (*lead independent director*) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao

desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 17 E 22 DESTE RELATÓRIO

Em exercício dos poderes previstos no Artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração, os administradores independentes nomearam, entre si, um coordenador para, de acordo com as melhores práticas de governo societário, designadamente, actuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do Conselho de Administração e com os demais administradores, zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções e coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração, tendo sido designado para este fim o Sr. Eng.º Álvaro Carmona e Costa Portela.

III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 17, 29 E 32 DESTE RELATÓRIO

No que respeita ao Conselho de Administração, este órgão é constituído por um total de sete membros, dos quais cinco são não executivos. Já quanto ao Conselho Fiscal este é constituído por três membros e quanto à Comissão de Auditoria e Finanças, esta é composta por dois administradores não executivos independentes.

Entende a Sociedade que a composição dos órgãos e comissões supra referidos está em linha com a recomendação.

III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 18 DESTE RELATÓRIO

O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros, dos quais cinco são não executivos.

III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;
 - ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos
 - iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
 - iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
 - v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.**

Parte II

Governo Sociedade

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 18 DESTE RELATÓRIO

III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (*cooling-off period*).

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

A Sociedade não tem nenhum administrador na circunstância descrita.

III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 21 DESTE RELATÓRIO

III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

O modelo de governo adotado não inclui Conselho Geral e de Supervisão

III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 37 E 38 DESTE RELATÓRIO.

O Conselho Fiscal faz o acompanhamento e avalia o sistema de controlo interno e de gestão de riscos definido pela Administração, pronunciando-se sobre o mesmo nos seus pareceres e relatório anual.

III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 29 DESTE RELATÓRIO

III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 50 A 52 DESTE RELATÓRIO

III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 29 E 38 DESTE RELATÓRIO

O Conselho de Administração assegura proactivamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos. A Comissão de Auditoria e Finanças avalia os procedimentos operacionais implementados pela Sociedade de forma a garantir a monitorização do controlo interno e a gestão eficiente dos riscos. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas,

propondo as medidas de optimização que entender necessárias e pronuncia-se sobre os mesmos no seu relatório e parecer anuais.

III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais irregularidades.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 37 E 38 DESTE RELATÓRIO

O Conselho Fiscal estabelece com a Auditoria Interna o plano de acções a desenvolver, supervisiona a sua actividade, recebendo reporte periódico da actividade desenvolvida e avaliando os resultados e conclusões apurados, cabe-lhe aferir da existência de eventuais irregularidades e emitir as directrizes que entender por convenientes

IV. Administração Executiva

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

Não é concedida aos administradores executivos autorização para o exercício de funções executivas em entidades fora do grupo. Mais se informa que apenas se estabelece a permissão ao desempenho destas funções pelos administradores executivos apenas em sociedades do grupo, aquando da sua designação em Assembleia Geral.

IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 21 DESTE RELATÓRIO

As competências do Conselho de Administração não passíveis de delegação observam as regras constantes desta recomendação

IV.3. O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 29 A 51 DESTE RELATÓRIO

Cabe ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 3º e, como competência não passível de delegação a aprovação das principais políticas da Sociedade, entre estas a política de risco.

Quanto à monitorização desta política, por um lado a Comissão de Auditoria e Finanças avalie os procedimentos operacionais de forma a garantir a monitorização do controlo interno e a gestão eficiente dos riscos, formulando em consequência desta análise conclusões a serem dirigidas ao Conselho de Administração. Por outro lado, o Conselho Fiscal acompanha igualmente o sistema interno de gestão de risco elaborando anualmente um relatório de apreciação e recomendações dirigido à Administração.

IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 38 DESTE RELATÓRIO

Nos termos do Regulamento do Conselho Fiscal, é competência deste órgão fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, acompanhando o sistema interno de gestão de risco elaborando anualmente um relatório de apreciação e recomendações dirigido à Administração.

A Comissão de Auditoria e Finanças informa ainda o Conselho Fiscal sobre os relatórios por si apresentados ao Conselho de Administração quanto à eficiência da estrutura de auditoria da Sociedade, nomeadamente no que respeita à qualidade e independência da função de auditoria interna, ao âmbito das funções da auditoria interna e da sua interação com o auditor externo, circulando relatórios periódicos de actividade do auditor externo e do auditor interno e dando a conhecer a este órgão ainda quaisquer factos de que tenha conhecimento e possam afectar a independência do auditor externo.

V. Avaliação de Desempenho, Remunerações e Nomeações

V.1 Avaliação Anual de Desempenho

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade

RECOMENDAÇÃO NÃO ADOPTADA

O órgão de administração realiza efectivamente a avaliação indicada nesta recomendação. Não obstante, no que respeita a periodicidade da mesma, dado que as metas do Conselho de Administração são maioritariamente fixadas em termos de duração do mandato, ou seja, para o triénio em causa, entende a Sociedade que a avaliação referida nesta recomendação, pese embora tenha efectivamente lugar, deverá ocorrer decorrido que esteja sensivelmente metade do mandato. Excepcionalmente poderá a avaliação em causa ser realizada fora do período indicado, em caso de alteração substancial da composição do Conselho de Administração.

V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 38 DESTE RELATÓRIO

O Conselho Fiscal exerceu as competências que estão descritas no ponto 38 deste Relatório do Governo, tendo em conformidade, procedido à fiscalização da Administração, da gestão de riscos e das demais responsabilidades que lhe estão atribuídas, incluindo as decorrentes dos princípios de interação entre o órgão de fiscalização e de Administração com vista à prevenção de situações de conflito de interesses.

O Conselho Fiscal não emitiu qualquer parecer ou advertência relativa ao cumprimento do plano estratégico e do orçamento, tendo actuado de acordo com as regras legais que determinam a sua competência, capacidade e dever de intervenção.

V.2 Remunerações

V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 24, 69 A 76 DESTE RELATÓRIO

V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respetivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respetivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 24, 29 E 69 DESTE RELATÓRIO

A política de remuneração da Sociedade tem as características previstas no ponto 69 e que estão em linha com a recomendação. A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos Accionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos Accionistas na Assembleia Geral.

Compete à Comissão de Nomeação e Remunerações receber, analisar e apresentar, de acordo com o procedimento interno aprovado, as propostas de remuneração dos membros do Conselho de Administração e de outros órgãos da Sociedade, a serem aprovadas por decisão da Comissão de Vencimentos. Todas as propostas deverão estar em conformidade com os termos estabelecidos na política de remuneração e compensação.

V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente:

- i. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;**
- ii. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;**
- iii. O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;**
- iv. Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;**
- v. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;**
- vi. Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.**

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA

A política de remunerações apresentada à Assembleia Geral Anual de 3 de Maio de 2018 inclui todos os elementos elencados na legislação aplicável.

A demais informação incluída nesta Recomendação consta de documentos – Relatório de Governo das Sociedades e Relatório de Gestão - igualmente apresentados para aprovação dos Accionistas.

Parte II

Governo Sociedade

A declaração sobre a política de remunerações encontra-se disponível em <http://www.sonaecapital.pt>

V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

Os Estatutos não consagram o pagamento de pensões. A política de remunerações aprovada não estabelece qualquer sistema de benefícios de pensões ou pagamento compensações.

V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos Acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por Acionistas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 66 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade garante sempre presença um membro da Comissão de Vencimentos na Assembleia Geral.

V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 29 DESTE RELATÓRIO

V.3 Remuneração dos Administradores

V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 69 A 76 DESTE RELATÓRIO E POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES APROVADA EM 3 DE MAIO DE 2018.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração que exercem funções executivas baseia-se no desempenho daqueles administradores, aferido de acordo com critérios pré-determinados e está construída de modo a alinhar a sua actuação com a sustentabilidade da Sociedade e o interesse accionista estável, desincentivando a assunção excessiva de riscos.

V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 71, 72 E 86 DESTE RELATÓRIO

De acordo com a política de remuneração aprovada na Assembleia Geral anual realizada a 3 de Maio de 2018, proposta pela Comissão de Vencimentos, uma parte não inferior a cinquenta por cento da remuneração variável é diferida por

Parte II

Governo Sociedade

um período de três anos e pago no ano subsequente ao termo deste último, sendo que o seu valor depende do desempenho da Sociedade ao longo desse período, uma vez que se encontra indexado ao valor de cotação da acção.

V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das acções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 73 DESTE RELATÓRIO

Vide recomendação V.3.2

V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 69 A 76 DESTE RELATÓRIO E POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES APROVADA EM 3 DE MAIO DE 2018.

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, sem qualquer conexão com o desempenho da Sociedade ou do seu valor.

V.3.6. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 69.1 DESTE RELATÓRIO

Não é atribuída qualquer de compensação a administrador, ou a membro dos demais órgãos sociais, associada à cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria, sendo este um dos princípios que norteia a Política de Remuneração e Compensação da Sociedade, em vigor.

V.4. Nomeações

V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 16, 22, 29 E 31 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade tem um Accionista de controlo de longo prazo que tem sido quem, consistentemente, tem apresentado as propostas para eleição dos órgãos sociais, que têm sido sufragadas nas respetivas Assembleias Gerais. As referidas propostas são acompanhadas pelo *Curriculae Vitae* dos membros propostos para órgãos sociais, considerando os Accionistas – tanto o que indica os candidatos como os que votam a proposta e acompanhando a Sociedade tal entendimento, que resulta claro dos referidos *Curriculae Vitae* a adequação do perfil, os conhecimentos, *curriculum* e experiência adequada à função a desempenhar dos candidatos.

Igualmente no que respeita o exercício do poder de cooptação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação e Remunerações é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de administrador com o perfil adequado ao exercício das funções de administração, de acordo com os critérios e valores definidos pela Sociedade e incluídos no seu Código de Conduta e Política de Diversidade.

Parte II

Governo Sociedade

A Sociedade considera assim que a designação dos órgãos sociais para o mandato em curso seguiu os princípios destes instrumentos.

V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 27, 29 E 67 DESTE RELATÓRIO

V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivo independentes.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 29 E 67 DESTE RELATÓRIO

A Comissão de Nomeação e Remunerações é integralmente composta por administradores não executivos, a maioria independente.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração é membro não executivo deste órgão, para garantia de independência no exercício das referidas funções, este membro abstém-se em discussão ou deliberação em que exista, ou possa existir, conflito de interesses. Os dois membros adicionais que integram a Comissão de Nomeação e Remunerações são independentes.

V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 29 DESTE RELATÓRIO

No que toca às funções da Comissão de Nomeação e Remunerações, definidas pelo órgão de administração no respectivo Regulamento, tem esta como função identificar potenciais candidatos com perfil para o desempenho de funções de administrador (em particular quando o Conselho de Administração exerce a sua função de cooptação de membros), preparando informação geral relativa a planos de substituição, planos de contingência e gestão de talentos, em geral para os membros do Conselho de Administração bem como para outros dirigentes, através de processos de selecção transparentes, que incluam mecanismos efectivos de identificação de potenciais candidatos tendo em conta as exigências da função, o mérito, a diversidade adequada para a sociedade, designadamente de género.

VI. Gestão de Risco

VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 51 A 54 DESTE RELATÓRIO

As competências do Órgão de Administração observam as regras constantes desta recomendação.

VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 50 A 55 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade observa as regras constantes desta recomendação.

VI.3. A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 29 E 38 DESTE RELATÓRIO

Vide Recomendação III.11

Cumpridos os procedimentos descritos na Recomendação III.11, não foram propostos pelo Conselho Fiscal qualquer alteração do quadro de risco.

VII. Informação Financeira

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 37 E 38 DESTE RELATÓRIO

O Regulamento interno do órgão de fiscalização observa as regras constantes desta recomendação.

Revisão legal de contas e fiscalização

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir:

- i. Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas;**
- ii. A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;**
- iii. Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;**
- iv. Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.**

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 37 E 38 DESTE RELATÓRIO

O Regulamento do Conselho Fiscal observa as regras constantes desta recomendação.

VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 38 DESTE RELATÓRIO

É da competência do Conselho Fiscal supervisionar a actividade e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor, com ele interagindo directamente nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do Regulamento do Conselho Fiscal, recepcionar os seus relatórios, considerando a Sociedade que o facto de o Revisor Oficial de Contas e Auditor enviar em simultâneo os relatórios ao Conselho de Administração não coloca em causa o cumprimento da presente recomendação.

Parte II

Governo Sociedade

VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTO 38 DESTE RELATÓRIO E RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo, constando tal avaliação do seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em www.sonaecapital.pt (separador Investidores, secção relativa a Governo da Sociedade, Assembleias Gerais).

VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 38, 51 E 55 DESTE RELATÓRIO

O Revisor Oficial de Contas verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reporta quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização, não lhe cabendo por lei a verificação da aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, nem lhe tendo sido atribuída esta competência pela Sociedade.

VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA: PONTOS 38 E 51 DESTE RELATÓRIO

As competências do Revisor Oficial de Contas estão descritas no Ponto 38, sendo enquadrada igualmente a sua actividade de controlo de risco e a sua actuação com os restantes órgãos e comissões da Sociedade no ponto 51. As referidas competências dão pontual cumprimento às disposições legais aplicáveis a actividade deste órgão, não tendo sido atribuídas competências ao mesmo que não estejam ali elencadas.

3. ANEXO AO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

CURRICULA VITAE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Idade: 53

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico

- Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Fédérale de Lausanne (1986)
- Mestrado em Gestão de Empresas - MBA – Porto Business School (1989)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

–

Cargos exercidos em outras sociedades

- Presidente do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC, Serviços Partilhados, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco, S.A.
- Presidente do conselho de Administração da Sonae Sierra, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Migracom, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da BA Glass
- Membro do ERT - European Round Table of Industrialists
- Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz, SE
- Membro do Consejo Iberoamericano para la Productividad y la Competitividad

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- 2007-2018 – Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, S.A. (anteriormente denominada de Sonae Investimentos, SGPS, S.A.)

Parte II

Governo Sociedade

- 2007-2014 – Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, S.A.
- 2007- Abril 2015 - Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae Industria, S.A.
- 2007- Abril 2015 – Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS, S.A.
- 2008-2014 – Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A.
- 2009-2013 – Presidente do Conselho de administração da Sonaegest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, S.A
- 2009-2014 – Membro do Conselho de Curadores da AEP – Associação Empresarial de Portugal
- 2009–2015 - Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto
- 2010-2016 – Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, S.A.
- 2012-2015 - Membro da Direcção da COTEC Portugal
- 2012-2017 – Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo
- Desde 2008 - Membro do ERT - European Round Table of Industrialists
- Desde 2013 - Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz, SE
- Desde 2015 - Membro do Consejo Iberoamericano para la Productividad y la Competitividad
- Desde Abril de 2015 - Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae, SGPS, S.A.
- Desde Maio de 2016 – Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco Portugal, S.A

Álvaro Carmona e Costa Portela

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Idade: 66

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico

- Licenciatura em Engenharia Mecânica – FEUP (1974)
- Mestrado em Gestão de Empresas – MBA (Universidade Nova de Lisboa – 1983)
- AMP / ISMP – Harvard Business School (1997)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

–

Cargos exercidos em outras sociedades

- Administrador não Executivo da Casa Agrícola HMR, S.A.
- Administrador não Executivo da COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.
- Administrador da Fundação Victor e Graça Carmona e Costa
- Gerente de Portela & Portela, Lda.
- Membro do Investment Committee do ECE European Prime Shopping Centre Fund, Luxemburgo
- Administrador da Fundação Belmiro de Azevedo
- Vice-Presidente da FPAK – Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting

Parte II

Governo Sociedade

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- 2010-2015 – Administrador não Executivo da Sonae SGPS, S.A
- 2010-2014 – Presidente (até 2012) e Membro do Conselho de Representantes da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- 2010-2014 – Presidente não Executivo do Conselho de Administração da MAF Properties, Dubai, EAU
- 2012-2018 – Administrador não Executivo da SPDI – SECURE PROPERTY Development & Investment, PLC

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Administradora Não Executiva da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Idade: 49

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico

- Licenciatura em Gestão pela Universidade Católica do Porto e MBA pelo INSEAD

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

–

Cargos exercidos em outras sociedades

- Presidente do Conselho de Administração da Imparfin, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração Praça Foz – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da BA – Business Angels, SGPS, SA
- Membro do Conselho de Administração da BA – Capital, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
- Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Setimanale – SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Vistas da Foz – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da NOS – SGPS, S.A.
- Administradora única da Sekiwi, SGPS, SA

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- Presidente do Conselho de Administração da CapWatt, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Race, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SC, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SC Hospitality, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SC Industrials, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Troiaresort, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração WeDo Consulting, Sistemas de informação, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Bright Development Studio, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do GRUPO S 21 SEC GÉSTION, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da S21SEC PORTUGAL - CYBERSECURITY SERVICES, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Inovretail, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Saphety Level – Trusted Services, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom – Ciber Security and Intelligence Services, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.
- Administradora Executiva da Sonaecom, SGPS, S.A.
- Administradora Executiva NOS - SGPS, S.A.

Francisco de La Fuente Sánchez

Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Idade: 77

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico

- Licenciatura em Engenharia Electrotécnica - Instituto Superior Técnico (1965)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

–

Cargos exercidos em outras sociedades

- Membro cooptado do Conselho Geral da Universidade de Lisboa
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APEDS – Associação Portuguesa de Engenheiros para o Desenvolvimento Social
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AAAIST – Associação de Antigos Alunos do Instituto Superior Técnico

Parte II

Governo Sociedade

- Presidente de Honra da Hidroelétrica del Cantábrico, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Sonae SGPS, S.A. e da Sonaecom, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola
- Membro do Patronato da Fundação Hidroelétrica del Cantábrico

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- 2012-2016 - Presidente da Direção da AAAIST
- 2010-2015 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Iberwind - Desenvolvimento e Projectos, S.A.
- 2007-2013 - Presidente do Conselho Geral da PROFORUM
- 2007-2013 - Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Electrotécnica da Ordem dos Engenheiros
- 2007-2012 - Vogal convidado do Conselho Nacional da Água
- 2007-2012 - Vice-Presidente e Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da EFACEC Capital
- 2009-2016 - Vogal cooptado do Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico
- 2005-2012 - Membro do Conselho Consultivo do Fórum para a Competitividade
- 2005-2009 - Presidente da Fundação EDP
- 2003-2006 - Presidente do Conselho de Administração da EDP - Energias de Portugal
- 2000-2003 - Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDP - Energias de Portugal
- Desde 2017 - Membro cooptado do Conselho Geral da Universidade de Lisboa
- Desde 2005 - Membro do Patronato da Fundação Hidroelétrica del Cantábrico
- Desde 2004 - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira
- Desde 2002 - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Idade: 56

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico

- Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1985)
- MBA - Master in Business Administration - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1989)
- Doutoramento em Banking and Finance - City University Business School, Londres (1994)
- Negotiation Analysis - Amsterdam Institute of Finance (2005)
- Advanced Course - European Venture Capital and Private Equity Association (2006)
- Valuation Guidelines Masterclass - European Venture Capital and Private Equity Association (2007)
- Private Equity and Venture Capital Programme - Harvard Business School (2007)

Parte II

Governo Sociedade

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

–

Cargos exercidos em outras sociedades

- Presidente do Conselho Geral do Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMAI
- Membro do Conselho de Administração da Change Partners, SCR, S.A.
- Sócio Gerente da Finpreneur, Ltda.
- Director académico do Lisbon MBA (MIT – Católica – Nova)

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- Presidente do Conselho Fiscal da Novabase, SA
- Membro do Conselho Consultivo e Estratégico do Fundo Fast Change Venture Capital
- Membro do Conselho de Administração da Biotecnol, S.A.
- Administrador (representante em Portugal) da Venture Valuation, Suíça
- Consultor Sénior da New Next Moves Consultants, Portugal
- Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- Professor Convidado na Cass Business School, Londres
- Professor Convidado na Universidade do Luxemburgo

Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata

Presidente da Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Idade: 44

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico

- Licenciatura em Engenharia Mecânica - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1998)
- Pós-graduação em Manutenção Industrial - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1999)
- MBA - Escola de Gestão do Porto, Universidade do Porto (2003)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

- Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Adira – Metal Forming Solutions, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas Atelgen, Produção de Energia, ACE
- Presidente do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas CapWatt Hectare – Heat Power, ACE
- Presidente do Conselho de Administração da CapWatt, SGPS, S.A.

- Presidente do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas Companhia Térmica do Serrado, ACE
- Presidente do Conselho de administração do Agrupamento Complementar de Empresas Feneralt – Produção de Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas Soternix – Produção de Energia, ACE
- Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais – Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Race, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sopair, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SC SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC Fitness, S.A. (anteriormente denominada Contacto Concessões, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da SC Hospitality, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SC Industrials, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Troiaresort, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Suncoutim – Solar Energy, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt ACE, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Alrota, Wind Power, S.A (anteriormente denominada Lusobrisa – Produção de Energia Eléctrica, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt – Brainpower, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da da CapWatt Colombo – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Engenho Novo – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Évora – Solar Power, S.A. (anteriormente denominada Capwatt II – Heat Power, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Ferreira – Solar Power, S.A. (anteriormente denominada Ventos da Serra – Produção de Energia, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt III – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Maia – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Martim Longo – Solar Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Vale do Caima – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Vale do Tejo – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Race – Refrigeration & Air Conditioning Engineering, S.A.
- Membro Conselho de Administração da SC – Sociedade de Consultadoria, S.A.
- Membro Gerência da CapWatt Chamusca – Bio Power, Unipessoal, Lda (anteriormente denominada de Gasflow, Unipessoal, Lda.)
- Membro Membro da Gerência da CapWatt Estuário – Heat Power, Unipessoal, Lda. (anteriormente denominada C.T.E. – Central Termoeléctrica do Estuário, Unipessoal, Lda.)
- Membro da Gerência da CapWatt IV – Heat Power, Unipessoal, Lda. (anteriormente denominada Ronfegen – Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda.)

Parte II

Governo Sociedade

- Membro da Gerência da CapWatt Lousado – Heat Power Unipessoal, Lda. (anteriormente denominada Enrelousado – Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda.
- Membro do Conselho da Gerência da CapWatt México, Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable
- Membro da Gerência da Carvemagere, Manutenção e Energias Renováveis, Lda.
- Membro da Gerência da Companhia Térmica Tagol, Unipessoal, Lda.
- Membro da Gerência da Guimadira – Máquinas e Ferramentas, Unipessoal, Lda
- Representante Legal da Race – Refrigeration & Air Conditioning Engineering, S.A., Matosinhos “Sucursala Bucaresti”

Cargos exercidos em outras sociedades

- Presidente da Comissão Executiva da APGEI - Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial
- Presidente da Comissão Executiva da COGEN Portugal - Associação Portuguesa de Cogeração e Eficiência Energética
- Membro da Direcção do IPES – Instituto Português de Energia Solar
- Membro da Gerência da Vantipal, Lda.

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- Chief Operating Officer da CapWatt (2008-2018)
- Chief Operating Officer da Sonae Indústria de Revestimentos (2012 – 2014)
- Chief Operating Officer da Euroresinas (2012 – 2014)
- Chief Operating Officer da Impaper (2012 – 2014)

Ivone Pinho Teixeira

Administradora Executiva e CFO da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Idade: 46

Nacionalidade: Portuguesa

Curriculum Académico

- Licenciatura em Economia – Faculdade de Economia do Porto (1995)
- Pós-Graduação em Análise Crédito – Instituto Superior de Gestão Bancária (1996)
- Pós Graduação em Fiscalidade Internacional – Universidade Católica (2004)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

- Membro do Conselho de Administração da Acrobatic Title, S.A.
- Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Adira – Metal Forming Solutions, S.A.
- Membro do Conselho de Administração Aqualuz Tróia – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Atlantic Ferries – Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.

Parte II

Governo Sociedade

- Membro do Conselho de Administração da CapWatt, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt ACE, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Alrota, Wind Power, S.A (anteriormente denominada Lusobrisa – Produção de Energia Eléctrica, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt – Brainpower, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da da CapWatt Colombo – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Engenho Novo – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Évora – Solar Power, S.A. (anteriormente denominada CapWatt II – Heat Power, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Ferreira – Solar Power, S.A. (anteriormente denominada Ventos da Serra – Produção de Energia, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas CapWatt Hectare – Heat Power, ACE
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt III – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Maia – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Martim Longo – Solar Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Vale do Caima – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da CapWatt Vale do Tejo – Heat Power, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Casa da Ribeira – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Centro Residencial da Maia – Urbanismo, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Cinclus - Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Country Club da Maia – Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Empreendimentos Imobiliários Quinta da Azenha, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Golf Time – Golfe e Investimentos Turísticos, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imobeauty, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imohotel – Empreendimentos Turísticos, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imopenínsula – Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Implantação – Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Inparvi, SGPS, S.A..
- Membro do Conselho de Administração da Marina de Tróia, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Marmagno – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Marvero – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Porto Palácio Hotel – Exploração Hoteleira, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.

- Membro do Conselho de Administração da Praedium – Serviços, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Praedium II – Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Predisedas – Predial das Sedas, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Promessa – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da PUMP, SA
- Membro do Conselho de Administração da Race – Refrigeration & Air Conditioning Engineering, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Race SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC Industrials, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC – Sociedade de Consultadoria, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC Assets, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC Finance, BV
- Membro do Conselho de Administração da SC Fitness, S.A. (anteriormente denominada Contacto Concessões, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da SC Hospitality, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da S.I.I. – Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sete e Meio Herdades – Investimentos Agrícolas e Turismo, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Soira – Sociedade Imobiliária de Ramalde, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Solinca – Health and Fitness, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sopair, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sotáqua – Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Spinveste – Gestão Imobiliária, SGII, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da The Artist Porto Hotel & Bistro – Actividades Hoteleiras, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da The House Ribeira– Exploração Hoteleira, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Tróia Market – Supermercados, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Troiaresort, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Tulipamar – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração UP Invest, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Vistas do Freixo – Empreendimentos Turísticos, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da 2NDROOM -. Exploração Hoteleira, S.A.
- Membro da Gerência da CapWatt Chamusca – Bio Power, Unipessoal, Lda (anteriormente denominada de Gasflow, Unipessoal, Lda.)

Parte II

Governo Sociedade

- Membro da Gerência da CapWatt Estuário – Heat Power, Unipessoal, Lda. (anteriormente denominada C.T.E. – Central Termoelétrica do Estuário, Unipessoal, Lda.)
- Membro da Gerência da CapWatt IV – Heat Power, Unipessoal, Lda. (anteriormente denominada Ronfegen – Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda.)
- Membro da Gerência da CapWatt Lousado – Heat Power Unipessoal, Lda. (anteriormente denominada Enerlousado – Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda.)
- Membro do Conselho da Gerência da CapWatt México, Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable
- Membro da Gerência da Carvemagere, Manutenção e Energias Renováveis, Lda.
- Membro da Gerência da Companhia Térmica Tagol, Unipessoal, Lda.
- Membro da Gerência da Guimadira – Máquinas e Ferramentas, Unipessoal, Lda
- Representante Legal da Race – Refrigeration & Air Conditioning Engineering, S.A., Matosinhos “Sucursala Bucuresti”

Cargos exercidos em outras sociedades

–

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- Since 2012 - Chief Financial Officer, Grupo Sonae Capital
- 2007-2012 - Directora de Finanças Corporativas, Grupo Sonae Capital

António Monteiro de Magalhães

Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Curriculum Académico

- Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1969)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

–

Cargos exercidos em outras sociedades

- Sócio e Administrador da sociedade António Magalhães & Carlos Santos – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (desde a sua constituição, em 1989)
- Membro do Conselho Fiscal da Cin – Corporação Industrial do Norte, S.A.
- Membro Assembleia Representativa da Ordem dos Economistas no mandato 2018/2021

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nos mandatos de 2012/2014 e 2015/2017

Parte II

Governo Sociedade

- Membro do Conselho Fiscal das sociedades: Montepio Holding, SGPS, S.A. e Montepio Investimento, S.A. nos mandatos de 2008/2010, 2011/2013 e 2014/2016
- Presidente do Conselho Fiscal da Nexponor – Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo – SICAFI, S.A. no mandato 2013/2015
- Membro da Assembleia Representativa da Ordem dos Economistas no mandato 2016/2017

Manuel Heleno Sismeiro

Vogal do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Curriculum Académico

- Contabilista, ICL, Lisboa (1964)
- Licenciatura em Finanças, ISCEF, Lisboa (1971)

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

–

Cargos exercidos em outras sociedades

- Presidente do Conselho Fiscal das sociedades:
 - Sonae Arauco Portugal, S.A.
 - OCP Portugal – Produtos Farmacêuticos, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS, S.A.

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

- Desde 2008 - Consultor em especial nas áreas de auditoria interna e controle interno

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Vogal do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Curriculum Académico

- Licenciatura Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, concluída em 1998, com a classificação final de 14 valores
- Pós-Graduação Gestão do Risco e Derivados, da Universidade Católica Portuguesa e da, então, denominada Bolsa de Derivados do Porto, concluída em 2000, com a classificação final de 15 valores

Cargos exercidos em sociedades do Grupo

–

Cargos exercidos em outras sociedades

- Fiscal Único na qualidade de Revisora Oficial de Contas:
 - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
 - Gestão e Obras do Porto, E.M.
 - Oftaline, S.A.
 - Imocapital, S.A.
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- Membro do Conselho Fiscal, na qualidade de Revisora Oficial de Contas:
 - Sociedade Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.
 - Associação Porto Digital
- Vogal do Conselho Fiscal:
 - Banco Primus, S.A.
 - Bright Ventures Capital, SCR, S.A.
 - Inter-Risco - Sociedade de Capital de Risco, S.A.
 - Flexdeal – Sociedade de Investimento Mobiliário para Fomento da Economia, S.A.
- Membro do Grupo de Trabalho PME da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:

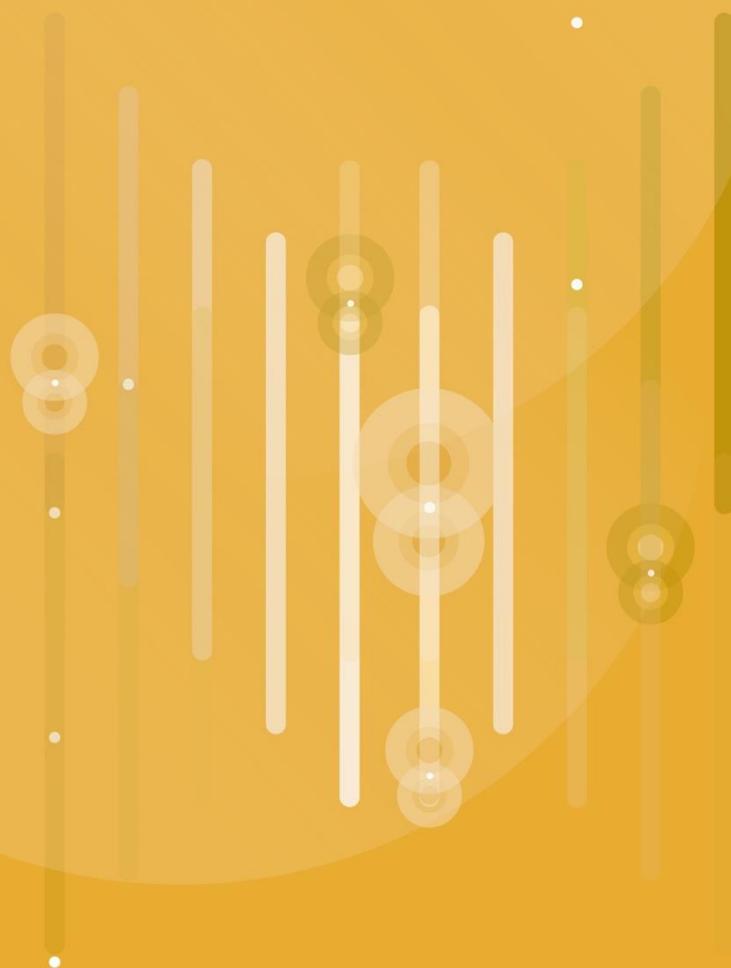
- Fiscal Único na qualidade de Revisora Oficial de Contas da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
- Fiscal Único na qualidade de Revisora Oficial de Contas da Gestão e Obras do Porto, E.M
- Fiscal Único na qualidade de Revisora Oficial de Contas da Oftaline, S.A
- Vogal do Conselho Fiscal do Banco Primus
- Vogal do Conselho Fiscal da Bright Ventures Capital, SCR, S.A.
- Vogal do conselho Fiscal da Inter-Risco - Sociedade de Capital de Risco, S.A
- Vogal do Conselho Fiscal da Flexdeal - Sociedade de Investimento Mobiliário para Fomento da Economia, S.A

RELATÓRIO & CONTAS

PARTE III

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

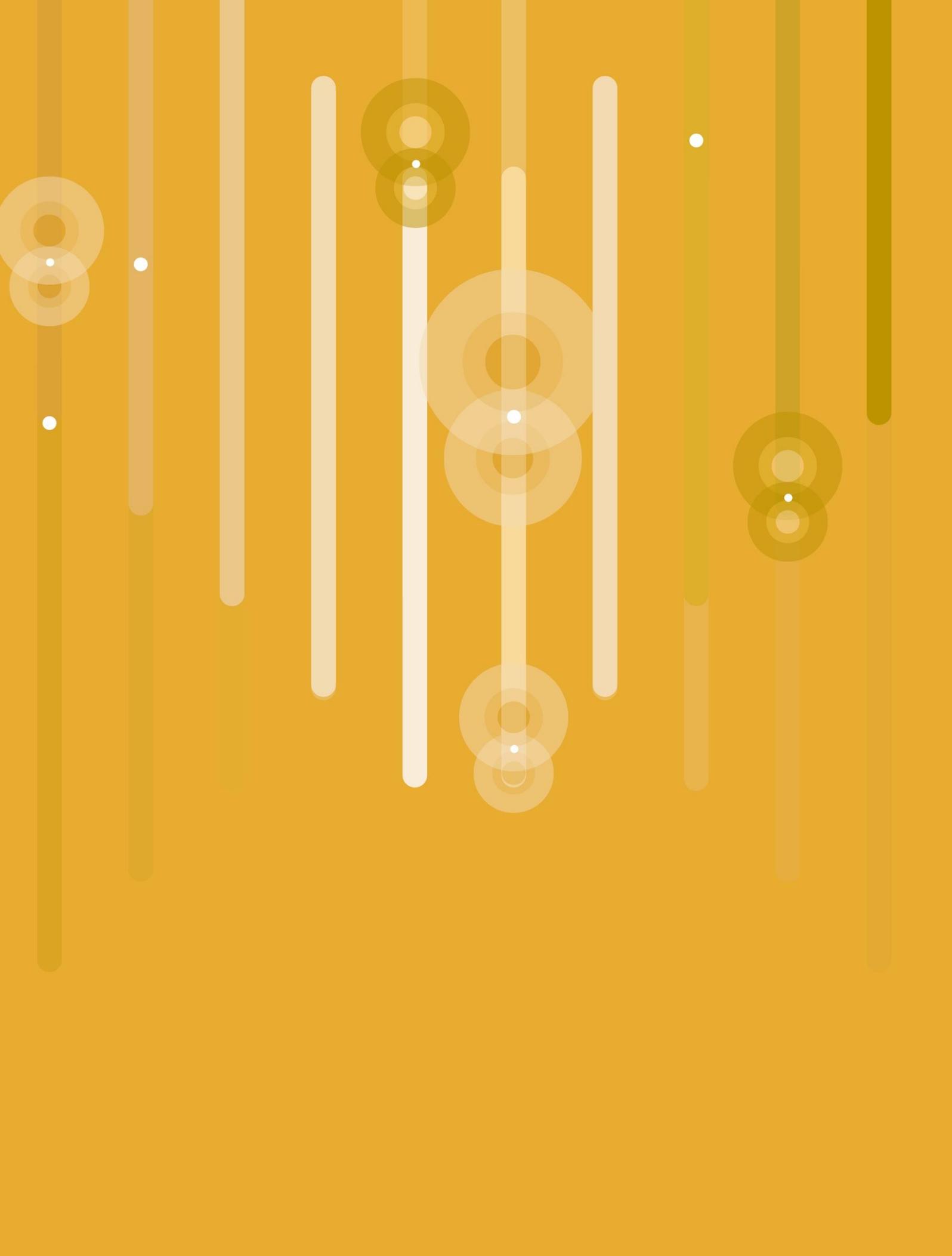
31 Dezembro 2018



ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	143
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS	252

PARTE III
**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**
31 dezembro 2018



Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
ACTIVO NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	10	266 257 880	265 431 974
Activos intangíveis	11	10 697 642	9 822 521
Goodwill	12	52 024 808	47 376 371
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	6	1 623 907	1 419 028
Outros activos financeiros	7	670 435	578 430
Activos por impostos diferidos	19	22 997 895	27 774 060
Outras dívidas de terceiros	13	12 200 567	6 601 994
Total de activos não correntes		366 473 134	359 004 378
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	63 263 441	94 396 634
Clientes	15	25 461 559	24 799 640
Outras dívidas de terceiros	16	18 801 075	10 047 909
Imposto sobre o rendimento a receber	17	3 165 031	3 896 136
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	17	4 754 203	4 932 769
Outros activos correntes	18	11 781 569	9 326 244
Caixa e equivalentes de caixa	20	7 558 360	7 307 069
Total de activos correntes		134 785 238	154 706 401
Activos detidos para venda	47	668 342	2 415 830
TOTAL DO ACTIVO	48	501 926 714	516 126 609

Parte III

Demonstrações Financeiras

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	21	250 000 000	250 000 000
Acções próprias	21	(1 192 808)	(1 305 839)
Reservas	21	9 859 511	34 815 731
Resultados transitados		3 781 885	3 457 708
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		(3 860 952)	(6 513 485)
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		258 587 636	280 454 113
Interesses que não controlam	22	9 440 091	10 915 176
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		268 027 727	291 369 289
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	23	32 414 510	17 218 216
Empréstimos obrigacionistas	23	14 883 910	57 245 810
Credores por locações financeira	23 & 24	11 981 704	13 807 082
Outros empréstimos	23	145 706	197 389
Outras dívidas a terceiros não correntes	25	1 312 947	3 015 213
Passivos por impostos diferidos	19	12 984 582	21 638 983
Provisões	30	3 079 824	3 079 824
Total de passivos não correntes		76 803 183	116 202 517
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	23	21 836 060	24 740 268
Empréstimos obrigacionistas	23	42 500 000	-
Credores por locações financeiras	23 & 24	3 527 494	3 422 578
Outros empréstimos	23	48 788	48 788
Fornecedores	27	27 233 514	25 369 800
Outras dívidas a terceiros	28	18 799 992	17 625 496
Imposto sobre o rendimento a pagar	17	4 738 097	1 443 550
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	17	3 163 907	3 025 841
Outros passivos correntes	29	26 344 927	23 681 508
Provisões	30	3 286 698	4 403 401
Total de passivos correntes		151 479 477	103 761 230
Passivos associados a activos detidos para venda	47	5 616 327	4 793 573
TOTAL DO PASSIVO		233 898 987	224 757 320
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	46	501 926 714	516 126 609

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Vendas	33	140 786 679	109 513 964
Prestações de serviços	33	81 891 278	67 642 801
Outros rendimentos e ganhos	34	10 709 804	6 595 430
Custo das vendas	14	(89 297 579)	(72 750 494)
Varição da produção	35	(4 839 055)	(6 483 266)
Fornecimentos e serviços externos	36	(65 071 606)	(55 737 160)
Gastos com o pessoal	37	(41 526 342)	(34 963 322)
Amortizações e depreciações	10 & 11	(24 383 655)	(19 441 636)
Provisões e perdas por imparidade de activos não financeiros (Aumentos) / Diminuições	30	1 826 939	12 647
Perdas por imparidade de activos financeiros (Aumentos) / Diminuições	30	47 368	(89 126)
Outros gastos e perdas	38	(6 034 341)	(5 671 948)
Resultados operacionais		4 109 490	1 262 675
Rendimentos e ganhos financeiros	39	389 277	118 840
Gastos e perdas financeiras	39	(4 212 871)	(4 366 919)
Resultados Financeiros		(3 823 594)	(4 248 079)
Resultados relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas	6	444 700	391 017
Resultados relativos a investimentos	40	281 075	2 017 071
Resultado antes de impostos		1 011 671	(577 317)
Imposto sobre o rendimento	41	805 629	1 904 800
Resultado consolidado do exercício - operações continuadas		206 044	(2 482 116)
Resultado consolidado do exercício - operações descontinuadas		(3 466 883)	(2 919 288)
Resultado consolidado do exercício	42	(3 260 839)	(5 401 404)
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		(3 860 952)	(6 513 485)
Interesses que não controlam	22	600 113	1 112 088
Resultados por acção - operações continuadas			
Básico	44	(0,00159)	(0,01453)
Diluído	44	(0,00159)	(0,01453)
Resultados por acção - operações descontinuadas			
Básico	44	(0,01397)	(0,01180)
Diluído	44	(0,01397)	(0,01180)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	4º Trimestre 2018 *	4º Trimestre 2017 *
Vendas		63 709 010	34 938 378
Prestações de serviços		18 540 992	10 656 361
Outros rendimentos e ganhos		4 861 797	2 323 994
Custo das vendas		(46 740 272)	(17 129 853)
Variação da produção		(2 041 011)	(6 480 343)
Fornecimentos e serviços externos		(18 849 652)	(13 968 273)
Gastos com o pessoal		(10 907 048)	(7 767 900)
Amortizações e depreciações		(6 460 290)	(5 718 982)
Provisões e perdas por imparidade (Aumentos)/ Diminuições		2 147 443	2 058 939
Outros gastos e perdas		(733 507)	(1 929 973)
Resultados operacionais		3 527 462	(3 017 652)
Rendimentos e ganhos financeiros		336 681	117 427
Gastos e perdas financeiras		(1 139 540)	(962 514)
Resultados Financeiros		(802 859)	(845 087)
Resultados relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas		147 770	128 020
Resultados relativos a investimentos		282 983	285 953
Resultado antes de impostos		3 155 356	(3 448 766)
Imposto sobre o rendimento		(226 345)	504 218
Resultado consolidado do exercício - operações continuadas		3 381 702	(3 952 983)
Resultado consolidado do exercício - operações descontinuadas		(208 545)	(1 938 635)
Resultado consolidado do exercício		3 173 157	(5 891 618)
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		2 464 149	(6 014 951)
Interesses que não controlam		709 008	123 338

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

* Preparadas de acordo com o IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar

O Conselho de Administração

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em Euros)

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Resultado líquido consolidado do período	(3 260 839)	(5 401 404)
Rubricas que posteriormente poderão ser reclassificados para Resultado Líquido:		
Variação nas reservas de conversão cambial	303 922	160 485
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	1 366
Outro rendimento integral do período - operações continuadas	(3 490)	(20 891)
Outro rendimento integral do período - operações descontinuadas	307 412	182 742
Total rendimento integral consolidado do período	(2 956 916)	(5 239 553)
Atribuível a:		
Accionistas da Empresa-Mãe	(3 648 206)	(6 378 650)
Interesses que não controlam	691 290	1 139 097

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	4º Trimestre 2018 *	4º Trimestre 2017 *
Resultado líquido consolidado do período	3 173 157	(5 891 618)
Rubricas que posteriormente poderão ser reclassificados para Resultado Líquido:		
Variação nas reservas de conversão cambial	330 225	171 459
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Outro rendimento integral do período - operações continuadas	(3 490)	(123 179)
Outro rendimento integral do período - operações descontinuadas	330 225	230 722
Total rendimento integral consolidado do período	3 499 892	(5 784 075)
Atribuível a:		
Accionistas da Empresa-Mãe	6 308 655	(5 944 027)
Interesses sem controlo	816 512	159 952

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

* Preparadas de acordo com o IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar

O Conselho de Administração

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Montantes expressos em Euros)

	Capital Social	Acções próprias	Reserva de cisão (Nota 15)	Reservas de conversão	Reservas de justo valor	Reservas de cobertura	Outras reservas	Subtotal reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	250 000 000	(1 404 226)	132 638 253	12 876	-	5 004	(91 872 050)	40 784 083	3 457 708	17 594 199	310 431 764	9 925 965	320 357 729
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	133 476	-	1 366	134 842	-	(6 513 485)	(6 378 645)	1 139 097	(5 239 548)	
Aplicação do resultado líquido de 2016:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	17 594 199	17 594 199	(17 594 199)	-	-	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(24 521 567)	(24 521 567)	-	(24 521 567)	(926 710)	(25 448 277)	
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-	98 387	-	-	-	-	-	-	-	98 387	-	98 387	
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	776 824	776 824	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	824 174	824 174	-	-	824 174	-	824 174
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	250 000 000	(1 305 839)	132 638 253	146 352	-	6 370	(97 975 244)	34 815 731	3 457 708	(6 513 485)	280 454 113	10 915 176	291 369 289
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	250 000 000	(1 305 839)	132 638 253	146 352	-	6 370	(97 975 244)	34 815 731	3 457 708	(6 513 485)	280 454 113	10 915 176	291 369 289
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	212 745	-	-	212 745	-	(3 860 952)	(3 648 207)	691 290	(2 956 917)	
Aplicação do resultado líquido de 2017:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(6 513 485)	(6 513 485)	6 513 485	-	-	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(14 753 543)	(14 753 543)	-	(14 753 543)	(1 384 309)	(16 137 852)	
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-	113 031	-	-	-	-	-	-	-	113 031	-	113 031	
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(4 394 531)	(4 394 531)	324 177	(4 070 354)	(762 025)	(4 832 379)	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	492 596	492 596	-	-	492 596	(20 042)	472 554
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	250 000 000	(1 192 808)	132 638 253	359 097	-	6 370	(123 144 207)	9 859 512	3 781 885	(3 860 952)	258 587 637	9 440 091	268 027 727

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017	4º Trimestre 2018 *	4º Trimestre 2017 *
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		208 544 424	173 262 850	59 918 326	50 171 297
Pagamentos a fornecedores		(123 497 965)	(112 288 882)	(34 400 623)	(29 428 050)
Pagamentos ao pessoal		(41 593 532)	(33 275 063)	(10 185 618)	(3 512 028)
Fluxos gerados pelas operações		43 452 927	27 698 905	15 332 085	17 231 219
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(637 296)	(335 924)	(285 612)	(1 159 983)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	20	(2 840 242)	2 045 103	990 586	(2 042 846)
Actividades descontinuadas		(2 977 816)	(1 021 073)	(47 117)	(10 277 979)
Fluxos das actividades operacionais (1)		42 953 205	28 387 011	16 084 176	3 750 411
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>					
Investimentos financeiros	45	687 167	812 469	5 805	76 373
Activos fixos tangíveis		16 544 008	9 795 270	5 323 790	2 188 592
Activos fixos intangíveis		828	242 675	(3)	242 664
Subsídios ao Investimento		-	44 209	-	-
Juros e proveitos similares		391 548	187 197	324 187	87 410
Empréstimos concedidos		-	754 955	-	100 000
Dividendos	6	239 822	280 461	118 939	-
Outros		1 460	43 241	-	36 848
Variação de perímetro	8	78 339	3 025 803	-	153 969
		17 943 172	15 186 278	5 772 718	2 885 856
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>					
Investimentos financeiros	45	(17 710 981)	(40 751 829)	(71 322)	(3 462 050)
Activos fixos tangíveis		(23 960 507)	(9 422 548)	(2 831 305)	(3 949 409)
Activos intangíveis		(3 209 707)	(1 322 472)	(531 393)	(521 187)
Empréstimos concedidos		-	(33 042)	-	810
		(44 951 620)	(51 529 891)	(3 434 020)	(7 931 836)
Actividades descontinuadas		(41 853)	3 117	170	3 117
Fluxos das actividades de investimento (2)		(26 966 595)	(36 340 496)	2 338 528	(5 042 863)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>					
Empréstimos obtidos	23	22 299 715	57 811 852	(14 264 545)	8 205 325
Venda de acções próprias		190 012	98 387	-	-
		22 489 727	57 910 239	(14 264 545)	8 205 325
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>					
Empréstimos obtidos	24	(15 041 558)	(44 071 769)	(2 846 929)	(3 138 114)
Juros e custos similares		(4 248 573)	(4 969 782)	(1 396 101)	(1 479 122)
Reduções de capital e prestações suplementares		-	-	-	1 658 113
Dividendos		(16 387 343)	(25 088 995)	(668 698)	(180 349)
		(35 677 474)	(74 130 546)	(4 911 728)	(3 139 472)
Actividades descontinuadas		2 901 221	1 254 189	(104 565)	(1 254 189)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(16 088 968)	(17 474 496)	(19 071 708)	3 811 664
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(102 357)	(25 427 981)	(649 004)	2 519 212
Efeito das diferenças de câmbio		(19)	69 959	(19)	(475)
Caixa e seus equivalentes no início do período	20	7 233 499	32 731 439	(7 661)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	20	7 131 161	7 233 499	(656 646)	2 519 687

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

* Preparadas de acordo com o IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE CAPITAL, SGPS, SA (“Empresa”, “Grupo” ou “Sonae Capital”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 (“Grupo Sonae Capital”) e foi constituída por escritura pública de 14 de Dezembro de 2007 em resultado do destaque da participação da SC, SGPS, SA (anteriormente denominada Sonae Capital, SGPS, SA) através de cisão simples da Sonae, SGPS, SA, cujo projecto foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA em 8 de Novembro de 2007 e pela Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 2007.

Reflectindo a actual estrutura de gestão, os segmentos de reporte, replicam as áreas de negócio estratégicas identificadas no Grupo:

- Troia Resort Operações
- Hotelaria
- Fitness
- Energia
- Refrigeração & AVAC
- Engenharia Industrial
- Activos Imobiliários
- Holding & Outros

Os activos não estratégicos são para efeitos de reporte incluídos no segmento “Holding & Outros”.

Os valores mobiliários da Sonae Capital são transacionados na Lisbon Euronext Stock Exchange.

Os accionistas têm capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando às que resultam da adoção da IFRS 9 e IFRS 15.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas por IFRS Interpretation Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”) adotadas pela União Europeia, em vigor em 1 de Janeiro de 2018.

As demonstrações financeiras intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias, ajustadas no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeira, o Grupo seguiu a convenção do custo histórico modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) activos financeiros ao justo valor através de resultados e ii) activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de activos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado activo para idênticos activos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.20.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

a) Em vigor durante o exercício de 2018 e sem impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2018:

Norma contabilística	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 15 - Rédito com contratos com clientes	1 de Janeiro de 2018
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	1 de Janeiro de 2018
IFRS 4 - Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	1 de Janeiro de 2018
IFRS 2 - Pagamentos baseados em acções (alteração)	1 de Janeiro de 2018
IAS 40 - Propriedades de investimento (alteração)	1 de Janeiro de 2018
IFRIC 22 - Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada	1 de Janeiro de 2018
Melhorias às normas 2014 – 2016 [IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28]	1 de Janeiro de 2018

Adopção da IFRS 9 – Instrumentos financeiros

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, o Grupo optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Com a adopção da IFRS 9, o Grupo avaliou quais os modelos de negócio que se aplicavam aos seus activos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais, à data de aplicação inicial da IFRS 9 (1 de janeiro de 2018), tendo classificado os instrumentos financeiros nas categorias previstas da IFRS 9, não resultando em reclassificações a efectuar.

Os activos financeiros classificados em 2017 na categoria de “Clientes e contas a receber” da IAS 39 encontram-se classificados em 2018 como activos financeiros mensurados ao custo amortizado. A reclassificação destes ativos não teve impacto no capital próprio a 1 de janeiro de 2018, uma vez que a aplicação dos novos critérios de classificação da IFRS 9 não alterou o modelo de mensuração dos activos antes de perdas de imparidade, continuando a ser aplicado o custo amortizado.

Imparidade de activos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito estimadas, em vez da avaliação efetuada com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39. Estão sujeitos ao novo modelo de imparidade de crédito previsto na IFRS 9 os instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado (clientes, outras dívidas de terceiros, empréstimos a entidades relacionadas) e activos de contratos com clientes.

Relativamente aos instrumentos de dívida ao custo amortizado, clientes, outras dívidas de terceiros e activos de contratos com clientes, o grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de

Parte III

Demonstrações Financeiras

imparidade estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos e pelo período da maturidade dos mesmos, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos, ajustados por estimativas prospectivas.

No que diz respeito aos empréstimos a entidades relacionadas e instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral, estes foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas avaliando as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados do grupo pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 foi considerado imaterial, não tendo sido relevado contabilisticamente.

Adopção da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

Na adopção da IFRS 15 o Grupo decidiu adoptar o regime transitório de aplicação retrospectiva com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018 com recurso à adopção dos seguintes expedientes práticos: aplicação apenas para os contratos não concluídos à data de 1 de janeiro de 2018 e não reexpressão dos contratos modificados antes de 1 de janeiro de 2017.

A adopção da IFRS 15 resultou nas seguintes alterações às políticas contabilísticas do Grupo, reclassificações e ajustamentos:

Contabilização de certos custos incorridos no cumprimento de um contrato (fulfilling costs):

Os custos relacionados com a fase de implementação são considerados “fulfillment costs”. Os custos associados ao cumprimento de um contrato devem ser capitalizados de acordo com a IFRS 15 se i) estiverem relacionados com um contrato já existente ou um contrato futuro específico; ii) se criarem recursos que irão ser usados para satisfazer uma obrigação de desempenho no futuro; iii) se é expectável que os custos sejam recuperados; iv) não estiverem já cobertos pelo âmbito de outra norma. Estes custos serão capitalizados e reconhecidos em resultados de acordo com o período estimado de permanência do cliente ou ao longo do período do contrato. Atualmente estes custos são registados em resultados quando incorridos.

Desta análise conclui-se que a adopção da IFRS 15 nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo terá um impacto líquido estimado nos capitais próprios consolidados a 1 de janeiro de 2018 imaterial.

b) Em vigor em exercícios posteriores a 1 de Janeiro de 2019, já endossadas pela UE:

Norma contabilística	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 16 - Locações	1 de Janeiro de 2019
IFRS 9 - Elementos de pré-pagamento com compensação negativa	1 de Janeiro de 2019
IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento	1 de Janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 de janeiro de 2019

Parte III

Demonstrações Financeiras

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Os impactos estimados nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da IFRS 16 são os seguintes:

Adopção da IFRS 16 - Locações

A IFRS 16 define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 – Locações e respetivas orientações interpretativas.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um activo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um activo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação, excepto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor.

O “direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado a com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela actualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Durante o exercício o grupo procedeu à inventariação dos contratos de locação existentes, efectuou a sua análise e enquadramento técnicos tendo em consideração as disposições da IFRS 16.

Adicionalmente, foram revistos e adaptados os sistemas de informação existentes por forma a fazer face aos requisitos desta norma.

O grupo aplicará a norma a partir da data de adopção obrigatória de 1 de janeiro de 2019 com a abordagem retrospectiva parcial modificada.

Durante 2018, foram analisados os impactos de sua adopção. No que respeita aos seus compromissos actuais em matéria de arrendamentos operacionais, o grupo espera reconhecer activos de direito de utilização de aproximadamente 52 milhões de euros em 1 de janeiro de 2019 e obrigações de locação de 62 milhões de euros.

A adopção do IFRS 16 resultará em uma diminuição do lucro líquido após o imposto em 2019. O EBITDA irá aumentar, uma vez que os pagamentos de locação operacional foram previamente incluídos no EBITDA, mas a depreciação dos activos de direito de uso e juros sobre a responsabilidade de locação são excluídas.

c) Em vigor em exercícios posteriores a 1 de Janeiro de 2019, ainda não endossadas pela UE:

Norma contabilística	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 – Benefícios dos empregados	1 de janeiro de 2019
IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais	1 de janeiro de 2020
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	1 de janeiro de 2020
Melhorias às normas 2015 – 2017 [IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11]	1 de janeiro de 2019
Estrutura conceptual – Alterações na referência a outras IFRS	1 de janeiro de 2020
IFRS 17 – Contratos de seguro	1 de janeiro de 2021

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do poder exercido sobre a Entidade. (definição de controlo utilizada pelo Grupo) foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

O rendimento integral e as restantes rubricas de capitais próprios são atribuídas aos detentores de interesses que não controlam mesmo que essas rubricas assumam valores negativos.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício.

Os activos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, podendo tal mensuração ser concluída num prazo de 12 meses após a data de aquisição. Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do goodwill ou badwill. Qualquer excesso do preço de aquisição da participação acrescido do valor de interesses que não controlam face ao justo valor dos activos e passivos adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido do valor de interesses que não controlam e o justo valor de activos, passivos e passivos contingentes adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos. Os interesses que não controlam são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas/vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, consoante o caso.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas consideradas como um indicador de imparidade para o activo transferido.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação são apresentados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade (Nota 7).

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

Transacções subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença

Parte III

Demonstrações Financeiras

apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de Capital próprio.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos

Os acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos em função dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas nas quais o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) e em empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da participada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor do investimento financeiro (Nota 2.2.c). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica Resultados relativos a empresas associadas ou empreendimentos conjuntos, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir, sempre que a participação financeira inclua goodwill e/ou empréstimos/financiamentos implícitos. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada ou empreendimentos conjuntos, excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a participada, ou caso em que tenha feito pagamentos a favor das participadas, registando o Grupo perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas ou empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada ou no empreendimento conjunto por contrapartida do investimento nessa mesma associada ou empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados na Nota 6.

As políticas contabilísticas das associadas e dos empreendimentos conjuntos são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Grupo.

c) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empreendimentos conjuntos e associadas e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas na rubrica Goodwill (Nota 12) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos (Nota 6).

Parte III

Demonstrações Financeiras

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição encontram-se registadas na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o Goodwill é alocado às unidades geradoras de caixa a que pertence, correspondendo estas ao menor grupo de activos identificável que gera fluxos de caixa independentes entre si. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade de Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação da Sonae Capital.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio da data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de Gastos e perdas financeiros e Rendimentos e ganhos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos/transações.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluindo o valor de Goodwill são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

O valor de Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Sempre que uma entidade estrangeira que se qualifica como uma subsidiária é alienada na sua totalidade, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação. Caso a subsidiária seja parcialmente alienada, sem perda de controlo, a diferença cambial é desreconhecida na sua quota-parte por contrapartida de interesses que não controlam. Caso a subsidiária seja parcialmente alienada, com perda de controlo, a diferença cambial é reciclada por completo por resultados do exercício.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	Dez 2018		Dez 2017	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Metical Moçambicano	0,014220	0,014060	0,01418	0,01399
Real Brasileiro	0,225020	0,232890	0,25171	0,27834
Kwanza Angolano				0,00530
Dólar Americano	0,873360	0,847530		
Peso Mexicano	0,044460	0,044080		

From: Bloomberg

2.3 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

As depreciações são calculadas, após os bens se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados.

As perdas por imparidade, detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica Provisões e perdas por imparidade da demonstração consolidada de resultados.

Parte III

Demonstrações Financeiras

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos activos são reconhecidos no custo do activo. As despesas com reparação e manutenção de activos são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos activos, quando constituam montantes significativos.

2.4 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, o Grupo mensura os seus activos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os activos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

Os Activos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os Activos Intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como Activos Intangíveis.

O Grupo passou a adoptar a partir do exercício de 2009 o “IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços”, nas situações em que uma entidade pública atribui, sob a forma de concessão, o fornecimento de serviços públicos. A única concessão detida pelo Grupo enquadrável nesta norma é a exploração da Marina de Tróia, sendo que o Grupo segue o modelo do activo intangível, uma vez que recebeu o direito de debitar aos utentes o serviço público, não lhe sendo dada no entanto, por parte do concedente, garantia sobre o nível de rédito a ser recebido durante o período de concessão, suportando o Grupo o risco de procura. De acordo com este modelo, todos os custos relacionados com a respectiva infraestrutura dedicada à prestação de serviços públicos são reconhecidos como Activos Intangíveis e amortizados linearmente ao longo do período de concessão. Estes Activos Intangíveis são adicionados dos montantes acordados com o concedente para a construção/aquisição de activos para a exploração da concessão, quando estes se traduzem em investimentos de expansão ou requalificação nas infraestruturas.

As amortizações dos Activos Intangíveis são calculadas, após se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde geralmente a um período compreendido entre 3 a 6 anos, e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados, com excepção dos activos associados à concessão da Marina de Tróia, registados na rubrica “Activos Intangíveis” ao abrigo do “IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços”, os quais são amortizados durante o período da concessão (50 anos).

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos intangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

2.5 LOCAÇÕES

Os contractos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que o Grupo age como locatário

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contractos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações

acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos a efectuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado, quando o Grupo tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Locações em que o Grupo age como locador

Nas situações em que o Grupo age como locador ao abrigo de contractos de locação operacional, o valor dos bens afectos são mantidos no balanço do Grupo e as rendas (líquidas de quaisquer incentivos concedidos ao locatário) são reconhecidas na demonstração dos resultados de forma linear durante o período do contrato de locação.

2.6 SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos correntes e são creditados na demonstração dos resultados, na rubrica Outros proveitos operacionais em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos activos subsidiados.

2.7 IMPARIDADE DOS ACTIVOS NÃO CORRENTES, EXCEPTO GOODWILL

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados em Provisões e perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efectiva dos mesmos, excepto se existirem activos qualificáveis em curso.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente ou indirectamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos ou projectos imobiliários classificados em inventários são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado principalmente através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detidos para venda. Os activos com vida útil definida deixam de ser depreciados / amortizados, a partir da data em que são classificados como detidos para venda, até a data em que a transação de venda ocorre, ou a realização da transação deixa de ser provável.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os activos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes activos e/ou Grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos activos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses activos não tivessem sido

classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificadas de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício, excepto o efeito do Método de Equivalência Patrimonial.

2.10 INVENTÁRIOS

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. O valor registado em mercadorias corresponde fundamentalmente a terrenos para desenvolvimento imobiliário.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização). A rubrica de Produtos e trabalhos em curso inclui fundamentalmente o valor de imóveis em desenvolvimento para venda no curso normal da actividade. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso durante o exercício é reconhecido como variação da produção na demonstração dos resultados.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a inventários de mercadorias e matérias-primas ou a inventários de produtos acabados e semiacabados e trabalhos em curso.

2.11 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais em que o Grupo é réu. O Grupo reconhece esta provisão quando estima, com base na informação prestada pelos consultores legais sobre a evolução do processo, que é mais provável do que não que o Grupo tenha de pagar.

Provisões para rendimento garantido

Provisões referentes à estimativa do valor actual dos potenciais encargos para a totalidade do período do Rendimento Garantido nas vendas imobiliárias no Troia Resort.

2.12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço consolidado conforme identificado na Nota 9.

a) Activos Financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em activos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o grupo se compromete a comprar ou a vender o activo.

Classificação

A classificação dos activos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos activos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos activos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, excepto quanto aos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os activos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) *Activos financeiros ao custo amortizado*: inclui os activos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) *Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral*: esta categoria pode incluir activos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade): a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os activos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contractuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*: inclui os activos que não cumprem com os critérios de classificação como activos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2018, a classificação dos activos financeiros do grupo por categoria encontra-se divulgada na Nota 9.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Mensuração

Os activos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor nessa data, incluindo despesas de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados. Os custos de transacção de activos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os activos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes activos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de activos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

O Grupo avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos activos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Activos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do activo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do activo.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Desreconhecimento de activos financeiros

O grupo desreconhece os activos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Classificação

Os activos financeiros detidos até à maturidade são classificados como activos financeiros não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os activos financeiros com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os activos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados incluem os activos financeiros detidos para negociação que o Grupo adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados no balanço consolidado como Activos financeiros correntes.

O Grupo classifica como activos financeiros disponíveis para venda os que não são enquadráveis como activos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados nem como activos financeiros detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Reconhecimento e mensuração

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os activos financeiros em empresas que não sejam cotadas e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica Reservas de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o activo financeiro ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do activo financeiro se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos financeiros ao justo valor através de resultados são registados(as) numa rubrica de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados. As perdas por imparidade associadas a instrumentos de dívida reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada

Parte III

Demonstrações Financeiras

são reversíveis através de resultados. As perdas por imparidade associadas a instrumentos de capital próprio, reconhecidas na demonstração dos resultados consolidada não são reversíveis através de resultados.

Os activos financeiros detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo entrega dinheiro ou fornece bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de Clientes e as Outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e sendo mensuradas subsequentemente ao custo amortizado e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Provisões e perdas por imparidade em contas a receber, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto para o momento actual.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verificarem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira. As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por não se considerar material o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Passivos Financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos obtidos”, “Fornecedores” e “Outros credores”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2018, o Grupo apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- iii) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- iv) Outros passivos financeiros.

A categoria “Outros passivos financeiros” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos obtidos”, “Fornecedores” e “Outros credores”. Estes passivos classificados como são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões e outros gastos de montagem do financiamento com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.16. A parcela do juro efectivo relativa a comissões e outros gastos de montagem do financiamento com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo.

Os itens que compõem a rubrica serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário serão classificadas como passivos não correntes.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são registados pelo seu justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, estes itens são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

g) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de funding.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura, incluída em Reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, à medida que o instrumento coberto afecta os resultados, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração consolidada de resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais o Grupo não aplicou hedge accounting, são registados pelo seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contractos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contractos e nas situações em que os contractos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada de resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Se esta cobertura deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do instrumento coberto, para o qual o método da taxa de juro efetiva é utilizado, são amortizadas por via de resultados, ao longo do período de maturidade do instrumento coberto. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os critérios utilizados pelo grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes: i) espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto; ii) A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada; iii) existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; iv) A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

h) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos bancários de curto prazo no balanço consolidado.

2.13 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae Capital, SGPS, SA e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (após a realização da Assembleia Geral anual) e é posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte (ajustado em função de distribuição de dividendos ou movimentos no capital social). A responsabilidade é registada em Gastos com pessoal e Outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro, sendo portanto um instrumento composto em que a sociedade se reserva ao direito de entregar, em substituição das acções, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respectivo exercício.

2.14 ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que um dos critérios de reconhecimento de provisões não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, verifica-se a existência de um passivo contingente. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes são "possíveis" activos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais o Grupo não tem controlo. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida. O imposto corrente é calculado de acordo com as regras fiscais em vigor, ou com as regras fiscais substancialmente consideradas como estando em vigor à data de balanço.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação ou dos grupos de empresas no caso de opção pelo regime de tributação especial de grupos de sociedades, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e são passíveis de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações judiciais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo as declarações fiscais das empresas, dos anos de 2015 a 2018, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios anteriormente referidos seja significativa para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

No exercício fiscal de 2018, as empresas encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 7% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Nos termos do Artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A taxa de IRC em vigor para 2019 é de 21%.

2.16 RÉDITO

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal da atividade do Grupo.

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

Vendas de produtos - O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

Prestação de serviços - Os rendimentos dos projetos desenvolvidos, são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

Contractos de construção – O rédito dos contractos de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada no contrato. Quaisquer variações nos trabalhos realizados /a realizar, apenas são consideradas após o acordo com o cliente. Estas variações são registadas como um novo contrato quando estas correspondam a um novo âmbito e as condições financeiras negociadas sejam independentes do atual contrato. Nos casos em que estas condições não se verificam o Grupo procede ao recálculo da percentagem de acabamento acumulada do contrato.

As penalidades e incentivos associados aos contratos de construção são reconhecidos atendendo à natureza dos termos negociados com base no método do valor mais provável ou valor esperado, desde que não seja provável a sua reversão.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma continua ao longo do período contratual definido.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rédito das obras em curso no final de cada exercício é reconhecido da seguinte forma: quando a facturação é superior aos custos incorridos correspondentes, o excesso é registado na rubrica Outros passivos correntes, quando os custos incorridos são superiores à facturação efectuada correspondente, o excesso é registado na rubrica Produtos e trabalhos em curso, já que correspondem a bens que integram a prestação de serviços aos clientes.

Os proveitos relativos a trabalhos a mais, alterações de contrato, indemnizações e prémios de finalização são registados no momento em que são acordados com o cliente, ou nas situações em que as negociações com o cliente estejam numa fase avançada e que seja provável que as mesmas sejam favoráveis ao Grupo.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.17 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que o direito ao seu recebimento é estabelecido.

2.18 SALDOS E TRANSACÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registados como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registado directamente em capital próprio.

2.19 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do balanço, e antes da data de emissão das demonstrações que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Julgamentos

O Grupo concede empréstimo a entidades que qualificam como associadas ou empreendimentos conjuntos do Grupo sob diferentes regimes/modalidades contratuais. A sua classificação enquanto elementos/componentes das participações financeiras, ou enquanto outros activos financeiros depende das condições de reembolso e de remuneração associadas, e da intenção da Administração quanto a fazer cumprir as cláusulas contratuais acordadas com as participadas. Regra geral, os financiamentos com carácter de permanência e sem remuneração são classificados como uma parcela do investimento nas participadas do Grupo.

Estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- **Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis:**
As principais fontes de incerteza resultam do período em que os activos estarão em condições para uso, as previsões dos seus fluxos de caixa, estimativas dos seus montantes recuperáveis, obtenção de comparáveis de mercado, taxas de crescimento, taxas de desconto e pressupostos de sensibilidade (Notas 10 e 11);
- **Análises de imparidade do Goodwill e de outros activos fixos tangíveis e intangíveis:**
A complexidade e nível de julgamento inerente ao modelo adotado para o cálculo de imparidade e a identificação e agregação das unidades geradoras de caixa (UGC's) implica considerar este tema como uma estimativa contabilística significativa (Notas 10, 11 e 12);
- **Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões:**
Estimativas relevantes dada a complexidade e o grau de julgamento inerente às contingências, bem como o nível de incerteza associado ao desfecho de processos em cursos (Nota 31);
- **Estimativas de lucros tributáveis futuros e recuperabilidade de activos por impostos diferidos:**

Parte III

Demonstrações Financeiras

O grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, requer a utilização de estimativas na projeção de resultados tributáveis futuros e na determinação dos valores necessários à sua recuperação, cujo acontecimento apresenta sempre um grau de incerteza (Nota 19);

- **Percentagem de acabamento do reconhecimento do rédito:**

O mapa de obras que sustenta o reconhecimento do rédito com base na percentagem de acabamento dos contratos de construção tem diversos pressupostos, essencialmente no que diz respeito ao orçamento global de gastos da obra, gastos já incorridos e gastos a incorrer. O grau de incerteza inerente a estimativas desta natureza, e aos pressupostos inerentes, implica que estas estimativas sejam relevantes (Nota 33).

- **Imparidade de activos financeiros:**

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, destacando-se abaixo a imparidade de activos financeiros e reconhecimento do rédito de contratos.

Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

A determinação da imparidade sobre activos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, o Grupo avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes activos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são avaliados para factores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas, como descrito na Nota 2.2 c)

Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017

A determinação da imparidade sobre activos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias nas quais o valor recuperável destes activos é inferior ao seu custo. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes”, e “Outras dívidas de terceiros” foram avaliados tendo por base a situação financeira do devedor, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise de imparidade.

Ver análise da antiguidade de saldos de “Clientes”, e “Outras dívidas de terceiros” nas Notas 13, 15 e 16.

Reconhecimento do rédito na prestação de serviços

No reconhecimento do rédito dos serviços prestados são reconhecidos de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, com base na percentagem de acabamento dos mesmos. Ou seja no que respeita a cada obrigação de desempenho o grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do

cumprimento da obrigação de desempenho total. O Grupo procede à revisão, a cada data de relato, dos custos totais estimados, que correspondem à melhor estimativa dos custos associados à prestação do serviço e/ou até à sua conclusão. Quando existem desvios significativos na execução do contrato que não estejam associados a alterações que resultem no direito a um rédito adicional conforme acordado com o cliente, procede-se à revisão da percentagem de acabamento e da margem associada ao contrato, de acordo com a sua melhor estimativa quanto à conclusão do mesmo, podendo dar origem ao registo de uma provisão (contrato oneroso).

2.21 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 46.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae Capital, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae Capital decorrentes de tais riscos. A posição da Sonae Capital em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional da Sonae Capital, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade dos seus negócios.

O Departamento de Finanças Corporativas da Sonae Capital é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros do Grupo para efeitos de reporte e monitorização sendo também responsável pela apresentação de proposta e implementação de estruturas de cobertura para gestão individual do risco cambial, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efectuado quer ao nível de cada negócio quer numa base consolidada. No que respeita à gestão de risco de crédito de clientes e parceiros, o Departamento de Risco de Contraparte, integrado na Direcção Financeira é responsável pela avaliação e monitorização do perfil de risco de clientes e parceiros de todas as unidades de negócio bem como pela implementação de estruturas de mitigação desses riscos e reporte de exposições e qualidade da carteira de crédito.

3.1 RISCOS DE MERCADO

a) Risco de Taxa de Juro – Política

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu balanço consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, o Grupo está exposto ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- A volatilidade nos resultados do Grupo, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;

- Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política do Grupo relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição do Grupo, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados do Grupo.

Face ao exposto, a política do Grupo relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- Os derivados não são utilizados com objectivos de trading ou fins especulativos;
- Os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente por forma a evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente devem ser sempre conhecidos e limitados desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos, considerado nos planos de negócios;
- A contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas apenas instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respectivas notações de rating, privilegiando-se as instituições de relacionamento bancário do Grupo;
- Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras, de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA - International Swaps and Derivatives Association), com schedules negociados com cada uma das Instituições;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc.) prevaletes à data de balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

b) Risco de Taxa de Juro – Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os

Parte III

Demonstrações Financeiras

instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados do Grupo (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos do Grupo em 31 de Dezembro de 2018 seria inferior/superior em 922.409 euros (em 31 de Dezembro de 2017 seria inferior/superior em 466.166 euros). O capital próprio sem resultado líquido resultante da análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2018 seria inferior/superior em cerca de 0 euros (em 31 de Dezembro de 2017 seria inferior/superior em cerca de 0 euros).

c) Risco de Taxa de Câmbio

O Grupo Sonae Capital apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

Contudo, o negócio de Refrigeração e Ar Condicionado tem operações a nível internacional, com subsidiárias a operarem em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio.

As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se assim expostas a risco de câmbio de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio) e as subsidiárias encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio de transacção (risco associado às transacções comerciais). O risco de transacção emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash flows denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os cash flows das subsidiárias são largamente denominados nas respectivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos cash flows, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de hedging natural, reduzindo o risco de transacção do Grupo. Em linha com este princípio, as subsidiárias apenas contratam dívida financeira denominada na respectiva divisa local. Por seu lado, o risco de conversão monetária (translação) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos activos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas.

Como regra, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os cash flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais. Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da actividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Capital não contratam derivados cambiais com objectivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos. Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro são contabilizados na rubrica de “outro rendimento integral acumulado”.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira, não foram efectuadas análises de sensibilidade á variação da taxa de câmbio.

3.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional, (ii) do seu relacionamento com instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (iii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

Crédito sobre Clientes

A gestão de risco de crédito da Sonae Capital está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram o Grupo tendo, em constante consideração:

- A avaliação do risco dos clientes em momento prévio à operação, bem como a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil de cada cliente. A análise é efectuada tendo em conta modelo pré-estabelecido e automático, o que permite garantir um cumprimento rigoroso dos princípios;
- Uma monitorização automática e diária do risco dos clientes, adoptando medidas preventivas sempre que exista uma alteração do mesmo;
- A mitigação do risco de crédito através do seguro de crédito e da obtenção de garantias adicionais;
- Um acompanhamento das contas de cliente com incidência progressivamente proporcional ao nível de risco;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

A adopção de todos estes mecanismos tem permitido um rigoroso cumprimento da política de risco de crédito e a obtenção de uma taxa de incumprimento de clientes bastante abaixo da média de mercado.

A Sonae Capital tem estabelecido um processo de gestão de risco de credito baseado em metodologia de scoring da empresa. A politica de gestão de risco de credito, e respectiva metodologia de classificação permitiram à Sonae Capital obter, no ano de 2018 uma media de incumprimento de 0.2% substancialmente inferior á média de incumprimento de clientes em Portugal, que segundo estudo da Intrum Justitia, situou-se nos 2,2% do volume de negócios. Assim não se antecipa risco de incumprimento material dos valores registados nas contas a receber a 31 de Dezembro de 2018.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede as perdas por imparidade registadas.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes activos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

O grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de Clientes e “Outras dívidas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. Dada a imaterialidade do impacto face ao modelo de perdas de crédito incorridas de 2017, não foi registado nenhum montante adicional de perdas por imparidade nos saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. O montante relativo a clientes, outras dívidas de terceiros e outros activos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito.

Instituições Financeiras

O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de instituições financeiras, com as quais o Grupo tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados. Para mitigar este risco, o Grupo:

- Só executa operações com contrapartes de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo;
- Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;
- Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não esteja completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;
- Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

Operações de Compra/Venda de participações

No desenvolvimento da sua actividade o Grupo está exposto ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco a implementar são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de due diligences, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionado à liquidação financeira da operação, exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros.

Parte III

Demonstrações Financeiras

As disponibilidades do Grupo incluem essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerados pelas operações. Por geografia, os depósitos e aplicações financeiras distribuem-se como segue:

Depósitos e aplicações financeiras:	
Portugal	99,02%
Brasil	0,74%
Espanha	0,21%
Holanda	0,01%
Moçambique	0,01%

Apresentam-se de seguida os ratings (notação S&P, excepto no caso do Montepio Geral – Fitch) das principais Instituições de Crédito onde o Grupo Sonae Capital tinha depósitos e outras aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2018:

Rating	% dos depósitos
A	0,01%
B	0,04%
BB	35,90%
BBB	63,68%
n.d.	0,37%

No cumprimento da política estabelecida, O Grupo Sonae Capital só constitui depósitos e outras aplicações financeiras de curto prazo e com instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo com posição credora de montante igual ou superior à aplicação que se pretende concretizar.

3.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A Sonae Capital tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito.

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, o Grupo mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, o Grupo pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio do Grupo compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Gestão centralizada de liquidez (excedentes e necessidades de fundos) ao nível da Holding, procurando otimizar a função financeira no seio do Grupo;

- Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual quer ao nível consolidado, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de Treasury e Cash Management), que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito committed (de pelo menos seis meses) e programas de papel comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez otimizando o montante de comissões de commitment suportadas;
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

O Grupo mantém uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. Adicionalmente, no final do ano, o Grupo dispunha de uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa.

O Grupo espera assim cumprir com os seus compromissos de curto prazo, quer seja através de libertação de fundos gerados pelos negócios, quer seja com recurso às suas aplicações financeiras ou se necessário recorrendo às linhas de crédito existentes ou pela contratação de novos financiamentos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As alterações às normas internacionais de relato financeiro que entraram em vigor em ou após 1 de Janeiro de 2018 (nota 2.1.), não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

5. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 Dezembro de 2018 e de 2017, são as seguintes:

Firma	Sede Social	Porcentagem de capital detido				
		31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017		
		Directo	Total	Directo	Total	
		Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	
Sonae Capital, SGPS, S.A.						
Hotелaria						
Porto Palácio Hotel, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SC Hospitality, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
The Artist Porto Hotel & Bistrô - Actividades Hoteleiras, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
The House Ribeira Hotel – Exploração Hoteleira, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aqualuz Tróia, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
21) 2ndRoom - Exploração Hoteleira, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%		
Tróia Resort Operações						
Atlantic Ferries - Tráf. Loc. Flu. e Marít., S.A.	a)	Grândola	95,77%	95,77%	95,77%	95,77%
Marina de Tróia, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tróia Market, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tróia Natura, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Troiareort-Investimentos Turísticos, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Troiareort, SGPS, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Golf Time - Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fitness						
3) Acrobatic Title, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	10,00%	10,00%
Solinca - Health & Fitness, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) SC Fitness, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) & 8) Pump, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%		
1) & 12) About Changes Investimentos, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%		
1) & 12) Ineditalchemy, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%		
1) & 12) Magnetic Nature, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%		
1) & 12) Ocean Destiny, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%		
1) & 12) Questão Magenta, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%		
1) & 12) Rhythmdragon, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%		
Energia						
Atelgen - Produção Energia, ACE	a)	Barcelos	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
CAPWATT – Brainpower, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
CAPWATT – ACE, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Parte III

Demonstrações Financeiras

	Capwatt Hectare - Heat Power, ACE	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
13)	Capwatt Évora – Solar Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt III - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14)	Capwatt IV – Heat Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Maia - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
15)	Capwatt Estuário – Heat Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
16)	Capwatt Lousado – Heat Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
17)	Capwatt Alrota – Wind Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
18)	Capwatt Chamusca – Bio Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
19)	Capwatt Ferreira – Solar Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	CAPWATT – SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Carvemagere - Manutenção e Energias Renováveis, Lda.	a)	Barcelos	65,00%	65,00%	65,00%	65,00%
	Companhia Térmica SERRADO, ACE	a)	Maia	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
	Companhia Térmica Tagol, Lda.	a)	Oeiras	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soternix - Produção de Energia, ACE	a)	Barcelos	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
	Suncoutim - Solar Energy, S.A.	a)	Faro	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
	Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais - Energia, S.A.	a)	Mangualde	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
21)	Capwatt México, S. de R. L. de C.V	a)	Cidade do México	100,00%	100,00%		
Refrigeração & AVAC							
11)	QCE - Desenvolvimento e fabrico de Equipamentos, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
6)	RACE - Refrigeration & Air Conditioning Engineering, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
5)	RACE, SGPS, S.A.	a)	Matosinhos	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
2)	Sistavac Sistemas HVAC - R do Brasil, Ltda.	a)	São Paulo	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
	Sopair, S.A.	a)	Madrid	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
2)	Spinaraq Moçambique, Lda.	a)	Maputo	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Real Estate							
	Bloco Q - Soc. Imobil, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Casa da Ribeira - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cinclus Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contry Club da Maia - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Empreend. Imob. Quinta da Azenha, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fundo Esp. Inv. Imo. Fec. WTC	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoclub - Serviços Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imohotel - Emp. Turist. Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imosedas - Imobiliária e Serviços, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Implantação – Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Porturbe - Edifícios e Urbanizações, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Praedium II - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
20)	Prédios Privados Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predisedas - Predial das Sedas, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC Assets, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sete e Meio Herdades - Inv. Agr. e Tur., S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Parte III

Demonstrações Financeiras

	Soira - Soc. Imobiliária de Ramalde, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sótaqua - Soc. de Empreend. Turísticos	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spinveste - Gestão Imobiliária SGII, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Urbisedas - Imobiliária das Sedas, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Vistas do Freixo - Emp. Tur. Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soltroia - Imob. de Urb. Turismo de Tróia, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Tulipamar - Expl. Hoteleira Imob., S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marmagno - Expl. Hoteleira Imob., S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marvero - Expl. Hotel. Im.. S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Engenharia Industrial							
4) & 7)	SC, INDUSTRIALS, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Adira - Industrial Engineering Forming Solutions, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Guimadira - Máquinas e Ferramentas, Lda.	a)	V. N. Gaia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Holding & Outros							
	Imobeauty, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC - Sociedade de Consultadoria, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC Finance BV	a)	Amesterdão	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
10)	SC For - Ser. Formação e Desenvolv. Recursos Humanos, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	UP Invest., SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solinfitness - Club Málaga, S.L.	a)	Málaga	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Praedium – Serviços, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Inparvi, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
10)	Interlog - SGPS, S.A.	a)	Lisboa	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%
	Société de Tranchage Isoroy, S.A.S.	a)	Honfleur	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
9)	Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%
9)	Sociedade de Construções do Chile, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%
9)	Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%
9)	Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%

- 1) Empresa adquirida no exercício;
- 2) Operações descontinuadas;
- 3) Adquirida 90% no exercício;
- 4) Transferência do segmento Holding & Outros;
- 5) Ex – Sistavac, SGPS, S.A.;
- 6) Ex – Sistavac, S.A.;
- 7) Ex – SC - Eng. e promoção imobiliária, SGPS, S.A.;
- 8) Ex - About, SGPS, S.A.;
- 9) Sociedades que integram o perímetro a partir do 2T 2018;
- 10) Empresa liquidada no exercício;
- 11) Empresa fusionada na RACE - Refrigeration & Air Conditioning Engineering, S.A.;
- 12) Empresa fusionada no Pump, S.A.;
- 13) Ex – Capwatt II - Heat Power, S.A.;
- 14) Ex – Ronfegen - Recursos Energéticos, Lda.;

Parte III

Demonstrações Financeiras

- 15) Ex – CTE - Central Termoelétrica do Estuário, Lda.;
 - 16) Ex – Enerlousado - Recursos Energéticos, Lda.;
 - 17) Ex – Lusobrisa - Produção de Energia Elétrica, S.A.;
 - 18) Ex – Gasflow, Unipessoal, Lda.;
 - 19) Ex – Ventos da Serra - Produção de Energia S.A.;
 - 20) Empresa alienada no exercício;
 - 21) Empresa constituída no exercício;
-
- a) Controlo detido por maioria dos votos.

As empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a.

6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos, suas sedes sociais, principais agregadores financeiros e proporção do capital detido em 31 Dezembro de 2018 e de 2017 são as seguintes:

31 Dezembro 2018

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido		Total Activos	Total Passivos	Total Custos	Total Proveitos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Valor de Balanço
		Directo	Total							
Empresas Conjuntamente Controladas										
Holding & Outros										
1) Andar - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1) Sociedade de Construções do Chile, SA	Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1) Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1) Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Associadas										
Holding & Outros										
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila do Conde	24,50%	24,50%	17 369 362	8 468 351	21 671 826	22 694 820	8 901 011	1 022 994	1 438 114
Energia										
Feneralt - Produção de Energia, ACE	Barcelos	25,00%	25,00%	1 305 083	455 748	1 390 005	2 239 340	849 335	849 335	185 792
				18 674 445	8 924 099	23 061 831	24 934 160	9 750 346	1 872 329	1 623 907

1) Sociedades que integram o perímetro de consolidação da Sonae Capital SGPS a partir do 2T 2018

31 Dezembro 2017

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido		Total Activos	Total Passivos	Total Custos	Total Proveitos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Valor de Balanço
		Directo	Total							
Empresas Conjuntamente Controladas										
Holding & Outros										
Andar - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	50,00%	50,00%	16 583 257	16 878 185	123 856	1 102	(294 928)	(122 754)	-
1) Sociedade de Construções do Chile, SA	Maia	100,00%	50,00%	16 548 484	326 238	110 974	2 423 166	16 222 246	2 312 192	-
1) Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	12 037 856	976	1 084	-	12 036 880	(1 084)	-
1) Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	12 042 540	976	1 079	-	12 041 564	(1 079)	-
Empresas Associadas										
Holding & Outros										
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila do Conde	24,50%	24,50%	18 533 396	10 335 157	20 515 836	21 812 819	8 198 240	1 296 983	1 276 788
Energia										
Feneralt - Produção de Energia, ACE	Barcelos	25,00%	25,00%	818 220	167 923	107 770	2 053 857	650 297	646 087	142 240
				76 563 753	27 709 455	20 860 599	26 290 944	48 854 299	4 130 345	1 419 028

1) Os valores nulos de participação resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial na Andar – Sociedade Imobiliária, SA, detentora da totalidade destas participações;

Parte III

Demonstrações Financeiras

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos foram incluídos na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

A 31 de Dezembro de 2017, os valores de balanço nulos resultam da redução do valor de aquisição por aplicação do método da equivalência patrimonial, descontinuando o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais ao abrigo da IAS 28.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Saldo em 1 de Janeiro	1 419 028	1 266 842
Aquisições durante o período	-	-
Liquidação durante o período	-	(31 948)
Equivalência patrimonial	444 700	391 017
Dividendos recebidos	(239 822)	(206 883)
Mudança de método de consolidação	-	-
Saldo em 31 Dezembro	1 623 907	1 419 028
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 30)	-	-
	1 623 907	1 419 028

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial foi de 444.700 euros em resultados relativos a empresas associadas (391.017 euros em 31 de Dezembro de 2017), e não teve impacto em reservas em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram recebidos dividendos que totalizam cerca de 240.000 euros (207.000 em 31 de dezembro de 2017) liquidados pelas participadas Lidergraf - Artes Gráficas, Lda e Feneralt - Produção de Energia, ACE.

Os dividendos recebidos durante o ano de 2017 diferem do evidenciado na Demonstração dos fluxos de caixa devido ao facto de terem sido recebidos montantes referentes a exercícios anteriores.

Não existem compromissos passivos contingentes nem restrições significativas quanto à capacidade de se transferirem fundos a favor da Sonae Capital pelas associadas e empreendimentos conjuntos.

7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

As empresas incluídas em Outros Activos Financeiros são as empresas cujas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 Dezembro de 2017 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
		31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017		31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
		Directo	Total	Directo	Total		
Troia Resort Operações							
Infratróia - Infraestruras de Tróia, E.M.	Grândola	25,90%	25,90%	25,90%	25,90%	64 747	64 747
Outros Ativos							
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	Maia	-	-	0,06%	0,06%	-	-
Net, SA	Lisboa	0,98%	0,98%	0,98%	0,98%	23 034	23 034
Fundo de Capital de Risco F-HITEC	Lisboa	6,48%	6,48%	6,48%	6,48%	250 950	250 950
Outros Investimentos						331 704	239 699
Total						670 435	578 430

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor dos investimentos, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Investimentos a custo				
Saldo em 1 de Janeiro	870 268	-	770 693	-
Aquisições durante o período	155 162	-	71 601	-
Varição de perímetro (Entradas)	-	-	94 187	-
Alienações durante o período	(72 816)	-	(66 213)	-
Fusão	10 687	-	-	-
Varição de perímetro	(1 029)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	962 273	-	870 268	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 30)	(291 838)	-	(291 838)	-
	670 435	-	578 430	-
Outros investimentos	670 435	-	578 430	-

8. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram adquiridas as seguintes empresas:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido na data da aquisição da participação	
		Directo	Total
Pump, S.A.	Maia	100.00%	100.00%
About Changes Investimentos, Unipessoal, Lda.	Maia	100.00%	100.00%
Ineditalchemy, Unipessoal, Lda.	Maia	100.00%	100.00%
Magnetic Nature, Unipessoal, Lda.	Maia	100.00%	100.00%
Ocean Destiny, Unipessoal, Lda.	Maia	100.00%	100.00%
Questão Magenta, Unipessoal, Lda.	Maia	100.00%	100.00%
Rhtyhmdragon, Unipessoal, Lda.	Maia	100.00%	100.00%
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100.00%	100.00%
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Maia	100.00%	100.00%
Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100.00%	100.00%
Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100.00%	100.00%

No início do ano de 2018, integramos com sucesso a aquisição da totalidade do capital e direitos de voto da sociedade ABOUT, SGPS, S.A. (Pump, S.A.), que opera, através das suas participadas, oito Fitness Clubs sob a insígnia Pump, sete dos quais na área da Grande Lisboa e um em Faro. As empresas adquiridas foram fusionadas na sociedade Pump, S.A. durante o exercício.

As sociedades Andar, Sociedade de Construções do Chile, Vastgoed One e Vastgoed Sun integraram o perímetro de consolidação da Sonae Capital SGPS a partir do 2T 2018.

Parte III

Demonstrações Financeiras

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

	À data de aquisição da participação	31 Dezembro 2018
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 10 e 11)	5 246 221	5 542 240
Investimentos Financeiros	20 371	14 055
Outros activos	750 853	574 917
Caixa e equivalentes de caixa	78 339	71 869
Outros passivos	(5 036 336)	(4 154 596)
	1 059 448	2 048 485
Capitais próprios	1 059 448	
Demonstração de Resultados das empresas adquiridas		
Custo das vendas	-	90 449
Fornecimentos e Serviços Externos	13 240	3 823 809
Gastos com pessoal	-	1 627 902
Gastos de depreciação e de amortização	-	960 962
Outros gastos e Perdas	-	258 951
Total de gastos operacionais	13 240	6 762 073
Vendas	-	147 559
Prestações de serviços	-	7 052 648
Outros rendimentos e ganhos	196	60 302
Total de rendimentos operacionais	195	7 260 508
Resultados operacionais	(13 045)	498 435
Rendimentos e ganhos financeiros	6	8 237
Gastos e perdas financeiras	12 684	89 608
Resultados financeiros	(12 678)	(81 371)
Resultados relativos a investimentos	-	-
Resultado antes de impostos	(25 723)	417 064
Impostos	-	(156 340)
Resultado líquido	(25 723)	260 724
Ganho na aquisição	-	
Preço de aquisição	6 404 463	
Pagamentos efectuados	1 919 735	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição	-	
Pagamentos efectuados	8 324 198	
Caixa e equivalente de caixa adquiridos	(78 339)	
	8 245 859	

9. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2018 os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.1., foram classificados como segue:

Activos e passivos financeiros	Classe de instrumentos financeiros						
	Activos / Passivos ao Custo Amortizado	Activos ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos / Passivos ao justo valor através de resultados	Sub-total	Outros activos / passivos não financeiros	Total	
A 31 Dezembro 2018							
Activos financeiros							
Cientes e Outras Contas a Receber	7, 13, 15 e 16	57 133 638	-	-	57 133 638	-	57 133 638
Caixa e equivalentes de caixa	20	7 558 361	-	-	7 558 361	-	7 558 361
Activos ao justo valor através de resultados		-	-	-	-	-	-
		64 691 999	-	-	64 691 999	-	64 691 999
Passivos Financeiros							
Empréstimos obtidos	20, 23 e 24	127 338 171	-	-	127 338 171	-	127 338 171
Fornecedores e Outras contas a pagar	26, 28 e 29	41 030 571	-	-	41 030 571	-	41 030 571
		168 368 742	-	-	168 368 742	-	168 368 742

A 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.1., foram classificados como segue:

Activos e passivos financeiros	Classe de instrumentos financeiros						
	Activos registados ao custo amortizado	Disponíveis para venda	Investimentos detidos até ao vencimento	Sub-total	Activos não abrangidos pelo IFRS7	Total	
A 31 Dezembro 2017							
Activos não correntes							
Outros Ativos financeiros	7	578 430	-	-	578 430	-	578 430
Outras dívidas de terceiros não correntes	13	6 601 994	-	-	6 601 994	-	6 601 994
		7 180 424	-	-	7 180 424	-	7 180 424
Activos correntes							
Cientes	15	24 799 640	-	-	24 799 640	-	24 799 640
Outras dívidas de terceiros	16	10 047 909	-	-	10 047 909	-	10 047 909
Caixa e equivalentes de caixa	20	7 307 069	-	-	7 307 069	-	7 307 069
		42 154 618	-	-	42 154 618	-	42 154 618
		49 335 042	-	-	49 335 042	-	49 335 042

Parte III

Demonstrações Financeiras

		Passivos registados ao custo amortizado	Disponíveis para venda	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS7	Total
A 31 Dezembro 2017							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	23	17 218 216	-	-	17 218 216	-	17 218 216
Empréstimos obrigacionistas	23	57 245 810	-	-	57 245 810	-	57 245 810
Outros empréstimos	23	14 004 471	-	-	14 004 471	-	14 004 471
Outras dívidas a terceiros não correntes	26	2 598 398	-	-	2 598 398	416 815	3 015 213
		91 066 895	-	-	91 066 895	416 815	91 483 710
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	20 e 23	24 740 268	-	-	24 740 268	-	24 740 268
Empréstimos obrigacionistas	23	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos	23 e 24	3 471 366	-	-	3 471 366	-	3 471 366
Fornecedores	28	25 369 800	-	-	25 369 800	-	25 369 800
Outras dívidas a terceiros	29	15 136 329	-	-	15 136 329	2 489 167	17 625 496
		68 717 763	-	-	68 717 763	2 489 167	71 206 930
		159 784 658	-	-	159 784 658	2 905 982	162 690 640

10. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Activos fixos tangíveis								
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamentos	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Fixos Tangíveis em Curso	Total dos Activos Fixos Tangíveis
Activo bruto:								
Saldo inicial a 1 Janeiro 2017	49 277 022	163 142 640	203 878 370	988 371	4 117 201	2 239 282	2 619 249	426 262 135
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	1 202 850	5 147 730	77 012 467	707 476	108 320	2 632 743	1 231 370	88 042 956
Variações do perímetro (saídas)	-	-	(81 991)	(338 989)	(30 458)	(3 824)	-	(455 262)
Operações descontinuadas	-	-	(11 737)	(48 524)	(4 245)	(547)	-	(65 053)
Investimento	-	-	(22 308)	(9 693)	(44 381)	(47 951)	-	(124 333)
Desinvestimento	71 449	577 659	911 603	-	4 544	1 730	9 846 816	11 413 801
Variações cambiais	(1 254 450)	(13 222 993)	(4 694 349)	(54 535)	(349 220)	(63 630)	(12 037)	(19 651 214)
Transferências	562 302	43 558	8 709 449	-	253 304	37 991	(7 136 568)	2 470 036
Saldo inicial a 1 Janeiro 2018	49 859 173	155 688 594	285 701 504	1 244 106	4 055 065	4 795 794	6 548 830	507 893 066
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	5 299 212	1 380 771	77 390	270 461	61 567	48 505	7 137 906
Variações do perímetro (saídas)	-	-	(23 482)	-	(21 645)	(36 125)	-	(81 252)
Investimento	737 856	1 066 856	2 080 365	-	-	81 659	22 898 593	26 865 329
Desinvestimento	(3 735 005)	(4 459 817)	(11 106 617)	(195 076)	(46 654)	(81 843)	(149 642)	(19 774 654)
Variações cambiais	-	-	(1 440)	29	(2 829)	(3 096)	-	(7 336)
Transferências	32 392	127 851	12 962 886	(322 436)	391 678	(1 695 542)	(10 784 196)	712 633
Saldo final a 31 Dezembro 2018	46 894 417	157 722 696	290 993 985	804 015	4 646 076	3 122 412	18 562 090	522 745 691
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial a 1 Janeiro 2017	-	41 590 603	105 170 616	930 711	3 409 113	1 742 151	-	152 843 194
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	2 493 165	38 579 732	526 652	102 427	537 930	-	42 239 906
Variações do perímetro (saídas)	-	-	(36 542)	(309 005)	(19 883)	(2 943)	-	(368 372)
Operações descontinuadas	-	-	(16 714)	(6 058)	(39 854)	(40 649)	-	(103 275)
Depreciações do período	-	2 696 520	15 212 674	27 887	191 883	98 968	-	18 227 932
Desinvestimento	-	(3 382 773)	(2 076 306)	(54 535)	(337 412)	(60 477)	-	(5 911 503)
Variações cambiais	-	-	(5 764)	(45 406)	(3 013)	(439)	-	(54 622)
Transferências	-	183 459	769 483	2	40	-	-	952 983
Saldo inicial a 1 Janeiro 2018	-	43 580 974	157 597 180	1 070 248	3 303 301	2 274 540	-	207 826 243

Parte III

Demonstrações Financeiras

Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	1 309 434	429 468	11 869	135 484	18 624	-	1 904 879
Variações do perímetro (saídas)	-	-	(19 245)	-	(19 101)	(33 759)	-	(72 105)
Depreciações do período	-	3 188 619	19 444 181	42 066	306 289	113 141	-	23 094 295
Desinvestimento	-	(1 121 200)	(6 235 740)	(131 201)	(39 832)	(84 945)	-	(7 612 918)
Variações cambiais	-	-	(1 174)	38	(2 743)	(2 733)	-	(6 612)
Transferências	-	49 459	306 469	(276 764)	1 942	136 612	-	217 719
Saldo final a 31 Dezembro 2018	-	47 007 288	171 521 141	716 256	3 685 341	2 421 478	-	225 351 503

Perdas por imparidades acumuladas:

Saldo inicial a 1 Janeiro 2017	7 602 812	25 704 221	1 327 036	-	-	-	-	34 634 071
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	3 376 858	-	-	-	-	3 376 858
Variações do perímetro (saídas)	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade do período	472 911	95 492	11 840	-	-	-	-	580 243
Reversão de perdas de imparidade	(2 075 332)	(1 841 028)	(39 963)	-	-	-	-	(3 956 323)
Variações cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(543 918)	543 918	-	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 Janeiro 2018	6 000 391	23 414 767	5 219 689	-	-	-	-	34 634 847
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas)	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade do período	1 124 463	753 893	427 223	-	-	-	-	2 305 579
Reversão de perdas de imparidade	(2 911 334)	(2 724 274)	(168 508)	-	-	-	-	(5 804 117)
Variações cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 Dezembro 2018	4 213 519	21 444 385	5 478 404	-	-	-	-	31 136 308

Valor líquido

A 31 Dezembro 2017	43 858 782	88 692 852	122 884 635	173 857	751 764	2 521 253	6 548 830	265 431 974
A 31 Dezembro 2018	42 680 898	89 271 023	113 994 440	87 759	960 735	700 934	18 562 090	266 257 880

Os desinvestimentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são referentes, maioritariamente, às alienações de equipamento da Soternix, desmantelamento de equipamento na Capwatt Hectare e às vendas de frações pertencentes à Troiaresort.

As principais aquisições realizadas durante o exercício de 2018 estão associadas essencialmente ao segmento de Energia referente a reconstrução e remodelação de fábricas e projectos de gestão e do segmento de Fitness com a abertura de novos ginásios e remodelação de outros já existentes.

As perdas por imparidade acumuladas registadas no exercício de 2017 e 2018 resultam das avaliações do património imobiliário do Grupo, efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. A avaliação foi realizada de acordo com os “RICS Valuation January 2014 – Professional Standards” publicado por “The Royal Institution of Chartered Surveyors”.

Parte III

Demonstrações Financeiras

As avaliações tiveram como objectivo a determinação do justo valor dos activos em causa, de acordo com as seguintes definições:

- 1) Valor de Mercado (montante mais provável pelo qual uma propriedade poderá ser transaccionada) de parte do património e;
- 2) Opinião de Valor (quando os parâmetros normais da avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado) dos restantes activos imobiliários do Grupo.

O impacto na simulação da valorização, considerando como pressupostos variações de valor de mercado de +/- 10% e opinião de valor de +/- 15% para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 são as seguintes:

AVALIAÇÃO C&W	31 Dez.2018	31 Dez.2018 (VM)	31 Dez.2018 (OV)	31 Dez.2018 Valor Contabilístico
Tróia	68 339 324	52 592 144	15 747 180	49 210 982
Residencial	29 345 980	24 680 000	4 665 980	15 893 438
Projectos	22 180 144	22 180 144	-	18 449 535
Outros	16 813 200	5 732 000	11 081 200	14 868 008
Hotelaria	76 420 000	76 420 000	-	59 443 947
Hotelaria	76 420 000	76 420 000	-	59 443 947
Outros Activos	16 647 272	4 848 000	11 799 272	12 126 391
>2M€	12 832 472	2 004 000	10 828 472	8 783 251
<2M€	3 814 800	2 844 000	970 800	3 343 141
Total	161 406 596	133 860 144	27 546 452	120 781 320
Simulação de Valorização				
Valor de Mercado	+/- 10%	13 386 014		
Opinião de Valor	+/- 15%		4 131 968	
Total Variação		13 386 014	4 131 968	

Em 2018, as avaliações efectuadas compreenderam 78 imóveis dos quais 47 estão afectos aos activos fixos tangíveis. Os restantes estão afectos a inventários conforme Nota 14.

O custo de aquisição dos Activos Fixos Tangíveis detidos pelo Grupo no âmbito de contractos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2018 ascendia a 36.166.400 euros (em 31 de Dezembro de 2017, ascendia a 35.930.642 euros), sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 16.902.096 euros e de 18.572.598 euros, respectivamente (Nota 24).

Parte III

Demonstrações Financeiras

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Activos Fixos Tangíveis em curso referem-se aos seguintes projectos:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Troiareort	1 859 128	1 671 835
Reconstrução / remodelação de fábricas e projectos de gestão	14 165 316	2 240 148
Remodelação / Aberturas de Health Clubs	469 797	1 280 759
Renovação / Manutenção Marmagno + Aqualuz de Tróia	268 290	26 580
Renovação / Manutenção Segmento Troia Resort Operações	203 347	164 062
Engenharia Industrial	1 415 505	1 112 976
Outros	180 707	52 470
	18 562 090	6 548 830

Os montantes sobre Reconstrução / remodelação de fábricas e projectos de gestão incluem o projecto da Central de Cogeração que está a ser desenvolvido no segmento da Energia.

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Activos Intangíveis				
	Propriedade Industrial e Outros Direitos	Software	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em Curso	Total dos Activos Intangíveis
Activo bruto:					
Saldo inicial a 1 Janeiro 2017	8 189 952	3 778 269	283 781	382 826	12 634 829
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	4 868 797	52 042	3 600 331	1 128 122	9 649 292
Variações do perímetro (saídas)	-	(4 880)	-	-	(4 880)
Operações descontinuadas	-	(24 584)	-	-	(24 584)
Investimento	(21 900)	95 998	345 038	890 365	1 309 501
Desinvestimento	(332 831)	(183)	-	-	(333 014)
Variações cambiais	-	(699)	-	-	(699)
Transferências	(3 367 845)	923 249	(225 059)	(881 629)	(3 551 284)
Saldo inicial a 1 Janeiro 2018	9 336 173	4 819 212	4 004 091	1 519 684	19 679 160
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	19 790	-	19 790
Variações do perímetro (saídas)	-	-	-	-	-
Investimento	-	-	2 237 713	1 113 301	3 351 014
Desinvestimento	(162 029)	(19 641)	-	-	(181 670)
Variações cambiais	-	(1 587)	-	-	(1 587)
Transferências	34 721	548 797	(1 144 731)	(478 516)	(1 039 729)
Saldo final a 31 Dezembro 2018	9 208 866	5 346 783	5 116 864	2 154 467	21 826 981

Parte III

Demonstrações Financeiras

Amortizações acumuladas

Saldo inicial a 1 Janeiro 2017	1 700 975	3 094 135	224 289	-	5 019 398
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	1 570 467	29 000	2 453 146	-	4 052 613
Variações do perímetro (saídas)	-	(4 880)	-	-	(4 880)
Operações descontinuadas	-	(19 998)	-	-	(19 998)
Amortizações do período	475 163	585 349	153 192	-	1 213 704
Desinvestimento	(88 719)	(1 114)	-	-	(89 833)
Variações cambiais	-	(699)	-	-	(699)
Transferências	(1 001 524)	-	(1 676)	-	(1 003 200)
Saldo inicial a 1 Janeiro 2018	2 656 362	3 681 793	2 828 951	-	9 167 105
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	6 596	-	6 596
Amortizações do período	401 150	665 549	222 661	-	1 289 360
Desinvestimento	(55 237)	(18 813)	-	-	(74 050)
Variações cambiais	-	(1 429)	-	-	(1 429)
Transferências	11 765	19 593	20 863	-	52 221
Saldo final a 31 Dezembro 2018	3 014 039	4 346 694	3 079 070	-	10 439 803

Perdas por imparidade

Saldo inicial a 1 Janeiro 2017	89 536	-	600 000	-	689 536
Saldo inicial a 1 Janeiro 2018	89 536	-	600 000	-	689 536
Saldo final a 31 Dezembro 2018	89 536	-	600 000	-	689 536

Valor líquido

A 31 Dezembro 2017	6 590 275	1 137 419	575 140	1 519 684	9 822 521
A 31 Dezembro 2018	6 105 291	1 000 089	1 437 794	2 154 467	10 697 642

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, não foram registadas perdas por imparidade, relativas a Activos Intangíveis.

Em Dezembro de 2018, os Activos Intangíveis da Marina de Tróia ascendem ao montante líquido de 5.166.004 euros (5.261.284 euros em 31 de Dezembro de 2017).

Foi atribuído em 2007 pela APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) ao Grupo o contrato de construção e exploração, em regime de serviço público de uma marina e serviços de apoio em Tróia, durante um período de 50 anos a partir da data de entrada em exploração da marina, podendo o prazo de concessão ser prorrogado por um período máximo de 10 anos por acordo entre as partes. Cessando a concessão reverterá gratuitamente para a concedente (APSS) o estabelecimento da concessão, com algumas excepções previstas no contrato.

O Grupo tem o direito de cobrar tarifas pelos serviços a prestar no âmbito da concessão, tendo os limites máximos de ser aprovados pela concedente sob proposta do concessionário.

Durante o período da concessão o Grupo obriga-se a manter em bom estado de funcionamento e conservação os meios que constituem o estabelecimento da concessão, e como contrapartida da concessão paga uma verba fixa anual e uma variável indexada à receita pela prestação de serviços.

A concedente poderá resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, desde que decorrido pelo menos o prazo da concessão e com aviso de pelo menos 1 ano de antecedência, tendo o Grupo direito a uma

Parte III

Demonstrações Financeiras

indenização pelo valor da quota-parte do estabelecimento não amortizado, e uma indenização pela receita perdida calculada de acordo com os termos do contrato.

O Grupo efectuou uma análise de sensibilidade ao valor recuperável dos activos da Marina de Tróia.

A determinação do valor recuperável consistiu em efectuar projecções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos para esta unidade geradora de caixa, posteriormente extrapoladas através de uma perpetuidade e actualizadas à data de encerramentos das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), calculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model), antes de impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes factores de risco, bem como as taxas de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

A utilização de um período de 5 anos para a projecção dos fluxos de caixa teve em consideração a extensão e intensidade dos ciclos económicos a que a actividade da Marina de Tróia está sujeita.

Os fluxos de caixa considerados têm por base o plano de negócios do Grupo que inclui projecções actualizadas anualmente por forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que actua.

Em 31 de Dezembro de 2018, dos testes de imparidade realizados, não resultou qualquer perda por imparidade a registar em activos intangíveis.

12. GOODWILL

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor do Goodwill, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Valor Bruto:		
Saldo inicial	72 080 082	62 194 124
Aquisição adicional de partes de capital em filiais	-	-
Aumentos por aquisições de filiais	5 423 635	10 449 890
Diminuições por alienações de filiais	-	563 932
Abates	-	-
Saldo final	77 503 717	72 080 082
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 30):		
Saldo inicial	24 703 711	24 353 034
Aumentos	775 198	350 677
Transferências	0	-
Diminuições	-	-
Saldo final	25 478 909	24 703 711
Total Acumulado	52 024 808	47 376 371

Parte III

Demonstrações Financeiras

O montante do valor bruto verificado é relativo às sociedades que integram o período de consolidação de 2018 conforme nota 6.

O aumento por perdas de imparidade em 2018 está associado à avaliação de activos imobiliários, na medida que o Goodwill gerado na aquisição da empresa que detém os imóveis, deixa de ser suportado pelo diferencial positivo do justo valor desses imóveis face ao seu valor contabilístico.

Os testes de imparidade realizados aos montantes registados na rubrica Goodwill, foram calculados com base em projecções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade (com taxa de crescimento nula) e actualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas. O Plano de Negócios da Race apresenta, no período do plano, uma taxa média de crescimento de 3,7% e 19,3% do Volume de Negócios (sendo de especial relevância o crescimento assumido nas áreas de Refrigeração Industrial – uma aposta estratégica -, Building Efficiency e Pós-Venda) e EBITDA, respectivamente. O crescimento médio assumido para o uFCF é de -1,0%, motivado pela recuperação extraordinária de investimento em fundo de maneio em 2018 (ano base do Plano), não obstante os ganhos de escala e a aposta nos segmentos estratégicos de maior margem. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC). As taxas WACC utilizadas, foram calculadas em função da especificidade de cada um dos negócios e das suas respectivas estruturas de capital objectivo, em particular:

Real Estate	7,35%	Refrigeration & HVAC- Portugal	9,63%
Operational Troia Resort Operações	7,48%	Hospitality	8,56%
Energy	[6,58% - 7,58%]	Industrial Engineering Portugal	8,56%
Fitness	8,54%		

Nos testes de sensibilidade efectuados aos valores do Goodwill, através de avaliações por DCF (Discounted Cash Flow), fazendo a WACC variar em 1 p.p, o Goodwill mantêm-se sem imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Goodwill tinha a seguinte composição:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Troia Resort Operações	1 223 235	1 223 235
Fitness	4 714 787	-
Energia	3 075 415	3 075 415
Refrigeração & AVAC	9 619 730	9 619 730
Engenharia Industrial	8 075 960	7 997 303
Holding & Outros	25 315 682	25 460 689
	52 024 808	47 376 371

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outras dívidas de terceiros não correntes em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, é o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas		
Outros	34 916	907 655
Perdas por imparidade (Nota 30)	(34 916)	(34 916)
	-	872 739
Clientes e outros devedores		
Devedores por alienação de Investimentos Financeiros	10 505 000	505 000
Outros	1 614 353	4 947 709
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	-
	12 119 353	5 452 709
Gastos a reconhecer		
Comissões bancárias	81 214	276 547
	81 214	276 547
Total de instrumentos financeiros	12 200 567	6 601 994
Outras dívidas de terceiros não correntes	12 200 567	6 601 994

	Clientes e outros devedores	
	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Não vencido	11 001 450	4 331 234
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 6 meses	-	-
6 - 12 meses	-	-
> 1 ano	1 117 903	1 121 475
	1 117 903	1 121 475
Vencido com registo de imparidade		
> 1 ano	-	-
	12 119 353	5 452 709

Os valores incluídos em Outras dívidas de terceiros não correntes vencem na sua generalidade juros a taxas de mercado e estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor de balanço.

A 31 de Dezembro de 2017 os valores considerados em Outros Activos de Empréstimos concedidos a empresas relacionadas é relativo à empresa Andar – Sociedade Imobiliária S.A. (nota 43).

Parte III

Demonstrações Financeiras

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os valores incluídos em Devedores por alienação de Investimentos Financeiros inclui (i) saldo a receber da alienação da UPK - GESTÃO DE FACILITIES E MANUTENÇÃO, S.A. e BoxLines e (ii) saldo a receber relativo à alienação da Prédios Privados – Imobiliária, S.A. (10.000 milhares de euros) (nota 16).

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os valores incluídos em Outros activos de Clientes e Outros Devedores é relativo a (i) montante a receber referente à venda em 2017 de lotes de terrenos (496 milhares euros), (ii) adiantamento para cobrança de impostos em processo de amnistia fiscal em 2002 (803 milhares de euros) e outros.

A 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Clientes e outros devedores inclui os empréstimos concedidos a empresas relacionadas e têm carácter de suprimentos sem prazo definido, não se encontrando consequentemente vencidos. Estes empréstimos são remunerados.

14. INVENTÁRIOS

O detalhe dos Inventários em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é o seguinte, explicitando os valores correspondentes a empreendimentos imobiliários:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Total	dos quais empreendimentos imobiliários	Total	dos quais empreendimentos imobiliários
Mercadorias	14 393 602	13 313 076	14 765 873	13 282 113
Mercadorias em poder de terceiros	2 069	-	1 731	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 318 496	-	4 677 862	-
Produtos acabados e intermédios	12 124 200	11 081 219	13 281 182	12 613 221
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	36 577 949	34 268 391	67 372 682	62 728 774
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
	69 416 316	58 662 686	100 099 330	88 624 108
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 30)	(6 152 875)	(5 161 721)	(5 702 697)	(5 240 945)
Total Acumulado	63 263 441	53 500 965	94 396 634	83 383 163

Parte III

Demonstrações Financeiras

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 ascendeu a 89.297.579 e 72.750.494 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Inventários iniciais	19 445 466	32 038 738
Efeito da conversão cambial	(1 443)	(79 286)
Variações de perímetro	(117 106)	1 133 291
Compras	63 530 499	57 210 904
Regularizações de inventários	26 797 531	1 891 710
Inventários finais	20 714 166	19 445 466
	88 940 781	72 749 891
Perdas por imparidade (Nota 30)	1 085 793	604
Reversão por perdas de imparidade (nota 30)	(728 994)	-
Actividades Continuadas	89 297 579	72 750 494
Actividades Descontinuadas	161 024	631 454
Total Acumulado	89 458 604	73 381 948

As perdas por imparidade e as reversões de perdas por imparidade do exercício de 2018 e 2017 resultam das avaliações do património imobiliário do Grupo Sonae Capital, efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. (Nota 10) e das alienações de imóveis que ocorreram durante o exercício corrente.

As avaliações tiveram como objectivo a determinação do justo valor dos activos em causa, de acordo com as seguintes definições:

- 1) Valor de Mercado (montante mais provável pelo qual uma propriedade poderá ser transaccionada) de parte do património e;
- 2) Opinião de Valor (quando os parâmetros normais da avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado) dos restantes activos imobiliários do Grupo.

Parte III

Demonstrações Financeiras

O impacto na simulação da valorização, considerando como pressupostos variações de valor de mercado de +/- 10% e opinião de valor de +/- 15% para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 são as seguintes:

AVALIAÇÃO C&W	31 Dez.2018	31 Dez.2018 (VM)	31 Dez.2018 (OV)	31 Dez.2018 Valor Contabilístico
Tróia	83 793 556	38 980 856	44 812 700	28 779 389
Residencial	25 947 700	1 135 000	24 812 700	12 296 509
Projectos	57 845 856	37 845 856	20 000 000	16 482 880
Outros	-	-	-	-
Hotelaria	-	-	-	-
Hotelaria	-	-	-	-
Outros Activos	38 572 578	31 119 800	7 452 778	27 208 088
>2M€	32 888 928	28 815 000	4 073 928	24 145 701
<2M€	5 683 650	2 304 800	3 378 850	3 062 388
Total	122 366 134	70 100 656	52 265 478	55 987 478
Simulação de Valorização				
Valor de Mercado	+/- 10%	7 010 066		
Opinião de Valor	+/- 15%		7 839 822	
Total Variação		7 010 066	7 839 822	

15. CLIENTES

O detalhe de Clientes em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Clientes correntes		
Troia Resort Operações	2 031 875	1 888 312
Hotelaria	986 998	851 832
Fitness	158 635	318 278
Energia	7 800 964	8 522 609
Refrigeração & AVAC	14 270 446	14 372 081
Real Estate	220 307	222 668
Holding & Outros	86 047	128 834
Engenharia Industrial	3 039 838	1 176 944
	28 595 111	27 481 558
Clientes, conta letras	74 410	74 410
Clientes de cobrança duvidosa	3 022 339	3 452 519
	31 691 859	31 008 486
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 30)	(6 230 300)	(6 208 847)
Total Acumulado	25 461 559	24 799 640

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Grupo entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de Dezembro 2018 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

Parte III

Demonstrações Financeiras

A 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Real Estate	Holding e Outras	Engenharia Industrial	Total
31 Dezembro 2018									
Não vencido	522 161	321 219	54 748	6 395 233	8 739 530	75 793	54 958	652 487	16 818 130
Vencido mas sem registo de imparidade									
0 - 30 dias	30 512	119 058	22 762	762 758	1 542 503	12 026	169	1 018 568	2 489 788
30 - 90 dias	134 128	150 203	8 895	384 475	857 831	-	-	883 322	1 535 532
+ 90 dias	608 528	133 692	16 167	257 686	1 465 577	22 873	2 163	203 351	2 506 686
Total	773 168	402 953	47 824	1 404 919	3 865 911	34 899	2 332	2 105 242	8 637 248
Vencido com registo de imparidade									
0 - 90 dias	25 049	4 841	-	-	34 851	-	-	-	64 741
90 - 180 dias	9 470	1 794	-	-	151 883	2 514	-	-	165 661
180 - 360 dias	9 800	9 406	42	-	79 050	-	-	41 294	98 298
+ 360 dias	817 005	399 083	56 021	812	1 811 720	271 292	127 483	2 385 076	3 483 416
Total	861 324	415 124	56 063	812	2 077 504	273 806	127 483	2 426 370	6 238 486
Total acumulado antes de imparidades	2 156 653	1 139 296	160 636	7 800 964	14 682 945	384 498	184 773	5 184 099	31 691 859

	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Real Estate	Holding e Outras	Engenharia Industrial	Total
31 Dezembro 2017									
Não vencido	317 519	307 590	109 346	4 309 041	8 422 356	57 196	97 798	66 058	13 686 904
Vencido mas sem registo de imparidade									
0 - 30 dias	110 801	144 648	18 882	3 496 385	465 300	17 167	107	948 326	4 253 290
30 - 90 dias	153 385	88 823	129 593	249 435	1 415 019	-	1 667	176 727	2 037 922
+ 90 dias	636 491	27 203	4 740	451 561	2 507 172	24 345	504	38 101	3 652 016
Total	900 678	260 674	153 215	4 197 381	4 387 491	41 512	2 278	1 163 154	11 106 383
Vencido com registo de imparidade									
0 - 90 dias	12 356	4 767	-	-	-	3 016	-	-	20 139
90 - 180 dias	166 485	2 488	137	-	-	-	-	(14 217)	169 110
180 - 360 dias	14 060	4 499	1 154	-	43 953	-	-	102 859	63 666
+ 360 dias	655 347	447 850	56 374	18 366	2 174 580	296 787	220 991	2 003 350	3 870 295
Total	848 247	459 604	57 665	18 366	2 218 533	299 803	220 991	2 091 992	6 215 201
Total acumulado antes de imparidades	2 066 444	1 027 868	320 226	8 524 788	15 028 380	398 511	321 067	3 321 205	31 008 486

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras

Parte III

Demonstrações Financeiras

consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito de clientes, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede as perdas por imparidade registadas.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de clientes. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2018 são determinadas da seguinte forma: as perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospectivas.

2018	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Real Estate	Holding e Outras	Engenharia Industrial	Total
Valor bruto contabilístico	2 156 653	1 139 296	158 635	7 800 964	14 682 945	384 498	184 773	5 184 098	31 691 862
0 - 90 dias	711 850	595 321	86 405	7 542 466	11 174 715	87 819	55 127	2 554 377	22 808 080
+ 90 dias	1 444 803	543 975	72 230	258 498	3 508 230	296 679	129 646	2 629 721	8 883 782
Perdas por imparidade acumuladas	861 324	415 124	56 063	812	2 077 504	273 806	127 483	2 426 370	6 238 486
0 - 90 dias	25 049	4 841	-	-	34 851	-	-	-	64 741
+ 90 dias	836 275	410 283	56 063	812	2 042 653	273 806	127 483	2 426 370	6 173 745
Taxa de perdas estimadas									
0 - 90 dias	3,52%	0,81%	0,00%	0,00%	0,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,28%
+ 90 dias	57,88%	75,42%	77,62%	0,31%	58,22%	92,29%	98,33%	92,27%	69,49%

O valor bruto contabilístico dos saldos acima reflecte o risco de crédito máximo do Grupo relativamente a estas rubricas.

Até 31 de dezembro de 2017, as imparidades dos saldos de clientes foram avaliadas segundo o modelo de perdas de crédito incorridas. Os saldos individuais considerados incobráveis foram desreconhecidos directamente através da redução do seu valor contabilístico. Os outros saldos foram avaliados de maneira a determinar a existência objetiva de perdas por imparidade ainda não identificadas. As perdas por imparidade para estes saldos foram reconhecidas como perdas por imparidade. O Grupo considerava que existia evidência de imparidade caso algum dos seguintes indicadores se verificasse: (i) Dificuldades financeiras significativas para o devedor; (ii) Probabilidade de o devedor vir a entrar em insolvência ou reorganização financeira; e (iii) Incumprimento ou atrasos de pagamento (mais de 30 dias após o prazo de vencimento).

16. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS CORRENTES

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, é o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Empréstimos concedidos e outros valores a receber de empresas relacionadas		
Outros	70 758	38 897
	70 758	38 897
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	796 119	1 153 208
Alienação de imobilizado	3 226 160	2 859 253
Alienação de investimentos financeiros	12 214 412	2 862 642
Outros devedores	4 342 209	5 129 832
	20 578 900	12 004 935
Outras Dívidas de Terceiros	20 649 658	12 043 832
Perdas por imparidade acumuladas em outros activos correntes (Nota 22)	(1 848 583)	(1 995 925)
	18 801 075	10 047 909

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado.

A 31 de Dezembro de 2018, o valor da rubrica Outros Devedores – alienação de imobilizado inclui o valor a receber relativo à venda de imóveis realizada no exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica alienação de investimentos financeiros inclui (i) saldo a receber, para o qual foi contabilizada perda por imparidade no exercício de 2016, (ii) saldo a receber da alienação da UPK - GESTÃO DE FACILITIES E MANUTENÇÃO, S.A. e BoxLines e (iii) saldo a receber relativo à alienação da Prédios Privados – Imobiliária, S.A. (10.000 milhares de euros).

Os principais saldos que compõe a rubrica de "Outros" são os saldos a receber pelo Fundo WTC (237 milhares de euros), impostos a recuperar no estrangeiro (2.098 milhares euros), montante a receber referente à venda em 2017 de lotes de terrenos (496 milhares euros), entre outros.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a antiguidade de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Não vencido	16 512 110	7 596 457
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	677 645	313 358
30 - 90 dias	142 095	265 496
+ 90 dias	1 397 753	1 866 537
Total	2 217 493	2 445 391
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	-	-
90 - 180 dias	-	-
180 - 360 dias	-	-
+ 360 dias	1 849 300	1 963 086
Total	1 849 300	1 963 086
Outros devedores antes de imparidades	20 578 903	12 004 934

A 31 de Dezembro 2018, não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e vencidos para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em Outras Dívidas de Terceiros aproximam-se do seu justo valor.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de Outros Devedores. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2018 são determinadas da seguinte forma: as perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospectivas.

	2018
Valor bruto contabilístico	20 578 903
0 - 90 dias	17 331 850
+ 90 dias	3 247 053
Perdas por imparidade acumuladas	1 849 300
0 - 90 dias	-
+ 90 dias	1 849 300
Taxa de perdas estimadas	
0 - 90 dias	0,00%
+ 90 dias	57%

Parte III

Demonstrações Financeiras

O valor bruto contabilístico dos saldos acima reflecte o risco de crédito máximo do Grupo relativamente a estas rubricas.

Até 31 de dezembro de 2017, as imparidades dos saldos de Outros Devedores foram avaliadas segundo o modelo de perdas de crédito incorridas. Os saldos individuais considerados incobráveis foram desreconhecidos directamente através da redução do seu valor contabilístico. Os outros saldos foram avaliados de maneira a determinar a existência objetiva de perdas por imparidade ainda não identificadas. As perdas por imparidade para estes saldos foram reconhecidas como perdas por imparidade. O Grupo considerava que existia evidência de imparidade caso algum dos seguintes indicadores se verificasse: (i) Dificuldades financeiras significativas para o devedor; (ii) Probabilidade de o devedor vir a entrar em insolvência ou reorganização financeira; e (iii) Incumprimento ou atrasos de pagamento (mais de 30 dias após o prazo de vencimento).

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, é o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Valores devedores		
Estado e Outros Entes Públicos - Imposto sobre o rendimento		
Retenções na Fonte	817 129	862 380
Pagamentos por conta	2 300 734	2 973 835
Imposto sobre o rendimento (IRC)	47 167	59 921
	3 165 031	3 896 136
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Imposto sobre o valor acrescentado	1 964 271	1 943 269
Outros Impostos	2 789 933	2 989 500
	4 754 204	4 932 769
Total Acumulado	7 919 234	8 828 905
Valores credores		
Estado e Outros Entes Públicos - Imposto sobre o rendimento		
Estimativa de IRC	4 738 097	1 443 550
	4 738 097	1 443 550
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Imposto sobre o valor acrescentado	1 664 212	1 612 514
Retenção na fonte - Imposto sobre o rendimento	754 802	758 544
Contribuições para a Segurança Social	744 581	654 784
Outros Impostos	311	-
	3 163 905	3 025 842
Total Acumulado	7 902 002	4 469 392

Parte III

Demonstrações Financeiras

O montante registado em valores devedores, na rubrica de “Outros impostos” respeita essencialmente a valores de liquidações adicionais de impostos, impugnações e relamações com Autoridade Tributária Portuguesa.

A variação na rubrica Estimativa de IRC resulta maioritariamente da realização, no exercício, da escritura de venda das UNOP's 7, 8 e 9, cujo ganho havia sido reconhecido no exercício de 2016, bem como o respectivo imposto diferido (Nota 19).

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, é o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Acréscimo de rendimentos - Juros a receber	35	15 434
Acresc. De rendimentos - Facturação a emitir por prestação de serviços	609 273	1 484 839
Outros acréscimos de rendimentos	3 192 919	3 286 306
Gastos a reconhecer - fornecimentos e serviços externos	1 541 589	1 382 160
Gastos a reconhecer - rendas	793 225	627 096
Gastos a reconhecer - encargos financeiros	228 020	199 521
Outros activos correntes (Nota 33)	5 416 508	2 330 888
Total Acumulado	11 781 569	9 326 244

A 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de Outros acréscimos de rendimentos inclui (i) acréscimo de rendimentos relativo a obras em curso no final do exercício (1.211.463€), (ii) saldo a receber relativo a indemnizações de seguro (1.191.197€).

Os outros ativos correntes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2018 incluem saldos a receber da Sistavac -Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda e da Spinarq Moçambique – entidades consideradas como activos (Nota 43). As operações internacionais (Moçambique e Brasil) do segmento de Refrigeração & AVAC, passaram a ser consideradas como activos detidos para venda e, portanto, o seu contributo para os resultados consolidados é relevado como operações descontinuadas.

19. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Homogeneização de amortizações	252 488	267 271	4 527 729	4 618 137
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	4 630 120	5 238 117	-	-
Anulação de Activos fixos tangíveis e intangíveis	71 250	71 250	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegráveis	-	-	245 870	93 355
Prejuízos fiscais reportáveis	16 751 852	20 710 838	-	-
Anulação de existências	-	-	393 997	393 996
Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do justo valor de passivos mlp	-	-	6 544 704	6 544 704
Outros	1 292 185	1 486 584	1 272 283	9 988 792
	22 997 895	27 774 060	12 984 582	21 638 983

O valor considerado em outros passivos por impostos diferidos é referente à diferença entre a mais valia fiscal e contabilística decorrente da alienação das Unops 7,8 e 9 e à reavaliação em activos tangíveis de empresas adquiridas no ano.

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi como segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Saldo inicial	27 774 060	27 380 258	21 638 984	19 635 287
Efeito em resultados (Nota 41):				
Homogeneização de amortizações	(14 783)	(299 391)	(90 408)	321 017
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente	-	-	-	-
Anulação de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	-	-	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegráveis	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(3 958 986)	(703 369)	-	-
Imparidade de Activos	(607 997)	(131 659)	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	-
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	-	-	-

Parte III

Demonstrações Financeiras

Outros	(194 399)	(19 998)	(8 564 319)	(104 253)
	(4 776 165)	(1 154 417)	(8 654 727)	216 764
Efeito em reservas:				
Instrumentos financeiros	-	-	-	-
Outros	-	(363)	326	(678)
	-	(363)	326	(678)
Varição de perímetro	-	1 548 583	-	1 787 611
Outros	-	-	-	-
Saldo final	22 997 895	27 774 060	12 984 582	21 638 984

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento das empresas que registam activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, utilizando para o efeito as taxas de imposto naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 Dezembro 2018			31 Dezembro 2017		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2013	-	-	2018	18 852 311	3 958 985	2018
Gerados em 2014	13 193 576	2 770 651	2026	13 536 168	2 842 595	2026
Gerados em 2015	43 854 221	9 209 386	2027	45 035 288	9 457 411	2027
Gerados em 2016	12 439 172	2 612 226	2028	12 025 566	2 525 369	2028
Gerados em 2017	10 283 755	2 159 589	2022	9 173 702	1 926 477	2022
Gerados em 2018	-	-	2023	-	-	
	79 770 725	16 751 852		98 623 036	20 710 838	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	-	-		-	-	
	79 770 725	16 751 852		98 623 036	20 710 838	

A constituição de activos por impostos diferidos teve por base a análise da pertinência do seu reconhecimento, designadamente no que concerne à possibilidade de os mesmos virem a ser recuperados, atendendo às perspectivas de médio e longo prazo do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro.

Parte III

Demonstrações Financeiras

A avaliação dos activos por impostos diferidos baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Desde o exercício fiscal de 2014, a maioria das filiais do Grupo, sediadas em Portugal, integram o perímetro do Grupo de Sociedades tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a Sonae Capital, SGPS, S.A..

Da análise efectuada, em 31 de Dezembro de 2018, resultou que existe expectativa fundada de recuperação dos activos por impostos diferidos registados antes do respectivo prazo de caducidade.

Em 31 de Dezembro de 2018 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 19.157.846 euros (43.912.619 euros em 31 de Dezembro de 2017), cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados e que se detalham como segue:

	31 Dezembro 2018			31 Dezembro 2017		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2013	-	-	2018	25 043 382	5 259 110	2018
Gerados em 2014	963 693	202 376	2026	49 633	10 423	2026
Gerados em 2015	1 190 501	250 005	2027	4 751	998	2027
Gerados em 2016	1 081 029	227 016	2028	19 292	4 051	2028
Gerados em 2017	12 534 812	2 632 311	2022	6 368 844	1 337 457	2022
Gerados em 2018	2 927 156	614 703	2023	-	-	
	18 697 191	3 926 411		31 485 902	6 612 039	
Sem limite de data de utilização	-	-		12 001 155	3 000 289	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	460 654	102 897		425 562	95 258	
	460 654	102 897		12 426 717	3 095 546	
	19 157 846	4 029 308		43 912 619	9 707 586	

20. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Numerário	236 410	30 132
Depósitos bancários	7 311 232	7 276 938
Aplicações de tesouraria	10 719	-
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	7 558 360	7 307 069
Descobertos bancários (Nota 23)	(427 200)	(73 571)
Depósito caução	-	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	7 131 160	7 233 499

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos (Nota 23).

Os outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional da Demonstração de Fluxos de Caixa inclui essencialmente pagamentos e recebimentos de outros impostos e liquidação e recebimento de outros gastos e perdas e outros rendimentos e ganhos liquidados durante o exercício.

A análise de risco de crédito encontra-se conforme a nota 3.2.

21. CAPITAL PRÓPRIO

A Sonae Capital, SGPS, SA tem o capital social representado por 250.000.000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de um euro.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 a Sonae Capital SGPS, S.A., detém 4.107.623 acções próprias (4.783.433 acções em 31 de Dezembro de 2017), registadas por 1.192.808 euros (1.305.839 euros em 31 de Dezembro de 2017).

Em outras reservas estão incluídos os montantes correspondentes a uma reserva de igual montante ao das acções próprias detidas pela sociedade mãe do Grupo, reserva esta indisponível enquanto a sociedade as mantiver.

As reservas e resultados transitados do Grupo Sonae Capital incluem as seguintes rubricas:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Reserva de Cisão	132 638 253	132 638 253
Reservas de conversão	359 097	146 352
Reservas de justo valor	-	-
Reservas de cobertura	6 370	6 370
Outras	(119 362 322)	(94 517 536)
Outras Reservas e Resultados Transitados	13 641 398	38 273 439

Parte III

Demonstrações Financeiras

Reserva de Cisão

Em consequência do projecto de cisão, foi criada uma Reserva de Cisão no valor de 132.638.253 euros a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

Reservas de conversão cambial

A reserva de conversão monetária, resulta da transposição para euros das demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em outra moeda funcional e será reciclado por resultados quando as empresas forem liquidadas ou vendidas.

Reserva de cobertura

Nesta rubrica encontra-se considerado o justo valor relativo a instrumentos financeiros derivados de cobertura, com a devida consideração do juro corrido dos mesmos, sendo transferida para resultados quando as respectivas subsidiárias forem alienadas ou liquidadas.

As variações ocorridas nas rubricas que constituem o Capital Próprio estão detalhadas na Demonstração de Variações de Capitais Próprios.

22. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro 2018 e de 2017 foram os seguintes:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Saldo inicial em 1 de Janeiro	10 915 176	9 925 965
Varição de percentagem em filiais	(762 025)	776 824
Varição resultante da conversão cambial	91 177	27 009
Distribuição de Dividendos	(1 384 309)	(926 710)
Outras variações	(20 042)	-
Resultado do período atribuível aos interesses sem controlo	600 113	1 112 088
Saldo final	9 440 090	10 915 176

Os interesses que não controlam, resultam essencialmente das sociedades do segmento Refrigeração e Avac.

23. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2018		31 December 2017		Vencimento
	Montante utilizado		Montante utilizado		
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	
Empréstimos bancários					
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{a)}	-	-	4 500 000	-	Jun/2021
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{b)}	-	13 000 000	-	4 000 000	Set/2021
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{c)}	-	-	3 200 000	-	Mar/2028
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{d)}	10 000 000	-	10 000 000	-	Jun/2019
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{e)}	2 000 000	8 000 000	-	10 000 000	Fev/2023
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{f)}	7 650 000	-	5 000 000	-	Dez/2019
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{g)}	-	10 000 000	-	-	Jun/2021
Custos de montagem de financiamentos	-	(60 070)	-	(16 867)	
Outros	1 758 860	1 474 580	1 966 697	3 235 083	
	21 408 860	32 414 510	24 666 697	17 218 216	
Descobertos bancários (Nota 14)	427 200	-	73 571	-	
Empréstimos bancários	21 836 060	32 414 510	24 740 268	17 218 216	
Empréstimos por Obrigações					
Obrigações Sonae Capital 2016/2021 ^{h)}	-	15 000 000	-	15 000 000	Jul/2021
Obrigações Sonae Capital 2014/2019 ⁱ⁾	42 500 000	-	-	42 500 000	Mai/2019
Custos de montagem de financiamentos	-	(116 090)	-	(254 190)	
Empréstimos por Obrigações	42 500 000	14 883 910	-	57 245 810	
Outros empréstimos	48 788	145 706	48 788	197 389	
Credores por locações financeiras	3 527 494	12 028 586	3 422 578	13 867 519	
Custos de montagem de locações financeiras	-	(46 882)	-	(60 437)	
	67 912 342	59 425 830	28 211 634	88 468 497	

a) Programa de Emissão de Títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição iniciado em 31 de Dezembro de 2013 com renovações automáticas anuais até ao máximo de sete anos e seis meses, salvo denúncia de qualquer uma das partes.

b) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição, iniciado em 29 de Setembro de 2017 e válido até Outubro de 2021;

c) Programa de emissões de Títulos de Papel Comercial de curto prazo lançado em 28 de Março de 2008 e válido até 28 de Março de 2018, tendo sido prorrogado por mais 10 anos. Emissões colocadas junto de investidores e/ou instituições financeiras suportadas por linhas de crédito committed de prazos entre 6 meses e um ano, contratadas junto de bancos de relacionamento.

d) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 30 de Junho de 2017 com renovações anuais, salvo de denúncia de qualquer uma das partes.

e) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 24 de Fevereiro de 2017, válido até Fevereiro de 2023, com amortizações semestrais a partir de 2019.

f) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, sem garantia de subscrição, iniciado em 20 de Dezembro de 2017 com renovações anuais, para emissão colocadas junto de investidores.

g) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 23 de Junho de 2016, válido por um período de 5 anos, com amortizações anuais e período de carência de 1 ano;

h) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2016/2021 no valor de 15.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 29/Julho/2021. As obrigações vencem juros semestralmente a taxas variáveis

i) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2014/2019 reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 28/Maio/2019. As obrigações vencem juros semestralmente a taxas variáveis.

Parte III

Demonstrações Financeiras

A taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários em vigor a 31 de Dezembro de 2018 era em média 2,10% (2,27% em 31 de Dezembro de 2017).

Os empréstimos bancários mencionados vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor do respetivo prazo de cada emissão.

No caso de alguma instituição Bancária ou investidor titular de papel comercial emitido não renovar, nas datas de vencimento, as respetivas tomadas, o Grupo dispõe linhas de crédito disponíveis para fazer face a essas não renovações.

A rubrica de Outros inclui os Subsídios de Investimento recebidos em 2018.

Não existem instrumentos derivados.

O valor nominal dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	67 912 343	1 529 573	28 211 633	2 437 850
N+2	6 563 075	573 365	57 664 567	1 493 224
N+3	43 588 345	482 699	4 359 194	586 376
N+4	5 707 975	70 782	22 329 433	497 625
N+5	3 063 402	23 954	3 373 694	85 336
Após N+5	726 075	6 201	1 073 103	26 328
Total	127 561 214	2 686 573	117 011 624	5 126 739

À data de 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, as linhas de crédito disponíveis e os montantes de linhas contratadas são as seguintes:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis	56 750 000	18 250 000	43 650 000	68 500 000
Montantes de linhas contratadas	68 750 000	49 250 000	61 350 000	82 500 000

Em 31 de Dezembro de 2018 a reconciliação dos passivos cujos fluxos afectam as actividades de financiamento, são detalhadas da seguinte forma:

	31 Dezembro 2017	Numerário	Não Numerário			31 Dezembro 2018
			Aquisições	Custo amortizado	Varição de Perímetro	
Empréstimos não correntes (Nota 23 & 25)	90 411 068	(34 494 302)	-	108 451	3 631 460	59 656 677
Empréstimos correntes (Nota 23 & 28)	28 211 634	39 700 708	-	-	-	67 912 342
	118 622 702	5 206 406		108 451	3 631 460	127 569 019

24. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2018 e de Dezembro de 2017 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	3 791 859	3 698 446	3 527 494	3 422 578
N+2	3 814 116	3 565 384	3 623 053	3 355 296
N+3	3 143 242	3 564 885	3 022 617	3 419 195
N+4	3 657 431	2 848 597	3 590 594	2 763 738
N+5	1 096 424	3 297 885	1 066 246	3 256 291
Após N+5	733 385	1 096 411	726 075	1 072 999
	16 236 458	18 071 609	15 556 080	17 290 098
Juros futuros	(680 377)	(781 511)		
	15 556 080	17 290 098		
Custos de montagem de locações financeiras			(46 882)	(60 437)
Componente de curto prazo			3 527 494	3 422 578
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			11 981 704	13 807 082

Os contractos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado. A taxa de juro destes contractos em 31 de Dezembro de 2018 era em média de 1,88% (taxa 1,74% em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o justo valor das obrigações financeiras em contractos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 o valor líquido contabilístico dos bens objecto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Bens objecto de locação financeira		
Terrenos e Edifícios	-	-
Equipamento Básico	16 900 518	18 570 468
Equipamento Transporte	-	-
Ferramentas e Utensílios	-	-
Equipamento Administrativo	1 577	2 130
Holding & Outros fixos tangíveis	-	-
Activos fixos tangíveis em curso	-	-
Total de activos fixos tangíveis	16 902 096	18 572 598

25. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica Outros dívidas a terceiros não correntes pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Empréstimos obtidos e outros valores a pagar a empresas relacionadas		
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA (Nota 27)	-	1 739 399
Outros	230 847	203 172
	230 847	1 942 571
Outros credores		
Credores do processo de reestruturação Torralta	768 471	650 478
Outros	-	5 349
	768 471	655 827
Proveitos diferidos		
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 26)	313 629	416 815
	313 629	416 814
Outras dívidas de terceiros não-correntes	1 312 947	3 015 213
Actividades descontinuadas	-	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	1 312 947	3 015 213

A 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a maturidade dos saldos de Outros Credores pode ser analisada como segue:

31 Dezembro 2018	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	-	-	768 471	768 471
Total acumulado	-	-	-	-	768 471	768 471

31 Dezembro 2017	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	-	-	655 827	655 827
Total acumulado	-	-	-	-	655 827	655 827

26. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS EM ACÇÕES

O Grupo Sonae Capital concedeu em 2012 e nos anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções Sonae Capital SGPS, SA. a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae Capital na data de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o valor de mercado do total das responsabilidades decorrentes dos planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
			31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Acções				
2015	2018	6	-	569 471
2016	2019	6	428 993	415 708
2017	2020	6	426 115	419 031
2018	2021	12	365 340	
Total			1 220 448	1 404 210

Os valores registados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Registado em outros passivos não correntes (Nota 25)	492 540	416 815
Registado em outros passivos correntes (Nota 28)	426 115	569 471
Registado em reservas	(416 815)	(277 619)
Valor registado em gastos com pessoal (Nota 37)	501 840	708 667

27. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2018	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
Troia Resort Operações	1 375 701	882 100	75 067	418 534
Hotelaria	836 467	717 799	49 988	68 680
Fitness	1 519 837	1 441 368	(5 851)	84 320
Energia	4 347 932	4 341 534	3 394	3 004
Refrigeração & AVAC	11 411 409	6 177 952	100 440	5 133 017
Real Estate	405 460	398 068	24	7 369
Holding & Outros	727 538	611 719	48 159	67 660
Engenharia Industrial	2 927 068	1 007 806	1 821 116	98 146
	23 551 412	15 578 346	2 092 337	5 880 729
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	3 682 102	3 131 435	91 325	459 343
Total Acumulado	27 233 514	18 709 781	2 183 662	6 340 072

	31 Dezembro 2017	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
Troia Resort Operações	1 270 072	1 154 424	23 286	92 361
Hotelaria	1 061 426	944 723	90 960	25 742
Fitness	1 401 902	1 314 466	91 110	(3 673)
Energia	2 760 413	2 713 385	29 653	17 375
Refrigeração & AVAC	11 801 148	11 631 644	51 060	118 445
Real Estate	196 589	172 960	14 360	9 268
Holding & Outros	616 987	538 325	49 092	29 570
Engenharia Industrial	1 609 632	65 804	190 722	1 353 106
	20 718 170	18 535 731	540 244	1 642 194
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	4 651 631	3 960 623	164 295	526 713
Total Acumulado	25 369 800	22 496 354	704 539	2 168 908

28. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a maturidade das Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

	A pagar			
	31 Dezembro 2018	até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de activos fixos	3 711 817	3 428 541	69 666	213 612
Outros	9 085 920	2 077 800	4 886 540	2 121 580
	12 797 737	5 506 341	4 956 206	2 335 192
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	5 613 462			
	18 411 199			
Empresas relacionadas	388 791			
Total Acumulado	18 799 990			

	A pagar			
	31 Dezembro 2017	até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de activos fixos	2 392 508	2 173 509	37 954	181 045
Outros	12 743 821	1 318 037	255 212	11 170 572
	15 136 329	3 491 546	293 166	11 351 617
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	1 881 047			
	17 017 376			
Empresas relacionadas	608 120			
Total Acumulado	17 625 496			

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de activos fixos e não incorpora juros. A rubrica inclui ainda valores de adiantamentos de clientes por conta de vendas futuras de inventários e activos fixos.

A rubrica de outros inclui um montante a pagar relativo à aquisição de uma participação financeira no valor de 3.700.000 euros (nota 45).

O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de actualização não são materiais.

29. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Custos com o pessoal	8 472 932	7 590 826
Obras já facturadas mas ainda não realizadas	4 982 050	3 658 159
Encargos financeiros a liquidar	340 666	354 584
Subsídios ao investimento	36 739	126 309
Outros	12 512 540	11 951 630
Total Acumulado	26 344 927	23 681 508

A Refrigeração e AVAC é o segmento com contributo mais relevante no montante afecto a obras já facturadas mas ainda não realizadas, cerca de 4,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2018 (3,6 milhões de euros no período homólogo de 2017).

O montante considerado na rubrica Outros inclui essencialmente montantes relativos a credores por acréscimos de gastos de Fornecimentos e Serviços Externos e rendimentos a reconhecer em exercícios futuros.

30. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2018	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2018
Perdas por imparidade acumuladas em:						
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	34 634 847	2 851 780	(5 368 409)	(981 908)	-	31 136 308
Activos intangíveis (Nota 11)	689 536	-	-	-	-	689 536
Goodwill (Notas 12 e 40)	24 703 711	775 198	-	-	-	25 478 909
Outros investimentos (Notas 5, 6 e 40)	291 838	-	-	-	-	291 838
Outras dívidas de terceiros não correntes (Nota 13)	34 916	-	-	-	-	34 916
Clientes (Nota 15)	6 208 847	939 542	(918 090)	-	-	6 230 300
Outras dívidas de terceiros (Nota 16)	1 995 925	-	(147 342)	-	-	1 848 583
Inventários (Nota 14)	5 702 697	1 218 358	(768 180)	-	-	6 152 875
Provisões não correntes	3 079 824	-	-	-	-	3 079 824
Provisões correntes	4 403 401	509 785	(389 181)	(1 237 307)	-	3 286 698
Total	81 745 545	6 294 663	(7 591 202)	(2 219 215)	-	78 229 787

Parte III

Demonstrações Financeiras

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2017	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2017
Perdas por imparidade acumuladas em:						
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	34 634 071	3 957 099	(3 956 323)	-	-	34 634 847
Activos intangíveis (Nota 11)	-	689 536	-	-	-	689 536
Goodwill (Notas 12 e 40)	24 353 034	350 677	-	-	-	24 703 711
Outros investimentos (Notas 5, 6 e 40)	323 781	-	(31 943)	-	-	291 838
Outras dívidas de terceiros não correntes (Nota 13)	34 916	-	-	-	-	34 916
Clientes (Nota 15)	4 259 204	2 648 681	(498 899)	(200 143)	-	6 208 847
Outras dívidas de terceiros (Nota 16)	2 003 417	147 342	(154 834)	-	-	1 995 925
Inventários (Nota 14)	15 351 494	459 418	(10 108 216)	-	-	5 702 697
Provisões não correntes	3 079 824	-	-	-	-	3 079 824
Provisões correntes	3 939 016	2 138 438	(2 000)	(1 672 052)	-	4 403 401
Total	87 978 757	10 391 190	(14 752 215)	(1 872 195)	-	81 745 545

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os montantes registados em provisões e perdas por imparidade foram constituídos por prudência; a data em que se vão materializar não é previsível em termos de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 o valor do reforço e diminuição de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Provisões e perdas de imparidade (aumentos em resultado)	4 563 882	1 705 512
Provisões para imparidade registadas em custos das vendas (Nota 14) e em variação da produção (Nota 35)	1 218 358	604
Imparidade de investimentos financeiros (Nota 40)	-	-
Imparidade do goodwill	775 198	350 677
Variação do perímetro	-	8 328 524
Outros aumentos	(262 775)	5 873
Aumentos no Balanço	6 294 663	10 391 190
Reversões de perdas de imparidade e provisões em resultados	6 438 189	14 263 817
Provisões para imparidade registadas em custos das vendas (Nota 14) e em variação da produção (Nota 35)	1 074 491	447 991
Diminuições de Imparidade de investimentos financeiros (Nota 40)	-	31 943
Outra reversões de perdas de imparidade e provisões em resultados	-	(409 938)
Variação de perímetro	78 521	267 628
Outras diminuições	-	150 774
Diminuições no Balanço	7 591 202	14 752 215

Parte III

Demonstrações Financeiras

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Processos judiciais em curso	1 831 101	2 225 121
Provisões rendimento garantido	861 036	1 451 279
Outros	3 674 386	3 806 826
	6 366 522	7 483 226

O montante considerado em “Provisões rendimento garantido” corresponde à estimativa da diferença entre o valor a facturar através da exploração dos imóveis alienados em Tróia e o rendimento garantido aos proprietários dos imóveis. O valor a facturar através da exploração dos imóveis é estimado com base na média dos valores obtidos nos anos anteriores. É nossa estimativa que o montante de 368.299 relativo a “Provisões de rendimento garantido” reflita um exfluxo financeiro durante o exercício de 2019.

Os processos judiciais em curso dizem respeito essencialmente a litígios/indemnizações nas sociedades Inparvi SGPS, SA. e Societé de Tranchage Isoroy SAS.

A rubrica de outros inclui montantes relativos a provisões de desmantelamento de activos.

31. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Garantias prestadas:		
Em processos de recuperação de IVA	5 199 346	5 199 346
Em processos fiscais em curso	17 587 976	15 163 918
Em processos judiciais em curso		
Em processos autárquicos em curso	577 795	1 134 224
Por conta de empréstimos obtidos	25 192 891	16 466 333
Outras	39 524 891	9 574 135

O valor de Outras inclui as seguintes garantias:

- 3.954.871 euros em 31 de Dezembro de 2018 (4.222.349 euros em 31 de Dezembro de 2017) como garantias prestadas a clientes relativas a contractos de construção;
- 9.207.045 euros em 31 de Dezembro de 2018 (3.766.391 euros em 31 de Dezembro de 2017) como garantias prestadas relativas a licenças de construção do negócio do Turismo.

O Grupo não registou provisões para os eventos/diferendos para os quais foram prestadas estas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que dos referidos eventos não resultarão perdas para o Grupo.

32. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que o Grupo age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como proveitos, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 ascenderam a 3.346.175 euros e 3.485.520 euros respectivamente.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	1 974 325	1 594 484
N+1	10 225 425	1 171 374
N+2	8 764 002	920 950
N+3	7 434 370	841 753
N+4	7 140 614	731 306
N+5	6 443 649	6 562 400
Após N+5	59 095 918	1 944 238
	101 078 303	13 766 505

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foi reconhecido como custo do período o montante de 10.040.596 euros (7.668.609 euros em 31 de Dezembro de 2017) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que o Grupo age como locatário. A variação mais relevante ocorreu no segmento do fitness cujo contributo anual ascendeu a 1.599.261.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2 743 955	2 964 068
N+1	435 564	310 811
N+2	261 785	310 811
N+3	45 000	155 015
N+4	45 000	-
N+5	30 000	-
Após N+5	-	-
	3 561 304	3 740 705

33. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foram como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Vendas de mercadorias	122 050 415	94 545 135
Vendas de produtos	18 736 264	14 968 829
	140 786 679	109 513 964
Prestações de serviços	81 891 278	67 642 801
Actividades Continuadas	222 677 957	177 156 765
Actividades Descontinuadas	435 574	6 402 261
Total acumulado	223 113 531	183 559 026

Em Vendas de produtos estão incluídos montantes de alienação de fracções imobiliárias de 33,9 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2018 (9,9 milhões em 31 de Dezembro 2017).

O detalhe do rédito por tipo de contrato é como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Vendas de mercadorias e produtos		
Energia	52 208 591	44 691 649
Imóveis	36 971 734	16 675 219
Mercadorias e Produtos - Eng. Industrial	11 717 078	4 306 304
Mercadorias e Produtos - Ref. & Avac	37 933 599	42 104 350
Outros	1 955 677	1 736 442
	140 786 679	109 513 964
Prestações de serviços		
Alojamento e Serviços conexos	21 543 948	20 835 994
Fitness	34 830 757	22 503 365
Resorts Operações	12 694 357	12 422 880
Contratos com clientes - Eng. Industrial	647 439	226 590
Contratos com clientes - Ref. & Avac	9 501 846	9 448 520
Outros	2 672 930	2 205 452
	81 891 278	67 642 801

Parte III

Demonstrações Financeiras

Os montantes mais relevantes ao abrigo dos Contratos de construção, considerados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, são os seguintes:

	31 Dezembro 2018
Rédito relativo a contratos de construção de obras em curso a 31.12.2018	57 686 905
Facturação relativa a obras em curso a 31.12.2018	59 855 740
Valores por faturar relativo a obras em curso a 31.12.2018	15 822 061
Gastos incorridos em obras em curso a 31.12.2018	48 354 280
Outros passivos correntes - Obras já faturadas mas ainda não realizadas (Nota 30)	4 698 837
Inventários em curso relativo a obras em curso a 31.12.2018	2 530 003

34. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A repartição dos outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Trabalhos para a própria empresa	1 199 303	631 297
Ganhos na alienação de activos	4 133 082	2 707 951
Proveitos suplementares	597 525	704 752
Outros	4 779 894	2 551 430
Actividades Continuadas	10 709 804	6 595 430
Actividades Descontinuadas	5 706	(194 214)
Total acumulado	10 715 510	6 401 216

O montante considerado em Outros Rendimentos e Ganhos inclui no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 essencialmente ganhos referentes a (i) indemnizações recebidas de seguros (1.884.930 euros); (ii) diferenças de câmbio favoráveis (694.335 euros) ; (iii) Reversão de imparidade de activos (998.531 euros) outros ganhos não recorrentes relacionados com a alienação de ativos (633.062 euros), com indemnizações recebidas (331.176 euros) e correções de anos anteriores (106.234.52 euros)

A rubrica ganhos na alienação de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 inclui a mais valia obtida na venda dos activos imobiliários localizados em Tróia.

35. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Produtos acabados	(1 691 175)	(2 705 566)
Produtos e trabalhos em curso	(3 360 812)	(4 217 353)
	(5 051 987)	(6 922 919)
Perdas por imparidade (Nota 30)	212 932	439 653
Actividades Continuadas	(4 839 055)	(6 483 266)
Actividades Descontinuadas	(17 808)	(1 103 110)
Total acumulado	(4 856 863)	(7 586 376)

A variação da produção foi apurada como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Inventários iniciais	80 653 864	87 824 711
Efeito da conversão cambial	-	-
Variações de perímetro	(27 396 793)	1 990 605
Regularizações de existências	497 065	(2 238 533)
Inventários finais	48 702 149	80 653 864
	(5 051 987)	(6 922 919)
Perdas por imparidade (Nota 30)	(132 565)	-
Reversão de perdas por imparidade	345 497	439 653
Actividades Continuadas	(4 839 055)	(6 483 266)
Actividades Descontinuadas	(17 808)	(1 103 110)
Total Acumulado	(4 856 863)	(7 586 376)

36. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Subcontratos	7 838 402	9 329 910
Trabalhos especializados	9 037 636	8 077 330
Rendas e alugueres	13 293 702	10 250 087
Honorários	1 968 610	1 230 222
Conservação e reparação	6 418 747	5 440 273
Limpeza, higiene e conforto	4 227 580	3 626 086
Electricidade	4 268 888	2 849 290
Deslocações e estadas	1 373 228	1 121 534
Publicidade e propaganda	1 688 026	1 120 199
Combustíveis	863 066	701 376
Vigilância e segurança	628 541	588 361
Comunicação	1 305 105	1 048 780
Comissões	3 823 002	3 187 248
Outros fluidos	1 489 641	1 109 474
Seguros	931 627	790 635
Outros	5 915 805	5 266 355
Actividades Continuadas	65 071 606	55 737 160
Actividades Descontinuadas	959 842	3 370 704
Total acumulado	66 031 448	55 737 160

O principal destaque na rubrica “Subcontratos” corresponde ao segmento de Refrigeração e AVAC, com montantes a ascender a 6.9 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2018 (8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2017). Esta diminuição traduz-se no abrandamento da actividade deste segmento e no termino de obras com elevado volume de subcontratação como a Parklake e IKEA.

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui essencialmente serviços de consultadoria, fees e subcontratação de mão-de-obra. A variação face ao ano anterior é na sua maioria explicada pelo incremento ao nível dos serviços de consultadoria associados aos projectos em curso, nos segmentos Energia e Metal, bem como pelo aumento da subcontratação de mão-de-obra pelo segmento do Fitness.

Os aumentos nas rubricas de “Rendas e alugueres”, “Comunicação” é na sua maioria explicada pela abertura de novos Health Clubs da Solinca.

Nos “Honorários” incluem-se os serviços de advogados e pessoal externo (principalmente pessoal contratado no segmento de Fitness).

Na rubrica de “Comissões” estão incluídas as comissões de agência e de intermediação maioritariamente provenientes dos segmentos de Hotelaria, Resorts e Outros Activos.

A variação da rubrica de “Deslocações e Estadas” traduziu-se na prospeção de novos negócios e acompanhamento de outros já existentes.

Parte III

Demonstrações Financeiras

O aumento da rubrica de “Publicidade e Propaganda” reflete os gastos em Feiras e reposicionamento no mercado do segmento Metal.

Em “Conservação e Reparação” estão incluídos serviços de reparação e manutenção feitos essencialmente a equipamentos na área da energia, metal e fitness.

A rubrica de “Outros” abrange diversos serviços dos quais se destacam os serviços bancários, consumo de água, transporte de mercadorias, etc.

37. GASTOS COM PESSOAL

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Remunerações	32 213 649	27 183 087
Encargos sobre remunerações	6 637 063	5 574 373
Seguros	764 852	595 114
Custos com acção social	121 212	92 873
Outros gastos com pessoal	1 789 566	1 517 875
Actividades Continuadas	41 526 342	34 963 322
Actividades Descontinuadas	738 627	3 580 466
Total acumulado	42 264 969	38 543 788

O número médio de colaboradores, repartido por segmentos de negócio pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Troia Resort Operações	128	142
Hotelaria	256	236
Fitness	548	395
Energia	76	70
Refrigeração & AVAC	297	280
Engenharia Industrial	135	125
Holding & Outros	124	120
	1 564	1 368

A rubrica de Gastos com pessoal inclui 501.839 (708.667 em 31 de dezembro de 2017) relativos a responsabilidades por pagamentos em acções (nota 26).

38. OUTROS GASTOS E PERDAS

A repartição dos Outros Gastos e Perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Perdas na alienação de activos	1 920 249	1 198 653
Outros impostos	963 225	694 567
Imposto municipal sobre imóveis	1 144 857	1 328 857
Emissões CO2	1 394 474	726 938
Dívidas incobráveis	517 337	-
Outros	1 076 106	1 722 933
Actividades Continuadas	7 016 248	5 671 948
Actividades Descontinuadas	1 186 309	50 455
Total acumulado	8 202 557	5 671 948

Na rubrica Perdas na alienação de activos foram registadas as perdas associadas à venda dos activos de Troia.

O acréscimo registado na rubrica emissões de CO2 deve-se essencialmente ao aumento de preço/tonelada dos consumos nas empresas de energia.

O montante da rubrica de dívidas incobráveis refere-se essencialmente a dívidas do segmento da Race e Hotelaria consideradas incobráveis no futuro.

39. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte composição:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Gastos e perdas:		
Juros Suportados		
Relativos a descobertos e emprést. bancários	511 876	429 883
Relativos a obrigações não convertíveis	1 949 453	1 962 390
Relativos a contratos de locação financeira	308 857	326 204
Relativos a derivados de cobertura	-	1 727
Outros	69 276	109 377
	2 839 462	2 829 581
Diferenças de câmbio desfavoráveis	959	206
Descontos de pronto pagamento concedidos	38	14 161
Encargos com emissão de dívida	140 740	140 717
Outros custos e perdas financeiras	1 231 672	1 382 254
	4 212 871	4 366 919
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos	334 514	118 625
Diferenças de câmbio favoráveis	12 446	213
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Ganhos na valor. de instrumentos deriv. de cobert.	-	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	42 317	2
	389 277	118 840
Actividades Continuadas	(3 823 594)	(4 248 079)
Actividades Descontinuadas	(685 533)	(628 726)
Total acumulado	(4 509 127)	(4 876 805)

A 31 de dezembro de 2018 a rubrica de Outros custos e perdas financeiras inclui essencialmente gastos com comissões bancárias.

40. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte composição:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
Dividendos		-		-
Acerto do preço da liquidação da Sodesa SA.	-		1 448	
Acerto do preço da liquidação da Powercer S.A.	-		4 944	
Acerto do preço da venda da Box Lines Navegação	19 314		54 840	
Outras	(1.405.292)		-	
Saída de filiais	19 717		(116 872)	
Entradas de filiais	-		2 414 496	
Resultados obtidos de investimentos em filiais		1 084 323		2 358 856
Mais-valias associadas à venda das participadas (nota 6)	-		-	
Perdas por imparidade (nota 30)	(803 248)		(318 739)	
Alienação de Unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	-		-	
Acerto ao contrato de alienação da UPK - Gestão de Facilities e Manutenção S.A.	-		(23 039)	
Rendimentos do Fundo de Investimento Imobiliário Imosona e Dois	-		-	
Resultados obtidos em outros investimentos		(803 248)		(341 778)
Outros		-		(7)
Resultados relativos a Investimentos	-	281 075	-	2 017 071
Operações Descontinuadas		-		-
Total Acumulado	-	281 075	-	2 017 071

41. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 são detalhados como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Imposto corrente	4 684 191	533 618
Imposto diferido	(4 263 689)	1 371 182
Actividades Continuadas	420 502	1 904 800
Operações Descontinuadas		414
Total acumulado	420 502	1 905 214

A reconciliação do resultado antes de imposto do exercício com o imposto sobre o rendimento do exercício, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Valor incidência	Valor imposto	Valor incidência	Valor imposto
Resultados antes de impostos (1)	1 011 673		(577 316)	
taxa de imposto	21%		21%	
Imposto apurado		212 451		(121 236)
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável:				
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	14 251 800	2 992 878	(6 628 331)	(1 391 949)
Resultados relativos a empresas associadas	(1 501 399)	(315 294)	(391 017)	(82 114)
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	(2 128 593)	(447 005)	(3 404)	(715)
Outras diferenças permanentes	3 418 092	717 799	(5 996 934)	(1 259 357)
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	(2 519 881)	(529 175)	(897 909)	(188 561)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	30 530 518	6 411 409	25 377 138	5 329 199
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes das que vigoram em Portugal	-	14 666	-	15 692
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos		-3 878 562		1 371 182
Derrama	-	1 815 586	-	272 958
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	-	(6 922 434)	-	(2 231 362)
Tributação autónoma e benefícios fiscais	-	733 309	-	191 063
Imposto sobre o rendimento (2)	43 062 211	805 628	10 882 226	1 904 800

42. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO COM O RESULTADO INDIVIDUAL

A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Resultados líquidos individuais agregados - operações continuadas	1 510 210	55 800 698
Resultados líquidos individuais agregados - operações descontinuadas	(3 500 707)	(2 702 520)
Homogeneização de critérios	550 812	4 490 623
Eliminação de dividendos intra-grupo	(64 737 953)	(156 478 402)
Equivalência patrimonial	444 700	391 017
Eliminação de mais e menos valias intra-grupo	123 018 501	68 715 926
Eliminação de imparidade intra-grupo	(82 725 405)	7 321 776
Correcção das mais e menos valias na alienação de participações financeiras	22 176 177	17 059 486
Outros	2 815	(7)
Resultado consolidado do período - operações continuadas	206 044	(2 482 115)
Resultado consolidado do período - operações descontinuadas	(3 466 883)	(2 919 288)
Resultado consolidado do período	(3 260 839)	(5 401 404)

43. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, podem ser detalhados como segue:

Transacções	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Vendas e prestação de serviços	Compras e serviços recebidos	Vendas e prestação de serviços	Compras e serviços recebidos
Empresa Mãe				
Empresas associadas	24 353	7 217	26 535	20 319
Andar-Sociedade Imobiliária,SA	-	-	-	-
Feneralt - Produção de Energia, ACE	15 746	(20 654)	16 406	(21 714)
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	8 607	27 871	10 129	42 033
Entidades parceiras, accionistas e participadas	44 536 510	12 594 579	46 732 281	6 833 999
8ª Avenida - Centro Comercial, SA	4 798	-	-	-
Águas Furtadas - Soc. Agrícola, SA	2 590	-	2 506	1 378
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	(4 443)	-	4 443	-
Alpêssego - Sociedade Agrícola, SA	17 304	327	6 658	-
ARP Alverca Retail Park, SA	-	-	-	-
Casa Agrícola de Ambrães, S.A.	1 724	350	2 398	-
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	1 660 534	(88)	1 639 787	4 244
Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A.	1 867	445	2 302	-
Asprela - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	142 474	-
Azulino Imobiliária, S.A.	-	-	-	-
BB Food Service, SA	203 960	23 555	353 181	(6 020)
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-
BOM MOMENTO - Comércio Retalhista, SA	267 415	7 432	296 486	(34)
Bright Brands SportsGoods, S.A.	-	-	6 231	-
Bright Development Studio, S.A.	-	-	1 738	-
Prod. Agric.Biológica, S.A.	117 745	-	23 318	-
Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.	97 730	(3 789)	701 572	(05)
Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.	-	(2 136)	-	-
Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.	814 831	1 639 992	877 684	1 164 653
Continente Hipermercados, S.A.	11 503 172	155 714	6 218 922	(33 967)
Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA	-	6 393	-	4 830
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	69	329 624	261	269 065
Discovery Sports, SA	-	-	11 390	-
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	1 574	-	244	-
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	68 859	-	67 364	-
Estação Viana - Centro Comercial, S.A.	-	-	16	-
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	-	147	-	7 340
Fashion Division, S.A.	12 462	-	4 292	-
Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.	-	133	-	-
Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.	-	(68)	-	-
Sonae Arauco Deutschland AG	436	-	-	-
Guimarãeshopping- Centro Comercial, S.A.	4 092	-	2 327	-
Herco Consul.Riscos Corret.Seguros, Ltda	-	-	-	-
Iberosegur - Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda	1 902	-	1 187	-
Fundo de Invest. Imobiliário Imosedo	151 669	575 890	92 481	564 639

Parte III

Demonstrações Financeiras

Imosistema-Sociedade Imobiliária,SA	-	1 572	968	-
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	-	-	77 215	-
Inovretail, S.A.	1 357	-	-	-
Inscó Insular de Hipermercados, S.A.	513 397	42 484	1 169 751	(2 092)
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	1 890	-	13 242	-
Loureshopping-Centro Comercial, S.A.	-	1 564	-	-
NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	116	-	-	-
Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	-	63	-	-
Maiashopping- Centro Comercial, S.A.	402	-	375	-
NOS Sistemas S.A.	-	93 080	21 082	1 097 232
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	54 892	-	61 605	-
Modelo Continente Hipermercados,SA	19 177 491	4 123 196	24 469 926	1 025 173
Modelo Continente Hipermercados, Suc.	53	12 625	1 023	10 800
Modelo Hipermercados Trading, S.A.	1 726	-	-	-
MDS Corretor de Seguros, SA	385 485	(18 786)	373 594	157
MDS RE-Mediador de Resseguros, S.G.P.S., S.A.	85	-	-	-
MDS Africa SGPS, S.A.	714	-	1 806	-
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	2 082	-	1 902	-
MDS Consulting, SA	12 394	2 439	11 068	2 687
MDS, SGPS, SA	1 434	-	951	-
Modalfa-Comércio e Serviços,SA	2 009	570	97 537	(603)
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA	224	(112)	380	-
Modelo Hiper Imobiliária,SA	(42)	-	42	-
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	197	-	1 209	-
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	4 017 255	445 890	30 500	345 477
Larissa Develop. of Shopping Centers, SA	-	-	-	-
Parklake Shopping, S.A.	145 170	13 990	7 272 210	(366)
PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.	30	-	3 609	541
Prosa - Produtos e Serviços Agrícolas,S.A.	63 691	3 637	52 857	2 765
Público-Comunicação Social,SA	1 095	3 882	90	8 240
Saphety Level - Trusted Services S.A.	-	146 582	-	150 356
SONAESR - Serviços e logística, S.A.	32 954	6 396	27 212	-
RACE, SGPS, S.A.	-	(6 107)	-	-
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,SA	-	-	20 218	-
Sonae Financial Services, S.A.	-	378	1 874	-
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	-	933	-	-
Sondis Imobiliária,SA	22 378	-	170 000	-
Sonae Indústria-SGPS,SA	4 027	-	3 362	-
Sonae Arauco Portugal, S.A.	3 219 421	3 214 928	74 369	8 749
Sonae Industria de Revestimentos,SA	474 722	424 950	411 012	331 612
SIRS-Soc.Ind.Radiodifusão Sonora,SA	505	25 639	-	25 257
Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A.	364 894	132 462	11 110	770 293
Sohi Meat Solut-Distr. Carnes	275 069	50 824	125 220	53 862
Sonae MC – Serviços Partilhados, SA	37	563 635	125	526 999
Sonae.com,SGPS,SA	-	8 250	-	11 280
Sonae Investment Management-S.T.,SGPS,S.A.	13	-	287	-
Sonaeacom - Serviços Partilhados, S.A	122 818	(136 844)	98 451	(149 148)
Sonae gest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	-	226 705	2 882	223 792
Modelo Continente, SGPS, S.A.	-	815	-	-
Sonaerp - Retail Properties, SA	470 476	131 311	977 433	6 829
Sonae SGPS, SA	14 875	61 500	14 633	50 000
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	-	-	-	-
Sonae Arauco France SAS	1 477	-	-	-

Parte III

Demonstrações Financeiras

Sport Zone-Comércio Art.Desporto,SA	14 119	36 996	29 625	52 921
Sonae Arauco, S.A.	(71)	-	2 533	-
Textil do Marco,SA	111 385	-	110 860	-
Tableros Tradema,S.L.	3 373	-	1 702	-
Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA	-	5 854	-	4 878
Via Catarina- Centro Comercial, S.A.	-	-	-	-
We Do Consulting-SI,SA	31 678	71 939	181	295 548
We Do Technologies Mexico,S	-	111 555	-	-
Worten-Equipamento para o Lar,SA	15 028	16 512	330 141	37
ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA	5 938	79	25 691	-
Sonae Corporate, S.A.	947	39 272	-	-
	44 560 863	12 601 796	46 758 816	6 854 318

Transacções	Juros auferidos	Juros suportados	Juros auferidos	Juros suportados
Empresa Mãe				
Empresas associadas	-	-	41 660	-
Andar-Sociedade Imobiliária,SA	-	-	41 660	-
Entidades parceiras, accionistas e participadas	-	32 728	-	87 804
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	-	32 728	-	87 804
	-	32 728	41 660	87 804

Saldos	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Empresa Mãe				
Empresas associadas	7 870	3 881	112 744	3 074
Andar-Sociedade Imobiliária,SA	-	-	28 347	-
Feneralt - Produção de Energia, ACE	6 716	-	79 716	-
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	1 154	3 881	4 681	3 074
Entidades parceiras, accionistas e participadas	10 435 043	2 958 929	7 605 923	2 117 281
8ª Avenida - Centro Comercial, SA	3 655	-	-	-
Águas Furtadas - Soc. Agrícola, SA	296	(1 002)	257	-
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	16 479	-	21 943	-
Alpêssego - Sociedade Agrícola, SA	21 063	-	2 866	-
Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A.	191	-	-	-
Asprela - Sociedade Imobiliária, S.A.	(1 513)	-	1 513	-
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	86 255	57 536	85 036	53 327
BA Capital, SGPS	-	-	-	-
BB Food Service, SA	46 934	(670)	101 974	1 783
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-
Prod. Agríc.Biológica, S.A.	300	-	19 818	-
BOM MOMENTO - Comércio Retalhista, SA	174 087	-	157 504	-
Casa Agrícola de Ambrães, S.A.	550	-	171	-
Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.	59 471	-	163 696	-
Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.	164 360	226 297	75 232	199 160
Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA	408	1 004	404	993
Continente Hipermercados, S.A.	2 429 864	5 939	1 630 860	10 144
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	132 082	14 171	133 948	39 418

Parte III

Demonstrações Financeiras

Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	60	-	280	-
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	3 292	5 575	2 709	5 512
Sonaerp - Retail Properties, SA	18 960	87 330	390 668	34 839
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	-	-	-	10 160
Fashion Division, S.A.	6 662	-	1 364	-
SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda	1 747 852	-	-	-
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	17 159	39 955	13 502	6 410
Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.	(163)	(163)	-	163
Go Well, S.A.	-	3	-	635
Guimarãeshopping- Centro Comercial, S.A.	3 207	-	163	-
Inovretail, S.A.	-	123 000	-	-
Infofield-Informática,SA	1 683	-	1 683	-
Inscó Insular de Hipermercados, S.A.	19 752	-	523 525	-
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	2 153	-	9 372	-
Loureshopping-Centro Comercial, S.A.	-	122	1 768	-
Maiashopping- Centro Comercial, S.A.	494	-	-	-
MDS Africa SGPS, S.A.	109	4	170	-
MDS Consulting, SA	364	1 292	-	1 918
MDS Corretor de Seguros, SA	110 202	304 474	17 948	106 257
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	-	-	-	-
MDS RE-Mediador de Resseguros, S.G.P.S., S.A.	(838)	-	(838)	-
Modalfa-Comércio e Serviços,SA	1 345	-	68 245	-
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA	6 235	6 235	6 241	6 235
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	4 641	-	989	-
Modelo Continente Hipermercados, Suc.	220	2 500	160	-
Modelo Continente Hipermercados,SA	3 761 482	207 522	3 550 053	311 852
Modelo Hiper Imobiliária,SA	-	-	52	-
Modelo Hipermercados Trading, S.A.	405	-	-	-
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	-	-	494	-
Mundo Vip	-	-	-	-
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	22 041	228 177	21 699	347 635
NOS Sistemas S.A.	-	95 014	-	90 938
Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.	-	-	-	4 000
Pareuro, BV	-	-	-	-
Parklake Shopping, S.A.	-	-	-	117 207
PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.	2	-	1 841	-
Plaza Mayor Parque de Ocio,SA	-	-	-	40 300
Prod. Agric.Biológica, S.A.	300	-	19 818	-
Prosa - Produtos e Serviços Agrícolas,S.A.	41 957	2 552	28 772	3 740
Público-Comunicação Social,SA	90	-	-	1 047
Raso, SGPS, SA	592	-	-	-
Rio Sul - Centro Comercial, SA	5 270	-	6 334	-
Saphety Level - Trusted Services S.A.	-	18 370	-	53 466
SEKIWI, SGPS., S.A.	-	-	273	-
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	16	106 785	235	146 825
Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A.	472 609	34 346	5 357	29 276
SIRS-Soc.Ind.Radiodifusão Sonora,SA	-	10 035	-	7 824
Sonae Arauco South Africa (Pty) Ltd.	17	-	-	-
Sohi Meat Solut-Distr. Carnes	(3 673)	(25 151)	119 910	27 332
Sonae Arauco Portugal, S.A.	783 517	830 740	19 861	10 890
Sonae Arauco, S.A.	404	-	544	-
Sonae MC – Serviços Partilhados, SA	20 525	170 589	52 498	183 618

Parte III

Demonstrações Financeiras

Sonae Industria de Revestimentos,SA	106 230	71 041	185 960	83 380
Sonae Indústria-SGPS,SA	807	16	830	-
Sonae Investment Management-S.T.,SGPS,S.A.	15	-	208	-
Sonae SGPS, SA	5 856	50 054	5 341	50 000
Sonae.com,SGPS,SA	-	216	-	4 059
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	25 460	4 883	25 460	-
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	441	19 356	-	16 849
SONAESR - Serviços e logística, S.A.	12 031	-	10 289	-
Sondis Imobiliária,SA	-	60	-	-
Sport Zone-Comércio Art.Desporto,SA	17 279	13 562	2 178	14 337
Tableros Tradema,S.L.	1 030	14	215	-
Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL	-	-	-	-
Textil do Marco,SA	9 133	119	9 101	119
We Do Consulting-SI,SA	70 000	62 209	20 191	86 412
We Do Technologies Mexico,S	-	122 223	-	-
Worten-Equipamento para o Lar,SA	3 297	9 624	79 431	9 221
ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.	-	-	-	-
ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA	23	-	5 807	-
Sonae Corporate, S.A.	16	52 971	-	-

Saldos	Empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos	Empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos
Empresa Mãe				
Empresas associadas	-	-	-	872 739
Andar-Sociedade Imobiliária,SA	-	-	-	872 739
Entidades parceiras, accionistas e participadas	-	-	1 710 059	-
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	-	-	1 710 059	-
	-	-	1 710 059	872 739

As remunerações atribuídas em 2018 aos membros em funções do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS. SA totalizaram 1.273.218 euros (1.140.331 euros em 31 de Dezembro de 2017), repartidas entre 670.450 euros de remuneração fixa (690.763 euros em 2017) e 602.768 euros relativos a remunerações variáveis (449.568 euros em 2017).

De referir ainda que o Conselho de Administração foi identificado como uma parte relacionada da Sonae Capital.

44. RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Resultados		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	(3 860 962)	(6 513 485)
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(3 860 962)	(6 513 485)
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	248 085 190	247 409 380
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	248 085 190	247 409 380
Resultado por acção (básico e diluído) - Actividades continuadas	(0,001590)	(0,014527)
Resultado por acção (básico e diluído) - Actividades descontinuadas	(0,013975)	(0,011799)
Resultado por acção (básico e diluído)	(0,015563)	(0,026327)

Não existem instrumentos convertíveis sobre acções da Sonae Capital, SGPS, SA. pelo que não existe diluição dos resultados.

45. RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 podem ser analisados como segue:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
Aquisição de participação na empresa Lusobrisa, S.A.	-	-	-	5 611 417
Aquisição de participação na empresa Ventos da Serra	-	9 000 000	-	20 135 622
Aquisição de participação na empresa Adira, S.A.	-	-	-	10 220 186
Aquisição de participação na empresa Gasflow	-	-	-	2 947 414
Aquisição de participação na empresa Siaf Energia, S.A.	-	-	-	1 790 843
Aquisição de participação Pump, S.A.	-	8 324 197	-	-
Liquidação da Interlog (Pagamento Holding)	-	222 308	-	-
Ajustamento de preço da UPK - Gestão Facilities Manutenção, S.A.	72 371	-	146 832	-
Alienação de unidades de participação do Fundo Inv. Imobiliario Imosona e Dois	-	-	-	-
Ajustamento da dívida de liquidação Powercer	-	-	7 953	-
Alienação da Spred, SGPS, S.A.	-	-	1	-
Aquisição de participação na empresa Suncoutim - Solar Energy, S.A.	-	-	-	-
Aquisição de participação na empresa Acrobatic, S.A.	-	145 292	-	-
Acerto de preço da alienação da Box Lines Navegação	600 000	-	600 000	-
Outros	14 796	89 609	57 683	46 347
Variação de caixa: Lusobrisa\Ventos da Serra\Gasflow\Adira\Guimadira e Siaf Energia S.A.	78 339	-	3 025 803	-
Total Acumulado	765 506	17 781 406	3 838 272	40 751 829

46. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foram identificados os seguintes segmentos:

- Troia Resort Operações
- Hotelaria
- Fitness
- Energia
- Refrigeração & AVAC
- Engenharia Industrial
- Holding & Outros

Os contributos para a Demonstração de Resultados consolidada, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2018										
Demonstração de Resultados	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Volume de Negócios	11 221 694	23 836 920	36 119 397	52 552 810	47 695 281	11 914 395	46 702 266	6 695 002	(14 059 808)	222 677 957
Outros Rendimentos e ganhos	563 839	949 119	607 855	3 098 953	181 155	1 371 045	4 894 647	113 570	(1 070 379)	10 709 804
Total de rendimentos operacionais	11 785 533	24 786 039	36 727 252	55 651 762	47 876 436	13 285 441	51 596 913	6 808 572	(15 130 187)	233 387 761
Cash-flow operacional (EBITDA)	(972 690)	66 101	4 207 484	15 569 964	1 705 750	(2 135 038)	10 901 612	(2 503 303)	1 653 267	28 493 147
31 Dezembro 2017										
Demonstração de Resultados	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Volume de Negócios	8 482 900	19 769 866	23 247 906	45 218 677	51 240 237	4 269 895	26 691 514	5 773 663	(7 537 894)	177 156 765
Outros Rendimentos e ganhos	835 460	1 061 707	685 539	1 390 374	128 969	145 939	6 018 684	2 469 333	(6 140 574)	6 595 431
Total de rendimentos operacionais	9 318 359	20 831 573	23 933 445	46 609 052	51 369 206	4 415 834	32 710 198	8 242 997	(13 678 468)	183 752 196
Cash-flow operacional (EBITDA)	(80 534)	(605 280)	1 946 670	14 192 424	962 821	(590 526)	8 773 261	(799 644)	(3 094 880)	20 704 311

Parte III

Demonstrações Financeiras

Os contributos para o Balanço consolidado, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2018										
Balanço	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Activos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Goodwill	61 377 694	12 871 687	48 649 716	75 261 525	9 842 318	16 876 916	139 482 322	778 508	(36 160 357)	328 980 330
Investimentos	166 337 698	10 940 646	54 547	219 623	23 307	54 183	6 209 189	440 410 634	(400 698 931)	2 294 342
Outros activos	72 784 184	5 148 469	2 923 830	12 435 012	47 159 923	10 470 519	82 753 416	446 962 955	(509 986 265)	170 652 042
Total do Activo	293 069 550	28 960 802	51 628 093	87 916 160	57 025 548	27 401 617	228 444 927	674 325 569	(946 845 553)	501 926 714
Total Passivo	173 146 589	24 754 618	50 350 219	80 168 663	26 139 714	30 314 191	209 077 408	143 321 116	(503 462 445)	233 898 993
Investimento Técnico	2 143 866	1 379 556	4 198 527	19 737 157	169 511	1 097 651	1 463 787	227 538	(201 250)	30 216 343
Dívida Bruta	8 200 138	-	1 958 763	6 476 558	-	2 720 348	-	107 982 365	-	127 338 173
Dívida Líquida	8 085 124	(192 878)	1 786 923	6 323 798	(978 122)	2 596 425	(4 894 821)	107 053 363	-	119 779 813

31 Dezembro 2017										
Balanço	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Activos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Goodwill	71 505 248	12 618 277	10 476 681	67 475 147	9 763 348	17 078 211	135 293 764	1 018 191	(2 598 001)	322 630 866
Investimentos	153 770 439	10 849 159	25 662	172 389	15 484	1 912 507	6 157 005	273 759 871	(438 194 449)	1 997 458
Outros activos	81 279 867	5 694 754	2 287 983	12 812 445	49 257 629	16 903 442	7 221 344	396 404 923	(380 364 104)	191 498 283
Total do Activo	306 555 555	29 162 190	12 790 326	80 459 981	59 306 461	35 894 160	148 672 113	846 663 583	(1 003 377 762)	516 126 607
Total Passivo	181 173 050	25 962 972	9 029 069	72 862 309	21 196 764	12 362 419	234 670 490	132 520 962	(465 020 715)	224 757 320
Investimento Técnico	1 827 798	954 495	3 232 316	4 666 123	102 031	96 682	1 392 001	474 430	(22 575)	12 723 301
Dívida Bruta	9 886 023	-	964 151	7 582 867	73 571	4 227 709	-	93 945 810	-	116 680 131
Dívida Líquida	9 348 956	(334 502)	838 451	7 373 986	(2 590 142)	4 032 147	(3 025 623)	93 729 788	-	109 373 062

Parte III

Demonstrações Financeiras

Os contributos para os Fluxos de caixa consolidados, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2018								
Fluxos de Caixa	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Engenharia Industrial	Holding & Outros	Consolidado
Actividades Operacionais	152 939	5 469 432	6 887 142	19 648 799	6 080 886	(2 860 344)	7 501 122	42 879 976
Actividades de Investimento	9 636 491	(1 173 352)	(13 361 950)	(25 832 334)	224 772	(1 177 333)	4 790 339	(26 893 367)
Actividades de Financiamento	(1 835 314)	(219)	228 631	(3 659 647)	(3 243 834)	(1 627 565)	(5 951 021)	(16 088 969)
Variação de caixa e equivalentes	(502 244)	(141 624)	(301 783)	(56 142)	(1 619 679)	(71 638)	2 590 752	(102 358)

31 Dezembro 2017								
Fluxos de Caixa	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Engenharia Industrial	Holding & Outros	Consolidado
Actividades Operacionais	2 960 952	5 656 897	4 397 730	11 451 148	6 358 210	(3 301 415)	863 489	28 387 011
Actividades de Investimento	4 495 133	(881 096)	(1 877 079)	(29 815 432)	34 124	(10 319 669)	2 023 523	(36 340 496)
Actividades de Financiamento	(1 942 884)	(565)	(41 341)	(4 452 337)	(8 028)	(773 238)	(10 256 103)	(17 474 496)
Variação de caixa e equivalentes	(327 174)	232 502	49 901	(618 865)	2 050 128	194 651	(27 009 124)	(25 427 981)

47. ACTIVOS DETIDOS PARA VENDA E PASSIVOS ASSOCIADOS A ACTIVOS DETIDOS PARA VENDA

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Activos fixos tangíveis	191	10 872
Activos intangíveis	-	2 120
Outros activos não correntes	93 782	66 309
Inventários	3 997	25 000
Cientes-correntes	73 920	592 294
Outras dívidas de terceiros -corrente	85 290	42 829
Estado e outros entes públicos cp	327 643	1 448 837
Outros activos correntes	20 166	2 418
Caixa e equivalentes de caixa	63 353	225 153
Activos detidos para venda	668 342	2 415 830
Financiamentos obtidos	238 477	220 586
Fornecedores cp	95 267	602 842
Estado e outros entes públicos cp	25 572	830 184
Outras dívidas a terceiros	16 703	(5 257)
Provisões	86 520	
Outros passivos correntes	5 153 787	3 145 219
Passivos associados a activos detidos para venda	5 616 326	4 793 573

48. JUSTO VALOR

O justo valor apenas foi considerado para efeitos de avaliação dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e inventários da empresa, que apesar de registadas ao custo, foram sujeitos a avaliações de forma a testar a sua imparidade. As avaliações do património imobiliário do Grupo foram efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield– Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda.. de acordo com os “RICS Valuation January 2014 – Professional Standards” publicado por “The Royal Institution of Chartered Surveyors”.

Relativamente à hierarquia de justo valor utilizada:

Nível1 - nada a referir;

Nível 2 - avaliações imobiliárias de ativos fixos tangíveis e de inventários (nota 14) , considerados nas tabelas respetivas na coluna (VM). De facto estes imóveis foram avaliados pelo seu valor de mercado, que é definido como o montante estimado para a transação de um ativo ou passivo à data de avaliação entre um comprador e um vendedor dispostos e sem qualquer relacionamento, após um período adequado de comercialização, e em que as partes tenham agido de forma consciente, prudente e sem coerção. Para efeitos das avaliações por valor de mercado foram utilizados, essencialmente, comparativos de mercado.

Nível 3 - avaliações imobiliárias de ativos fixos tangíveis e de inventários (nota 14) , considerados nas tabelas respetivas na coluna (OM). É definida como opinião de valor quando os parâmetros normais de avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado.

49. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-lei N.º 185/09 art.º 11

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016. foram pagas ao auditor externo da sociedade, as seguintes remunerações:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
Auditoria e Revisão Legal de Contas ¹	139 888	96,28%	163 155	111,90%
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade ²	4 044	2,77%	3 461	2,37%
Consultoria Fiscal ²	-	0,00%	-	0,00%
Outros Serviços ²	1 380	0,95%	855	0,59%
Total	145 312	100%	167 471	115%

1. Honorários acordados para o ano.

2. Montantes facturados.

O montante de Outros Serviços de é relativo a Prestação de serviços de trabalho de garantia razoável de fiabilidade sobre o documento de prestação de contas relativo aos Direitos reais de habitação e aos Serviços de Utilização Turística, a ser preparado pela Entidade Administradora do Empreendimento para efeitos de apresentação aos titulares dos Direitos Reais de Habitação Periódica e aos condóminos.

O montante de “Outros serviços” é relativo a Formação prestada aos colaboradores da Sonae Capital em regime aberto de inscrição para todo o mercado.

50. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de Dezembro de 2018 até esta data que necessitem ser divulgados.

51. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1 de Março de 2019. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA			
BALANÇOS SEPARADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
(Montantes expressos em Euros)			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis		26 475	27 721
Investimentos em subsidiárias	4	251 206 014	300 257 447
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	4	1 125 301	1 125 301
Outros activos financeiros	4	275 184	275 185
Activos por impostos diferidos	7	16 751 852	16 764 699
Outras dívidas de terceiros não correntes	5	359 474 491	314 130 161
Total de activos não correntes		628 859 318	632 580 515
ACTIVOS CORRENTES:			
Outras dívidas de terceiros	6	45 587 454	61 331 400
Imposto sobre o rendimento a receber	6	-	1 639 594
Outros activos correntes	6	5 132 310	4 316 836
Caixa e equivalentes de caixa	8	888 068	171 848
Total de activos correntes		51 607 832	67 459 678
TOTAL DO ACTIVO		680 467 150	700 040 193
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	9	250 000 000	250 000 000
Acções próprias	9	(1 192 808)	(1 305 839)
Reservas	10	292 980 837	301 630 917
Resultado líquido do período		5 294 899	5 589 342
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		547 082 928	555 914 420
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	11	30 948 456	14 000 000
Empréstimos obrigacionistas	11	14 883 910	57 245 810
Outras dívidas a terceiros não correntes	13	138 580	287 354
Total de passivos não correntes		45 970 946	71 533 164
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	11	19 650 000	22 700 000
Empréstimos obrigacionistas	11	42 500 000	-
Fornecedores	13	111 994	137 599
Outras dívidas a terceiros	12	21 590 424	48 568 841
Imposto sobre o rendimento a pagar	13	2 299 149	-
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	13	48 995	50 069
Outros passivos correntes	13	1 212 714	1 136 100
Total de passivos correntes		87 413 276	72 592 608
TOTAL DO PASSIVO		133 384 222	144 125 773
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		680 467 150	700 040 193

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Outros rendimentos e ganhos	18	122 913	118 338
Fornecimentos e serviços externos	14	(1 480 932)	(1 417 268)
Gastos com o pessoal	16	(1 415 813)	(1 760 666)
Amortizações e depreciações		(1 246)	(2 052)
Outros gastos e perdas	18	(45 284)	(43 634)
Resultados Operacionais		(2 820 362)	(3 105 282)
Rendimentos e ganhos financeiros	17	9 594 252	9 920 503
Gastos e perdas financeiras	17	(3 565 498)	(3 823 607)
Resultados Financeiros		6 028 754	6 096 896
Resultados relativos a investimentos	17	(3 206 422)	(1 204 459)
Resultado antes de impostos		1 970	1 787 154
Imposto sobre o rendimento	19	5 292 929	3 802 188
Resultado do exercício		5 294 899	5 589 342
Resultados por acção			
Básico	20	0,021343	0,022593
Diluído	20	0,021343	0,022593

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	4º Trimestre 2018 (Não auditado) *	4º Trimestre 2017 (Não auditado) *
Outros rendimentos e ganhos	34 058	33 006
Fornecimentos e serviços externos	(365 652)	(374 996)
Gastos com o pessoal	(626 621)	(375 668)
Amortizações e depreciações	(104)	(499)
Provisões e perdas por imparidade (Aumentos)/ Diminuições	-	-
Outros gastos e perdas	(8 792)	(7 575)
Resultados operacionais	(967 112)	(725 732)
Rendimentos e ganhos financeiros	2 496 322	2 174 024
Gastos e perdas financeiras	(879 776)	(949 429)
Resultados Financeiros	1 616 546	1 224 595
Resultados relativos a investimentos	(42 228 639)	(18 060 051)
Resultado antes de impostos	(41 579 206)	(17 561 187)
Imposto sobre o rendimento	4 346 167	2 530 234
Resultado do exercício	(37 233 039)	(15 030 953)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado líquido do período	5 294 899	5 589 342
Rubricas que posteriormente poderão ser reclassificados para Resultado Líquido:		
Varição nas reservas de conversão cambial	-	-
Varição no justo valor dos activos disponíveis para venda	-	-
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Imposto relativo às componentes do Outro rendimento integral	-	-
Total rendimento integral do período	5 294 899	5 589 342

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
 DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Montantes expressos em Euros)

	Atribuível aos Accionistas da Sonae Capital							
	Capital Social (Nota 9)	Ações próprias (Nota 9)	Reservas Legais (Nota 10)	Outras Reservas (Nota 10)	Resultados Transitados	Subtotal	Resultado líquido	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	250 000 000	(1 404 226)	10 073 164	306 815 095	-	316 888 259	8 738 316	574 222 348
Total rendimento integral do período	-	-	-	-	-	-	5 589 342	5 589 342
Apliação do resultado líquido de 2016:							-	
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	436 916	-	8 301 400	8 738 316	(8 738 316)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(16 220 257)	(8 301 400)	(24 521 657)	-	(24 521 657)
(Aquisição) / Alienação de ações próprias	-	98 387	-	525 999	-	525 999	-	624 386
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	250 000 000	(1 305 839)	10 510 080	291 120 837	-	301 630 917	5 589 342	555 914 420
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	250 000 000	(1 305 839)	10 510 080	291 120 837	-	301 630 917	5 589 342	555 914 420
Total rendimento integral do período	-	-	-	-	-	-	5 294 899	5 294 899
Apliação do resultado líquido de 2017:								
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	279 467	-	5 309 875	5 589 342	(5 589 342)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(9 443 668)	(5 309 875)	(14 753 543)	-	(14 753 543)
(Aquisição) / Alienação de ações próprias	-	113 031	-	514 121	-	514 121	-	627 152
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	250 000 000	(1 192 808)	10 789 547	282 191 290	-	292 980 837	5 294 899	547 082 928

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Parte III

Demonstrações Financeiras

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
 DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017	4º Trimestre 2018 (Não auditado) *	4º Trimestre 2017 (Não auditado) *
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		-	-	-	-
Pagamentos a fornecedores		(1 513 002)	(1 371 988)	(354 753)	(403 128)
Pagamentos ao pessoal		(1 083 025)	(1 236 535)	(206 096)	(247 235)
Fluxos gerados pelas operações		(2 596 027)	(2 608 523)	(560 849)	(650 363)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		1 525 811	1 415 190	(59 956)	(460 336)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		404 216	122 359	21 799	1 764 973
Fluxos das actividades operacionais (1)		(666 000)	(1 070 974)	(599 006)	654 274
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>					
Investimentos financeiros	23	50 215 645	600 001	3 630	-
Juros e proveitos similares		8 803 042	14 438 065	804 847	904 704
Empréstimos concedidos	6	41 526 103	15 474 868	19 745 916	9 386 631
Dividendos	18	25 433 333	18 122 785	-	-
Outros		1 668 600	1 951 839	409 821	898 086
		<u>127 646 723</u>	<u>50 587 558</u>	<u>20 964 214</u>	<u>11 189 421</u>
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>					
Investimentos financeiros	23	(22 694 100)	(2 792 590)	(21 251)	(1 723 246)
Activos fixos tangíveis		-	(1 113)	528)	-
			(35 420)		
Empréstimos concedidos	6	(72 258 274)	988)	14 816 126	(6 998 005)
			(38 214)		
		<u>(94 952 374)</u>	<u>691)</u>	<u>(6 435 402)</u>	<u>(8 721 251)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		32 694 349	12 372 867	14 528 812	2 468 170
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>					
Empréstimos obtidos	11	21 650 000	16 700 000	(14 350)	(32 750)
Venda de acções próprias		190 012	98 387	000)	000)
				-	-
		<u>21 840 012</u>	<u>16 798 387</u>	<u>(14 350)</u>	<u>(32 750)</u>
				<u>000)</u>	<u>000)</u>
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>					
Empréstimos obtidos	11	(34 915 500)	(27 653)		
Juros e custos similares		(3 486 748)	700)	2 215 240	30 964 828
			(3 620 339)	(1 244 006)	(1 239 679)
			(24 515)		
Dividendos		(14 749 893)	574)	-	-
			(55 789)		
		<u>(53 152 141)</u>	<u>613)</u>	<u>971 234</u>	<u>29 725 149</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(31 312 129)	226)	(13 378)	(3 024 851)
			766)		
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		716 220	(27 689 333)	551 040	97 592
Caixa e seus equivalentes no início do período	8	171 848	27 861 181	337 028	74 256
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8	888 068	171 848	888 068	171 848

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Capital, SGPS, SA (“Sociedade” ou “Sonae Capital”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, e, foi constituída por escritura pública em 14 de Dezembro de 2007, na sequência do destaque da Sonae, SGPS, SA, na modalidade de cisão simples conforme previsto na alínea a) do artº 118º do Código das Sociedades Comerciais, da participação correspondente à totalidade do capital social da sociedade anteriormente designada Sonae Capital, SGPS, SA, actual SC, SGPS, SA.

De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como aprovadas na União Europeia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras separadas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2018.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias, ajustadas no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa seguiu a convenção do custo histórico modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e iii) propriedades de investimento mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de activos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado activo para idênticos activos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.7.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões.

d) em vigor durante o exercício de 2018:

Norma contabilística	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 15 - Rêdito com contratos com clientes	1 de Janeiro de 2018
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	1 de Janeiro de 2018
IFRS 4 - Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	1 de Janeiro de 2018
IFRS 2 - Pagamentos baseados em acções (alteração)	1 de Janeiro de 2018
IAS 40 - Propriedades de investimento (alteração)	1 de Janeiro de 2018
IFRIC 22 - Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada	1 de Janeiro de 2018
Melhorias às normas 2014 – 2016 [IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28]	1 de Janeiro de 2018

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pela Empresa em 2018, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras anexas.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, a Empresa optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Com a adoção da IFRS 9, a Empresa avaliou quais os modelos de negócio que se aplicavam aos seus ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais, à data de aplicação inicial da IFRS 9 (1 de janeiro de 2018), tendo classificado os instrumentos financeiros nas categorias previstas da IFRS 9, não tendo efectuado qualquer reclassificação.

Os ativos financeiros classificados em 2017 na categoria de “Clientes e contas a receber” da IAS 39 encontram-se classificados em 2018 como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A reclassificação destes ativos não teve impacto no capital próprio a 1 de janeiro de 2018, uma vez que a aplicação dos novos critérios de classificação da IFRS 9 não alterou o modelo de mensuração dos ativos antes de perdas de imparidade, continuando a ser aplicado o custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito estimadas, em vez da avaliação efetuada com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39. Estão sujeitos ao novo modelo de imparidade de crédito previsto na IFRS 9 os instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado (clientes, outros devedores, empréstimos a entidades relacionadas) e ativos de contratos com clientes.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Relativamente aos instrumentos de dívida ao custo amortizado, clientes, outros devedores e ativos de contratos com clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de imparidade estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos e pelo período da maturidade dos mesmos, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos, ajustados por estimativas prospetivas.

No que diz respeito aos empréstimos a entidades relacionadas e instrumentos de dívida, estes foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas avaliando as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados da Empresa pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 foi considerado imaterial, não tendo sido relevado contabilisticamente.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

Na adoção da IFRS 15 a Empresa decidiu adotar o regime transitório de aplicação retrospectiva com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018 com recurso à adoção dos seguintes expedientes práticos: aplicação apenas para os contratos não concluídos à data de 1 de janeiro de 2018 e não reexpressão dos contratos modificados antes de 1 de janeiro de 2017.

A adoção da IFRS 15 não resultou em alterações às políticas contabilísticas da Empresa, reclassificações e ajustamentos.

e) em vigor em exercícios posteriores a 1 de Janeiro de 2019, já endossadas pela UE:

Norma contabilística	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 16 - Locações	1 de Janeiro de 2019
IFRS 9 - Elementos de pré-pagamento com compensação negativa	1 de Janeiro de 2019
IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento	1 de Janeiro de 2019

IFRS 16 - Locações

A nova norma IFRS 16 elimina a classificação de locações operacionais ou financeiras, como é exigido pela IAS 17 e, em vez disso, introduz um modelo de contabilidade único, semelhante ao tratamento actual que é dado para a locação financeira nas contas do locatário.

Este modelo contabilístico único prevê que o locatário o reconheça: i. activos e passivos para todas as locações com um prazo de mais de 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor, independentemente do prazo de locação; e II. depreciação dos activos de locação separadamente dos juros sobre o passivo de locação na demonstração de resultados.

Parte III

Demonstrações Financeiras

A Empresa aplicará a norma a partir da data de adopção obrigatória de 1 de janeiro de 2019 com a abordagem retrospectiva modificada.

Durante 2018, foram analisados os impactos de sua adopção. No que respeita aos seus compromissos actuais em matéria de arrendamentos operacionais, a Empresa não espera impactos com a adopção desta norma.

A adoção do IFRS 16 resultará em uma diminuição do lucro líquido após o imposto em 2019. O EBITDA irá aumentar, uma vez que os pagamentos de locação operacional foram previamente incluídos no EBITDA, mas a depreciação dos activos de direito de uso e juros sobre a responsabilidade de locação são excluídas.

A adopção das Normas efectivas em 2018, supramencionadas não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018. Não se estima que da futura adopção das restantes normas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

f) em vigor em exercícios posteriores a 1 de Janeiro de 2019, ainda não endossadas pela UE:

Norma contabilística	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 – Benefícios dos empregados	1 de janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 de janeiro de 2019
IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais	1 de janeiro de 2020
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	1 de janeiro de 2020
Melhorias às normas 2015 – 2017 [IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11]	1 de janeiro de 2019
Estrutura conceptual – Alterações na referência a outras IFRS	1 de janeiro de 2020
IFRS 17 – Contratos de seguro	1 de janeiro de 2021

A nova norma IFRS 16 elimina a classificação de locações operacionais ou financeiras, como é exigido pela IAS 17 e, em vez disso, introduz um modelo de contabilidade único, semelhante ao tratamento actual que é dado para a locação financeira nas contas do locatário.

Este modelo contabilístico único prevê que o locatário o reconheça: i. activos e passivos para todas as locações com um prazo de mais de 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor, independentemente do prazo de locação; e II. depreciação dos activos de locação separadamente dos juros sobre o passivo de locação na demonstração de resultados.

A empresa aplicará a norma a partir da data de adopção obrigatória de 1 de janeiro de 2019. A empresa tenciona aplicar a abordagem retrospectiva modificada e não irá repartir os montantes comparativos do ano para a primeira adopção. Os ativos de direito de uso serão medidos no valor da responsabilidade de locação na adoção.

Durante 2018, a empresa analisou os impactos de sua adopção, e espera que sua adopção não tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras separadas da empresa, como resultado da incorporação dos activos atualmente mantidos em operação arrendamentos e suas respectivas responsabilidades.

No que respeita aos seus compromissos actuais em matéria de arrendamentos operacionais, a empresa espera reconhecer activos de direito de utilização de aproximadamente EUR 0,124 milhões em 1 de janeiro de 2019, obrigações de locação de EUR 0,127 milhões.

Parte III

Demonstrações Financeiras

A empresa espera que a adoção do IFRS 16 resultará em uma diminuição do lucro líquido após o imposto em 2019. O EBITDA deverá aumentar, uma vez que os pagamentos de locação operacional foram previamente incluídos no EBITDA, mas a amortização dos activos de direito de uso e juros sobre a responsabilidade de locação são excluídas.

2.2 LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos todos riscos e vantagens inerentes à posse e são registados, na data do seu início, como Activo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor actual das rendas de locação vincendas; (ii) locações operacionais se forem de aluguer de longa duração e o valor das rendas pagas no exercício, for registado como custo na demonstração de resultados.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas situações em que a empresa age como locador decorrente do contrato de locação operacional, o valor dos bens afectos são mantidos no balanço e as rendas são reconhecidas na demonstração de resultados de forma linear durante o período do contrato de locação.

Nas situações em que a empresa age como locatário, os activos fixos tangíveis adquiridos e as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro pelo reconhecimento do Activo fixo tangível, das depreciações acumuladas correspondentes e da dívida pendente de liquidação decorrente do plano financeiro de locação contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos a efectuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do Activo fixo tangível são reconhecidos como custos no exercício a que respeitam.

2.3 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efectiva.

2.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Investimentos

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade): a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

Parte III

Demonstrações Financeiras

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros devedores” e aos Ativos de contratos com clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Classificação

Os investimentos detidos à maturidade são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira como Investimentos correntes.

A Empresa classifica como ativos financeiros disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Reconhecimento e mensuração

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registrados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na rubrica de “Ganhos e perdas em investimentos registado ao justo valor através de resultados” da demonstração dos resultados.

Imparidade

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, na rubrica “Provisões e Perdas por imparidade”.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados. Um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo também constitui prova objetiva de imparidade.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Desreconhecimento

A Empresa desreconhece ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Parte III

Demonstrações Financeiras

c) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.5. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

e) Instrumentos derivados

A Sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de funding, de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Sociedade para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura do balanço, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura derem origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1, que a empresa não classifique como instrumentos de cobertura, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contractos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contractos e nas situações em que os contractos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a Sociedade pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários de curto prazo, no balanço.

2.5 RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transacções realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transacção as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transacção a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transacção e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa

Parte III

Demonstrações Financeiras

Vendas de produtos - O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

A Empresa considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma continua ao longo do período contratual definido.

Dividendos - Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos pelas participadas aos sócios ou acionistas.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.7 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Julgamentos

A Empresa concede empréstimo a entidades que qualificam como associadas ou empreendimentos conjuntos da Empresa sob diferentes regimes/modalidades contratuais. A sua classificação enquanto elementos/componentes das

Parte III

Demonstrações Financeiras

participações financeiras, ou enquanto outros ativos financeiros depende das condições de reembolso e de remuneração associadas, e da intenção da Administração quanto a fazer cumprir as cláusulas contratuais acordadas com as participadas. Regra geral, os financiamentos com caráter de permanência e sem remuneração são classificados como uma parcela do investimento nas participadas da Empresa

Estimativas

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do Goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais;
- g) Imparidade de ativos financeiros

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, destacando-se abaixo a imparidade de ativos financeiros e reconhecimento do rédito de contratos.

Imparidade de ativos financeiros

Políticas contábilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contábilístico. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes” e “Outros devedores” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Políticas contábilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias nas quais o valor recuperável destes ativos é inferior ao seu custo. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes”, e

“Outros devedores” foram avaliados tendo por base a situação financeira do devedor, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise de imparidade.

2.8 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente e é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a mesma, e seja possível fazer uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Empresa sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

2.9 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa está sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no Artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, integrando o grupo de tributação cuja empresa mãe é a Sonae Capital SGPS, S.A.. As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual se positivo, sendo a economia de imposto gerada no RETGS registada na empresa mãe.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método de balanço, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae Capital, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo de tais riscos. A atitude da Sonae Capital em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional da Sonae Capital, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade da Empresa..

3.1 RISCOS DE MERCADO

a) Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Sociedade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- a volatilidade nos resultados da Sociedade não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- -em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos cash-flows associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- -a contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado,

a política da Sociedade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da Sociedade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados.

Face ao exposto, a política da Sociedade relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- i. os derivados não são utilizados com objectivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos
- ii. os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente por forma a evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- iii. o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente deve ser sempre conhecido e limitado desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios;
- iv. a contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas Instituições Financeiras com rating mínimo de Investment Grade e/ou instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, privilegiando-se sempre que possível as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;
- v. todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras, de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- vi. todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA), com schedules negociados com cada uma das Instituições;
- vii. na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sociedade utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de cash-flows futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc) prevalectes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;

Parte III

Demonstrações Financeiras

- viii. todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

b) Risco de Taxa de Juro - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- i. alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- ii. alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juro fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juro fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- iii. no caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- iv. alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de cash-flows para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- v. alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39, afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- vi. alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os cash-flows futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- vii. para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais inferiores ou superiores o resultado líquido antes de impostos da Sociedade em 31 de Dezembro de 2018 seriam 2 326 485 euros inferiores ou superiores respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2017 seriam inferiores ou superiores respectivamente em 2.039.423 euros.

c) Risco de Taxa de Câmbio

A Sonae Capital não tem exposição a risco de taxa de câmbio.

d) Outros Riscos de Preço

A Sociedade está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras. Contudo, esses investimentos são geralmente efectuados com objectivos estratégicos e não de transacção activa desses investimentos.

3.2 RISCOS DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae Capital é uma holding, não tendo qualquer actividade comercial relevante para além das actividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Assim, o risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) do seu relacionamento com Instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (ii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

(i) Instituições Financeiras: O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Sociedade tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

Para mitigar este risco, a Sociedade:

a) Só executa operações com contrapartes que tenham sido seleccionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respectivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações, sendo que se privilegia as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;

b) Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;

c) Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não seja completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;

d) Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

Apresentam-se de seguida os ratings (notação S&P) das Instituições de crédito onde a Sonae Capital tinha depósitos e outras aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2018:

Rating	% dos depósitos
B+	11.00%
BB	89.00%

No cumprimento da política estabelecida, a Sonae Capital só constitui depósitos e outras aplicações financeiras de curto prazo e com instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas

respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo com posição credora de montante igual ou superior à aplicação que se pretende concretizar.

(ii) Operações de Compra/Venda de Participações: No desenvolvimento da sua actividade a Sociedade está exposta ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de due diligences, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionado à liquidação financeira da operação.

Face ao anteriormente referido bem como o facto de os saldos a receber serem essencialmente de empresas do grupo, o risco de crédito afigura-se bastante reduzido.

3.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A Sonae Capital tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito.

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a Sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, a Sociedade pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seu seio compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- i. Planeamento financeiro baseado em previsões de cash-flows, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- ii. Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de Treasury e Cash Management), que permita, atempadamente, identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- iii. Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- iv. Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- v. Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito committed (de pelo menos seis meses) e Programas de Papel Comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez, otimizando o montante de comissões de commitment suportadas;
- vi. Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

A Sonae Capital mantém uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar

Parte III

Demonstrações Financeiras

em condições desfavoráveis. Adicionalmente no final do ano a Sonae Capital dispunha de uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalente de Caixa.

A Sonae Capital considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários e espera dessa forma cumprir com os seus compromissos de curto prazo, quer seja através de libertação de fundos gerados pelos negócios, quer seja com recurso às suas aplicações financeiras ou se necessário recorrendo às linhas de crédito existentes ou pela contratação de novos financiamentos.

Apesar do Fundo de maneo ser negativo, o risco de liquidez é baixo uma vez que os principais saldos a receber e a pagar são com empresas do grupo, pelo que a obrigação de pagamento será adequada à disponibilidade da Sonae Capital

4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe dos Investimentos financeiros era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Investimentos em empresas do grupo e associadas	334 564 887	349 194 729
Investimentos em outras empresas:		
Sonae RE - (0,04%)	1 200	1 200
Matadouro Alto Alentejo, S.A. - (0,89%)	-	1
NET Novas Tecnologias, S.A. - (0,98%)	23 034	23 034
Fundo F HITEC - (6,48%)	250 950	250 950
	<hr/>	<hr/>
	334 840 071	349 469 914
Perdas por imparidade acumuladas	(86 992 382)	(47 811 981)
	<hr/>	<hr/>
	247 847 689	301 657 933

4.1 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe dos Investimentos em Empresas do Grupo e Associadas era o abaixo indicado:

	% de detenção	31 Dezembro 2018		
		Valor de Aquisição	Capital Próprio	Resultado Líquido
CAPWATT, S.G.P.S., S.A.	100%	2 725 000	6 891 529	3 791 932
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	60%	52 823 047	71 179 936	1 619 123
Troiareort, SGPS, S.A.	100%	167 132 793	101 121 898	22 371 727
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	25%	1 125 301	8 901 011	1 022 994
SC Assets S.G.P.S., SA	100%	25 577 659	(9 285 387)	(22 792 766)
SC Hospitality, S.G.P.S., S.A.	100%	5 857 175	1 328 014	(4 944 253)
SC Finance B.V.	100%	10 963 698	5 683 100	(202 815)
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	100%	34 575 100	421 476	(778 524)
Race, SGPS, S.A.	70%	32 492 436	41 087 606	184 522
SC Fitness, S.A.	100%	1 292 678	880 067	(412 611)
		<u>334 564 887</u>		

	Perdas por imparidade
SC Assets S.G.P.S., SA	25 577 659
Troiareort, SGPS, S.A.	21 817 116
SC Finance BV	5 022 507
SC, Industrials, SGPS, S.A.	<u>34 575 100</u>
	<u>86 992 382</u>

	% de detenção	31 Dezembro 2017		
		Valor de Aquisição	Capital Próprio	Resultado Líquido
CAPWATT, S.G.P.S., S.A.	100,00%	2 725 000	5 132 247	2 139 631
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	60,00%	42 271 519	72 210 814	4 081 698
Troiareort, SGPS, S.A.	100,00%	167 132 793	78 750 172	(793 608)
Interlog, SGPS, S.A.	98,94%	21 658 210	21 858 053	5 065
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	25,00%	1 125 301	8 198 240	1 296 983
SC Assets S.G.P.S., SA	100,00%	25 577 659	13 507 379	(314 576)
SC Hospitality, S.G.P.S., S.A.	100,00%	5 857 175	6 272 267	(169 017)
SC Finance B.V.	100,00%	263 698	(4 814 086)	6 022 699
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	100,00%	34 575 100	24 479 801	23 279 801
Race, SGPS, S.A.	70,00%	32 492 436	40 903 083	252 350
Solinca - Health & Fitness, S.A.	100,00%	15 515 838	1 075 719	(144 724)
		<u>349 194 729</u>		

	Perdas por imparidade
SC Assets S.G.P.S., SA	25 577 659
Interlog, SGPS, S.A.	36 864
Troiareort, SGPS, S.A.	11 140 826
SC Finance BV	263 698
SC, Industrials, SGPS, S.A.	<u>10 792 934</u>
	<u>47 811 981</u>

A variação relativa aos investimentos é devida à entrada da empresa SC Fitness, S.A., e à saída das empresas Interlog - SGPS, S.A. e Solinca - Health & Fitness, S.A..

Parte III

Demonstrações Financeiras

Os investimentos registados ao custo de aquisição correspondem a investimentos não negociados em mercados regulamentados e para os quais o justo valor não é fiavelmente estimável.

Os investimentos financeiros foram sujeitos, em 2018, a testes de imparidade no sentido de aferir o justo valor dos mesmos, cujo cálculo teve em conta as avaliações externas obtidas do património imobiliário das participadas, ou avaliações na óptica de Discounted Cash Flows (DCF).

Estas avaliações utilizam taxas de desconto que correspondem às taxas médias ponderadas do custo de capital (WACC), calculadas em função da tipologia de negócio em que se inserem e das estruturas de capital objectivo, e situam-se no intervalo [6,68%- 9,63%]. Foram consideradas projecções de 5 anos e taxas de crescimento nulas na perpetuidade.

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, o detalhe das imparidades registadas é o abaixo indicado:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017	Varição
Interlog, SGPS, S.A.	-	(36 864)	36 864
Troiaresort, SGPS, S.A.	(21 817 116)	(11 140 826)	(10 676 289)
SC Assets, SGPS, S.A.	(25 577 659)	(25 577 659)	-
SC Finance BV	(5 022 507)	(263 698)	(4 758 810)
SC, Industrials, SGPS, S.A.	(34 575 100)	(10 792 934)	(23 782 166)
	(86 992 382)	(47 811 981)	(39 180 401)

5. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe dos Outros Activos Não Correntes era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
CAPWATT, SGPS, S.A.	40 000 000,00	-
SC Assets, SGPS, S.A.	155 568 399,81	174 450 597
SC Finance BV	6 458 900,00	5 885 000
SC Fitness, S.A.	28 615 500,00	-
SC Hospitality, SGPS, S.A.	6 155 000,00	6 155 000
SC Industrials, SGPS, S.A.	12 588 000,00	-
Solinca - Health & Fitness, S.A.	-	661 000
Troiaresort, SGPS, S.A.	130 294 731,62	138 805 637
	379 680 531,43	325 957 234
Perdas por imparidade		
SC Assets, SGPS, S.A.	(13 521 162)	(11 640 970)
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	(2 007 282)	-
SC Finance BV	-	(462 650)
	(15 528 444)	(12 103 620)
Custos de emissão ainda não amortizados	81 214	276 547
	364 233 301	314 130 162

Parte III

Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2018, os empréstimos concedidos apresentavam a seguinte maturidade:

2019	2020	2021	2022	2023	Total
67 541 131	199 839 000	10 357 000	6 694 000	95 249 400	379 680 531

Estes empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo superior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2018 era em média cerca de 2,38% (2017: 2,35%).

6. OUTROS ACTIVOS CORRENTES E ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe desta rubrica era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Empresas do grupo out. operações (Nota 22)	9 240 365	1 447 535
Empréstimos concedidos (Nota 22)	35 716 674	58 707 800
Outros Devedores	630 414	1 176 066
	45 587 454	61 331 400
Acréscimos de proveitos (Nota 22)	4 885 576	4 094 304
Custos diferidos	246 735	222 532
	5 132 310	4 316 836
Estado e Outros entes públicos - Imposto sobre o rendimento	-	1 639 593
	50 719 764	67 287 829

O saldo registado na Empresas do grupo out. operações, diz respeito aos valores transferidos das subsidiárias relativos a IRC, por força da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de empréstimos concedidos diz respeito a operações financeiras concedidas às seguintes empresas do grupo:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Empréstimos concedidos - Operações financeiras:		
CAPWATT, SGPS, S.A.	14 545 000	41 175 000
Inparvi SGPS, S.A.	-	69 000
SC Assets, SGPS, S.A.	19 000	73 000
SC Finance BV	-	-
SC Fitness, S.A.	8 004 100	-
SC Hospitality, SGPS, S.A.	1 156 502	454 000
SC Industrials, SGPS, S.A.	7 473 500	-
SC SGPS, S.A.	361 300	14 269 500
Solinca - Health & Fitness, S.A.	-	1 186 300

Parte III

Demonstrações Financeiras

TroiareSORT, SGPS, S.A.

4 157 271

1 481 000

35 716 674

58 707 800

Estes empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2018 era, em média, cerca de 1,26% (2017: 1,36%).

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Outros Devedores inclui o saldo de 600.000€ referente a acerto de preço de venda da participação da empresa, Box Lines Navegação, S.A., em exercícios passados.

O montante registado na rubrica acréscimos de proveitos inclui 4 771 526€ relativos a juros de empréstimos concedidos a participadas bem como 114 049€ relativos a comissões de fianças prestadas a participadas (Nota 22).

Na rubrica Custos diferidos incluem 200 231€ relativos a comissões bancárias, que se encontram diferidas pelo período dos financiamentos.

Estado e Outros entes públicos – imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e são passíveis de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações judiciais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2015 a 2018, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios anteriormente referidos seja significativa para as demonstrações financeiras em 30 de Setembro de 2018.

A Empresa está sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no Artigo 69º e seguintes do Código do IRC, integrando o grupo de tributação cuja empresa mãe é a Sonae Capital SGPS, S.A..

No exercício fiscal de 2018, a Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000€ sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000€ e inferior a 7.500.000€; 5% sobre a parte superior a 7.500.000€ e até 35.000.000€; e 7% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000€.

Nos termos do Artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica Estado e Outros entes públicos – imposto sobre o rendimento, apresentava o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Retenções na Fonte	-	849 047
Pagamentos por conta	-	760 611
Imposto sobre o rendimento (IRC)	-	29 935
	-	1 639 594

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Prejuízos fiscais reportáveis	16 751 852	16 764 699	-	-

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 foi como se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivo por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Saldo inicial	16 764 699	14 314 699	-	-
Efeito em resultados:				
Prejuízos fiscais reportáveis	(12 847)	2 450 000	-	-
Efeito em reservas	-	-	-	-
Saldo final	16 751 852	16 764 699	-	-

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento, das empresas incluídas no RETGS, os prejuízos fiscais reportáveis que deram origem a impostos diferidos são os seguintes:

	31 Dezembro 2018			31 Dezembro 2017		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2013	-	-		61 175	12 847	2018
Gerados em 2014	13 536 168	2 842 595	2026	13 536 168	2 842 595	2026
Gerados em 2015	45 035 288	9 457 411	2027	45 035 288	9 457 411	2027
Gerados em 2016	12 025 566	2 525 369	2028	12 025 566	2 525 369	2028
Gerados em 2017	9 173 702	1 926 477	2022	9 173 702	1 926 477	2022
	79 831 899	16 764 699		79 831 899	16 764 699	

A constituição de activos por impostos diferidos teve por base a análise da pertinência do seu reconhecimento, designadamente no que concerne à possibilidade de os mesmos virem a ser recuperados, atendendo às perspectivas de médio e longo prazo do Grupo.

Os activos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro.

A avaliação dos activos por impostos diferidos baseou-se nos planos de negócio das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Desde o exercício fiscal de 2014, a maioria das filiais do Grupo, sediadas em Portugal, integram o perímetro do Grupo de Sociedades tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja

Parte III

Demonstrações Financeiras

sociedade dominante é a Sonae Capital, SGPS, S.A.. Os ganhos gerados pela aplicação deste regime de tributação ficam afectos à Sonae Capital SGPS.

Da análise efectuada, em 31 de Dezembro de 2018, resultou que existe expectativa fundada de recuperação dos activos por impostos diferidos registados antes do respectivo prazo de caducidade.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe de Caixa e Equivalentes de Caixa era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Caixa	-	-
Depósitos bancários	888 068	171 848
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	888 068	171 848

9. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 o Capital Social está representado por 250.000.000 acções ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1€.

No período findo em 31 de Dezembro de 2018, a Sonae Capital SGPS, S.A. detém 4.107.623 acções próprias, representativas de 1,643% do capital social (4.783.433 acções em 31 de Dezembro de 2017), registadas por 1.192.808€ (1.305.839€ em 31 de Dezembro de 2017) (Nota 10).

10. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe de Outras Reservas era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Reservas legais	10 789 547	10 510 080
Reservas livres	148 360 229	157 176 745
Reserva - cisão	132 638 253	132 638 253
Reserva - acções próprias	1 192 808	1 305 839
	292 980 837	301 630 917

Reservas Livres: Estas reservas resultam da transferência dos resultados positivos apurados nos exercícios transitados e podem ser distribuídas aos accionistas desde que não sejam necessárias para cobrir perdas.

O valor global da reserva de cisão (Nota 1), corresponde ao diferencial entre o valor contabilístico da participação na SC, SGPS, SA (382.638.253€) que foi destacado da Sonae, SGPS, SA para a Sociedade e o valor do capital social da Sociedade (250.000.000€) a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

Parte III

Demonstrações Financeiras

Reserva Legal: De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de Dezembro de 2018 o valor desta rubrica ascende a 10.789.547€ (Dezembro 2017: 10.510.080€).

Reserva acções próprias: Esta reserva, constituída nos termos do artº 342 do CSC, é de igual montante ao valor das acções próprias detidas pela sociedade, sendo indisponível enquanto as mesmas estiverem na posse da sociedade.

11. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Capital SGPS - papel comercial a)	-	-	4 500 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial b)	-	13 000 000	-	4 000 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial c)	-	-	3 200 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial d)	10 000 000	-	10 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial e)	2 000 000	8 000 000	-	10 000 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial f)	7 650 000	-	5 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial g)	-	10 000 000	-	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial c)	-	-	-	-
Custos de emissão ainda não amortizados	-	(51 544)	-	-
	19 650 000	30 948 456	22 700 000	14 000 000
Descobertos bancários (Nota 8)	-	-	-	-
	19 650 000	30 948 456	22 700 000	14 000 000
Empréstimos por Obrigações				
Obrigações Sonae Capital 2016/2021 h)	-	15 000 000	-	15 000 000
Obrigações Sonae Capital 2014/2019 i)	42 500 000	-	-	42 500 000
Custos de emissão ainda não amortizados	-	(116 090)	-	(254 190)
	42 500 000	14 883 910	-	57 245 810
	62 150 000	45 832 366	22 700 000	71 245 810

- Programa de Emissão de Títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição iniciado em 31 de Dezembro de 2013 com renovações automáticas anuais até ao máximo de sete anos e seis meses, salvo denúncia de qualquer uma das partes.
- Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição, iniciado em 29 de Setembro de 2017 e válido até Setembro de 2021;
- Programa de emissões de Títulos de Papel Comercial de curto prazo lançado em 28 de Março de 2008 e válido até 28 de Março de 2018, tendo sido prorrogado por mais 10 anos. Emissões colocadas junto de investidores e/ou instituições financeiras suportadas por linhas de crédito committed de prazos entre 6 meses e um ano, contratadas junto de bancos de relacionamento.

Parte III

Demonstrações Financeiras

- d) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 30 de Junho de 2017 com renovações anuais, salvo denúncia de qualquer uma das partes.
- e) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 24 de Fevereiro de 2017, válido até Fevereiro de 2023, com amortizações semestrais a partir de 2019.
- f) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, sem garantia de subscrição, iniciado em 20 de Dezembro de 2017 com renovações anuais. Emissões colocadas junto de investidores institucionais.
- g) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 23 de Junho de 2016, válido por um período de 5 anos, com amortizações anuais e período de carência de 1 ano;
- h) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2016/2021 no valor de 15.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 29/Julho/2021. As obrigações vencem juros semestralmente;
- i) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2014/2019 reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 28/Maio/2019. As obrigações vencem juros semestralmente.

A taxa de juro dos empréstimos bancários e obrigacionistas em vigor a 31 de Dezembro de 2018 era em média cerca de 2,14%.

Os empréstimos bancários mencionados vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor do respectivo prazo de cada emissão.

O valor nominal dos empréstimos e a estimativa do valor nominal dos juros a liquidar, apresentam as seguintes maturidades:

O valor nominal dos empréstimos e a estimativa do valor nominal dos juros a liquidar, apresentam as seguintes maturidades:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	62 150 000	(1 239 416)	22 700 000	(2 112 847)
N+2	2 000 000	(393 125)	52 500 000	(1 255 768)
N+3	40 000 000	(377 188)	-	(427 135)
N+4	2 000 000	(20 000)	19 000 000	(410 573)
N+5	2 000 000	(1 250)	-	(46 667)
Após N+5	-	-	-	(2 917)
	108 150 000	(2 030 978)	94 200 000	(4 255 906)

À data de 31 de Dezembro de 2017, as linhas de crédito podem ser resumidas como segue:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Compromissos		Compromissos	
	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano
Montante de linhas disponíveis	(56 750 000)	(18 250 000)	(50 150 000)	(68 500 000)
Montante de linhas contratadas	(68 750 000)	(49 250 000)	(67 850 000)	(82 500 000)

Parte III

Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2018 a reconciliação dos passivos cujos fluxos afectam as actividades de financiamento, são detalhadas da seguinte forma:

	31 Dezembro 2017	Numerário	Não Numerário		Var. justo valor	31 Dezembro 2018
			Aquisições	Custos amortizados		
Empréstimos não correntes	71 245 810	(25 500 000)	-	(86 555)	-	45 832 366
Empréstimos correntes (Nota 12)	70 549 000	12 234 500	-	-	-	82 783 500
	141 794 810	(13 265 500)	-	(86 555)	-	128 615 866

12. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
<u>Outras dívidas a terceiros:</u>		
Empréstimos obtidos	20 633 500	47 849 000
Outros credores diversos	956 924	719 841
	21 590 424	48 568 841

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de empréstimos obtidos diz respeito a operações financeiras obtidas pelas seguintes empresas do grupo:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Interlog, SGPS, S.A.	-	21 858 000
SC Industriais, SGPS, S.A.	-	9 347 000
SC For - Serv. de For. e Des. de Rec. Hum., Unip., Lda.	-	11 000
Race. SGPS, SA	19 720 500	16 613 000
Inparvi, SGPS, S.A.	913 000	-
Solinca - Health & Fitness, S.A.	-	20 000
	20 633 500	47 849 000

Os empréstimos recebidos de empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 30 de Dezembro de 2018 era, em média, cerca de 0,050%.

Na rubrica outros credores diversos, estão incluídos 932.721€ relativos às estimativas de IRC transferidos das subsidiárias, por força da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, comparativamente ao valor de 700.481€ incluído na mesma rúbrica em 2017 (Nota 22).

13. FORNECEDORES, ESTADO, OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES e OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores	111 994	-	137 599	-
Estado e outros entes públicos - imposto sobre o rendimento	2 299 149	-	-	-
Estado e outros entes públicos - outros impostos	48 995	-	50 069	-
Outros passivos correntes				
Acréscimos de custos:				
Remunerações a liquidar	820 702	138 580	750 007	287 354
Juros a liquidar	301 451	-	308 166	-
Outros acréscimos de custos	83 191	-	73 158	-
Proveitos diferidos	7 370	-	4 769	-
	1 212 714	138 580	1 136 100	287 354

Em 31 de Dezembro de 2018, as rubricas Fornecedores e Outros acréscimos de custos incluem saldos com entidades relacionadas no montante de 96.317€ e 51.954€ respectivamente (Nota 22)

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica Juros a liquidar apresentava o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Juros a liquidar:		
Empréstimos bancários	300 766	305 672
Empréstimos empresas do grupo	685	2 494
	301 451	308 166

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica Estado e Outros entes públicos – outros impostos apresentava o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Estado e outros entes publicos - Imposto s/ o rendtº		
Pagamentos por conta	(587 888)	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	(766 042)	-
Imposto sobre o rendimento (IRC)	(267 636)	-
Estimativa de IRC	3 920 714	-
	2 299 149	-
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Retenção de impostos sobre rendimentos	26 787	27 300
Imposto sobre o valor acrescentado (iva)	69	69
Contribuições para a segurança social	22 138	22 700
Outras tributações	-	-
	48 995	50 069

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 30 de Setembro de 2017 o detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Rendas e alugueres	(42 099)	(52 266)
Seguros	(42 343)	(39 629)
Deslocações e estadas	(28 905)	(53 683)
Trabalhos especializados	(1 305 069)	(1 217 573)
Outros fornecimentos e serviços	(62 517)	(54 116)
	(1 480 932)	(1 417 268)

Na rubrica Trabalhos especializados destacam-se os valores relativos à rubrica Fee de serviços partilhados com o valor de 270.597€ (2017: 184.012€) e à rubrica custos com a Holding com o valor de 795.707€ (2017: 663.324€), debitados pela participada SC Sociedade de Consultadoria, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos incluía transacções com entidades relacionadas no montante 1.193.029€ (2017: 967.316€)

15. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, a Sociedade tinha celebrado, como locatária, contractos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
N+1	38 921	39 071
N+2	38 921	39 071
N+3	38 921	39 071
N+4	18 522	39 071
N+5	-	18 597
	135 285	174 881

16. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o detalhe dos Custos com o Pessoal era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Remunerações dos órgãos sociais	(1 057 176)	(1 225 969)
Remunerações do pessoal	(171 114)	(291 711)
Encargos sobre remunerações	(166 030)	(178 145)
Outros custos com o pessoal	(21 493)	(64 841)
	(1 415 813)	(1 760 666)

17. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, o detalhe dos Resultados Financeiros era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Custos e perdas financeiras		
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(415 170)	(318 015)
Relativos a obrigações não convertíveis	(1 949 453)	(1 962 390)
Outros	(12 619)	(50 700)
Outros custos e perdas financeiras	(1 188 257)	(1 492 502)
	(3 565 498)	(3 823 607)
Proveitos e ganhos financeiros	-	-
Juros obtidos	9 594 252	9 920 503
	9 594 252	9 920 503
Resultados financeiros	6 028 754	6 096 896

Em 31 de Dezembro de 2018, o montante registado em Juros suportados – outros refere-se na sua totalidade a juros suportados com empréstimos correntes obtidos de empresas do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2018, o montante registado em Juros obtidos é relativo a juros de empréstimos concedidos a empresas do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2018, o valor registado em Outros custos e perdas financeiras refere-se a comissões suportadas com a montagem e gestão de empréstimos bancários e obrigacionistas.

18. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, o detalhe dos Resultados Relativos a Investimentos era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Reversão e perdas imp. investimentos financeiros (Nota 4.1)	(42 642 090)	(6 248 597)
Dividendos obtidos	25 433 333	18 122 785
Perdas em Inv. Financeiros	-	(15 080 601)
Outros rendimentos e ganhos Investimentos financeiros	14 002 335	2 001 952
Resultados relativos a investimentos	(3 206 422)	(1 204 460)

Em 31 de Dezembro de 2018, o montante registado na rubrica "Outros rendimentos e ganhos de Investimentos financeiros", respeita a: i) ganhos com alienações de investimentos financeiros (12.333.735€) e ii) rendimentos obtidos com investimentos e fundos imobiliários (1.667.140€).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o montante de dividendos obtidos respeita a dividendos distribuídos pelas seguintes participadas (Nota 22):

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Lidergraf, SA	120 883	114 074
SC Industrials SGPS, SA	23 279 801	12 673 988
SC Hospitality SGPS SA		305 336
Capwatt SGPS SA	2 032 649	5 029 387
	25 433 333	18 122 785

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Proveitos Operacionais		
Outros proveitos supl.- Comissões fianças (Nota 22)	118 598	114 714
Outros	4 314	3 624
	122 913	118 338
Outros gastos e perdas		
Impostos indirectos	(44 499)	(43 390)
Outros	(785)	(244)
	(45 284)	(43 634)

20. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, o detalhe do Imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Imposto corrente (Nota 6)	5 305 776	1 352 188
Imposto diferido (Nota 7)	(12 847)	2 450 000
	5 292 929	3 802 188

De acordo com o mencionado na Nota 6, a Sonae Capital SGPS SA é tributada em sede de IRC pelo regime RETGS.

20.1 RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DE IMPOSTO

A reconciliação do resultado antes de imposto do exercício, com o imposto sobre o rendimento do exercício, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Valor incidência	Valor imposto	Valor incidência	Valor imposto
Resultados antes de impostos (1)	1 970		1 787 155	
taxa de imposto	21%		21%	
Imposto apurado		(414)		(375 302)
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável:				
Reversão de perdas de imparidade (Nota 18)	42 642 090	(8 954 839)	(20 923 422)	4 393 919
Dividendos (Nota 18)	(25 433 333)	5 341 000	(18 122 785)	3 805 785
Pagamento baseado em acções	-	-	33 709	(7 079)
Perdas por imparidade (Nota 18)	-	-	27 172 018	(5 706 124)
Ganhos invest Financeiros	(12 287 350)	2 580 344	13 846 529	(2 907 771)
Outros	2 023	(425)	-	-
Dedução perdas fiscais	-	-	(61 175)	12 847
Economia de Imposto (RETGS)		6 523 767		2 269 128
Derrama Municipal e Estadual		(176 643)		(125 694)
Tributação autónoma		(7 014)		(7 520)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos		(12 847)		2 450 000
Imposto sobre o rendimento (2)		5 292 929		3 802 188
Taxa efectiva		N/A		N/A

21. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	5 294 899	5 589 342
Efeito das acções potenciais	-	-
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	5 294 899	5 589 342
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	248 085 190	247 388 190
Resultado por acção (básico e diluído)	0,021343	0,022593

22. PARTES RELACIONADAS

Os Saldos e as Transacções com entidades relacionadas, durante o exercício de 2018 e de 2017, podem ser detalhados como segue:

	Custos suportados (Notas 14 e 17)		Proveitos obtidos (Notas 17,18 e 19)	
	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
Transacções				
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	1 205 648	1 018 016	35 146 183	28 155 932
	1 205 648	1 018 016	35 146 183	28 155 932
Saldos				
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	1 080 992	848 854	14 125 941	5 541 839
	1 080 992	848 854	14 125 941	5 541 839
Saldos				
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	20 633 500	47 849 000	415 397 206	384 665 034
	20 633 500	47 849 000	415 397 206	384 665 034

Em proveitos obtidos, em 2018, estão incluídos os dividendos recebidos de empresas do grupo no valor de 25.433.333 eur. (2017: 18.122.785 eur) (Nota 18).

23. RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os recebimentos e pagamentos de Investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

	31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
Interlog SGPS, SA	21 685 281	-	-	-
Fundo Esp de Invest. Imob WTC	-	10 551 528	-	-
Solinca - Health & Fitness, S.A.	27 947 912	144 725	-	1 069 344
Spred, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	1 723 246
SC Fitness, SA	-	1 292 678	-	-
SC Finance BV	-	10 700 000	-	-
Terceiros	582 452	5 170	600 001	-
	50 215 645	22 694 100	600 001	2 792 590

24. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Artº 5º nº 4 do Decreto-Lei nº 495/88 de 30 de Dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de Dezembro:

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram celebrados contratos de suprimentos com as empresas Capwatt SGPS, SA , SC Assets SGPS, SA, SC Finance BV, SC Fitness, SA e SC Industrials SGPS, SA.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram celebrados contratos de operações financeiras com as empresas:

Adira - Metal Forming Solutions, S.A.
Aqualuz Tróia-E.Ho.I.,SA
AQUALUZ-Turismo Lazer Ltda
ATLANTIC FERRIES-LocFluVM
BLOCO Q-Soc.Imobil.SA
CAPWATT ACE, S.A.
Capwatt Alrota-Wind P.,SA
Capwatt Chamusca-Bi.U.Lda

Capwatt Évora-Solar P.,SA
Capwatt Ferreira-So.P.,SA
CAPWATT HECTARE-HE.P.,ACE
CAPWATT MARTIM L.-S.P.,SA
CAPWATT, SGPS, S.A.
Casa da Ribeira-SocImob
Centro Resid.Maia-Urb.,SA
Cinclus - Imobiliária, SA

Country Club da Maia, SA
Empreendimento.Im.Q.Azenha
GOLF TIME-Golfe e Invest.
Imoclub-Serv.Imobili.,SA
Imohotel-Soc.Imobili.,SA
IMOPENINSULA-SOC.IMOB.,SA
Imoponte-Soc.Imobili.,SA
Imoresort-Soc.Imobili.,SA

Imosedas-Imob.Serviços,SA
Implantação-Imobiliár.,SA
Marina de Tróia, S.A.
MARMAGNO-Expl.Hot.Imob.SA
PortoPalacioHotelExp.H.SA
Porturbe-Ed.Urbanizaç.,SA
Praedium - Serviços, SA
PraediumII-Imobiliária,SA

Prédios Privados-Imob.,SA
Promessa-Soc.Imobilir.,SA
RACE, SA
SC Assets, SGPS, S.A.
SC FINANCE BV
SC FITNESS, S.A.
SC HOSPITALITY, SGPS, S.A
SC INDUSTRIALS,SGPS,S.A.

SC, SGPS, SA
Sete e Meio Herdades-I.A.
SIAF - Energia, S.A.
SOBERANA Invest.Imobil.SA
Sotáqua-S.Em.Tu.Quarteira
Soternix-Prod.Energia,ACE
Spinveste-Gestão Imob.,SA
Spinveste-PromoçãoImob,SA

SUNCOUTIM - SOLAR ENERGY
The House Ribeira Hotel
Troiaresort, SGPS, S.A.
TROIARESORT-Inv.T.SA
TULIPAMAR-Expl.Hot.Im.SA
UP INVEST, SGPS, S.A.
Urbisedas-Imobil.Sedas,SA
Vistas do Freixo

Parte III

Demonstrações Financeiras

As respectivas posições credoras em 30 de Setembro de 2018 são as seguintes:

Suprimentos e Operações Financeiras Concedidas

Empresas	Saldo Final
CAPWATT, SGPS, S.A.	54 545 000
SC Assets, SGPS, S.A.	155 587 400
SC Finance BV	6 458 900
SC Fitness, S.A.	36 619 600
SC Hospitality, SGPS, S.A.	7 311 502
SC Industrials, SGPS, S.A.	20 061 500
SC SGPS, S.A.	361 300
Troiareort, SGPS, S.A.	134 452 004
	<hr/>
	415 397 206

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2018 são as seguintes:

Operações Financeiras Obtidas

Empresas	Saldo Final
Inparvi, SGPS, S.A.	913 000
RACE, SGPS, S.A.	19 720 500
	<hr/>
	20 633 500

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de Dezembro de 2018 até esta data que necessitem ser divulgados

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 1 de Março de 2019.

O Contabilista Certificado

Rui Manuel Machado Morais

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Francisco de La Fuente Sanchez

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata

Ivone Pinho Teixeira

RELATÓRIO & CONTAS

PARTE IV

**RELATÓRIO
DE SUSTENTABILIDADE**

31 Dezembro 2018



ÍNDICE

299

ENQUADRAMENTO

1

302

MENSAGEM DA CFO

2

304

A SONAE CAPITAL

3

311

A DIMENSÃO SOCIAL DOS NOSSOS NEGÓCIOS

4

317

A DIMENSÃO AMBIENTAL DOS NOSSOS NEGÓCIOS

5

335

GLOBAL REPORTING INITIATIVE

6

364

REQUISITOS DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

PARTE IV
RELATÓRIO
DE SUSTENTABILIDADE
31 Dezembro 2018





ENQUADRAMENTO

O Relatório de Sustentabilidade da Sonae Capital foi elaborado de acordo com as normas constantes da Global Reporting Initiative (*GRI Standards*) e com a Directiva de Relato Não Financeiro 2014/95 UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Outubro de 2014 e Decreto-Lei 89/2017 de 28 de Julho, com a finalidade de relatar o desempenho do Grupo, e das suas Unidades de Negócio, no ano de 2018, nas diferentes dimensões da Sustentabilidade.

No ano de 2018, em antecipação a este Relatório, efectuámos, internamente, uma análise das temáticas mais materiais nas diferentes dimensões da Sustentabilidade e que estão refletidas neste documento:

- No que diz respeito ao domínio ambiental, a Sonae Capital está empenhada em desenvolver os seus negócios de uma forma consciente e respeitadora do meio ambiente. O principal objectivo é o de garantir que o desenvolvimento e a área de actuação dos diferentes negócios tenham o mínimo impacto adverso no ambiente, desenvolvendo esforços para promover a utilização racional de recursos materiais e energéticos, bem como a optimização dos consumos de água e de energia e a minimização das emissões de GEE (gases de efeito estufa), para além da gestão eficaz dos resíduos gerados.
- Relativamente à dimensão social e relativa aos trabalhadores e à igualdade de género, a Sonae Capital, como empregador de referência no mercado nacional, tem vindo a exercer um forte poder de atracção de quadros, técnicos e jovens de elevado potencial, respondendo assim ao desafio da captação de novos recursos humanos necessários à expansão da actividade desenvolvida pelos diferentes negócios, rejeitando veementemente qualquer forma de discriminação.
- Por fim, no que toca ao respeito pelos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, o Código de Conduta da Sonae Capital afigura-se como o principal exemplo do compromisso em assumir, junto de todos os *stakeholders*, uma reputação pautada pela integridade, consistência e transparência. No entanto, são também dados a conhecer os principais Regulamentos que norteiam a actividade do Grupo.

No sentido de obter uma análise mais completa, planeamos, nos próximos exercícios, efectuar uma análise de materialidade que envolva *stakeholders* externos. Desta forma, conseguiremos ter uma ideia mais próxima do impacto que as nossas acções enquanto Grupo têm para esse público-alvo tão relevante para a nossa estratégia de Sustentabilidade.

Período de reporte e âmbito

Este relatório incide sobre a actividade da Sonae Capital entre 1 de Janeiro de 2018 e 31 de Dezembro de 2018, nos negócios de Energia, Engenharia Industrial (Adira), Refrigeração e AVAC, Fitness, Hotelaria e Tróia Operações. De referir que, no portefólio da Sonae Capital se inclui uma área de Activos Imobiliários que, pelas suas características e tipologia específica, se encontra fora do âmbito deste Relatório. Já a informação relativa ao Centro Corporativo e Serviços Partilhados encontra-se, ainda, incluída nos Indicadores Sociais reportados.

GRI (*Global Reporting Initiative*)

O Relatório foi elaborado de acordo com as orientações das Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI - *GRI Standards* - para o nível "De acordo - Essencial". Nos indicadores Económicos e Ambientais, com o objectivo de permitir medir a evolução da Sonae Capital, para além do exercício de 2018, é também reportado o exercício de 2017.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

Decreto-Lei n.º 89/2017

Com o presente Relatório pretendemos, ainda, responder aos requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017.

Contactos

Para esclarecimentos adicionais, por favor entre em contacto com a Direcção de Relação com Investidores: Nuno Parreiro | ir@sonaecapital.pt | Tel.: +351 22 010 7903.

“Em 2018, decidimos dar um passo em frente na forma como partilhamos, com accionistas, colaboradores e público em geral, o caminho que estamos a fazer, elaborando este Relatório de Sustentabilidade.”

**Ivone Pinho Teixeira
CFO Sonae Capital**



1. MENSAGEM DA CFO

O início de um novo capítulo

Enquanto Grupo com perspectiva de longo-prazo, consideramos incontornável que a nossa proposta de valor assente em princípios de desenvolvimento sustentável. São esses princípios que norteiam toda a nossa acção nas relações que estabelecemos com os nossos parceiros e fornecedores, na forma como desenvolvemos os nossos produtos, na forma como desenvolvemos as nossas pessoas e no nosso contributo para ultrapassar alguns dos desafios ambientais e sociais mais urgentes do nosso tempo.

Assim, em 2018, decidimos dar um passo em frente na forma como partilhamos, com accionistas, colaboradores e público em geral, o caminho que estamos a fazer, elaborando este Relatório de Sustentabilidade.

Como é natural, e sendo este um início de processo, os mecanismos de recolha que possuímos não são, ainda, os que gostaríamos para podermos dar a conhecer, em linha com os nossos níveis de ambição, todas as vertentes da realidade dos nossos negócios sob o ponto de vista económico, social e ambiental. No entanto, na lógica de um esforço incremental, sabemos que demos primeiros passos seguros para que este Relatório anual seja uma realidade em constante evolução e melhoria.

Vamos continuar a trabalhar para que os nossos indicadores melhorem gradualmente, porque sabemos da nossa responsabilidade e porque nos preocupamos.

As alterações climáticas, que estão na ordem do dia e que vão moldando o panorama nacional e internacional, mostram-nos o caminho na forma como produzimos e utilizamos eficientemente a energia e quanto ao investimento necessário em limitar as emissões de carbono em todas as áreas da nossa actividade: estes são pontos fulcrais para a Sonae Capital como um todo e não podemos deixar passar isso em claro para os nossos *stakeholders*.

Mas a forma como consideramos a Sustentabilidade não se esgota na componente ambiental. Falamos, também, de valores, de diversidade, de inclusão e de como essa realidade tem de ser inculcada nas várias áreas do nosso Grupo. Ficamos muito orgulhosos por prémios como o que recebemos na Conferência *Leading Together*, já no início de 2019, em que a Sonae Capital foi distinguida como a empresa no topo do índice criado por esta iniciativa sobre igualdade de género em Conselhos de Administração e Comissões Executivas das empresas do PSI20. No entanto, sabemos também que é um início e que os nossos dados relativamente à paridade de género ainda têm muita margem para evoluir, ao longo de toda a cadeia de colaboradores, pelo que “o caminho faz-se caminhando”, assumindo o nosso compromisso na melhoria deste e de outros indicadores.

2018 foi um ano em que todos os nossos negócios demonstraram estar à altura dos desafios que temos, internamente, relativos à temática da Sustentabilidade e gostaria, por isso mesmo, de destacar:

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade



Valor económico acumulado de 1,7 milhões de euros, que compara com 9,7 milhões de euros negativos em 2017



Reduções expressivas no consumo de materiais, com destaque para a redução de papel de 11% face a 2017



400 horas de voluntariado em 2018



34.968 horas de formação em 2018, 62% acima de 2017

Termino com uma palavra de agradecimento. A todos os nossos Colaboradores, de todas as áreas de negócio, pelo trabalho no âmbito do desenvolvimento sustentável da nossa actividade. É com eles que contamos para que as medidas que vão sendo colocadas em prática alcancem um sucesso que nos permita, orgulhosamente, ostentar esta bandeira de que somos um Grupo com uma missão a cumprir para com o meio em que nos inserimos.

Ivone Pinho Teixeira

CFO

2. A SONAE CAPITAL



B2B, *Business-to-Business*

Refrigeração & AVAC: *Player* especializado em engenharia de refrigeração, ar condicionado e *building efficiency*

Energia: *Player* focado na promoção, detenção e operação de soluções integradas de otimização energética, contribuindo para um paradigma sustentável de energia

Engenharia Industrial (ADIRA): Referência em soluções de *metal forming* inovadoras, customizadas e de valor acrescentado para os seus clientes

B2C, *Business-to-Consumer*

Fitness: Operador de cadeia de *Health Clubs*, focado na actividade física, saúde e bem-estar

Hotelaria: Gestor de unidades hoteleiras reconhecidas pelo seu serviço de excelência

Tróia Operações: Desenvolvimento e gestão do TROIA RESORT, destacando-se pela oferta diversificada de serviços de qualidade e pela promoção de experiências inesquecíveis

Activos Imobiliários

Activos Imobiliários destinados ao financiamento da estratégia corporativa do Grupo (fora do âmbito deste Relatório)



OS NOSSOS VALORES

Ética e Confiança

Temos como compromisso fundamental a criação de valor económico baseado em princípios de ética e desenvolvimento sustentável, num horizonte de longo prazo, assente em relações de confiança com as nossas partes interessadas.

As pessoas no centro do nosso sucesso

Promovemos o desenvolvimento das capacidades e competências de cada um através dos desafios constantes, da predisposição para a mudança e do trabalho em equipa. Acreditamos que tudo isto, suportado numa cultura interna que promove a meritocracia, são factores cruciais para a atracção, retenção e desenvolvimento de Colaboradores de elevada capacidade e potencial.

Ambição

É a nossa força orientadora corporizada no contínuo estabelecimento de metas que, mantendo constante a atitude resiliente e corajosa da organização, estimulam e desafiam as nossas competências e acrescentam valor aos nossos clientes.

Inovação

Está na essência e na origem dos nossos negócios. Quebramos de forma sistemática com o convencional e temos a capacidade de surpreender o mercado. Acreditamos que a aprendizagem também se faz pelo erro e pelos insucessos, estando conscientes, no entanto, da importância de saber balancear este factor dentro dos padrões regulares de risco.

Responsabilidade social

Temos um sentido de responsabilidade social activo de contribuição para a melhoria da sociedade em que nos inserimos, com forte preocupação ambiental e de desenvolvimento do conhecimento humano.

Frugalidade e eficiência

Valorizamos a eficiência e a competição saudável, procurando otimizar a utilização dos nossos recursos e maximizar o seu retorno.

Cooperação e independência

Adotamos uma posição de independência e autonomia em relação aos poderes central e local, mas sempre com abertura e predisposição para cooperar com os Governos e Autarquias, com o objectivo de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social.

AS NOSSAS POLÍTICAS

Na Sonae Capital, seguimos escrupulosamente a legislação nacional em matéria de Direitos Humanos e do Trabalhador e nas respectivas orientações das Nações Unidas e da Organização Mundial do Trabalho, eliminando qualquer forma de discriminação e promovendo um ambiente de trabalho saudável e equilibrado.

Em consonância com os princípios defendidos no nosso Código de Conduta, assumimos um compromisso de promoção da diversidade nas suas várias dimensões, nomeadamente em função da idade, género, habilitações ou de antecedentes profissionais.

Na Sonae Capital, valorizamos a diversidade de habilitações e de antecedentes profissionais. Acreditamos que o trabalho das equipas é enriquecido através da complementariedade de cada indivíduo e, por isso, continuamos a apostar numa cultura corporativa que promove a inovação e a aprendizagem contínua, com uma forte aposta na mobilidade interna enquanto instrumento de desenvolvimento e valorização das pessoas. Valorizamos a heterogeneidade dos percursos e dos perfis dos nossos colaboradores. Defendemos a igualdade de oportunidades e não aceitamos qualquer tipo de discriminação no local de trabalho, seja ela relacionada com idade, género, raça, *background* social, religião, orientação sexual ou aptidão física.

Procuramos promover a diversidade de género de forma activa em todas as empresas que fazem parte do Grupo. Nos processos de recrutamento e selecção, sugerimos aos responsáveis que apresentem uma lista de candidatos que seja equilibrada em termos de representatividade de ambos os géneros. Recomendamos que em todos os níveis da empresa, bem como em todos os negócios, as equipas sejam compostas por elementos de ambos os géneros, de forma equilibrada. Monitorizamos as avaliações de desempenho, as promoções e as revisões salariais por género, de modo a garantir uma gestão correcta e equilibrada em todas as equipas.

Código de Conduta da Sonae Capital

A Sonae Capital possui um Código de Conduta (“Código”), que integra um conjunto de princípios e regras de natureza ética e deontológica que regem a actividade das empresas do Grupo Sonae Capital, a actuação dos respectivos membros dos Órgãos Sociais, das suas pessoas e seus parceiros de Negócios.

Neste Código estabelecem-se os princípios do Grupo no que diz respeito ao que é esperado de todos os *players* no dia a dia da actividade desenvolvida em termos de transparência, confiança, idoneidade, clareza de propósito e comportamento esperado, em consonância com os princípios estabelecidos pelo Grupo nos seus valores. O que é esperado nas relações estabelecidas pelas várias empresas da Sonae Capital, ou pessoas que a representem, está vertido neste Código de Conduta, que se espera que seja cumprido na íntegra.

Este Código de Conduta pretende, também, estabelecer uma referência para os vários *stakeholders* externos sobre os padrões de comportamento da Sonae Capital no seu relacionamento com as várias entidades que são fulcrais para a sua actividade.

A quem se destina este Código?

O Código tem um grupo de destinatários interno e outro externo. Assim, internamente, o Código aplica-se a todos os membros de Órgãos Sociais de qualquer entidade que integre o Grupo Sonae Capital, a todos os Colaboradores e Prestadores de Serviços e a todos os que estejam, de alguma forma, titulados para representar a Sonae Capital na sua relação com Clientes, Fornecedores e Parceiros.

O Código é ainda um guia para a actuação de todas as entidades que se relacionam económica, institucional ou socialmente com o Grupo Sonae Capital, nas quais se incluem, designadamente, accionistas, investidores, fornecedores, clientes e parceiros de negócio.

Com que objectivo foi criado este Código?

O Código foi criado com o objectivo fundamental de:

- Materializar e partilhar os princípios que orientam a actividade do Grupo e as regras de natureza ética e deontológica em que se deve basear o comportamento de todos os seus Colaboradores e Parceiros;
- Promover e incentivar a adopção dos princípios de actuação e das regras comportamentais definidas neste Código, nas relações dos colaboradores entre si e com os stakeholders da Sonae Capital;
- Consolidar a imagem institucional da Sonae Capital, que deve caracterizar-se pela excelência, exigência, responsabilidade e rigor.

Como é divulgado o Código de Conduta?

O presente Código é divulgado a todos os Colaboradores e Parceiros e está publicado no site do Grupo e na Intranet.

Como se podem comunicar eventuais não conformidades ao Código?

Compete ao Conselho Fiscal da Sonae Capital receber as comunicações de irregularidades, apresentadas por accionistas, colaboradores da Sonae Capital ou outros. O Conselho Fiscal regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, promovendo, conforme for adequado, as necessárias diligências junto da Administração, da auditoria interna e/ou externa e sobre as mesmas elabora o seu relatório.

Durante 2018, o Conselho Fiscal não recebeu, através dos meios definidos para o efeito, quaisquer comunicações versando sobre matérias sob a alçada desta política.

O Código de Conduta da Sonae Capital encontra-se disponível para consulta no website – www.sonaecapital.pt (separador Governo Societário, secção Regulamentos).

Política de Comunicação de Irregularidades

A Política de Comunicação de Irregularidades pretende proteger o direito de entidades, colaboradores ou indivíduos de relatar procedimentos que não sigam à risca o cumprimento dos princípios legais, regulamentares e deontológicos afectos à Sonae Capital e empresas que a compõem. Quaisquer actos que, de alguma forma, afectem o património da Sonae Capital e das sociedades, bem como as boas práticas de gestão, imagem ou reputação do Grupo são susceptíveis de ser analisados pelo órgão social competente para o assunto, o Conselho Fiscal.

A comunicação de irregularidades obedece a vários critérios e deverá conter uma descrição dos factos que a suportam, ser rotulada como confidencial e, sempre que possível, incluída em formato, material ou digital, que garanta a respectiva inviolabilidade até à sua recepção pelo respectivo destinatário. O autor da comunicação de irregularidades deverá ser claramente identificado, tendo a possibilidade de alegar confidencialidade da sua identidade.

A investigação e o apuramento de responsabilidades deverá ser efetuada de forma célere e o Conselho Fiscal proporá aos Órgãos Sociais da Sonae Capital ou aos órgãos sociais de qualquer outra sociedade por esta dominada, ou a qualquer outra estrutura organizativa daquelas sociedades, a adopção das medidas que entenda necessárias para suprir a irregularidade comunicada e comprovada pelo processo de averiguação. Há, ainda, uma proibição de represálias em relação ao denunciante, excluindo situações em que o mesmo seja participante em qualquer irregularidade ou que se venha a provar que agiu de má-fé na instauração de um procedimento deste género.

A Política de Comunicação de Irregularidades encontra-se disponível para consulta no website – www.sonaecapital.pt (separador Governo Societário, secção Política de Comunicação de Irregularidades).

Política de Diversidade

Temos a convicção de que o nosso sucesso, num mundo em constante transformação, tem origem nas pessoas que integram o nosso Grupo. É nossa premissa essencial garantir que os nossos processos de recrutamento privilegiam não só a adequação das características dos candidatos às funções que lhes são cometidas, como a existência de pontos de vista distintos, com o objetivo de enriquecer o grupo.

Consideramos também essencial que, na selecção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os accionistas privilegiem a aprovação de propostas de eleição de órgãos sociais que assentem em critérios de diversidade, de modo a procurar que os mesmos reúnam uma maior amplitude de conhecimentos, competências, experiências e valores. Como tal, entendemos que a chave do nosso sucesso é a diversidade das nossas pessoas, que aporta diferentes perspectivas, pontos de vista e convicções e que nos torna um grupo com uma multiplicidade de perfis.

Assim, a Sonae Capital compromete-se a desenvolver esforços no sentido de promover a diversidade nos seus quadros, bem como a privilegiar políticas e recomendações que visem o mesmo fim no que respeita a designação dos seus órgãos de administração e fiscalização. Tendo sempre como factor de ponderação a natureza e a complexidade das actividades do grupo, assim como o contexto social e ambiental em que as sociedades operam, são os critérios seguintes que são levados em consideração em termos de selecção de candidatos:

- **Experiência profissional:** a coexistência de percursos profissionais e de *background* diversificado aporta *know-how* apropriado às actividades do grupo e à estratégia definida, designadamente, nas seguintes áreas: financeira, contabilidade, jurídica, governo societário, mercado de valores mobiliários/derivados, indústria, relações com investidores, banca, estratégia, responsabilidade social corporativa, gestão de riscos, auditoria, aprovisionamento e gestão de activos, marketing, ambiente e Sustentabilidade;
- **Género:** a diversidade de género promove a existência de perspectivas e de estilos diferentes, trazendo inovação e criatividade ao órgão respectivo;
- **Habilitações:** a diversidade de qualificações profissionais permite colocar ao dispor do grupo as competências necessárias ao desenvolvimento das suas actividades e da estratégia definida, tendo em conta a respectiva complexidade. A inclusão de diferentes áreas como engenharia, economia, gestão, direito e outras promove a diversidade de conhecimentos técnicos, o que permitirá uma melhor compreensão das questões, riscos e oportunidades inerentes à atividade do grupo;
- **Idade:** o grupo não tem uma visão restritiva dos limites de idade, pois é nossa convicção que a diversidade etária permitirá combinar experiência com a inovação, do que poderá resultar um processo de tomada de decisão mais inovador, ágil e ponderado.

A Sonae Capital assume o compromisso de implementar e monitorizar o alinhamento desta política com os mais avançados padrões de governo societário e de a rever com uma periodicidade adequada (sempre com antecedência razoável face a cada assembleia geral electiva – no que respeita às recomendações para os órgãos de administração e fiscalização), tendo em conta também as regras e os princípios de não discriminação, nomeadamente por motivos de origem étnica, raça, deficiência ou orientação sexual.

Código de Conduta para Fornecedores

A Sonae Capital pretende pautar a sua actuação, em todos os negócios, por comportamentos que vão para além do estrito cumprimento da legislação em vigor. Para esse efeito adoptámos, nas nossas práticas, um conjunto de princípios de Sustentabilidade, Ética, Justiça e Honestidade.

Reconhecendo os desafios e os riscos associados à sua cadeia de fornecimento, e no seguimento da sua Política de Relacionamento com Fornecedores, a Sonae Capital estabeleceu o presente Código de Conduta para informar os seus Fornecedores, e a respectiva cadeia de subcontratação dos requisitos mínimos a assegurar durante todo o período de colaboração com a Sonae Capital, em todos os negócios, tanto local como globalmente.

Pretendemos criar valor baseado em relações de ética e confiança num horizonte de médio e longo prazo e evitar circunstâncias ou situações que possam ser percebidas como impróprias ou geradoras de conflito de interesses para o mercado ou restantes partes interessadas.

A Sonae Capital espera, dos seus fornecedores e prestadores de serviços, que cumpram com estes requisitos, sempre no pressuposto, quando aceitável, de lhes ser dado tempo suficiente para os ajustamentos necessários.

Adicionalmente, e sendo a transparência uma base fundamental de qualquer tipo de relação de confiança, esperamos que os nossos fornecedores nos informem de todas as circunstâncias que possam colocar em risco o cumprimento deste Código de Conduta, por forma a tentarmos, em conjunto, ultrapassar o problema.

Este Código de Conduta é modelado tendo por base as normas da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras normas emitidas por organizações como a Organização Internacional do Trabalho, Responsabilidade Social Internacional e Iniciativa de Comércio Ético.

A Sonae Capital espera, de todos os seus fornecedores, o compromisso de cumprir e fazer cumprir o Código de Conduta.

O Código de Conduta para Fornecedores encontra-se disponível para consulta no website – www.sonaecapital.pt (separador Governo Societário, secção Regulamentos).

Política de restrição à transacção de valores mobiliários admitidos à negociação da Sonae Capital

Na Sonae Capital, existe um grupo de colaboradores que, pelas funções que desempenham, possuem regular acesso a Informação Privilegiada, altamente confidencial e de valor considerável para a organização e para os seus *stakeholders*.

Neste sentido, não só para protecção da organização como também destes colaboradores, a Sonae Capital implementou um conjunto de directrizes que visam regulamentar a transacção de valores mobiliários.

Os colaboradores com acesso a Informação Privilegiada da Sonae Capital estão expressamente proibidos de transaccionar valores mobiliários da Sonae Capital com objectivos de curto-prazo (i.e., fazer *day-trading*). Ao mesmo tempo, a transacção de valores mobiliários da Sonae Capital é impedida: (i) durante períodos de restrição, ou seja, antes da Divulgação de Resultados da Sonae Capital; (ii) sempre que o colaborador tem na sua posse informação sensível, não pública, e; (iii) durante qualquer outro período em que o Administrador designado para acompanhar e supervisionar a política considere que a transacção de valores mobiliários poderá ir contra o espírito desta política.

Fora de períodos de proibição, para transaccionar valores mobiliários da Sonae Capital, estes colaboradores devem obter autorização formal, por escrito, de um Administrador designado.

Política de prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

Esta política espelha a definição pela Sonae Capital dos princípios basilares – a serem aplicados transversalmente no grupo societário que encabeça, no que respeita a prevenção, detecção e combate – incluindo-se aqui a definição de procedimentos para dar resposta aos riscos de exposição a transacções com terceiros, do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e de financiamento à proliferação de armas de destruição massiva. Esta política foi elaborada em conformidade com o disposto na legislação aplicável, nomeadamente a Lei nº 83/2017, de 18 de Agosto e aplica-se sem excepção a todos os colaboradores da Sonae Capital e demais sociedades do Grupo.

A Política de prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo encontra-se disponível para consulta no website da Sonae Capital - www.sonaecapital.pt (separador Governo Societário, secção Regulamentos).

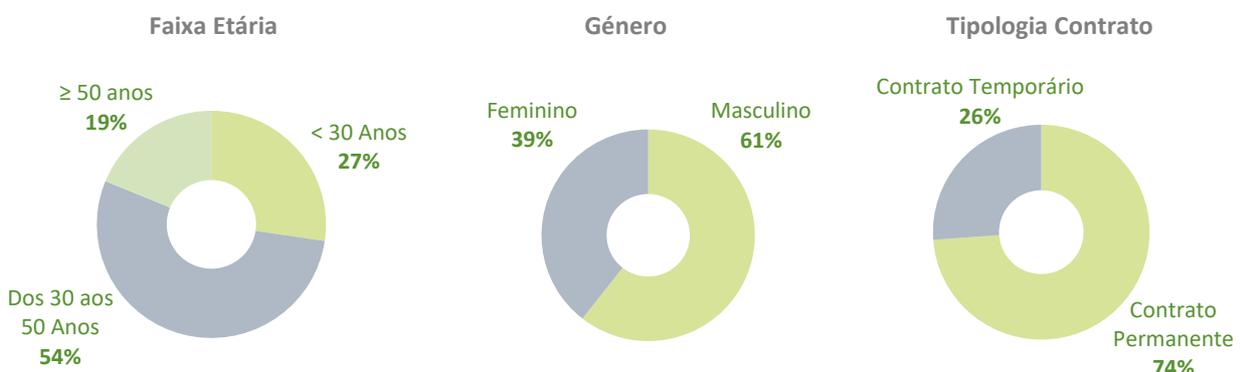
3. A DIMENSÃO SOCIAL DOS NOSSOS NEGÓCIOS

A Sonae Capital é uma empresa com várias áreas de negócio diferentes entre si e com graus de maturidade díspares, o que faz com que a nossa abordagem de aprendizagem e adaptação constante esteja assente na melhoria contínua. Apenas assim conseguimos dar resposta, com sucesso, às necessidades dos nossos negócios, que estão continuamente em processo de crescimento e reinvenção. Desenvolvemos a nossa atividade nas seguintes áreas:

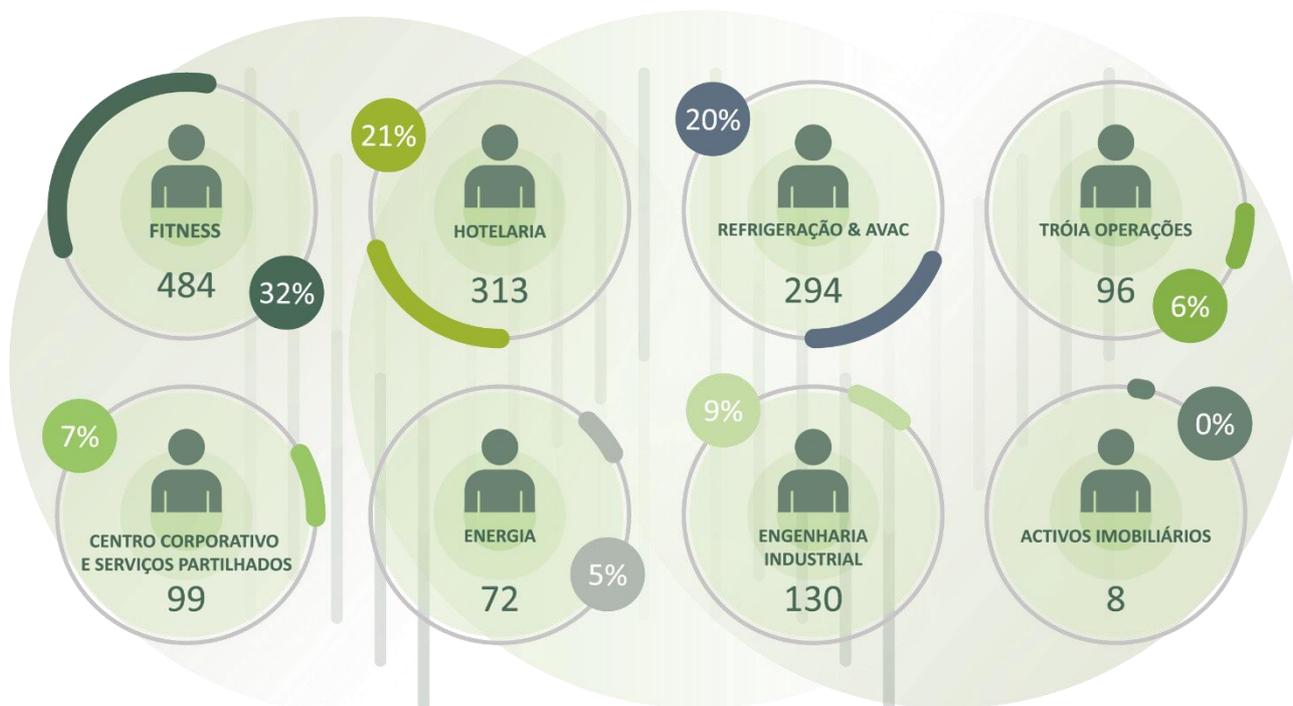
3.1 A NOSSA REALIDADE EM 2018



Distribuição dos nossos colaboradores | 2018



Distribuição dos nossos colaboradores por negócio | 2018



Na Sonae Capital, os colaboradores são o centro do nosso sucesso e, com isso em vista, acompanhamos o percurso deles de forma individualizada e com o intuito de os fazer crescer na organização. Só dessa forma é que conseguimos que este nosso activo seja, cada vez mais, uma mais valia para o Grupo, permitindo-nos ser cada vez mais capazes, audazes e profissionais em todos os negócios que compõem o nosso portefólio. De entre as várias componentes da dimensão social da Sonae Capital, destacamos as seguintes:

Reconhecimento e meritocracia: avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira

Na Sonae Capital, estamos empenhados em garantir aos colaboradores uma remuneração justa e uma evolução pessoal e profissional baseada na meritocracia. O IOP (*Improving Our People*) é uma das ferramentas mais importantes de gestão de recursos humanos, em que cada colaborador, pelo menos numa base anual, poderá obter e fornecer *feedback* sobre o seu desempenho e sobre o planeamento e desenvolvimento de carreira.

📍 **Em 2018, 68% dos nossos colaboradores tiveram avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira e 66 dos quais foram promovidos**

Formação e desenvolvimento

Por forma a assegurar um ritmo de crescimento sustentado, a Sonae Capital tem apostado na formação contínua dos seus colaboradores. Cada colaborador possui um Plano individual de crescimento e formação, que depende da sua função e categoria profissional, que é complementado com as necessidades identificadas na avaliação de desempenho.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

Para além de formações baseadas em *soft skills*, a Sonae Capital proporciona também a hipótese aos colaboradores de formações mais técnicas, bem como a participação em programas realizados em parceria com entidades como *Harvard*, *London Business School* ou *Cornwell*.

- **Em 2018, realizámos mais de 34.900 horas de acções de formação especializada, 62% acima de 2017**
- **O número de horas de formação por colaborador situou-se em 23,4 horas**

Saúde e Segurança

A Saúde e Segurança no Trabalho são um aspecto fundamental da gestão da Sonae Capital.

A preocupação em melhorar as condições de saúde e segurança no trabalho está sempre presente e alinhada com o compromisso alargado de potenciar o bem-estar dos colaboradores. Nesse sentido, apostamos numa cultura de zero acidentes, e asseguramos as condições necessárias para que os locais de trabalho sejam ambientes seguros e propiciadores de bem-estar colectivo.

- **Em 2018, foram registados 58 acidentes de trabalho, correspondentes a uma taxa de acidentes de trabalho de 0,02%**

Parentalidade e o Trabalho

O respeito pelas licenças parentais é uma prioridade para a Sonae Capital. Num dos momentos mais importantes da vida pessoal do colaborador, o Grupo tem a preocupação de respeitar, em toda a sua plenitude, a licença de maternidade e de paternidade, fornecendo todo o apoio necessário e condições para que a prioridade do colaborador seja com a sua família.

Em 2018, todos os pais e mães gozaram as suas licenças de parentalidade, sendo de registar:

- **Taxa de usufruto (Homens): 100%**
- **Taxa de usufruto (Mulheres): 100%**

Liberdade de Associação e Contratação Colectiva

A Sonae Capital respeita a liberdade de Associação e Contratação colectiva, assim como a actividade sindical, nos termos estabelecidos pela legislação aplicável e conforme estabelecido no Código de Conduta.

- **Em 2018, 31% dos nossos colaboradores encontravam-se abrangidos por acordos de negociação coletiva e 7% dos colaboradores eram sindicalizados**

Nos diversos negócios da Sonae Capital existem os seguintes contratos colectivos de trabalho:

Engenharia Industrial

Contrato Colectivo de Trabalho entre AIMMAP e o SINDEL

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

Hotelaria

Acordo empresa entre Aqualluz Tróia e a FESAHT

Contrato Colectivo de Trabalho entre a APHORT e a FESAHT

Tróia Operações

Acordo empresa entre a Atlantic Ferries e o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagem, Transitários e Pesca (SIMAMEVIP), o Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra e Energia (SITEMAQ) e o Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante

3.2 A NOSSA RESPONSABILIDADE SOCIAL

● Em 2018, foram realizadas 400 horas de voluntariado pelos nossos colaboradores

A responsabilidade social é um dos vectores que rege a nossa actividade e é principalmente através do voluntariado que temos vindo a conseguir ter impacto na comunidade em que estamos inseridos. Com efeito, e durante o ano de 2018, contabilizámos várias acções em que colaboradores da Sonae Capital estiveram envolvidos para uma melhoria na sociedade que nos rodeia, numa dinâmica crescente de envolvimento do próprio grupo.

Estas acções foram, na sua maioria, consubstanciadas no âmbito do Sonae Activshare. Este programa, que nasceu em 2012, é uma iniciativa que estende a sua transversalidade a todas as empresas do Grupo Efanor e que tem como objetivo desenvolver, consolidar e agregar todas as acções de Responsabilidade Social e de Voluntariado do mesmo. Das várias actividades em que colaboradores da Sonae Capital participaram em 2018 neste programa, gostaríamos de destacar:

Activshare

Junior Achievement Portugal: a *Junior Achievement Portugal* (JAP) é uma organização sem fins lucrativos que inspira e prepara crianças e jovens para terem sucesso numa economia global. A sua actividade consiste em proporcionar experiências transformadoras com base em três pilares fundamentais: cidadania e literacia financeira, educação para o empreendedorismo e competências para a empregabilidade. A Sonae Capital, juntamente com a Sonae, tem uma parceria com a JAP e possui vários voluntários a participar na disseminação da educação para o empreendedorismo.

Escola de Super Poderes: a Sonae Capital aliou-se ao Movimento *Transformers* para criar a “Escola de Super Poderes Sonae”, que tem como missão aumentar o envolvimento de colaboradores na sua comunidade através da partilha daquilo que mais gostam de fazer - os seus talentos / superpoderes. A participação implica a dinamização de sessões explicativas de cada superpoder com um grupo de aprendizes.



Escola de Super Poderes, Solinca.

Braço Direito: o Braço Direito é uma iniciativa que dá oportunidade aos nossos colaboradores de partilhar os seus conhecimentos com alunos da Escola do Cerco, no Porto. Um dos principais objectivos visa dar a conhecer, a cada aluno participante, a aplicação prática das matérias que estudam na escola na estrutura organizacional e dia-a-dia de trabalho em contexto empresarial. Os alunos acompanham o colaborador durante um dia do seu trabalho, partilhando as suas rotinas, dificuldades e momentos gratificantes da sua função. É particularmente útil para os jovens saberem o que se faz, efectivamente, em determinadas áreas das empresas às quais nem sempre é dada visibilidade externamente.

Angariação de fundos para vítimas de incêndios: na sequência dos graves incêndios ocorridos em Portugal em 2017, foi realizado um conjunto de acções, com o intuito de angariar fundos para compra de material necessário para a requalificação das zonas mais afectadas pelos incêndios. O valor final angariado pelos colaboradores foi dobrado pela Sonae Capital.

De entre as acções que foram promovidas fora do âmbito do Sonae Activshare, gostaríamos de destacar:

Casa do Casal: requalificação e montagem de móveis de uma casa afectada pelos incêndios de 2017. No âmbito de uma acção de *teambuilding* de uma direcção da Sonae Capital, os colaboradores compraram material e mobília para recuperar a casa de um casal idoso, pintando a casa, pendurando quadros, montando móveis e limpando as várias divisões da habitação.

Acção de Natal: todos os anos, a Sonae Capital tem escolhido uma causa para apoiar no Natal. Em 2018, juntou-se a uma instituição que apoia crianças e família carenciadas, a Conferência de Jovens de S. João Baptista de Aldoar, uma conferência vicentina que desenvolve um trabalho socio-caritativo junto das famílias mais carenciadas dos bairros sociais de Aldoar, Fonte da Moura e Biquinha, para tornar o Natal de um conjunto de crianças ainda mais especial. As crianças escreveram cartas ao Pai Natal, e os nossos colaboradores tornaram os seus desejos numa realidade.



4. A DIMENSÃO AMBIENTAL DOS NOSSOS NEGÓCIOS

4.1 ENERGIA

O QUE FAZEMOS

A criação do negócio de Energia tirou partido da experiência e *know-how* existente no desenvolvimento de centrais de produção de energia, no Grupo Sonae, que remonta ao início da década de 80. O objectivo foi transformar um conjunto de activos e competências que estavam, até àquele momento, incorporadas em diversas operações do Grupo, num negócio dedicado. Actualmente, a Capwatt detém e opera 67 MW: 9 centrais de cogeração com 45 MW, 14 centrais fotovoltaicas com 16 MW, 1 central a biogás com 1 MW e 1 parque eólico com 5 MW.



Aqualuz | Tróia



Atelgen | Barcelos



Carvemagere | Barcelos



Colombo | Lisboa



Efanor | Barcelos



Enerlousado | Famalicão



PNES | Maia



Prosa | Marco de Canavezes

Operações da CapWatt (não exaustivo).

O NOSSO DESEMPENHO

132.790 GJ produzidos através de Fontes Renováveis em 2018

Emissão evitada de 10.384t de CO₂e

AS NOSSAS BOAS PRÁTICAS

A CapWatt, unidade de negócio de energia da Sonae Capital, detém e opera projectos de produção descentralizada de energia através de cogeração e fontes renováveis (eólica, solar e biogás). Assim, a cogeração - meio descentralizado em que a produção de energia eléctrica e energia térmica ocorre em simultâneo, em detrimento da produção separada - destaca-se pela poupança de energia primária e, conseqüentemente, pela redução das emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente CO₂. As centrais de cogeração detidas pela CapWatt são constituídas por motores ou turbinas, utilizam gás natural como combustível e caracterizam-se pela sua elevada eficiência global, o que significa uma poupança de energia primária, em média, de cerca de 20%.

Relativamente à prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, e de acordo com a lei vigente, são realizadas monitorizações aos efluentes gasosos e os resultados são comunicados à entidade governamental responsável. Fruto da atenção atribuída à preservação das condições de exploração e ao respeito pelo equilíbrio do binómio homem-ambiente, as emissões de efluentes gasosos resultantes da produção de energia cumprem com os requisitos legais quanto aos limites de concentração e emissão de poluentes para a atmosfera. A este facto não é alheia a utilização das melhores técnicas disponíveis, com vista a desenvolver uma política integrada de prevenção e de controlo da poluição atmosférica.

Além das iniciativas relativas à energia solar e eólica, a abrangência do portefólio da CapWatt estende-se a dois projectos diferenciadores que têm por base o pleno aproveitamento de biocombustíveis. Assim sendo, a primeira aposta da CapWatt na área dos biocombustíveis surgiu em 2017, quando se integrou no portefólio de activos uma instalação de produção eléctrica que tem por base a utilização de biogás. Este projecto totaliza uma potência de 1 MW e localiza-se na Chamusca. Através de um sistema de captação de biogás produzido no aterro, esse gás é valorizado energeticamente, num motor similar àqueles que são empregues nas instalações de cogeração, e produz, assim, energia eléctrica – promovendo a economia circular e diminuindo de forma expressiva a quantidade de gases de efeito de estufa emitidos para a atmosfera.

O ano de 2017 revelou-se, ainda, um marco histórico para a CapWatt, uma vez que se iniciou o desenvolvimento do primeiro projecto, em grande escala, de valorização energética de biomassa localizada em Mangualde. A central de biomassa, que representa um investimento de aproximadamente 50 milhões de euros e cuja entrada em funcionamento se encontra prevista para o início de 2020, utilizará como combustível os subprodutos de uma indústria de transformação de madeira e biomassa florestal, constituindo, desta forma, um contributo importante para a economia circular deste processo. É, também, de realçar que esta instalação irá recuperar o calor produzido para o processo produtivo, pelo que atingirá uma eficiência global muito elevada.

A CapWatt tem como objectivo principal o fornecimento de uma solução energética global aos seus parceiros, suprimindo as suas necessidades de energia eléctrica e energia térmica, sempre numa óptica de sensibilização para o consumo racional de energia.

Outro aspecto ambiental que continua a ser devidamente controlado é o da gestão e do tratamento de resíduos gerados pela actividade, tendo como princípio a minimização da sua produção e um destino final adequado. Os resíduos gerados

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

são encaminhados para entidades licenciadas para o efeito, sendo as quantidades reportadas à Agência Portuguesa do Ambiente numa base anual. Com efeito, em 2018 foram valorizados 92% dos resíduos da CapWatt, um valor que compara com 87% no ano de 2017.

Os nossos colaboradores estão sensibilizados e motivados para a adopção de práticas ecológicas, de forma a que seja alcançada uma maior utilização racional dos recursos naturais. Têm vindo a ser desenvolvidas várias acções de sensibilização para a utilização racional de recursos, bem como de práticas de separação selectivas na origem, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, maximizando o benefício ambiental.

Relativamente aos Gases Fluorados com Efeito de Estufa (GFEE) e de acordo com a legislação vigente, são realizadas as manutenções e detecções de fugas, sendo estas comunicadas anualmente à Agência Portuguesa do Ambiente.

A CapWatt está consciente dos riscos inerentes a sua actividade, apostando na prevenção dos mesmos através de uma avaliação sistemática e implementação de medidas de controlo adequadas. O ano de 2018 destacou-se pela obtenção da Certificação Ambiental segundo a norma ISO 14001:2015 e as certificações segundo a norma ISO 45001:2018, Sistemas de Gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho e ISO 9001:2015, Sistemas de Gestão da Qualidade.

4.2 ENGENHARIA INDUSTRIAL

O QUE FAZEMOS

A ADIRA dedica-se ao fabrico de máquinas quinadoras e guilhotinas de chapa de aço e máquinas de corte a laser, produzindo, ainda, uma nova linha de *Additive Manufacturing* (impressão 3D). Criada há mais de 50 anos (e adquirida pela Sonae Capital em Julho de 2017), o seu valor assenta na fiabilidade e avanço tecnológico dos equipamentos.



O NOSSO DESEMPENHO

- Implementação de medidas claras no sentido de diminuir os consumos de Papel e Energia
- Utilização de mangas plásticas recicladas no embalamento de máquinas

AS NOSSAS BOAS PRÁTICAS

A ADIRA possui, actualmente, certificação segundo as normas ISO 9001:2015, Sistemas de Gestão da Qualidade. A Certificação Ambiental da ADIRA é um objectivo que o negócio pretende assegurar e para o qual ainda estão a ser dados os primeiros passos. Porém, existe já um conjunto de boas práticas implementadas, o que permite ser optimista quanto à capacidade da certificação num futuro a curto/médio prazo.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

Separação de resíduos

Os resíduos são devidamente separados, quer na área fabril, quer na área de escritórios, sendo posteriormente recolhidos para os respectivos locais de encaminhamento. A separação de resíduos é um processo facilitador da gestão dos mesmos e a ADIRA cumpre, desta forma, uma tarefa geradora de valor.



Consumo de papel

Já no início de 2019, através de uma iniciativa no âmbito do projeto *AdOffice 4.0*, foi realizada uma reestruturação do espaço dos escritórios, para os quais foi criado um conjunto de regras com o objectivo marcado da redução do consumo de papel. Assim, foi realizada uma ação de 5S's focada no aumento da organização do negócio, pretendendo estabelecer e manter um espaço "paper free", digitalizando toda a documentação necessária à empresa e arquivando-a nos locais próprios.



Consumo de Energia

Durante o ano de 2018, a ADIRA tomou a iniciativa de substituir os condensadores instalados no Posto de Transformação, permitindo ao máximo a redução de perdas de energia. Estes condensadores, mais recentes e mais eficazes do que os anteriores, são uma preciosa ajuda para que a energia consumida seja mais bem aproveitada e para que, no final do processo, o Posto seja, de facto, mais eficiente.

Para a ADIRA, o impacto que a iluminação e o uso desregrado da mesma tem na operação e no ambiente é uma preocupação constante. Assim, em 2018, no sentido de obter maior eficiência e redução de consumo, foi realizada a substituição da iluminação interior mais antiga por lâmpadas LED nas naves da fábrica, substituindo lâmpadas de halogénio de 250W por lâmpadas LED de 150W e 200W.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade



Consumo de materiais: embalagem na expedição de máquinas

Seguindo a tendência da indústria, procedeu-se à alteração do material de embalagem das máquinas. A protecção da máquina durante o transporte, face às condições atmosféricas e à protecção dos seus órgãos hidráulicos, pneumáticos e eléctricos é uma condição vital para a satisfação dos nossos clientes. No final do ano 2018, implementámos uma alternativa às habituais mangas plásticas, com a introdução de um novo produto reciclado. Conseguimos reduzir não só o custo em cerca de 29%, mas também melhoramos a nossa performance ambiental, pois adoptámos o conceito da reciclagem no nosso processo de embalagem. Esta nova forma de embalar, se bem que igual em termos de fluxo e ritmo de trabalho, é um primeiro passo com um material que nos preocupa enquanto empresa e que tem estado muito em foco nos últimos anos.



Manga plástica | Manga plástica reciclada

Optimização dos óleos da maquinaria

Os óleos de maquinaria são componentes indispensáveis para a atividade da ADIRA e, por outro lado, são também dos que têm maior impacte ambiental. Assim, foi solicitado o teste para um novo lubrificante para utilização nos equipamentos de maquinagem, de modo a melhorar o seu desempenho. O teste foi efectuado com um produto 100% sintético, isento de Cloro, Boro, Formaldeído, nitritos e aminas secundárias; contém, também, um conjunto de aditivos que proporciona bons acabamentos superficiais, bem como aditivos para uma elevada estabilidade do produto e bio-resistência a micro-organismos, tornando-o ideal para rectificações médias e severas.

Com a utilização deste novo óleo, a poupança estimada é significativa. Para além da redução do impacte ambiental, os equipamentos necessitam de menor quantidade de óleo e, por consequência, têm também menor necessidade de acompanhamento por parte dos operadores. Por fim, obtém-se ainda uma poupança de cerca de 38% no custo médio do óleo.



4.3 FITNESS

O QUE FAZEMOS

O negócio de Fitness foi criado em 1995, com a inauguração do primeiro Clube, no Hotel Porto Palácio, no Porto, tendo iniciado o percurso de expansão a partir de 1997, com a abertura de um segundo espaço no Centro Comercial Colombo, em Lisboa. Actualmente, este negócio possui 30 Clubes em operação e o número médio de sócios activos situa-se já acima dos 85.000. Com uma estratégia multi-segmento, o negócio opera através das marcas Solinca, Pump e ONE.



O NOSSO DESEMPENHO

- 80% da área total dos Clubes em operação com iluminação de baixo consumo
- Utilização de torneiras misturadoras com temporização e de redução de caudal em 28 Clubes

AS NOSSAS BOAS PRÁTICAS

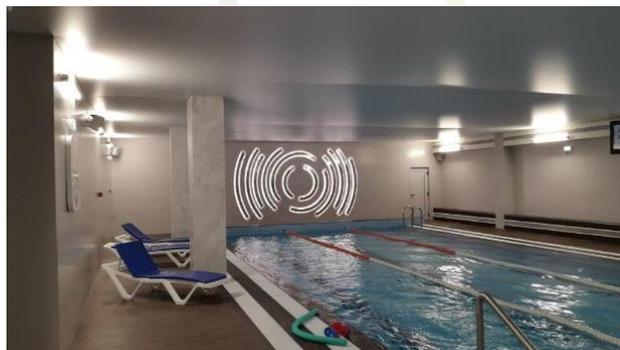
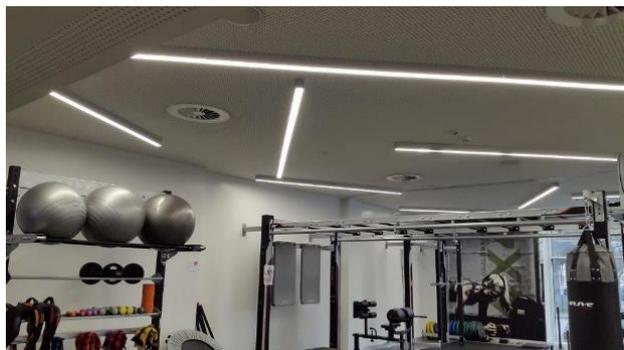
Consumo de Energia

Os consumos energéticos e de água constituem os temas de maior materialidade no negócio de Fitness. Para além de existir uma preocupação constante com os níveis de consumo, são realizadas acções de sensibilização em que são promovidas boas práticas aos colaboradores e clientes.

Tal como no exercício físico, a utilização de energia de forma eficiente e inteligente permitirá à área de Fitness chegar mais longe utilizando menos recursos. Assim, ao longo dos últimos anos foram promovidos projetos de reabilitação de Clubes já em operação, onde foi efectuada a substituição de lâmpadas de foco de halogéneo por lâmpadas LED. Actualmente, 80% da área total dos Clubes em operação possui iluminação de baixo consumo, o que representa uma poupança, em média, de 400MWh por ano.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade



Nos novos Clubes, onde existem novas construções subjacentes, há uma preocupação permanente com a classificação energética dos equipamentos e com a classe energética do edifício (que tem em consideração os equipamentos, os materiais de isolamento e os sistemas) recaindo a opção, sempre que possível, em equipamentos ambientalmente mais eficientes. Ao mesmo tempo, e sempre que a tipologia do edifício é favorável, é estudada a colocação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos. Dos 30 Clubes em operação, possuímos painéis solares térmicos em 5 clubes e está em curso um projecto para implementação de fotovoltaicos em 4 clubes, a implementar entre 2019 e 2020.

Consumo de Água

O consumo de água é, por natureza, um tema central da operação. Dos 30 Clubes em operação, 21 possuem piscina e, para além disso e em paralelo, o consumo dos chuveiros é igualmente relevante. Ao longo dos últimos anos foram implementadas acções de substituição de equipamentos por outros de baixo consumo. Numa fase inicial, as misturadoras e chuveiros de duche que utilizávamos debitavam 18 l/min, sendo que estas estruturas foram progressivamente substituídas por equipamento com temporização e redução de caudal que, actualmente, debitam aproximadamente 6 a 8 l/min. Esta solução teve um efeito bastante positivo na redução dos consumos anuais dos clubes. Possuímos, actualmente, torneiras misturadoras com temporização e de redução de caudal instaladas em 28 Clubes, sendo estimada uma poupança anual de, aproximadamente, 40.000 metros cúbicos.

Naturalmente, também nas novas construções, é tida em consideração a implementação destes sistemas e há uma constante monitorização do mercado em busca de novas soluções que permitam uma ainda maior eficiência.



4.4 HOTELARIA

O QUE FAZEMOS

O negócio de Hotelaria conta com seis unidades hoteleiras em exploração, das quais três no Porto (Porto Palácio Hotel, The House Ribeira Hotel e The Artist Porto Hotel) e duas em Tróia (Aqualuz Troia e Troia Residence, que são abordadas em maior detalhe no capítulo 4.7) e, desde o início de 2019, uma unidade em Lagos (Aqualuz Suite Hotel Lagos). Reconhecidas pelo seu serviço de excelência, cada umas das unidade possui a sua identidade diferenciadora, que a estabelece como uma referência de pleno direito no contexto em que está inserida.



O NOSSO DESEMPENHO

- **Redução na energia consumida total, de 46.652 GJ, em 2017, para 46.247 GJ, em 2018 (evidente nos consumos de gás natural, eletricidade, gásóleo e gasolina)**
- **Redução no consumo de água, de 98.047 para 88.693 metros cúbicos entre 2017 e 2018**

AS NOSSAS BOAS PRÁTICAS

Em 2018, o negócio de Hotelaria da Sonae Capital focou-se em três áreas principais no que concerne às boas práticas, nomeadamente em termos da pegada ecológica: a separação de resíduos, o tratamento do óleo alimentar e o consumo de água e de eletricidade. São passos fundamentais em áreas fulcrais da nossa actividade, visto que estamos a falar de acções que influenciam em muito o dia a dia do negócio e a forma como nos posicionamos face à nossa responsabilidade para com o meio que nos rodeia.

Gestão e separação de resíduos

A gestão e separação de resíduos tem vindo a assumir uma importância cada vez maior nas nossas unidades. Temos elaborado várias acções para a consciencialização dos nossos colaboradores sobre a forma como depositamos os resíduos que produzimos e que tem, obrigatoriamente, um impacto na recolha dos mesmos. Assim, várias campanhas foram sendo colocadas em prática ao longo do ano para que, cada vez mais, a separação seja uma realidade e consista numa prática assumida e regular nas nossas unidades hoteleiras.

Reciclagem do óleo alimentar

Já no que diz respeito à reciclagem de óleo alimentar, temos vindo a dar passos importantes na forma como lidamos com este elemento tão importante na nossa actividade. A entrega do produto e dos seus sucedâneos às entidades competentes, para que possa ser reciclado e reutilizado, é uma preocupação que se tem tornado cada vez mais presente em todas as nossas unidades. Também aqui o esforço dos nossos colaboradores é essencial, pelo que temos feito várias acções para a sua sensibilização no que diz respeito à contribuição para um cada vez menor desperdício deste material.

Gestão racional de recursos

Naturalmente, temos vindo a desenvolver uma cada vez maior consciência ambiental no que diz respeito aos consumos de água e de electricidade. É uma área particularmente sensível do nosso quotidiano enquanto negócio, visto que são elementos absolutamente indispensáveis para que as unidades hoteleiras desenvolvam a sua actividade de forma normal. No entanto, temos noção de que a sensibilização dos vários utilizadores das nossas unidades hoteleiras – sejam colaboradores, fornecedores ou clientes – é essencial para que consigamos reduzir a utilização de água e electricidade e que, dessa forma, a nossa pegada ecológica seja cada vez menor.

Higiene e Segurança

No negócio de Hotelaria, um dos pontos cruciais avaliados anualmente prende-se com a Higiene e Segurança dos Alimentos. Tal consiste no acompanhamento rigoroso dos espaços onde a produção e a transformação de alimentos ocorre e o grande objectivo subjacente é o de garantir a segurança e bem-estar dos Clientes. São normalmente realizadas cinco verificações por ano, sendo analisados pontos que garantem a qualidade e segurança dos alimentos. A aplicação das boas práticas contribui para uma melhor gestão das matérias-primas e para um menor desperdício alimentar.



4.5 REFRIGERAÇÃO & AVAC

O QUE FAZEMOS

O negócio de Refrigeração & AVAC, que opera sob a marca RACE, tem como missão desenvolver, implementar e gerir soluções competitivas e integradas centradas na Refrigeração, com recurso a tecnologias inovadoras, eficientes e sustentáveis, contribuindo para a Sustentabilidade de todos os *stakeholders*.



O NOSSO DESEMPENHO

- Mais de uma dezena de instalações comerciais com a solução integrada do sistema de Refrigeração com o sistema de Climatização, com consequente poupança energética, redução do volume de gás refrigerante na instalação e taxas de fugas de refrigerante
- Redução de 20% no consumo energético da empresa

AS NOSSAS BOAS PRÁTICAS

No decorrer dos últimos anos da sua actividade, a RACE tem vindo a desenvolver competências ao nível da concepção e instalação de sistemas que utilizam fluidos refrigerantes de menor impacte ambiental, em linha com a legislação europeia. Ao mesmo tempo, tem implementado soluções de alta eficiência, integrando de diversos sistemas e

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

aproveitando as sinergias entre eles, nomeadamente entre a climatização e refrigeração. A utilização de novas tecnologias, associada a um sistema de controlo eficaz, permite criar sistemas mais eficientes e também reforçar o empenho na aplicação de soluções mais sustentáveis do ponto de vista económico (em custos e investimento) e ambiental (ao nível da redução das emissões).

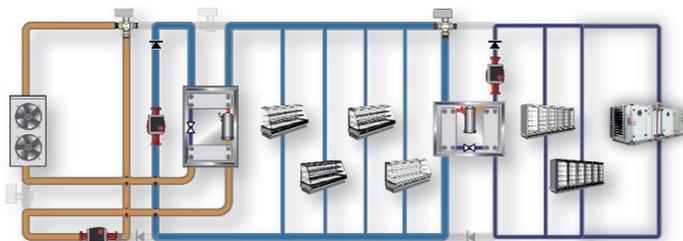
As soluções RACE, que utilizam a mais recente tecnologia, têm como principais objetivos:

- Reduzir o consumo de energia e o conseqüente impacte ambiental
- Aumentar os benefícios económicos, poupando energia
- Reduzir a carga de refrigerante das instalações
- Cumprir com todos os regulamentos e compromisso ambiental

Assim, ao longo dos anos, a RACE tem vindo a participar em vários projetos nacionais e internacionais, nomeadamente nos projetos MULTIPACK e COOLBOX. Ambos os projectos aproveitam as sinergias e simultaneidade de funcionamento dos sistemas de refrigeração e climatização, sendo projectos inovadores, tanto ao nível nacional como internacional, dada a integração total entre dois sistemas. O calor gerado pela refrigeração é integralmente aproveitado pelo sistema de climatização, aumentando a eficiência global do sistema.

Destaca-se, igualmente, o uso de soluções mais eficientes em grandes edifícios comerciais de climatização (como, por exemplo, em Centros Comerciais), como a implementação de sistemas de caudal variável no primário - permitindo uma maior eficiência global do sistema de climatização - e as optimizações realizadas ao nível de reengenharia de projetos de AVAC.

COOLBOX



A RACE desenvolveu a solução COOLBOX, que integra o sistema de refrigeração com o sistema de AVAC, com o objectivo de reduzir o investimento e o consumo de energia nas superfícies comerciais. O sistema consiste em converter cada expositor/câmara numa unidade frigorífica, independente ou em ligação multicircuito, constituída por unidades condensadoras COOLBOX. A solução adoptada integra fisicamente o sistema de ar condicionado da área de vendas e escritórios, com vista à redução de custos de instalação e operação.

Este sistema permite:

- Menor taxa de fugas de refrigerante;
- Poupança de energia no sistema de bombagem, ajustando em tempo real o caudal às necessidades da instalação;
- Poupança de energia de mais de 20% no global da loja, o que corresponde a um decréscimo de quase 30% no consumo energético da refrigeração;

- Maior eficiência energética, uma vez que os compressores utilizados nas COOLBOX permitem notáveis poupanças energéticas, podendo obter-se poupanças significativas no ciclo frigorífico, bem como uma elevada estabilidade da temperatura de evaporação;
- Redução do TEWI (*total equivalent warming impact*) face aos sistemas tradicionais, com redução de cerca de 96% das perdas de refrigerante;
- Redução em cerca de 80% do volume de gás refrigerante no supermercado, um dos maiores responsáveis pela pegada ecológica numa loja.

Em Junho de 2017, foi inaugurada a primeira loja em Portugal dotada com um sistema waterloop COOLBOX by RACE, com integração entre os sistemas de refrigeração e climatização. Desde essa data, esta solução foi aplicada em mais dez superfícies comerciais em todo o país. De acordo com a informação recolhida até ao momento, verifica-se uma redução do consumo médio diário das lojas, que varia entre 8% e 38% face a lojas com o sistema centralizado tradicional.

3GEnergy - Sistema Integrado de Gestão de Energia e Manutenção (integração do Software BuildONE)

Na sequência da criação da aplicação web BuildONE para a Gestão de Energia, a RACE associou-se ao INESC TEC para desenvolver ainda mais as potencialidades desta ferramenta, dando origem ao projeto 3GEnergy. Este projeto tem como objectivo criar uma plataforma de gestão global de eficiência energética altamente inovadora, vocacionada para instalações de média e grande dimensão (tanto no sector industrial como no dos serviços), o que permite gerir energia numa perspectiva que contempla várias funcionalidades.

Esta plataforma foi construída com base em vários aspectos que caracterizam o desenvolvimento dos sistemas de gestão de energia, tais como a utilização de recursos energéticos numa perspectiva de controlo das emissões de carbono ou a monitorização inteligente dos consumos e dos equipamentos em tempo real. Outra das características a ter em conta nesta parceria diz respeito aos dispositivos de avaliação dos consumos em relação ao potencial impacto dos investimentos em eficiência energética e à colaboração activa de todos os funcionários para a melhoria da eficiência. No final, a plataforma faz a integração de sistemas de gestão de energia avançados com outros sistemas de gestão (manutenção, qualidade, ambiente, produção), estando acessível através de diferentes ambientes (*web*, *cloud* ou *móvel*).

4.6 TRÓIA OPERAÇÕES

O QUE FAZEMOS

As operações da Sonae Capital em Tróia localizam-se no TROIA RESORT. A Península de Tróia é uma restinga arenosa banhada pelo Oceano Atlântico, a poente, e pelo Estuário do Sado, a nascente. Esta localização única confere-lhe uma enorme riqueza do ponto de vista ambiental.

Neste enquadramento privilegiado, com ambientes de praia, dunas, sapal, estuário e pinhal, surgiu o TROIA RESORT, onde a salvaguarda e a valorização do património ambiental foram consideradas como factores diferenciadores.

O desenvolvimento do TROIA RESORT foi acompanhado pela implementação de um sistema de gestão ambiental que, progressivamente, englobou as actividades de projecto, construção e exploração.



O NOSSO DESEMPENHO

- **Biodiversidade, um factor de diferenciação do TROIA RESORT: com mais de 600 espécies inventariadas**
- **População de 30 roazes do Sado é a única em Portugal e umas das poucas na Europa a residir em estuário**

AS NOSSAS BOAS PRÁTICAS

No TROIA RESORT apostou-se, desde o início, na excelência ambiental como fonte de vantagem competitiva e no património ambiental como um recurso capaz de criar valor enquanto factor de diferenciação, ou com potencial para ser capitalizado em novos serviços e produtos.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) TROIA RESORT encontra-se certificado de acordo com a norma ISO 14001 desde 2005 e encontra-se registado no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria – EMAS desde 2008, caso único em

Portugal para empreendimentos desta natureza. Adicionalmente, as praias e a marina são galardoadas com a Bandeira Azul.



Conscientes da importância de fazer um uso eficiente dos recursos naturais, as diferentes áreas do TROIA RESORT têm desenvolvido um conjunto de iniciativas que visam a melhoria contínua do seu desempenho ambiental. Neste âmbito, são de destacar as iniciativas com a redução dos consumos de água e energia - não descurando, também, a responsabilidade na utilização e protecção dos valores naturais da península de Tróia.

De seguida, apresentam-se algumas iniciativas e projetos diferenciadores que têm contribuído não só para reduzir o impacte ambiental, mas também para sensibilizar os colaboradores, os clientes e a população em geral para a temática.

Consumo de Água

Em 2018, o consumo total de água no TROIA RESORT foi de 317.724 metros cúbicos, representando uma redução de 24%, face a 2017. Esta diminuição significativa foi também o resultado da implementação de medidas de optimização de consumos, para além das condições climatéricas mais favoráveis.

Dada a expressão do consumo de água do campo de golfe, ao longo dos últimos anos tem sido implementado um conjunto de medidas que visa reduzir os consumos desta infraestrutura. Estas medidas passam pela implementação de um novo sistema de rega, uma nova impermeabilização do lago, alterações do tipo de relva em algumas áreas do campo (para variedades com menores necessidades hídricas), por uma monitorização rigorosa dos consumos e pela sensibilização dos colaboradores. Estas medidas permitiram uma redução de 46% no consumo de água para rega do campo entre 2010 e 2018, correspondendo a uma poupança total de água de 139.312 metros cúbicos face a 2010.

Consumo de Energia e Emissões

Em 2018, o consumo global de energia eléctrica no TROIA RESORT totalizou 2.104 MWh, ao qual esteve associada a emissão indirecta de 592 toneladas de CO₂, o que representa uma redução de 32 toneladas de CO₂ face ao ano de 2017.

O projecto de optimização dos consumos de água no Troia Golf teve, ainda, um impacte positivo ao nível dos consumos de energia associada à redução das necessidades de bombagem.

Também o Meu Super, o supermercado da Marina de Tróia, implementou um conjunto de medidas com o objectivo de melhorar o desempenho energético da loja. Exemplos destas medidas incluíram a reformulação do *layout* e do sistema de frio, o recurso a uma iluminação mais eficiente e a instalação de um rectificador de energia, com o objectivo de eliminar o consumo excessivo de energia reativa, através da optimização do factor potência. O conjunto das medidas implementadas traduziu-se numa redução de 42% no consumo registado entre 2010 e 2018.

No que respeita à produção de energia a partir de fontes renováveis, destaca-se a existência de dois parques solares fotovoltaicos no TROIA RESORT. No Aqualuz Suite Hotel Apartamentos, o parque possui 100 kW de potência, tendo produzido cerca de 147 MWh de energia limpa. Já o parque do Troia Golf possui 40 kW de potência, tendo produzido, em 2018, quase 66 MWh de energia limpa. Resumidamente, e apenas em 2018, a eletricidade produzida nos dois parques permitiu evitar a emissão de mais de 41 toneladas de CO₂.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

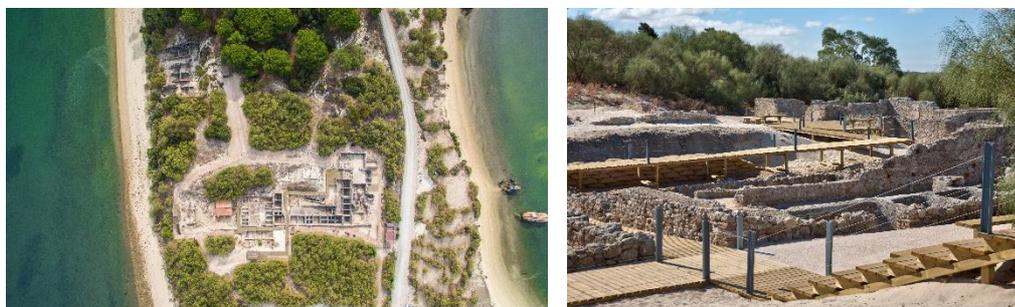
No domínio da mobilidade, são promovidos os modos de transporte suaves no Resort como a bicicleta, para a qual existe uma ciclovia com 5,5 km de extensão. Existem, ainda, ligações fluviais por Ferry e Catamaran desde Setúbal até à península, que permitem a redução das emissões de CO₂ (face à deslocação exclusiva em automóvel), encontrando-se, ainda, disponível um posto de carregamento para veículos elétricos.

Resiliência e adaptação às alterações climáticas

As Ruínas Romanas de Tróia são um dos cinco sítios piloto seleccionados para o desenvolvimento do projeto STORM (*Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management*), a par das Termas de Diocleciano (em Itália), do Centro Histórico de Rethymno (em Creta), da aldeia de Mellor (no Reino Unido) e das ruínas de Ephesus (na Turquia).

O projeto STORM foi um dos dois projectos vencedores do Programa *Disaster Resilience & Climate Change* do Horizonte 2020, promovido pela União Europeia. Este programa visa criar uma plataforma de comunicação e inovação tecnológica, propondo um conjunto de novos modelos preditivos, melhores métodos não-invasivos e não-destrutivos de pesquisa e de diagnóstico para a previsão eficaz de mudanças ambientais e ameaças reveladoras, que atenuem o risco ambiental e humano que ameaça o património cultural.

Em 2018, as Ruínas Romanas de Tróia instalaram um sensor acústico num núcleo arqueológica na orla do estuário para experimentação de detecção de fenómenos meteorológicos extremos e presença humana, e sensores de pressão atmosférica, temperatura, humidade, intensidade da luz, presença de água e anemómetro na basílica paleocristã para micro-monitorização de pontos sensíveis. Os dados destes sensores, aliados aos da estação meteorológica, permitirão aprofundar o conhecimento sobre o impacto das condições climáticas e outros factores de risco sobre o património cultural e, assim, aumentar a sua capacidade de resiliência.



Biodiversidade

A biodiversidade é um factor de diferenciação do TROIA RESORT. Até à data, foram inventariadas mais de 600 espécies na sua área, das quais 233 de flora, 152 de aves, 12 de mamíferos, 11 de répteis, 4 de anfíbios e 207 de organismos que vivem na zona entre-marés.

Para que os visitantes possam conhecer a península e os seus valores naturais de forma privilegiada, foram desenvolvidos e sinalizados dois trilhos pedestres em Tróia: o trilho da Caldeira e do Pinhal e o trilho da Praia e da Duna, estando disponíveis materiais de divulgação dos mesmos em diversas línguas.

Trilho da Caldeira e do Pinhal: este trilho desenvolve-se através de dois ambientes distintos: a Caldeira e o Pinhal que a envolve. A Caldeira é uma laguna em que a maré enche e esvazia duas vezes por dia, pondo a descoberto o sapal e os fundos lodosos. Na área do pinhal encontram-se as dunas mais antigas de Tróia, cobertas por pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e manso (*Pinus pinea*), e com grande diversidade de plantas como a aroeira (*Pistacia lentiscus*), o cravo-das-areias (*Armeria spp.*) e a camarinha (*Corema album*). Merecem especial destaque os zimbros (*Juniperus turbinata* e *J.*

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

navicularis), os líquenes, bem como a *Linaria ficalhoana* e o *Ionopsidium acaule*, duas pequenas plantas raras que existem nesta área.

Trilho da Praia e da Duna: este trilho inicia-se junto ao acesso à praia Tróia-Mar e segue para sul pela areia, passando diante do Banco do Cambalhão em direcção à praia Tróia-Bico das Lulas. Neste percurso, o visitante poderá deparar-se com os pilritos-da-areia (*Calidris alba*), grupos de pequenas aves que correm velozmente atrás do espraiado das ondas, debicando a areia. Poderá ainda conhecer as plantas características das dunas, tais como a eruca-marítima (*Cakile maritima*), o feno-das-areias (*Elymus farctus*), o cardo rolador (*Eryngium maritimum*) e os cordeirinhos-da-praia (*Otanthus maritimus*), que retêm a areia transportada pelo vento. Mesmo no núcleo urbano, é possível encontrar espécies com elevado valor natural, de que são exemplo o andorinhão-pálido e o morcego-rabudo, que motivaram a construção de abrigos alternativos aquando da demolição da torre que ocupavam.

Na sequência do procedimento de avaliação de impacte ambiental da Marina e do Novo Cais dos Ferries do TROIA RESORT, a monitorização efectuada em 2018 evidencia a eficácia das medidas de prevenção e minimização dos impactes previstos no estudo de impacte ambiental já que, à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, em nenhum dos factores alvo do programa de monitorização foram detectados impactes de magnitude superior à prevista ou mesmo significativos.

A população de Roazes do Sado, que contabiliza cerca de 30 indivíduos em 2018, é a única em Portugal (e umas das poucas na Europa) que vive em estuários e tem, por isso, merecido especial atenção, nomeadamente por parte da Tróia-Natura S.A., sociedade detida pela Sonae Capital, que promove acções de conservação e de monitorização ambiental no estuário do Sado, as quais são levadas a cabo em cooperação com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. De destacar, em 2018, a 5.ª edição da campanha “Proteger os Golfinhos” que, nos meses de Verão, sensibilizou a opinião pública em geral e os diversos tipos de utilizadores e navegadores no estuário do Sado para a problemática da comunidade de roazes do Sado e para a necessidade da sua salvaguarda e protecção. Ao longo das suas cinco edições, esta campanha, levada a cabo por uma equipa a bordo de uma embarcação, já sensibilizou um total de 3.324 embarcações.



Actividades de sensibilização ambiental

O TROIA RESORT tem dinamizado actividades de educação ambiental envolvendo turistas nacionais e estrangeiros, a comunidade local e visitantes. Desde 2005, estas actividades já abrangeram mais de 25.000 participantes, com especial foco na divulgação do vasto património natural da área.

Atlantic Ferries

Em 2016, a Atlantic Ferries iniciou a implementação de um sistema integrado de gestão (SGI) da qualidade, ambiente e saúde e segurança no trabalho, tendo-se certificado em 2018 de acordo com a ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. A implementação deste projecto envolveu uma aposta em diversas áreas-chave, tais como o atendimento ao cliente, a segurança e a eficiência das operações.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade



A Atlantic Ferries e o TROIA RESORT têm ainda apoiado organizações não-governamentais cuja missão assenta na preservação do ambiente. Um exemplo é a Ocean Alive, que promove campanhas no estuário do Sado alusivas à temática da remoção de lixo marinho nas praias e na Caldeira de Tróia.



5. GLOBAL REPORTING INITIATIVE

O GRUPO SONAE CAPITAL

Business-to-Business



Business-to-Consumer



TABELA GRI PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” ESSENCIAL

GRI 102 - Conteúdos Gerais		
Perfil Organizacional		
102 - 1	Nome da organização	Sonae Capital, SGPS, SA
102 - 2	Actividades, marcas, produtos e serviços	Vide "A Sonae Capital"
102 - 3	Localização da sede	A Sonae Capital, SGPS, SA tem a sua sede em Lugar de Espido, Via Norte Maia-Portugal
102 - 4	Localização das operações	A totalidade das operações da Sonae Capital encontra-se sediada em Portugal. No ano de 2018, a Sonae Capital iniciou operações no México, no negócio de Energia
102 - 5	Propriedade e natureza legal	Sociedade aberta. Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia, sob o número único de matrícula e identificação fiscal 508.276.756
102 - 6	Mercados servidos	Os negócios da Sonae Capital encontram-se maioritariamente expostos a Portugal. No negócio de Hotelaria, a componente de Receitas proveniente de Clientes Internacionais é significativa. Porém, no caso da Adira, mais de 50% das Receitas são provenientes de mercados internacionais: http://www.adira.pt/dealers.aspx?dqa=0:0:0:11:0:0:-1:0:0&id=1
102 - 7	Dimensão da organização	Vide "O Grupo Sonae Capital"
102 - 8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	
Colaboradores por tipo de contrato (n.º)		
	Contratos permanentes (n.º)	1 105
	Masculino	724
	Feminino	381
	Contratos temporários (n.º)	391
	Masculino	182
	Feminino	209
	Total de colaboradores (n.º)	1 496
Colaboradores por região (n.º)		
	Portugal (n.º)	1 495
	Contratos permanentes (n.º)	1 104
	Contratos temporários (n.º)	391
	México (n.º)	1
	Contratos permanentes (n.º)	1
	Contratos temporários (n.º)	0
	Total de colaboradores (n.º)	1 496
Colaboradores por género (n.º)		
	Tempo integral (n.º)	1 425
	Masculino	869
	Feminino	556
	Tempo parcial (n.º)	71
	Masculino	37
	Feminino	34
	Total de colaboradores (n.º)	1 496

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

102 - 9	Cadeia de fornecedores	Vide "As nossas políticas"
102 - 10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	Não se registaram alterações significativas no decorrer do período coberto pelo relatório
102 - 11	Abordagem ao princípio de precaução	Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: III - Controlo Interno e Gestão de Riscos
PERFIL ORGANIZACIONAL		
102 - 14	Mensagem do Presidente	Vide "Mensagem da CFO"
102 - 15	Principais impactos, riscos e oportunidades	Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: III - Controlo Interno e Gestão de Riscos
ÉTICA E INTEGRIDADE		
102 - 16	Valores, princípios, standards e normas de conduta	Vide "Os nossos valores" e "As nossas políticas"
GOVERNANCE		
102 - 18	Estrutura de Governance	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: I- Assembleia Geral: 12.3-14; II- Administração e supervisão: 15-26
102 - 21	Consulta a stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II-Administração e supervisão: 21-26
102 - 22	Composição do mais alto órgão de Governance e dos seus comités	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II-Administração e supervisão: 19-21
102 - 23	Presidente do mais alto órgão de Governance	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: I- Assembleia Geral: 12.3-14; II- Administração e supervisão: 15-21
102 - 24	Nomeação e seleção do mais alto órgão de Governance	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II- Administração e supervisão: 21
102 - 25	Conflitos de interesse	Relatório de Governo da Sociedade 2018 C. Organização Interna: I- Estatutos: 48; II- Comunicação de Irregularidades: 49; III- Controlo Interno e Gestão de Riscos: 50-53
102 - 28	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de Governance	Relatório de Governo da Sociedade 2018 B. Órgãos Sociais e Comissões: II- Administração e supervisão: 27 - 28.1
102 - 35	Políticas de remuneração	Relatório de Governo da Sociedade 2018 D. Remunerações: I- Competências para a determinação:66; II- Comissão de remunerações:67-68; III- Estrutura de Remunerações: 69-76; IV – Divulgação das Remunerações: 77- 82; V – Acordos com implicações Remuneratórias: 83-84; VI – Planos de Atribuição de Ações ou Operações sobre Ações ("stock options"): 85-88; E. Transações com Partes Relacionadas: I- Mecanismos e procedimentos de controlo: 89-91
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS		
102 - 41	Acordos de negociação coletiva	
Total de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva (n.º)		469
Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)		31%
Total de colaboradores sindicalizados (n.º)		106
Percentagem de colaboradores sindicalizados (%)		7%
PRÁTICA DE REPORTE		
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Vide "Enquadramento"

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	Vide "Enquadramento"
102-47	Lista dos temas materiais	Vide "Enquadramento"
102-48	Reformulação de informação	Não aplicável
102-49	Alterações no relatório	Não aplicável
102-50	Período de reporte	Vide "Enquadramento"
102-51	Data do relatório mais recente	O presente relatório constitui o primeiro Relatório de Sustentabilidade da Sonae Capital
102-52	Ciclo de relatórios	Anual
102-53	Contacto para questões sobre o relatório	Vide "Enquadramento"
102-54	Opção "de acordo" com os GRI Standards	Este relatório foi preparado de acordo com os Standards da GRI: opção Essencial
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela
102-56	Verificação externa	A informação reportada no Relatório de Sustentabilidade de 2018 não foi submetida a verificação por uma entidade externa

GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS

GRI 201 - Desempenho Económico	2018	2017
--------------------------------	------	------

201 - 1 Valor económico directo gerado e distribuído

(em milhões de euros)		
Valor económico gerado	240,4	187,4
Receitas	240,4	187,4
Valor económico distribuído	238,7	197,2
Custos operacionais	170,4	130,2
Salários e benefícios dos colaboradores	43,6	36,7
Pagamentos a investidores	20,0	29,7
Pagamentos ao Estado	4,7	0,5
Donativos e outros investimentos na comunidade	0,03	0,05
Valor económico acumulado	1,7	-9,7

GRI 201 - 2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas

Foi constituído, ao nível do Grupo Efanor, um grupo de trabalho no qual a Sonae Capital se encontra representada. Este grupo de trabalho tem por objectivo trabalhar, entre outras, as seguintes temáticas: a abordagem às orientações da Task Force do Financial Stability Board sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com Clima e o Compromisso subscrito no âmbito da iniciativa Paris Pledge for action.

GRI 201 - 3 Planos de benefícios oferecidos pela organização

A Sonae Capital não dispõe de fundo de pensões.

GRI 201 - 4 Benefícios financeiros significativos recebidos pelo Governo

(em milhões de euros)	2018	2017
Inclui a dedução à coleta de benefícios fiscais e subsídios/incentivos ao investimento.	0,9	0,4

GRI 205 - Anticorrupção

GRI 205 - 1 Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção

A Sonae Capital implementa, no seu processo de gestão de risco, a metodologia internacional Enterprise Risk Management – Integrated Framework (COSO), que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos negócios, tanto ao nível estratégico como ao nível operacional. Não tendo sido identificado o risco de corrupção como um risco prioritário para os negócios, não foram realizadas avaliações neste sentido.

De notar que o Código de Conduta da Sonae Capital impõe restrições à oferta e recebimento de brindes e presentes como meio de influenciar indevidamente a tomada de decisões pela Sonae Capital ou por terceiros.

GRI 205 - 3 Incidentes de corrupção confirmados e acções tomadas

Em 2018, não foram identificados factos que pudessem constituir situações de corrupção.

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 301 - Materiais	2018	2017
---------------------	------	------

301 - 1 Consumo de Materiais por peso e volume

A Sonae Capital promove a redução do consumo de materiais na sua cadeia de valor. Encontram-se em curso várias iniciativas, com a devida adequabilidade à especificidade de cada negócio e sua cadeia de valor. Relativamente ao consumo de papel, foram obtidos resultados significativos em Energia (-28%), Refrigeração & AVAC (-36%), Hotelaria (-18%) e Fitness (-7%), não obstante o crescimento significativo do número de clubes.

Sonae Capital

Papel (t)	17,0	19,1
-----------	------	------

Energia

Gás natural (m3)	82 810 550	82 619 230
------------------	------------	------------

Nota: O Gás Natural é uma matéria prima utilizada no processo de produção de energia da Capwatt, em cogeração.

Engenharia Industrial

Aço (t)	89	94
Oléos (l)	56 260	52 294
Tintas e Diluentes (l)	21 421	22 058
Plástico (t)	3	2

Seguindo a tendência da indústria e, alinhado com uma maior preocupação com o impacto da nossa actividade, foi alterado, desde o final de 2018, o material de embalagem das máquinas, substituindo as mangas plásticas por mangas plásticas recicladas.

A evolução registada no consumo de plástico entre 2017 e 2018 deve-se a: maior rigor no embalagem das máquinas em 2018; (ii) introdução do uso de plástico após o início de 2017; e, (iii) aumento do número de máquinas produzidas em 2018, face a 2017.

Fitness

Hipoclorito de sódio (t)	120	96
--------------------------	-----	----

GRI 302 - Energia	2018	2017
-------------------	------	------

302 - 1 Energia consumida dentro da organização

Sonae Capital

Consumo de gás natural (m3)	1 411 119	1 155 975
Consumo de electricidade (MWh)	30 486	24 202
Consumo de gasolina de viaturas (l)	6 366	2 504
Consumo de gasóleo de viaturas (l)	629 496	569 524

Nota: Exclui consumo Atlantic Ferries.

Consumo de gás natural (GJ)	54 243	44 436
Consumo de electricidade (GJ)	109 749	87 128
Consumo de gasolina de viaturas (GJ)	209	82
Consumo de gasóleo de viaturas (GJ)	22 445	20 307

Nota: Exclui consumo Atlantic Ferries.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

Energia

Electricidade produzida através de fonte renovável (MWh)	36 886	40 410
Electricidade produzida através de fonte renovável (GJ)	132 790	145 476

Nota: Os dados de 2017 incluem a contribuição das operações da Lusobrisa e Ventos da Serra desde 1 de Janeiro de 2017.

Engenharia Industrial

Córgon 18 (m3)	18 160	9 662
Oxigénio Líquido (m3)	24 313	29 216
Córgon 18 (GJ)	698	371
Oxigénio Líquido (GJ)	935	1 123

Tróia Operações

Consumo de gasóleo (l)	1 271 150	1 247 859
Consumo de gasóleo (GJ)	45 324	44 494

Nota: Consumo Atlantic Ferries.

Consumo electricidade dentro da organização (GJ)	109 749	87 128
Consumo combustíveis dentro da organização (GJ)	123 855	110 813
Consumo energia dentro da organização (GJ)	233 604	197 942

302 - 3 Intensidade energética

Sonae Capital

(em GJ/milhões de euros)

1 273	1 254
--------------	--------------

Nota: Considerado o Volume de Negócios das Unidades de Negócio.

302-4 Redução do consumo de energia

Vide "A dimensão ambiental dos nossos negócios".

GRI 403 - Água

2018

2017

303-1 Captação de água por fonte

No TROIA RESORT existem dois lagos (Golfe e UNOP2) que recebem água pluvial. Esta água é utilizada na rega destas áreas porém, não existem, à data, mecanismos para reportar de forma rigorosa a quantidade captada.

Sonae Capital

Rede pública de abastecimento (m3)	646 205	684 143
------------------------------------	---------	---------

Hotelaria

Captações subterrâneas (m3)	50 361	61 254
-----------------------------	--------	--------

Consumo água dentro da organização (m3)	696 566	745 397
--	----------------	----------------

Consumo de água por volume de negócios	3 796	4 722
---	--------------	--------------

(em GJ/milhões de euros)

Nota: Considerado o Volume de Negócios das Unidades de Negócio.

303-3 Reutilização e reciclagem de água

No TROIA RESORT encontra-se em curso um projecto para reformulação da ETAR de Tróia, que incluirá a reutilização dos efluentes tratados para rega de espaços verdes.

GRI 404 - Biodiversidade

304-1: Instalações operacionais (próprias, arrendadas ou geridas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas

O TROIA RESORT compreende uma área total de 486 hectares de terreno, correspondentes a 380.000 metros quadrados de área de construção. O Plano de Urbanização de Tróia divide o território em várias unidades operativas de planeamento e gestão, designadas UNOPs. A UNOP 4, denominada Ecoresort, desenvolve-se numa área total de 264 hectares e destina-se à fruição de uma zona de elevado valor ambiental e cultural, em torno de uma área de sapal – a Caldeira – e integrando as Ruínas Romanas de Tróia. Esta UNOP encontra-se inserida no Sítio PTCON0011 - Estuário do Sado da Rede Natura 2000. Parte importante da UNOP 4 está, ainda, inserida na Zona Exterior de Influência da Reserva Natural do Estuário do Sado.

Em 2016, foi instalado na UNOP 4 o ONE TROIA JOSÉ MOURINHO TRAINING CENTRE, um centro de estágios destinado à prática de futebol. Este Centro é constituído por dois campos de futebol, uma zona de treino para guarda-redes (ocupando uma área de 15.460 metros quadrados) e um edifício de apoio, com cerca de 354 metros quadrados.

Na UNOP 4 localiza-se, igualmente, o novo cais dos ferries em Tróia, ocupando uma área de cerca de 6.000 metros quadrados.

As áreas de intervenção das UNOPs 1, 2, 3 e 4 incluem áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (nomeadamente na tipologia Praias, Dunas, Lagoas Estuários e respetivas faixas de protecção).

A ETAR de Tróia ocupa uma área de 22 hectares e localiza-se na UNOP 9, numa área com diversos estatutos de protecção:

- Sítio PTCON0011 - Estuário do Sado da Rede Natura 2000;
- Zona de Protecção Especial PTZPE0011 - Estuário do Sado;
- Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) que inclui a Reserva Botânica das Dunas de Tróia, em cuja área a ETAR está implantada, tendo essa implantação sido anterior à própria criação da RNES.

304-2: Impactos significativos das actividades, produtos e serviços na biodiversidade

Na sequência do procedimento de avaliação de impacte ambiental da Marina e Novo Cais dos Ferries do TROIA RESORT, a monitorização efectuada anualmente tem evidenciado a eficácia das medidas de prevenção e minimização dos impactes previstos no estudo de impacte ambiental já que, à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, em nenhum dos factores alvo do programa de monitorização foram detectados impactes de magnitude superior à prevista ou mesmo significativos.

No caso do ONE TROIA JOSÉ MOURINHO TRAINING CENTRE, a monitorização ambiental efectuada já permitiu concluir que, até à data, o impacte do uso de fertilizantes e produtos fitossanitários nos freáticos é essencialmente nulo e, também, que não se assinalam diferenças no estado de conservação de parcelas na envolvente directa e indirecta do Centro, no que respeita a Flora e Habitats.

304-3: Habitats protegidos ou restaurados

Descrição dos habitats (312 hectares)

Na UNOP 4, existem 15 habitats com estatuto de conservação (264 hectares).

A área de Reserva Ecológica Nacional (REN), na UNOP2, abrange uma área de praia e dunas, com cerca de 1.200 metros de comprimento e uma largura, aproximada, entre 280 metros e 500 metros, a partir da linha de costa, abrangendo uma área com cerca de 48 hectares. Na área de REN da UNOP 2 foram assinalados 5 habitats com estatuto de conservação.

Descrição das medidas implementadas

As medidas referidas encontram-se em curso há vários exercícios.

UNOP2: Construção de percursos sobrelevados em passadiços de madeira, longitudinais à área verde de reserva natural (extensão total de 1,248 km), para conduzir os visitantes ao longo de percursos pré determinados, permitindo a minimização de danos sobre a vegetação dunar.

UNOP4: Demolição e remoção de construções dispersas, em situação de ruína, espalhadas no território;

Abate fitossanitário de pinheiro-bravo (Pinus pinaster) no âmbito da eliminação do nemátode do pinheiro que levou à eliminação de um número substancial de árvores, doentes ou mortas, em grande parte já substituídas por exemplares jovens de pinheiro-manso (Pinus pinea) e pinheiro bravo (Pinus pinaster);

Controlo da intrusão humana indiferenciada através do condicionamento da circulação pedonal e de veículos, com o objectivo de diminuir o nível de perturbação das áreas sensíveis (pinheiro-manso, estrato arbustivo, herbáceo e líquenes), e o risco de incêndio;

Controlo e erradicação de espécies invasoras ou de espécies desadequadas à qualidade do espaço.

GRI 305 - Emissões

2018

2017

305-1: Emissões Directas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 1)

Emissões associadas ao consumo de Gás Natural (t CO ₂ e)	3 043	2 493
Emissões associadas ao consumo de Gasóleo (t CO ₂ e)	5 022	4 802
Emissões associadas ao consumo de Gasolina (t CO ₂ e)	15	6
Emissões totais de GEE - Directas (t CO₂e)	8 079	7 300

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

305-2: Emissões Indirectas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 2)

Emissões associadas ao consumo de electricidade - <i>location based</i> (t CO ₂ e)	8 582	6 813
Emissões totais de GEE - Indirectas (t CO₂e)	8 582	6 813
Emissões totais de GEE - Directas e Indirectas (t CO₂e)	16 662	14 114

305-4: Intensidade das Emissões de GEE

(em t CO ₂ e/milhões de euros)	91	89
---	----	----

Nota: Considerado o Volume de Negócios das Unidades de Negócio.

305-6: Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono

Não foram emitidas substâncias com capacidade de destruição da camada de ozono.

305-7: Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas

Emissões NOx - Consumo de gasóleo (t)	54	52
Emissões NOx - Consumo de gasolina (t)	0,1	0,0
Emissões totais de NOx (t)	54	52
Emissões SO ₂ - Consumo de gasóleo (t)	10	9
Emissões SO ₂ - Consumo de gasolina (t)	0,0	0,0
Emissões totais de SO₂ (t)	10	9

306-1: Descargas de água por qualidade e por destino

Volume de efluente descarregado, colector municipal (m3)	557 253	596 318
--	---------	---------

Nota: A Sonae Capital não dispõe de medições quantitativas de efluentes líquidos rejeitados. Assim, e de acordo com as melhores práticas da Engenharia, assumimos que 80% da água consumida acaba rejeitada como efluente líquido. Relativamente ao tratamento de águas residuais, a maioria dos efluentes líquidos gerados nas instalações são descarregados em colectores públicos.

No TROIA RESORT, o sistema em funcionamento na ETAR de Tróia prevê várias etapas de tratamento.

O tratamento preliminar permite remover os sólidos do efluente bruto, através de um processo de gradagem no qual a fracção mais grosseira é removida. Após a gradagem, o efluente atravessa um desarenador onde as partículas mais pequenas ficam retidas.

O efluente segue depois para tratamento secundário constituído por dois tanques de arejamento onde ocorre o tratamento biológico através de arejamento prolongado. O efluente sofre um processo de biodegradação nos tanques de arejamento através de uma cultura bacteriana mantida em suspensão pelos arejadores existentes.

Durante este processo, os microrganismos multiplicam-se e constituem flocos que, ao serem encaminhados para o decantador secundário, decantam clarificando o efluente.

Dali, o efluente final é depois enviado para lagoas de infiltração, onde se infiltra na totalidade, não originando qualquer descarga direta para o estuário do Sado. As lamas em excesso produzidas no sistema de lamas ativadas são enviadas para leitos de secagem para que, após desidratação, sigam para destino final.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

306-2: Resíduos por tipo e por destino

Resíduos perigosos (t)	44,8	39,4
Valorização (t)	38,2	32,6
Eliminação (t)	6,6	6,9
Resíduos não perigosos (t)	429,5	859,3
Valorização (t)	419,5	848,8
Eliminação (t)	10,0	10,5
Resíduos geridos totais (t)	474,3	898,8
Taxa de valorização dos resíduos (%)	97%	98%

306-3: Derrames significativos

Não se registaram derrames significativos nos anos em análise.

307-1: Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais

Não se registaram quaisquer multas ou sanções por não conformidade com as leis e regulamentos ambientais nos anos em análise.

Energia	Unidade	Fatores de Conversão (2017)	Fatores de Conversão (2018)	Fonte
Gás Natural	PCI (GJ/Nm ³)	0.03844	0.03844	Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2013) (http://www.apambiente.pt/_zdata/DPAAC/CELE/tabela_PCI_FE_FO_2013.pdf)
Gás Propano (GPL)	PCI (GJ/ton)	46	46	APA (2017) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
Gasóleo	PCI (GJ/ton)	42.6	42.6	APA (2017) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
	Densidade (ton/l)	0.000837	0.000837	APA (2014) http://www.apambiente.pt/_zdata/DPAAC/CELE/tabela_densidades_combustiveis_2013.pdf
Gasolina	PCI (GJ/ton)	44	44	APA (2017) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
	Densidade (ton/l)	0.0007475	0.0007475	Decreto-Lei nº 142/2010, de 31 de dezembro
Eletricidade	(GJ/MWh)	3.6	3.6	-

Energia	Unidade	Factor de Emissão (2017)	Factor de Emissão (2018)	Fonte
Gás Natural	(kg CO ₂ /GJ)	56.1	56.1	APA (2017) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
Gás Propano	(kg CO ₂ /GJ)	63.1	63.1	
Gasóleo	(kg CO ₂ /GJ)	74.1	74.1	
Gasolina	(kg CO ₂ /GJ)	69.3	69.3	
Eletricidade - Location Based	(kg CO ₂ /GJ)	78.2	78.2	International Energy Agency (2015). CO ₂ Emissions from Fuel Combustion, 2015 Edition.

Factores de Emissão				
Energia	Unit	NOx	SO ₂	Fonte
Gasóleo	kg/GJ	0.8	0.21	IPCC 2006
Gasolina	kg/GJ	0.600	0.075	IPCC 2006

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 401 - Emprego

2018

GRI 401 - 1 Novas contratações e rotatividade de colaboradores

Total de colaboradores

Faixa etária (nº) 1 496

< 30 anos 409

Dos 30 aos 50 anos 806

≥ 50 anos 281

Localização (nº) 1 496

Portugal 1 495

Internacional 1

Género (nº) 1 496

Masculino 906

Feminino 590

Novas contratações

Faixa etária (nº) 619

< 30 anos 336

Dos 30 aos 50 anos 229

≥ 50 anos 54

Localização (nº) 618

Portugal 617

Internacional 1

Género (nº) 618

Masculino 299

Feminino 319

Taxa de novas contratações

Faixa etária (nº) 41%

< 30 anos 22%

Dos 30 aos 50 anos 15%

≥ 50 anos 4%

Localização (nº) 41%

Portugal 41%

Internacional 0%

Género (nº) 41%

Masculino 20%

Feminino 21%

Saída de colaboradores

Faixa etária (nº) 730

< 30 anos 399

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

Dos 30 aos 50 anos	247
≥ 50 anos	84
Localização (n.º)	730
Portugal	647
Internacional	83
Género (n.º)	730
Masculino	402
Feminino	328
Taxa de rotatividade	
Faixa etária (n.º)	49%
< 30 anos	27%
Dos 30 aos 50 anos	17%
≥ 50 anos	6%
Localização (n.º)	49%
Portugal	43%
Internacional	6%
Género (n.º)	49%
Masculino	27%
Feminino	22%

GRI 401 - 3 Licença parental	Masculino	Feminino	Total
Total de colaboradores com direito a licença parental (n.º)	33	34	67
Total de colaboradores que usufruíram a licença parental (n.º)	33	34	67
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental (n.º)	31	32	63
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado (n.º)	31	32	63
Taxa de usufruto (%)	100%	100%	100%
Taxa de retorno (%)	94%	94%	94%
Taxa de retenção (%)	100%	100%	100%

GRI 403 - Emprego	2018
--------------------------	-------------

GRI 403 - 2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho

Saúde e seguranda dos trabalhadores	
Horas trabalháveis pelo total de colaboradores (h)	2 883 927
Horas trabalhadas pelo total de colaboradores (h)	2 883 357
Total de óbitos (n.º)	0
Total Acidentes Trabalho (n.º)	58
Taxa de acidentes de trabalho (%)	0,002%
Total de dias de ausência por acidente de trabalho (d)	56
Taxa de dias perdidos por acidente de trabalho (%)	0,002%
Total de dias de ausência por doenças profissionais (d)	0

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

Taxa de doenças profissionais (%)	0
Total de dias perdidos (d)	56
Taxa de dias perdidos (%)	0,002%
Total de horas de absentismo (h)	570
Taxa de absentismo (%)	0,020%

GRI 403 - 3 Colaboradores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com o seu trabalho

Total de colaboradores cujo trabalho, ou local de trabalho, é controlado pela organização, envolvidos em atividades ocupacionais que têm elevada incidência ou elevado risco de doenças específicas/graves. (nº)	0
--	---

GRI 404 - Formação e educação

404-1 Média de horas de formação por ano e por colaborador

Total de colaboradores por categoria funcional	Masculino	Feminino	Total
Top Executives	2	1	3
Management & Senior Management	64	26	90
Middle Management	94	41	135
Technicians/highly specialized technicians	369	325	694
Representatives	376	198	574
TOTAL	906	590	1 496

Total de horas de formação (h)	Masculino	Feminino	Total
Top Executives	0	0	0
Management & Senior Management	2 278	1 206	3 484
Middle Management	3 247	1 302	4 549
Technicians/highly specialized technicians	10 171	9 448	19 619
Representatives	4 299	3 017	7 316
TOTAL	19 995	14 973	34 968

Média de horas de formação por categoria e género (h/colaborador)	Masculino	Feminino	Total
Top Executives	0,0	0,0	0,0
Management & Senior Management	35,6	46,4	38,7
Middle Management	34,5	31,7	33,7
Technicians/highly specialized technicians	27,6	29,1	28,3
Representatives	11,4	15,2	12,7
TOTAL	22,1	25,4	23,4

404-2 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua

Holding e Centro Corporativo	Nº de Horas (h)
ADVANCED NEGOTIATION SKILLS	64
ALWAYS-ON LEARNING	48
ACTUALIZAÇÃO FISCAL EM IRC - ASPECTOS PRÁTICOS	8

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

AUDITORIA	12
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA FORMAÇÃO	8
BENEFÍCIOS FISCAIS	8
COACHING	56
CURSO DE MERCADO ELÉCTRICO	28
CURSO INTENSIVO DE LEGISLAÇÃO LABORAL	34
DATA PROTECTION	283
DESIGNING EXPERIENCE FOR AND WITH USERS	1
DPIA E PRIVACY BY DESIGN E SEGURANÇA	7
E-LEARNING	1
ENERGIA OMIP E A CÂMARA de COMPENSAÇÃO OMICLEAR	0
ESPAÑHOL	383
ESTRUTURAÇÃO LÓGICA DE IDEIAS	88
EXCEL BÁSICO APHORT	7
EXECUTIVE LEADERSHIP FORUM	15
FISCALIDADE INTERNACIONAL	8
FRANCÊS NÍVEL INICIAL	28
FUTURE OF FINANCE	48
GESTÃO DE RISCO E AUDITORIA BASEADA NO RISCO	0
GESTÃO DE TEMPOS MILLENIUM	5
GESTÃO DO TEMPO EM OUTLOOK	51
IHRSA EUROPEAN CONGRESS	24
IMPORTÂNCIA E PRÁTICA COMFORT ZONE S1	216
IN COMMUNICATION	7
INGLÊS	240
INTERNACIONALIZAÇÃO VS EXPORTAÇÃO	4
INTRANET	50
IOP	4
IOW AWARENESS	4
IOW LAB	96
IOW TOP MANAGEMENT	16
IOW TOP MANAGEMENT ADIRA	16
LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPAS	28
MANUSEAMENTO DE DADOS PESSOAIS	9
MASTERCLASS APGEI: LIDERANÇA	2
MERGERS & ACQUISITIONS	4
O REGIME DA TRANSPARÊNCIA FISCAL	8
OPERAÇÕES DOCUMENTÁRIAS NO COMERCIO INT	12
PBS GRAND CONFERENCE VERTEX	33
PG EM DIREITO À PROTECÇÃO DE DADOS	80
PÍLOTO NÍVEL 3 DPIA E VIOLAÇÃO DE DADOS	8
PREENCHIMENTO DECLARAÇÃO PERIÓDICA IVA ANEXOS	16
PRIVATE EQUITY	16
PRODUTIVIDADE PESSOAL E INTERPESSOAL	2
PROGRAMA DE GESTÃO INICIAL	80
PROPOSTA LEI P/ ALTERAÇÃO DO CÓDIGO TRABALHO	10

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

QSP SUMMIT 2018	48
REGULAMENTO GERAL SOBRE PROTECÇÃO DADOS	15
SDP SENSIBILIZAÇÃO - PILOTO N2	9
SESSÃO DE ESCLARECIMENTO	6
SONAE SHOTS_BEYOND THE NOISE	2
SONAE SHOTS_BLOCKCHAIN, FADE OR FATE?	2
SONAE SHOTS_CREATING 31ST CENTURY...	6
SONAE SHOTS_CYBERSECURITY TRENDS	2
SONAE SHOTS_FINTECH DIGITAL OF BANKING..	3
SONAE SHOTS_MACHINE LEARNING	96
SONAE SHOTS_THE MIND OF THE LEADER	2
SONAE SHOTS_THE POWER OF POSITIVE PSYCHO	3
SONAESHOTS_WHAT WILL CONSUMERS LOOK LIKE	2
STRUCTURED PROBLEM SOLVING & COMMUNICATION	32
TÉCNICAS RECRUTAMENTO AVANÇADO LINKEDIN	7
TERCER SEMINARIO DE PROMOCIÓN Y DIFUSIÓN	8
THE GENERAL DATA PROTECTION REGULATION	3
TRANQUILITY E SAL	6
TRIBE EVENT 18	32
WEB SUMMIT 2018	32
WORLD BUSINESS FORUM 2018	30
	2 514

Energia

Nº de Horas (h)

A LEGIONELLA PREVENÇÃO E CONTROLO	24
ADVANCED MANAGER IN ENERGY	16
AUTOMAÇÃO INTEGRADA	70
COACHING	17
COGEN DAY CENTRAIS DE COGERAÇÃO	46
COMBATE A INCÊNDIOS MEIOS 1ª INTERVENÇÃO	116
CONGRESO COGENERA 18	59
CURSO DE MERCADO ELÉCTRICO	146
CURSO EUROPEU PRIMEIROS SOCORROS	304
CYBER SECURITY FOR INDUSTRIAL ENVIRONMENT	48
DATA PROTECTION	26
DIRECTIVA ATEX	56
E-GAR – GUIAS ELECTRÓNICAS ACOMPANHAMENTO	0
ENAEA 18	10
ENERGIA OMIP E A CÂMARA de COMPENSAÇÃO OMICLEAR	8
ESPANHOL	83
ESSENTIAL PROJECT MANAGEMENT	16
ESTRUTURAÇÃO LÓGICA DE IDEIAS	16
FORMAÇÃO EM ICP PROJECT DEVELOPER	3
GESTÃO DE TEMPOS MILLENIUM	20
GESTAO DO TEMPO EM OUTLOOK	9
GESTÃO EQUIPAS I	16

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

GESTÃO VISUAL E QUADROS DE EQUIPA	20
INGLÊS	113
INTRANET	8
IOW AWARENESS	12
IOW LAB	192
JORNADAS DE MOBILIDADE ELÉCTRICA	23
MANOBRAS EM SUBESTAÇÕES	176
MASTERCLASS APGEI: LIDERANÇA	2
MATEMÁTICA	39
OPERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE EMPILHADORES	40
OPERATOR TRAINING OPT TYPE 3 & 4	52
OPERATOR TRAINING OPT TYPE 6	144
PBS GRAND CONFERENCE VERTEX	32
PLANO ACOLHIMENTO INTEGRAÇÃO PROJECT MANAGER	38
PLANO ACOLHIMENTO INTEGRAÇÃO-ELECTRICISTA	18
PLANO ACOLHIMENTO INTEGRAÇÃO-OPERADORMCC	17
PLANO ACOLHIMENTO INT. TÉCNICO COMERCIAL	7
PRODUÇÃO DE ENERGIA EM COGERAÇÃO	7
PRODUTIVIDADE PESSOAL E INTERPESSOAL	0
PROGRAMA DE GESTÃO INICIAL	40
PROGRAMA GERAL DE GESTÃO	120
REGIME PREV. CONT. EMISSÕES POLUENTES AR	32
RENEWABLE SUMMIT MERCADO E RENOVÁVEIS	45
ROTEIRO PARA O HIDROGÉNIO EM PORTUGAL	4
SESSÃO DE ESCLARECIMENTO	110
SESSÃO ESCL. SOBRE NOVO REGIME GERAL PROTECÇÃO DADOS	6
SIMULACROS MEDIDAS DE AUTOPROTECÇÃO	63
SINVERT 400	128
SONAE SHOTS_CYBERSECURITY TRENDS	3
SONAE SHOTS_MACHINE LEARNING	48
SONAE SHOTS_THE MIND OF THE LEADER	2
SPCCC	40
STORYTELLING & ENGAGEMENT	6
STRUCTURED PROBLEM SOLVING & COMMUNICATION	16
TECNOLOGIA OPC	32
TERCER SEMINARIO DE PROMOCIÓN Y DIFUSIÓN	16
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DESAFIOS PARA PT	15
WEB SUMMIT 2018	16
WIRELESS MEETING	8
WORKSHOP LICENCIAMENTO ÚNICO AMBIENTAL	18
XIV CONGRESSO ANUAL COGEN ESPANHA	14
	2 824

Engenharia Industrial

	Nº de Horas (h)
5S	88
ADVANCED NEGOTIATION SKILLS	24

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

COMANDOS DELEM	128
COMANDOS ESA	72
CURSO DOE E METODOS TAGUCHI	30
CURSO EUROPEU PRIMEIROS SOCORROS	60
DATA PROTECTION NIVEL 2_MANHÃ	4
ESA AUTOMATION	40
ESSENTIAL PROJECT MANAGEMENT	32
ESTRUTURAÇÃO LÓGICA DE IDEIAS	16
FOLLOW UP DESAFIOS NA SUPPLY CHAIN BOSCH	6
FORMAÇÃO SOLIDEDGE ST10	75
FORMAÇÃO SST P/ REPRESENTANTES TRAB 18	64
GESTÃO DE TEMPOS MILLENIUM	50
GESTÃO EQUIPAS I	112
GESTÃO VISUAL E QUADROS DE EQUIPA	54
INTERNATIONAL LASER TECHNOLOGY CONGRESS	19
INTRANET SESSÃO DE FORMAÇÃO 2	3
IOP	18
IOW DIÁRIO	23
IOW LAB	64
IOW STUDY TOURS SANTARÉM	4
IOW TOP MANAGEMENT ADIRA 1ª SESSÃO	48
IOW TOP MANAGEMENT ADIRA 2ª SESSÃO	48
KNOWLEDGE, WORKFORCE AND INFRASTRUCTURE	9
LEADING OTHERS	64
MANUTENÇÃO DE LASERS ROFIN SINAR	40
MINDFUL EXECUTIVES MASTERING YOUR WAY	15
MINDSPHERE	16
MÓDULO GESTÃO DE ESCALAS	4
PARAMETRIZAÇÃO SIST. AVENTAIS E ESBARROS	64
PBS GRAND CONFERENCE VERTEX	23
RESOLUÇÃO ESTRUTURADA DE PROBLEMAS	32
REVISÃO E ANÁLISE DOS MÓDULOS DE LN	64
SAPHETY PLATAFORMA	54
SEGURANÇA EM ATMOSFERAS EXPLOSIVAS	16
SEMINÁRIO APGEI CUSTEIO INDUSTRIAL	8
SIMATIC TIA PORTAL PROGRAMAÇÃO 1	80
SOLIDEDGE	18
VISÃO ARTIFICIAL	14
WORKSHOP Q&A	8
	8
	1 615

Fitness

Nº de Horas (h)

1º. CONGRESSO INT.NUTRIÇÃO/ALIMENTAÇÃO	162
3C	16
A ARTE DE VENDER MELHOR	28

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

ACULTURAÇÃO INTEGRAÇÃO LAGOAS	60
ALWAYS-ON LEARNING	16
AQUATRAINER	20
AQUATRAINER PRO	144
ARTE DE VENDER MELHOR	25
ATENDIMENTO, RETENÇÃO, PROCEDIMENTOS	20
AVALIAÇÃO FÍSICA INICIAL	33
BOSU PT	16
CAMPANHA JANEIRO/ FEVEREIRO ALVALADE	8
CAMPANHA JANEIRO/ FEVEREIRO NAÇÕES	8
CAMPANHA JANEIRO/ FEVEREIRO REPÚBLICA	8
CLUB MANAGER	132
CONGRESSO DE FITNESS	581
CONVENÇÃO SC FITNESS	1973
CURSO DE AQUA FOW TRAINER NÍVEL 1	20
CURSO NATAÇÃO - TÉCNICAS ALTERNADAS	27
CUSTOMER CENTRIC MANAGEMENT LEADERSHIP	16
CUSTOMER INTERACTION TURMA 1	178
CUSTOMER INTERACTION TURMA 2	160
CUSTOMER RETENTION	62
CUSTOMER RETENTION TURMA 1	142
CUSTOMER RETENTION TURMA 2	94
DATA PROTECTION COMPLETE COURSE	30
DATA PROTECTION NÍVEL 2_TARDE_1	19
DATA PROTECTION NÍVEL 2_TARDE_2	11
DATA PROTECTION NÍVEL 3 TARDE	12
DESFIBRILHAÇÃO AUTOMÁTICA EXTERNA	380
DESIGNING EXPERIENCE FOR AND WITH USERS	1
DEVELOPING SQL DATA MODELS	18
E@SPORT	352
EQUIPAMENTO FITNESS	4
ESPECIALISTA EXERCICIO FÍSICO-M10	114
ESPECIALISTA EXERCICIO FÍSICO-M11	114
ESPECIALISTA EXERCICIO FÍSICO-M12	120
ESPECIALISTA EXERCICIO FÍSICO-M5	120
ESPECIALISTA EXERCICIO FÍSICO-M7	120
ESTRUTURAÇÃO LÓGICA DE IDEIAS	16
EXERCISE SUMMIT 2018	146
FI'S AULAS DE GRUPO	88
FI'S AULAS DE GRUPO PROJECTO	21
FI'S INTERACÇÃO TÉCNICA	52
FI'S INTERACÇÃO TÉCNICA PROJECTO	15
FI'S PERSONAL TRAINING	288
FI'S PERSONAL TRAINING PROJECTO	18
FIBO	75
FI'S ABERTURA DE CLUBE SALDANHA	12

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

FI'S GIMNICA	112
FITNESS MAGIC	60
FORMAÇÃO COMERCIAL	168
FORMAÇÃO COMERCIAL CAMPANHA JANEIRO	4
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS	10
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS FIS IT	14
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS S FUNCIONAL	8
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SFUNCIONAL	260
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SQA	114
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SQA ALFRAGIDE	18
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SQA COLOMBO	18
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SQA FOZ	12
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SQA LUMIAR	10
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SQA MAIA	10
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SQA NORTESP.	15
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SQA OEIRAS	8
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS CRIAÇÃO HABITO	177
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS SQA LARANJEIRAS	4
FORMAÇÃO FIX THE CORE	66
FORMAÇÃO INICIAL 3B	18
FORMAÇÃO INICIAL BODY ATTACK	144
FORMAÇÃO INICIAL BODY BALANCE	80
FORMAÇÃO INICIAL BODY COMBAT	96
FORMAÇÃO INICIAL BODY JAM	0
FORMAÇÃO INICIAL BODY PUMP	208
FORMAÇÃO INICIAL CXWORX	48
FORMAÇÃO INICIAL GRIT	16
FORMAÇÃO INICIAL LES MILLS BARRE	145
FORMAÇÃO INICIAL POWER JUMP	48
FORMAÇÃO INICIAL RPM	240
FORMAÇÃO INICIAL SH'BAM	32
FORMAÇÃO INICIAL SPRINT	24
FORMAÇÃO INICIAL ZUMBA	64
FORMAÇÃO INTERNA HIDRO	56
FORMAÇÃO INTERNA NUTRICIONISTAS FIT	39
FORMAÇÃO OMNIA	18
FORMAÇÃO PROCESSOS DE COMRPAS	48
FORMAÇÃO RECEPÇÃO FITNESS	71
FORMAÇÃO VENDAS NUTRIÇÃO	8
GESTÃO CARTEIRA DE CLIENTES COLOMBO	18
GESTÃO CARTEIRA DE CLIENTES LUMIAR	8
GESTÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES V.GAMA	12
GESTÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES PT	28
GESTÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES PT GAIA	15
GESTÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES PT PPH	15
GESTÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES PT VC	10

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

GESTÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES PT BRAGA	8
GESTÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES PT VIANA	15
GESTÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES ALFRAGIDE	10
GESTÃO DE PISCINAS	27
GESTÃO DO TEMPO EM OUTLOOK	9
GESTÃO ESTRATEGICA E CRIACAO DE VALOR	40
GESTÃO FITNESS	6
GESTÃO VISUAL E QUADROS DE EQUIPA	40
IHRSA EUROPEAN CONGRESS	333
INTRODUÇÃO DE AVAL. FÍSICA + PLANOS DE TREINOS EM E@SPORT	63
INTRANET SESSÃO DE FORMACAO 2	3
IOP	49
IOW LAB	160
IOW PROJECTO	16
MEDIDAS A IMPLEMENTAR P/ MELHORAR GF NO TERRENO	132
MEDIDAS A IMPLEMENTAR NA INTERACÇÃO TÉCNICA	134
NATAÇÃO INFANTIL	9
NORMALIZAÇÃO	12
NOVO CICLO DE VIDA 0-500	86
PBS GRAND CONFERENCE VERTEX	0
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - FITNESS SPECIALIST	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - SERVICE COORDINATOR	160
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - COMERCIAL	158
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - ESTÁGIO PROFISSIONAL FITNESS INSTRUCTOR	20
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - FI	819
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - NUTRIC	360
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - REC FIT	918
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - VIGILANTE	80
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - SERVICE COORDINATOR	120
PRÁTICAS DE VENDAS	77
PRESCRIÇÃO DE TREINO FUNCIONAL	124
PROCEDIMENTOS SC FITNESS E RGPD	21
PROCESSO COMERCIAL E PROMOÇÃO JANEIRO	36
PROCESSO DE VENDA CAMPANHA JANEIRO 19	84
PROGRAMA DE GESTÃO INICIAL	40
PROGRAMA GERAL DE GESTÃO	120
PROPOSTA LEI P/ ALTERAÇÃO DO CÓDIGO TRABALHO	1
PROTECCAO DADOS: PRESCRIÇÃO PLANOS TREINO	20
QUARTERLY 1 1 MODALIDADE	13
QUARTERLY 1 2 MODALIDADES	36
QUARTERLY 1 3 MODALIDADES	72
QUARTERLY 1 4 MODALIDADES	76
QUARTERLY 1 5 MODALIDADES	40
QUARTERLY 1 6 MODALIDADES	48
QUARTERLY 1 7 MODALIDADES	14
QUARTERLY 2 1 MODALIDADE LISBOA	10

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

QUARTERLY 2 1 MODALIDADE PORTO	8
QUARTERLY 2 2 MODALIDADES LISBOA	12
QUARTERLY 2 2 MODALIDADES PORTO	36
QUARTERLY 2 3 MODALIDADES LISBOA	30
QUARTERLY 2 3 MODALIDADES PORTO	36
QUARTERLY 2 4 MODALIDADES LISBOA	32
QUARTERLY 2 4 MODALIDADES PORTO	60
QUARTERLY 2 5 MODALIDADES LISBOA	10
QUARTERLY 2 5 MODALIDADES PORTO	40
QUARTERLY 2 6 MODALIDADES LISBOA	18
QUARTERLY 2 6 MODALIDADES PORTO	43
QUARTERLY 2 7 MODALIDADES PORTO	7
QUARTERLY 3 1 MODALIDADE LISBOA	10
QUARTERLY 3 1 MODALIDADE PORTO	6
QUARTERLY 3 2 MODALIDADES LISBOA	10
QUARTERLY 3 2 MODALIDADES PORTO	32
QUARTERLY 3 3 MODALIDADES LISBOA	33
QUARTERLY 3 3 MODALIDADES PORTO	55
QUARTERLY 3 4 MODALIDADES LISBOA	24
QUARTERLY 3 4 MODALIDADES PORTO	48
QUARTERLY 3 5 MODALIDADES LISBOA	10
QUARTERLY 3 5 MODALIDADES PORTO	50
QUARTERLY 3 6 MODALIDADES LISBOA	12
QUARTERLY 3 6 MODALIDADES PORTO	18
QUARTERLY 3 7 MODALIDADES PORTO	7
QUARTERLY 3 8 MODALIDADES PORTO	8
QUARTERLY 3 7 MODALIDADES LISBOA	7
QUARTERLY 4 1 MODALIDADE LISBOA	16
QUARTERLY 4 1 MODALIDADE PORTO	5
QUARTERLY 4 2 MODALIDADES LISBOA	16
QUARTERLY 4 2 MODALIDADES PORTO	22
QUARTERLY 4 3 MODALIDADES LISBOA	33
QUARTERLY 4 3 MODALIDADES PORTO	51
QUARTERLY 4 4 MODALIDADES LISBOA	32
QUARTERLY 4 4 MODALIDADES PORTO	60
QUARTERLY 4 5 MODALIDADES LISBOA	5
QUARTERLY 4 5 MODALIDADES PORTO	45
QUARTERLY 4 6 MODALIDADES LISBOA	6
QUARTERLY 4 6 MODALIDADES PORTO	12
QUARTERLY 4 7 MODALIDADES PORTO	7
QUARTERLY 4 8 MODALIDADES LISBOA	8
QUARTERLY 4 8 MODALIDADES PORTO	8
REACTIVAÇÕES MANZ BODY COMBAT	1
REACTIVAÇÕES MANZ POWER JUMP	1
REACTIVAÇÕES MANZ RPM	1
REACTIVAÇÕES MANZ SPRINT	1

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

RECICLAGEM 3B	84
RECICLAGEM 3B COREOGRAFIA 29	46
RECICLAGEM 3B COREOGRAFIA 30	150
RETENÇÃO DE CLIENTES EM NUTRIÇÃO	76
RETENTION CONVENTION 2018	16
RH MEETING	12
STRONG - SC FITNESS	387
SUPLEMENTAÇÃO	56
TECHONOGYM	10
TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E VENDAS	83
TÉCNICAS RECRUTAMENTO AVANÇADO LINKEDIN	7
TRX FIT LISBOA	80
TRX FIT PORTO	112
TRX GTC	56
TRX NÍVEL 1 LISBOA	152
TRX NÍVEL 1 PORTO	144
TRX STRONG LISBOA	68
TRX STRONG PORTO	112
VENDAS DE TREINO PERSONALIZADO	8
VENDAS TREINO PERSONALIZADO	12
VISUALIZAÇÃO VÍDEO FORMAÇÃO INICIAL MANZ	9
WORKSHOP RGD	3
	16 016

Hoteleria

Nº de Horas (h)

COACHING	9
CORRECTA DIVULGAÇÃO NOTÍCIAS NAS REDES SOCIAIS	23
DATA PROTECTION COMPLETE COURSE	30
DATA PROTECTION NIVEL 2_MANHÃ_2	7
DATA PROTECTION NIVEL 2_TARDE_1	7
DATA PROTECTION NIVEL 2_TARDE_2	4
DATA PROTECTION NIVEL 3 TARDE	32
DOING BUSINESS ONLINE	32
EQUIPAS 1ª INTERVENCAO PPH	123
EXCEL AVANÇADO	35
EXCEL BÁSICO APHORT	56
EXCEL POR COMPETÊNCIAS FORMATAÇÃO GRÁFICA CÉLULAS	4
EXCEL POR COMPETÊNCIAS FORMULAS	4
EXCEL POR COMPETÊNCIAS GESTÃO DOCUMENTOS	4
EXCEL POR COMPETÊNCIAS IMPORTAÇÃO DE FICHEIROS E OUTRAS APLICAÇÕES E LIGAÇÃO ENTRE DOCUMENTOS	4
EXCEL POR COMPETÊNCIAS TABELAS DINÂMICAS	4
FORMAÇÃO EQUIPAS 1ª INTERVENCAO PPH	51
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA INICIAL DE FORMADOR	180
FRANCÊS NIVEL INICIAL	164
GESTÃO DE INDICADORES DE GESTAO DE RH	7
GESTÃO DE TEMPOS MILLENIUM	34

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

GESTAO DO TEMPO EM OUTLOOK	8,5
GESTÃO EQUIPAS I	104
GESTÃO VISUAL E QUADROS DE EQUIPA	56
IMPLEMENTAÇÃO SIST. GESTÃO QUALIDADE Q1	24
INGLÊS WALL STREET ENGLISH 18	143
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL	608
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL PPH	168
IOP	4
IOW SENSIBILIZAÇÃO	68
IOW DIÁRIO	56
IOW LAB	356
IOW TOP MANAGEMENT	120
LEADING FOR RESULTS	57
LEADING OTHERS	64
MECÂNICOS CAMPOS DE GOLFE	10
MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS	7
NORMALIZAÇÃO	60
ORACLE - VISION	32
PBS GRAND CONFERENCE VERTEX	24
PERCURSO PEDESTRE	6
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - SUB CHEFE MESA	32
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - COZ 2ª THE ARTIST	38
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - COZINHA	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - GUEST RELATIONS	55
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - REC HOSP	120
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - CAFE PPH	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - COZINHA AQUALUZ	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO-EMP.MESA	160
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - TÉCNICO MANUTENÇÃO	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - ASS. DEPARTAMENTO	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - ASSISTENTE MARKETING	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - CHEFE MESA	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - E-COMMERCE	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - EMP.LIMPEZA	80
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - BAGAGEIRO	40
PLANO ACOLHIMENTO INTEGRAÇÃO - EMP ANDARES	160
PLANO DE SEGURANCA ATUALIZACAO DAS MAP'S	54
PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	21
PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	18
PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR TA	72
PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR TH	6
PROCEDIMENTOS SEGURANÇA ALIMENTAR ONJOB	5
PROGRAMA DE GESTÃO INICIAL	40
PROGRAMA GERAL DE GESTÃO	120
PROPOSTA LEI P/ ALTERAÇÃO DO CÓDIGO TRAB	1
PROTECCÃO DADOS - ALOJAMENTO	3

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

QSP SUMMIT 2018	24
RECRUTAMENTO&SELEÇÃO TALENT ACQUISITION	15
REVENUE MANAGEMENT	79
RGPD: LINHAS ORIENTADORAS P/ EMPRESAS	3
RH MEETING	12
RUINAS ROMANAS DE TROIA	56
SEMINÁRIOS IMOJURIS	2
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	7
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL TROIA GOLF	192
SESSÃO DE INFORMAÇÃO COM O IEFP	2
SONAE SHOTS _THE MIND OF THE LEADER	3
SUPORTE BÁSICO DE VIDA COM DAE	54
TÉCNICAS RECRUTAMENTO AVANÇADO LINKEDIN	7
TRIBE EVENT 18	16
VINHO S WSET	7
VINHOS ESPIRITUOSOS WSET NIVEL 2	21
WEB SUMMIT 2018	32
WEBINAR QUALIDADE DO AR INT. E LEGIONELLA	1
WORKSHOP DIGITAL ANALYTICS	16
WORKSHOP MARKETING DIGITAL	7
WORKSHOP RGD	3
	4 689

Refrigeração & AVAC

	Nº de Horas (h)
19º SEMINARIO DE OUTONO	7
1º NÍVEL - FABRICO E INSTALAÇÃO	9
4º ENCONTRO GESTAO TECNICA CENTRALIZADA	5
A LEGIONELLA PREVENÇÃO E CONTROLO	4
ACOMPANHAMENTO GASES FL	97
ADVANCED NEGOTIATION SKILLS	24
ADVANSOR TRAINING COURSE	16
AHT	39
Alther HPSU	23
Altherma HT	62
Altherma HT S11819	15
Altherma LT	45
ARMANCELL	110
ATMOSPHERE ITALIA 18	129
AUTOCAD FUNDAMENTAL	35
CALDEIRAS	32
CALDEIRAS/QUEIMADORES	80
CAREL EM SISTEMAS WATERLOOP	128
CAREL EM SISTEMAS WATERLOOP_TURMA2	160
CARTÃO DE SEGURANÇA INDÚSTRIA PAPELEIRA	128
CERTIFICAÇÃO GASES FL - PORTO 4	18
CO ₂ REFRIGERATION TRANING PROGRAM	32

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

COACHING	65
COCKPIT CONTROL GESTAO TEMPO PROD. PESS	7
CONDUÇÃO DE EMPILHADORES	16
CONTROLADORES CLIMATIC 50 E 60 E CONSOLA	75
CONTROLO DE FUMO	20
COOLBOX	140
CURSO DE PREPARAÇÃO EXAME TIM III	465
DAIKIN	24
DANFOSS MULTI INJECTOR CO ₂ E VALVULA CTR	23
DATA PROTECTION NIVEL 2_MANHÃ	4
DATA PROTECTION NIVEL 2_MANHÃ_2	7
DATA PROTECTION NIVEL 2_TARDE_2	4
DATA PROTECTION NIVEL 3 MANHA	12
ESTRUTURACAO LOGICA DE IDEIAS	8
EuroCIS	16
EXAME PRÁTICO TIM III	4
EXAME TEORICO TIM III	5
EXAME TEÓRICO TIM III	2
FORMAÇÃO RISCOS POR FUNÇÃO/POSTO DE TRAB	16
FTE TRAINING	48
GAS_RAMAIS DE DISTRIBUIÇÃO ATUALIZAÇÃO	25
GESTAO DE ARMAZENS	15
GESTÃO DE STOCKS	16
GESTÃO EQUIPAS I	16
IN COMMUNICATION EF.COLABORATIVA SES.1	35
IN COMMUNICATION EF.COLABORATIVA SES.2	32
INGLÊS A1	304
INGLÊS A2	230
INGLÊS CAMBRIDGE	26
INGLÊS WALL STREET ENGLISH	69
INGLÊS WALL STREET ENGLISH_I2	83
INGLÊS WALL STREET ENGLISH_UW1	80
INSTALAÇÕES DE REFRIGERAÇÃO COM CO ₂	112
INTRANET SESSAO DE FORMACAO	5
INTRANET SESSAO DE FORMACAO 2	3
INTRODUÇÃO A SISTEMAS A VAPOR CONDENSADO	22
IOW AWARENESS	40
IOW LAB	256
IOW SPRINT	56
LEADING FOR RESULTS	86
LEADING OTHERS	64
LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPAS	16
MATEMATICA	138
MÉTODOS PRATICOS CONT GEST DE STOCKS	14
PBS GRAND CONFERENCE VERTEX	18
PLANO ACOLHIM INTEGRAÇÃO BP IT	21

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO-FIEL ARMA	14
POS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE PROJECTOS	136
PREPARACAO EXAME GASES FL - TURMA 4 PORT	136
PRIMEIROS SOCORROS	140
PRODUTIVIDADE PESSOAL E INTERPESSOAL	11
PROGRAMA DE GESTÃO INICIAL	120
PROGRAMA GERAL DE GESTÃO	120
RESPONSABILIDADE SOLIDARIA SUBEMPREENHEIR	22
RISCOS ELECTRICOS	188
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	199
SENSIBILIZAÇÃO LEGIONELLA GUIFÕES	63
SENSIBILIZAÇÃO LEGIONELLA SACAVÉM	51
SENSIBILIZAÇÃO SEG. E SAUDE NO TRABALHO	1
SESSOES DE ESCLARECIMENTO E-GAR	3
SONAE SHOTS_BLOCKCHAIN, FADE OR FATE?	2
Split 1 S11819	15
SPLIT/MULTI/SKY AIR I	15
STRUCTURED PROBLEM SOLVING & COMMUNICATI	16
TOSHIBA	10
TRAB. EM ALTURA MONTAGEM, DESMONTAGEM...	8
TRAINING DAY	21
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PROJETAR FUTURO	20
VRV 1 S11819	30
VRV 2 S11819	32
WEB SUMMIT 2018	32
	5 337

Tróia Operações

	Nº de Horas (h)
24TH ANNUAL MEETING OH THE EUROPEAN ASSOCIATION OF ARCHEOLOGISTS	53
31ST CONGRESS OF THE REI CRETARIAE ROMANAE FAUTORES INTERNATIONAL ASSOCIATION	158
6º ENHCT	22
8TH INTERNATIONAL CONFERENCE BUILDING RESILIENCE	49
ALGARVE RESIDENTIAL TOURISM CONFERENCE	72
ALWAYS-ON LEARNING	16
AS TECNOLOGIAS AO SERVIÇO DA INFORMAÇÃO TURÍSTICA	3
CARTA PATRÃO LOCAL	48
CLIMATE CHANGE LEADERSHIP SUMMIT 2018	7
COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA	6
CURSO EUROPEU PRIMEIROS SOCORROS	278
CURSOS ACESSO CULTURA	6
CUSTOMER JOURNEY MAPPING	14
DOING BUSINESS ONLINE	8
EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL	16
EXCEL POR COMPET. FORMATAÇÃO GRÁFICA CEL	28
EXCEL POR COMPET. FÓRMULAS	24
EXCEL POR COMPET. GESTÃO DOCUMENTOS	32

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

EXCEL POR COMPETÊNCIAS IMPORTAÇÃO DE FICHEIROS DE OUTRAS APLICAÇÕES E LIGAÇÃO ENTRE DOCUMENTOS	36
EXCEL POR COMPET. TABELAS DINAMICAS	28
FORMAÇÃO EMERGENCIAS AF	136
GESTÃO DE TEMPOS MILLENIUM	2
INGLÊS TRÓIA - TURMA 3 NIVEL INICIAL	75
INGLÊS TRÓIA - TURMA 1	36
INGLÊS TRÓIA - TURMA 2	47
INGLÊS TRÓIA -TURMA 2 NÍVEL MÉDIO	78
INGLÊS TRÓIA - TURMA 3	12
INGLÊS TRÓIA - TURMA 4	54
INGLÊS TRÓIA - TURMA 5	24
INTRANET SESSÃO DE FORMAÇÃO 2	3
IOW LAB	64
IOW STUDY TOURS AZAMBUJA	6
MEDIDAS DE AUTO PROTECÇÃO	216
MOBILITY ON THE MOVE 18	6
MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS	4
PBS GRAND CONFERENCE VERTEX	23
PERCURSO PEDESTRE	14
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - TECNICO ATLANTIC FERRIES	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - CHEFE MAQ.	40
PROGRAMA GERAL DE GESTÃO	104
QSP SUMMIT 2018	32
RUÍNAS ROMANAS DE TRÓIA	4
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	12
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL SUBST. PERIGOSAS	2
T.PUBLICOS DESAFIOS TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	4
WORKS:ARCHES HERITAGE INVENTORY_MANAGEME	34
	1 973
Número total de horas de formação	34 968

404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira

68%

Nota: Apenas os colaboradores com pelo menos seis meses de antiguidade são alvo do processo de avaliação de desempenho. No caso do negócio de Engenharia Industrial, apenas as primeiras linhas foram alvo de avaliação.

GRI 405 - Diversidade e Igualdade de Oportunidade

405-1: Diversidade dos órgãos de governança e dos colaboradores

Colaboradores

	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Top Executives (%)	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	0%	0%	0%
	≥ 50 anos	67%	33%	100%

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

	TOTAL	67%	33%	100%
Management & Senior Management (%)	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	52%	26%	78%
	≥ 50 anos	19%	3%	22%
	TOTAL	71%	29%	100%
Middle Management (%)	< 30 anos	5%	1%	7%
	Dos 30 aos 50 anos	56%	22%	79%
	≥ 50 anos	8%	7%	15%
	TOTAL	70%	30%	100%
Technicians/highly specialized technicians (%)	< 30 anos	15%	18%	33%
	Dos 30 aos 50 anos	31%	26%	57%
	≥ 50 anos	7%	3%	10%
	TOTAL	53%	47%	100%
Representatives (%)	< 30 anos	15%	14%	28%
	Dos 30 aos 50 anos	29%	13%	42%
	≥ 50 anos	22%	8%	30%
	TOTAL	66%	34%	100%
Órgãos de governance				
Órgãos de Governance (%)	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	8%	23%	31%
	≥ 50 anos	54%	15%	69%
	TOTAL	62%	38%	100%

405 - 2 Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem

Rácio do salário base médio por categoria funcional

Top Executives	-
Management & Senior Management	0,77
Middle Management	0,96
Technicians/highly specialized technicians	0,86
Representatives	0,79

Nota: No segmento Top Executives, a amostra não possui dimensão suficiente para serem apresentados dados com leitura.

Rácio da remuneração média por categoria funcional

Top Executives	-
Management & Senior Management	0,83
Middle Management	0,97
Technicians/highly specialized technicians	0,83
Representatives	0,60

Nota: No segmento Top Executives, a amostra não possui dimensão suficiente para serem apresentados dados com leitura.

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

GRI 406 - Não discriminação

406 - 1 Casos de discriminação e medidas tomadas

Não se verificaram casos de discriminação.

GRI 407 - Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

407 - 1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco

Não foram identificadas operações ou fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pudesse estar em risco.

GRI 408 – Trabalho Infantil

408 - 1 Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil

Na Sonae Capital, por regra, não se admitem menores de idade. Só excepcionalmente se admitem menores, entre os 16 e 18 anos de idade, e sempre em cumprimento da lei. A Sonae Capital adoptou um Código de Conduta para Fornecedores, que elenca um conjunto de princípios de Sustentabilidade, Ética, Justiça e Honestidade, que deverão ser cumpridos por todos os Fornecedores do Grupo. O trabalho infantil e qualquer forma de exploração infantil são proibidos. Qualquer fornecedor da Sonae Capital deverá comprometer-se a cumprir toda a legislação aplicável ao trabalho infantil e a manter registos que comprovem a data de nascimento de cada colaborador.

GRI 409 - Trabalho forçado ou análogo ao escravo

409 - 1 Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo

Na Sonae Capital não existe qualquer trabalho forçado. A Sonae Capital adoptou um Código de Conduta para Fornecedores, que elenca um conjunto de princípios de Sustentabilidade, Ética, Justiça e Honestidade, que deverão ser cumpridos por todos os Fornecedores do Grupo. Os fornecedores da Sonae Capital não podem utilizar qualquer tipo de trabalho escravo ou forçado, bem como actividades que envolvam tráfico de seres humanos, nomeadamente o transporte, recrutamento, transferência ou recebimento de pessoas por meio de ameaças ou fraude.

GRI 412 - Avaliação em Direitos Humanos

412 - 1 Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos ou avaliações de impacto

Não foram identificadas operações que carecessem de tal avaliação.

GRI 413 - Comunidades Locais

413 - 1 Operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local

Vide "A nossa responsabilidade social".

GRI 419 - Conformidade Socioeconómica

419-1: Não conformidade com as leis e regulamentos na área social e económica

Valor monetário total das multas significativas (em euros)

Área económica	30 334
Área social (laboral)	0

Nota: Foram consideradas como significativas as multas acima de 1.000 euros.

6. REQUISITOS DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Conteúdos do DL n.º89/2017	Localização
<p>Modelo empresarial DL 89/2017 - Artº3º (Remetido para o N.º2 do Artº508º-G do CSC) - Diretiva 2014/95/EU - Art. 19a (1)(a)</p>	
Modelo empresarial da empresa	<p>Relatório de Gestão 2018: 3. A Sonae Capital 4. Estratégia Corporativa 6. O ano de 2018</p> <p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. A Sonae Capital</p>
<p>Diversidade nos órgãos de governo DL 89/2017 - Artº4º (Remetido para o Artº 245.º- N.º 1 r) e N.º2 do CVM) - Diretiva 2014/95/EU - Art. 20 (1)(g)</p>	
Política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. A Sonae Capital</p> <p>Relatório de Governo da Sociedade 2018: B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES: II. Administração e Supervisão</p>
<p>Questões ambientais DL 89/2017 - N.º2 do Artº3º (Remetido para o N.º2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/EU - Art. 19a (1)(a-e)</p>	
Políticas específicas relacionadas com questões ambientais	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 4. A dimensão ambiental dos nossos negócios</p>
Resultados da aplicação das políticas	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 4. A dimensão ambiental dos nossos negócios 5. <i>Global Reporting Initiative</i></p>
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 4. A dimensão ambiental dos nossos negócios 5. <i>Global Reporting Initiative</i></p> <p>Relatório de Governo da Sociedade 2018: C. ORGANIZAÇÃO INTERNA: III. Controlo Interno e Gestão de Riscos: 53 - 55</p>
Indicadores-chave de desempenho	<p>Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. <i>Global Reporting Initiative</i></p>

Parte IV

Relatório de Sustentabilidade

Questões sociais e relativas aos trabalhadores DL 89/2017 - N.º2 do Art.º3.º (Remetido para o N.º2 do Art.º508.º do CSC) - Diretiva 2014/95/EU - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões sociais e relativas aos trabalhadores	Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. A Sonae Capital 3. A dimensão social dos nossos negócios
Resultados da aplicação das políticas	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. <i>Global Reporting Initiative</i>
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Relatório de Governo da Sociedade 2018: C. ORGANIZAÇÃO INTERNA: III. Controlo Interno e Gestão de Riscos: 53 - 55
Indicadores-chave de desempenho	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. <i>Global Reporting Initiative</i>
Igualdade entre mulheres e homens e não discriminação N.º2 do Art.º3.º do DL 89/2017 (Remetido para o N.º2 do Art.º508.º do CSC) - Diretiva 2014/95/EU - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões de igualdade entre mulheres e homens e não discriminação	Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. A Sonae Capital 3. A dimensão social dos nossos negócios
Resultados da aplicação das políticas	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. <i>Global Reporting Initiative</i>
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Relatório de Governo da Sociedade 2018: C. ORGANIZAÇÃO INTERNA: III. Controlo Interno e Gestão de Riscos: 53 - 55
Indicadores-chave de desempenho	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. <i>Global Reporting Initiative</i>
Respeito dos Direitos Humanos N.º2 do Art.º3.º do DL 89/2017 (Remetido para o N.º2 do Art.º508.º do CSC) - Diretiva 2014/95/EU - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o respeito dos Direitos Humanos	Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. A Sonae Capital 3. A dimensão social dos nossos negócios
Resultados da aplicação das políticas	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. <i>Global Reporting Initiative</i>
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Relatório de Governo da Sociedade 2018: C. ORGANIZAÇÃO INTERNA: III. Controlo Interno e Gestão de Riscos: 53 - 55
Indicadores-chave de desempenho	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. <i>Global Reporting Initiative</i>
Combate à corrupção e tentativas de suborno N.º2 do Art.º3.º do DL 89/2017 (Remetido para o N.º2 do Art.º508.º do CSC) - Diretiva 2014/95/EU - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o combate à corrupção e tentativas de suborno	Relatório de Sustentabilidade 2018: 2. A Sonae Capital
Resultados da aplicação das políticas	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. <i>Global Reporting Initiative</i>
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Relatório de Governo da Sociedade 2018: C. ORGANIZAÇÃO INTERNA: III. Controlo Interno e Gestão de Riscos: 53 - 55
Indicadores-chave de desempenho	Relatório de Sustentabilidade 2018: 5. <i>Global Reporting Initiative</i>

sonaecapital.pt



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório e parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidados da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa, a evolução da sua atividade e das suas participadas, tendo efetuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira, da auditoria interna e gestão de risco e do controlo de gestão. Mantivemos igualmente estreito contacto com o revisor oficial de contas e auditor externo que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções, o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, das empresas englobadas na consolidação, e do revisor oficial de contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas individuais e consolidados da empresa, tendo recebido do revisor oficial de contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão e do relatório sobre o governo da Sociedade do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitidos pelo Conselho de Administração, e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante das demonstrações financeiras em apreço foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se informa, que o relatório sobre o Governo da Sociedade produzido cumpre com o disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.



Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, os balanços individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no nº1, alínea c) do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante de Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Maia, 1 de março de 2019

O Conselho Fiscal



António Monteiro de Magalhães



Manuel Heleno Sismeiro



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae Capital S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 501.926.714 euros e um total de capital próprio de 268.027.727 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 3.260.839 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do resultado integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae Capital S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Recuperabilidade de Ativos Fixos Tangíveis e de Inventários - Imóveis

Conforme divulgado na Nota 10 e 14 das demonstrações financeiras consolidadas, o Balanço apresenta valores de ativos imobiliários registados em Ativos Fixos Tangíveis e em Inventários num total de 120.781 milhares de euros e de 55.987 milhares de euros, respetivamente.

A relevância que estes ativos assumem no Balanço consolidado e o grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos referidos ativos justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A avaliação da recuperabilidade deste tipo de ativos requer a utilização de pressupostos que envolvem sempre alguma incerteza, nomeadamente previsões de fluxos de caixa, estimativas dos montantes recuperáveis, obtenção de comparáveis de mercado, taxas de crescimento, taxas de desconto e pressupostos de sensibilidade.

De forma a avaliar a recuperabilidade dos Imóveis registados em Ativos Fixos Tangíveis e em Inventários, obtivemos avaliações imobiliárias elaboradas por entidades independentes, analisamos criticamente as mesmas, em particular a razoabilidade dos principais pressupostos utilizados, e fizemos a sua discussão com os serviços do grupo sempre que considerado necessário. Recorremos aos nossos especialistas internos no processo de validação dos pressupostos e metodologias utilizadas nessas avaliações imobiliárias.

Verificámos a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas a respeito dos referidos ativos.

Recuperabilidade do Goodwill

O Balanço apresenta um Goodwill no valor de 52.025 milhares de euros.

Considerando a expressão do montante em causa e a complexidade e nível de julgamento inerente ao modelo adotado para o cálculo de imparidade e à identificação e agregação das unidades geradoras de caixa (UGC's), este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

As divulgações são apresentadas na Nota 2.2 c) sobre a política contabilística aplicável ao Goodwill e na Nota 12 das demonstrações financeiras consolidadas.

De forma a avaliar a recuperabilidade deste ativo obtivemos e analisámos os testes de imparidade preparadas pelo Grupo. Considerando a identificação e agregação das UGC's, analisámos a razoabilidade dos pressupostos utilizados nas previsões efetuadas, as condições de mercado e a acuidade histórica do Grupo na elaboração de previsões e orçamentos. Analisámos também a razoabilidade das taxas de desconto utilizadas, bem como das taxas de crescimento na perpetuidade, por recurso a comparáveis e outra informação existente no mercado, e reexecutámos os cálculos do modelo.

Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Reconhecimento do rédito

Conforme divulgado na Nota 33 das demonstrações financeiras consolidadas, o rédito resultante dos Contratos de Construção de obras em curso a 31.12.2018 ascende a 57.687 milhares de euros.

O mapa de obras que sustenta o reconhecimento do rédito com base na percentagem de acabamento dos contratos de construção tem diversos pressupostos, essencialmente no que diz respeito ao orçamento global de gastos da obra, gastos já incorridos e gastos a incorrer. Dada a incerteza inerente a estimativas desta natureza, e aos pressupostos inerentes, as mesmas têm que ser continuamente revistas e, como tal, consideramos uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

As divulgações são apresentadas nas Notas 33 e 2.16 - políticas.

De forma a avaliar a razoabilidade dos valores inerentes a estes contratos, registados no Balanço e na Demonstração consolidada dos resultados obtivemos e conciliamos os mapas de obra com os valores de balanço e da demonstração dos resultados. Revimos os contratos de suporte aos mapas de obras ou verificamos o recebimento dos valores totais de faturação acordados, analisamos a razoabilidade da percentagem de acabamento considerada, tendo em conta os pressupostos subjacentes, e comparamos os resultados obtidos com o rédito registado. Para validação dos pressupostos da Gestão, no que se refere à margem reconhecida, analisamos a informação disponível, essencialmente no que se relaciona com os termos nos contratos assinados ou recebimentos do total da obra, a faturação efetuada e a razoabilidade dos orçamentos efetuados no passado, face aos valores reais.

Verificámos ainda a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos

O Balanço apresenta 22.998 milhares de euros relativos a Impostos Diferidos Ativos.

A relevância dos montantes em causa e o grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, requer a utilização de estimativas na projeção de resultados tributáveis futuros e na determinação dos valores necessários à sua recuperação, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

As divulgações são apresentadas nas Notas 2.15 - (políticas) e 19 das Demonstrações Financeiras consolidadas.

De forma a avaliarmos a capacidade do Grupo em recuperar estes ativos, analisámos os modelos de orçamentação e os pressupostos e estimativas da Gestão em relação à probabilidade do Grupo gerar lucros fiscais futuros suficientes para suportar a estimativa de recuperação dos ativos por impostos diferidos. Avaliamos também, a acuidade histórica do Grupo na elaboração de previsões e orçamentos, nomeadamente através da comparação entre os resultados fiscais obtidos e os previstos anteriormente. Reexecutámos os cálculos dos modelos de orçamentação.

Verificámos ainda a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidada

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Passivos contingentes

Conforme divulgado na nota 31 das demonstrações financeiras consolidadas, existem contingências de natureza fiscal, relativamente às quais não foram constituídas provisões, uma vez que a Gestão entende que dos referidos eventos não resultarão perdas para o Grupo.

A complexidade e o grau de julgamento inerente às matérias fiscais em questão, bem como o nível de incerteza associado ao respetivo desfecho, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

As divulgações são apresentadas nas Notas 2.14 - (políticas) e 31 das Demonstrações Financeiras consolidadas

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos sobre esta matéria incluíram a compreensão dos processos de avaliação de contingências fiscais e legais; a obtenção e análise dos litígios que afetam o Grupo; a análise das comunicações com especialistas externos; a obtenção e análise das respostas obtidas aos pedidos de confirmação dos processos a cargo de advogados externos; o inquérito à Gestão e aos responsáveis da área legal e fiscal sobre as estimativas e julgamentos; a obtenção e análise da opinião de especialistas internos; e a verificação dos pressupostos utilizados pela Gestão para a não constituição de provisões.

Discutimos com a Gestão e os responsáveis da área legal e fiscal sobre as estimativas, julgamentos e decisões tomadas, de forma a avaliarmos a razoabilidade das probabilidades de desfecho de cada processo à luz do IAS 37, suportando as divulgações efetuadas e a não constituição de provisões.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

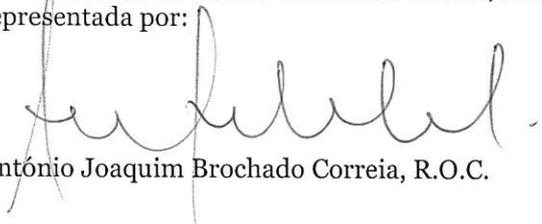
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2011 para um mandato compreendido entre 2011 e 2012, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2018 para o mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

1 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae Capital S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 680.467.150 euros e um total de capital próprio de 547.082.928 euros, incluindo um resultado líquido de 5.294.899 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae Capital S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Recuperação das participações financeiras

Conforme incluído no Balanço, a Sonae Capital, SGPS, SA detém participações financeiras em empresas do grupo no valor de 251 milhões de euros, as quais se encontram mensuradas ao custo de aquisição. A valorização das participações financeiras é considerada uma matéria relevante de auditoria, uma vez que alterações causadas por eventos ou circunstâncias que influenciem de forma adversa o desempenho das participadas pode originar a não recuperabilidade do valor contabilístico destes ativos. São efetuados testes de imparidade às participações financeiras sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o ativo possa não ser recuperado. O modelo de avaliação utilizado é o modelo de fluxos de caixa descontados. Para construção deste modelo, a gestão incorpora julgamentos baseados em pressupostos sobre projeções de fluxos de caixa, valores de mercado dos imóveis, taxas de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto a aplicar.

As divulgações são apresentadas na Nota 2.4 (políticas) e 4.1 do Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.

De modo a validar os pressupostos e julgamentos assumidos pela Administração na valorização das participações financeiras efetuamos os seguintes procedimentos:

- a) apreciação da existência ou não de indícios de imparidade nas participações financeiras; e
- b) obtenção e análise dos testes de imparidade dos investimentos financeiros, nos casos aplicáveis.

A análise dos testes de imparidade, baseados em modelos de fluxos de caixa descontados, envolveu os seguintes procedimentos:

- a) aferição da razoabilidade das projeções dos fluxos de caixa futuros, comparando com a performance histórica; e
- b) apreciação das estimativas e julgamentos assumidos pelo órgão de gestão, subjacentes aos pressupostos relevantes que suportam o modelo.

A análise dos testes de imparidade, baseados no justo valor dos imóveis, envolveu os seguintes procedimentos:

- a) obtenção de avaliações imobiliárias elaboradas por entidades independentes;
- b) análise crítica das avaliações imobiliárias obtidas, nomeadamente dos pressupostos e metodologias utilizadas; e
- c) discussão das avaliações com os serviços do grupo;

Comparamos o valor recuperável obtido nas avaliações com o valor contabilístico do investimento e apreciamos a razoabilidade das imparidades registadas pela Entidade.

Verificámos ainda a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

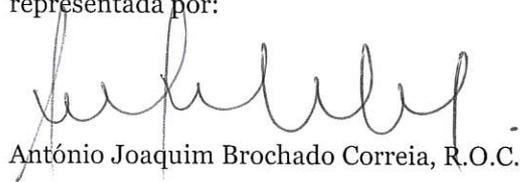
Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2011 para um mandato compreendido entre 2011 e 2012, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2018 para o mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nessa mesma data.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

1 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

sonaecapital.pt

